

Revista

DO INSTITUTO HISTÓRICO
E GEOGRÁFICO DE SERGIPE

Nº 34 | 2003 - 2005

Edição
comemorativa do
sesquicentenário
de Aracaju

Revista

DO INSTITUTO HISTÓRICO
E GEOGRÁFICO DE SERGIPE

Fundado em 1912, reconhecido como de utilidade pública pela Lei Estadual nº 694, de 9 de novembro de 1915, considerado de utilidade continental pela Resolução nº 58, do Congresso Americano de Bibliografia e História, de Buenos Aires, em 1916, e reconhecido de utilidade pública pelo Decreto Federal nº 14.074, de 19 de fevereiro de 1920.

© 2005 Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe

FICHA TÉCNICA

Revisão:

Christianne Gally

Editoração Eletrônica

Centro Editorial e Audiovisual - CEAV/UFS

Adilma Menezes

Imagem da Capa

Brasão do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe

Tiragem

700 exemplares

Ficha Catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da UFS

Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe/
Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe. – Vol. 1,
n. 1 (1913) –. – Aracaju: Instituto Histórico e Geo-
gráfico de Sergipe, 1913-

1. História de Sergipe. 2. Geografia de Sergipe.

CDU 91+94(813.7) (05)

Revista

DO INSTITUTO HISTÓRICO
E GEOGRÁFICO DE SERGIPE

Rua Itabaianinha, 41
49010-190 Aracaju - Sergipe
Fundado em 06 de agosto de 1912

Presidente Honorário

Governador do Estado
João Alves Filho

Presidente de Honra

Maria Thetis Nunes

DIRETORIA

PARA O BIÊNIO 2004-2005

Presidente

José Ibarê Costa Dantas

Vice-presidente

Terezinha Alves de Oliva

Secretário Geral

Lenalda Andrade Santos

1º Secretário

Tereza Cristina Cerqueira da Graça

2º Secretário

Rogério Freire Graça, substituído por
José Rivadálvio Lima

Orador

Luiz Antonio Barreto

1º Tesoureiro

Ancelmo de Oliveira

2º Tesoureiro

Saumíneo da Silva Nascimento

Diretor do Museu e da Pinacoteca

Verônica Maria Menezes Nunes

Diretor do Arquivo e da Biblioteca

Itamar Freitas de Oliveira

Coordenadores da Revista

Antônio Carlos dos Santos
José Mário dos Santos Resende
Samuel Barros de Medeiros Albuquerque

COMISSÕES

Comissão de História

Beatriz Góiz Dantas
Jackson da Silva Lima
Ruy Belém de Araújo

Comissão de Admissão de Sócios

Gilton Feitosa Conceição
José Maria do Nascimento
José Modesto dos Passos Subrinho, substituído por
José Araújo Filho

Comissão de Documentação e Divulgação

José Araújo Filho, substituído por
Samuel Barros de Medeiros Albuquerque
José Mário dos Santos Resende
Manoel Alves de Souza, substituído por
Antônio Carlos Santos

Comissão de Finanças e Patrimônio

João Gomes Cardoso Barreto
José Hamilton Maciel Silva
Luiz Eduardo de Magalhães.

Comissão de Geografia

Adelci Figueiredo Santos
Neuza Góiz Ribeiro
Vera Lúcia França.

Comissão de Estatística e Informática

Antônio Bittencourt Júnior
Lourival Santana Santos
Sueley Gleide Amâncio da Silva.

LISTA DE SÓCIOS

Honorários

José Bonifácio Fortes Neto
José Silvério Leite Fontes

Beneméritos

Antônio Carlos Valadares
Fernando de Figueiredo Porto
João Fontes de Farias
José Carlos Mesquita Teixeira
Lourival Baptista
Sebastião Celso de Carvalho

Efetivos

Adelci Figueiredo Santos
Afonso Barbosa de Souza
Ailton Bezerra Lócio de Carvalho
Alexandre de Santana Magalhães
Amâncio Cardoso dos Santos Neto
Ana Conceição Sobral de Carvalho
Ancelmo de Oliveira
Antônio Bittencourt Júnior
Antônio Carlos dos Santos
Antônio Carlos Nascimento Santos
Antônio Fernando de Araújo Sá
Antônio Lindvaldo Sousa
Antônio Ponciano Bezerra
Antônio Porfírio de Matos Neto
Antônio Samarone de Santana
Aristela Aristides Lima
Beatriz Góiz Dantas
Bemvindo Salles de Campos Neto
Cléber Viera Silva
Cristina de Almeida Valença
Edmilson Menezes
Eduardo Antônio Seabra
Eduardo Ubirajara Rodrigues Batista
Edvaldo Nogueira Filho
Emmanuel Franco
Eugênia Andrade Vieira da Silva
Evande dos Santos
Fernando José Ferreira Aguiar
Francisco José Alves dos Santos
Gerson Vilas Boas

Gilton Feitosa Conceição
Hélio José Porto
Ilma Mendes Fontes
Itamar Freitas de Oliveira
Jackson da Silva Lima
João Costa
João Francisco dos Santos
João Gomes Cardoso Barreto
João Hélio de Almeida
João Oliva Alves
Jorge Carvalho do Nascimento
José Alberto Pereira Barreto
José Anderson do Nascimento
José Antônio Santos
José Araújo Filho
José Francisco da Rocha
José Francisco de Menezes
José Hamilton Maciel Silva
José Hamilton Maciel Silva Filho
José Ibarê Costa Dantas
José Lima Santana
José Maria do Nascimento
José Mário dos Santos Rezende
José Marques Vieira Macedo
José Paulino da Silva
José Rivadálvio Lima
Josué Modesto dos Passos Subrinho
Juvenal Francisco da Rocha Neto
Lenalda Andrade Santos
Lourival Santana Santos
Luiz Alberto dos Santos
Luiz Antônio Barreto
Luiz Eduardo de Magalhães
Luiz Fernando Ribeiro Soutelo
Luiz Vieira Lima
Manfredo Góes Martins
Manoel Alves de Souza
Manuel Cabral Machado
Marcelo Batista Santos
Margarida Araújo Costa
Maria Glória Santana de Almeida
Maria Lúgia Madureira Pina
Maria Lúcia Carvalho Leite
Maria Lúcia Marques Cruz e Silva
Maria Neide Sobral da Silva
Maria Nele dos Santos
Murilo Melins
Neuza Maria Góes Ribeiro
Ofensia Soares Freire
Oswaldo Novaes
Pedro dos Santos
Ricardo Santos Silva Leite
Rogério Freire Graça
Rômulo de Oliveira Silva
Ruy Belém de Araújo
Samuel Baros de Medeiros Albuquerque
Saumíneo da Silva Nascimento
Suely Gleide Amâncio da Silva
Tadeu Cunha Rebouças
Tereza Cristina Cerqueira da Graça
Terezinha Alves de Oliva
Vera Lúcia Alves França
Verônica Maria Menezes Nunes
Vilder Santos
Wagner da Silva Ribeiro

QUADRO DE FUNCIONÁRIOS**Auxiliares administrativos**

Gustavo Paulo Bomfim

Valdenir Silva Santos

Oficiais administrativos

Ângela Nickaulis Corrêa Silva

Iran Azevedo Sá

(28.09.2004/28.12.2004)

Roberto Brasília Cabral Silva

(23.09.2004/19.11.2004)

Estagiários

Amanda Maira Steinbach

Analice Alves Marinho Santos

Ana Maria dos Santos Pinto Neta

(12.02.2004/11.08.2004)

Hemerson Alves de Menezes

(03.01.2005/05.07.2005)

Humberto Luiz Barros Moraes

(01.04.2004/30.09.2004)

Maurício dos Reis Santos Estagiário

Polyanna Aragão Menezes Oliveira

(08.06.2004/07.12.2004)

Sayonara Rodrigues do Nascimento

Voluntários

Christinilton de Menezes Gally Gomes

Diego Oliveira Martins

Executor de Serviços Básicos

Maria do Carmo de Jesus Ferreira

APRESENTAÇÃO

A publicação do número 34 da *REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE SERGIPE* (IHGS) aparece revestida de alguns significados. Primeiro, representa mais um passo no sentido de retomar sua periodicidade anual, perdida há mais de quatro décadas. Depois de publicarmos, em 2004, graças ao empenho do Secretário de Estado da Cultura, José Carlos Teixeira, o número 33, surge, no ano seguinte, esta nova edição. Esperamos ter condições de sustentar a regularidade.

Em segundo lugar, inauguramos nesse número uma capa mais aprimorada. Sem romper com a tradição, atualizamos a feição gráfica do símbolo, criado há mais de cinquenta anos e que aparece redesenhado pelo artista plástico Bené Santana.

Como terceiro ponto, ao número 34 da Revista incorporam-se as comemorações do sesquicentenário de Aracaju, dedicando metade de seus trabalhos à problemática desta cidade.

A distribuição dos textos obedeceu à orientação temática. Começa com dois estudos das áreas de arqueologia e paleontologia. De um lado, abordou-se a riqueza da fauna pré-histórica, partindo da análise de conchas fósseis encontradas no litoral sergipano; por outro lado, tecem-se considerações sobre a São Cristóvão antiga e os locais dos aldeamentos indígenas no início da colonização do território sergipano.

Em seguida, aparecem três estudos sobre Sergipe provincial. O primeiro discorre sobre as brutalidades do domínio escravocrata e as formas de resistência escrava. O artigo seguinte contextualiza a trajetória do primeiro presidente da Província, Manoel Fernandes da Silveira, ao tempo em que vai indicando as dificuldades encontradas na organização das instituições nascentes. O terceiro escrito resume a trajetória do Barão de Estância, político sergipano do partido liberal, influente no século XIX.

A partir daí, seguem-se os artigos sobre Aracaju, onde a educação, no sentido amplo, prepondera nas pregações e representações do segundo governo Maynard, na história do Atheneu, nas práticas cívicas dos grupos escolares, nas orientações pedagógicas dentro dos princípios de civilizar, regenerar e higienizar. Afasta-se do enfoque educacional, a análise sobre os programas de construção de conjuntos habitacionais de Aracaju, que ajuda a entender seu crescimento recente e as transformações sofridas pela cidade.

Fora desse eixo temático, ainda se encontram três textos: uma amostra da presença da mulher sergipana na Segunda Guerra e duas abordagens sobre dois ex-presidentes do IHGS. O historiador José Calazans é estudado através do seu estilo e de sua metodologia, enquanto Bonifácio Fortes, recentemente falecido, é lembrado como homem prolífero, enriquecedor dos estudos humanísticos de Sergipe.

As últimas matérias tratam de questões administrativas. Depois de 31 anos à frente do IHGS, a professora Maria Thetis Nunes deixou a direção em discurso/relatório, enquanto o novo presidente, por sua vez, anunciava seus projetos.

Embora vários números dessa Revista tenham apresentado os relatórios de gestão na própria apresentação, consideramos mais adequado separar os assuntos e encerrar o número 34, prestando contas à sociedade sobre o empenho desenvolvido pela nova diretoria no sentido de melhorar a situação do IHGS durante o primeiro ano de administração.

Como se vê, apesar de algumas inovações, a *Revista do IHGS* continua com orientação diversificada, eclética, aberta ao grande pú-

blico, acolhendo desde trabalhos especializados até artigos genéricos, que contribuem de alguma forma para entender melhor a realidade sergipana e seus personagens.

Por oportuno, informamos que vários outros textos foram aprovados pelas comissões julgadoras, mas não puderam ser incluídos por falta de espaço. Brevemente será publicado novo edital orientando as contribuições dos autores para o próximo número, no qual esperamos aproveitar os bons trabalhos de que já dispomos.

Agradecemos a todos que se empenharam pela viabilidade deste número, especialmente à Secretaria de Estado da Cultura, na pessoa do secretário José Carlos Teixeira, que patrocinou a sua edição.

Aracaju/SE, 06 de abril de 2005

José Ibarê Costa Dantas
Presidente do IHGS

SUMÁRIO

- 1 **CONCHAS FÓSSEIS EM SERGIPE** 15
Maria Helena Hessel
- 2 **CONTRIBUIÇÃO À ARQUEOLOGIA DE
SERGIPE COLONIAL** 39
Francisco José Alves
- 3 **ESCRavidÃO EM SERGIPE: fugas e quilombolas - séc. XIX** 55
Amâncio Cardoso
- 4 **CONFLITOS INTERNOS EM SERGIPE: a instabilidade
política e a consolidação da autonomia (1824)** 75
Vanessa dos Santos Oliveira
- 5 **ANTONIO DIAS COELHO E MELLO, O BARÃO
DA ESTÂNCIA** 103
Samuel Barros de Medeiros Albuquerque
- 6 **UM GENERAL NAS ONDAS DO RÁDIO SERGIPANO:
radiofusão e representações sobre Augusto Maynard
Gomes durante o Estado Novo** 109
Dilton Cândido S. Maynard

| | | |
|------|---|-----|
| 7 | O ATHENEU SERGIPENSE: traços de uma história | 133 |
| | Eva Maria Siqueira Alves | |
| 8 | PRÁTICAS CÍVICAS NOS GRUPOS ESCOLARES DE ARACAJU NA PRIMEIRA REPÚBLICA: o canto e o hino | 153 |
| | Terezinha Alves de Oliva e Crislane Barbosa de Azevedo | |
| 9 | CIVILIZAR, REGENERAR E HIGIENIZAR: as palavras de ordem da pedagogia moderna em Sergipe (1900-1935)..... | 171 |
| | Cristina de Almeida Valença | |
| 10 | O ESTADO E O URBANO: os programas de construção de conjuntos habitacionais em Aracaju | 199 |
| | Antonio Carlos Campos | |
| 11 | A MULHER SERGIPANA NA 2ª GUERRA MUNDIAL .. | 223 |
| | Maria Jésia Vieira, Wilma Rezende Lima e Maria Claudia Tavares de Mattos | |
| 12 | METODOLOGIA E ESTILO DE JOSÉ CALAZANS | 235 |
| | Marcelo Santos | |
| 13 | JOSÉ BONIFÁCIO FORTES NETO | 247 |
| | Wagner Ribeiro | |
| 14 | RELATÓRIOS E DISCURSOS: | |
| 14.1 | Relatório apresentado pela professora Maria Thetis Nunes em 14 de janeiro de 2004..... | 253 |
| 14.2 | Discurso de posse do professor José Ibarê Costa Dantas | 261 |
| 14.3 | Relatório apresentado pelo professor José Ibarê Costa Dantas em 30 de dezembro de 2004. | 267 |

CONCHAS FÓSSEIS EM SERGIPE

MARIA HELENA HESSEL *

1. CONCHAS E ANIMAIS

Normalmente, por conchas se entende o esqueleto externo e calcáreo de invertebrados do grupo dos moluscos, que inclui os mexilhões e ostras, os caramujos e búzios. Mas, há também um outro grupo de animais invertebrados que apresenta concha, ou seja, uma estrutura externa e protetora das partes moles do organismo, construída por ele mesmo. É o grupo dos braquiópodos. Este grupo é bem menos conhecido do público em geral porque vive atualmente em fundos oceânicos de maior profundidade, raramente aparecendo na areia das praias. Porém, antigamente, há mais de 250 milhões de anos atrás, seus representantes viviam sob águas mais rasas, no litoral mesmo, onde hoje se encontra a maioria dos moluscos. Na competição por ambientes onde viver, os braquiópodos perderam espaço para os moluscos, filogeneticamente mais evoluídos.

* Ph.D. em Paleontologia e Geologia Histórica. Universidade Federal de Sergipe
(hesselhelena@hotmail.com)

Na evolução da vida em nosso planeta, os braquiópodos foram os primeiros organismos a possuírem um esqueleto articulado, e isso foi um grande avanço filogenético, pois até então só existiam animais sem esqueleto ou de esqueleto fixo. Assim, a concha da maioria dos braquiópodos é bivalve, isto é, tem duas valvas (partes) articuladas. Sua articulação, que funciona como uma dobradiça de porta, é bastante simples: protuberâncias numa valva que se encaixam nas reentrâncias da outra. As valvas têm também tamanhos e funções diferentes: a maior permite a saída de um pedículo (pezinho), que prende o animal a um substrato qualquer, e a valva menor sustenta uma estrutura interna que auxilia na circulação da água dentro da concha, trazendo alimento (algas e animais microscópicos do plâncton). Em Sergipe, são conhecidas raras ocorrências de conchas fósseis de braquiópodos, todas elas no município de Maruim, pertencentes a organismos que viveram em mares rasos há cerca de 110 milhões de anos atrás.

Os moluscos atingiram um grau de evolução bem mais avançado do que os braquiópodos, dispersando-se pelos mais variados ambientes aquáticos e terrestres. Ainda que muitos deles possuam um esqueleto univalve (de uma peça só) e, portanto, não articulado; outros desenvolveram conchas articuladas com grande sofisticação morfo-funcional. Estes moluscos bivalves pertencem à classe dos bivalvíos. A articulação nos bivalvíos ocorre também por protuberâncias e reentrâncias, mas desenvolvidas em ambas as valvas, o que proporciona maior rapidez de movimento. Em geral, as duas valvas têm dimensões, forma e função similares, protegendo o animal dos predadores e auxiliando em sua movimentação no substrato, pois já não são fixos por um pedículo, como os braquiópodos. Os bivalvíos já foram chamados de pelecípodos e de lamelibrânquios, mas estas denominações são inválidas por terem sido inventadas para designar o mesmo grupo de animais denominados Bivalvia por Lineu, em 1758. Esta é uma das mais importantes regras da Nomenclatura Zoológica, que assegura a priori a designação de um táxon (grupo de organismo) ao primeiro termo publicado na literatura científica.

Além da classe dos bivalvíos, como mencionamos acima, existem os moluscos univalves, como os caramujos e búzios. Estes animais participam de outra classe dos moluscos, os chamados gastrópodos, em referência ao seu estômago estar muito próximo do pé, seu órgão locomotor. Normalmente, os gastrópodos se arrastam pelo substrato por diminutas contrações e distensões de seu único pé, como podemos observar nas lesmas. Embora as lesmas sejam moluscos gastrópodos sem concha, pois perderam-na em sua evolução, elas representam muito bem um molusco, cujo termo significa ‘molinho’. Para elas se protegerem dos predadores, adotaram o mimetismo, sempre apresentando uma coloração similar ao ambiente em que vivem. Mas a maioria dos gastrópodos tem concha, e esta concha é enrolada e sem divisões internas, de modo que todo o animal pode se encolher para dentro dela, caso pressinta perigo de vida. Alguns deles desenvolveram até uma tampa, chamada de opérculo, para fechar a abertura da concha.

Há ainda um outro grupo de moluscos, que também possui uma concha univalve enrolada, mas internamente dividida por septos (finas paredes transversais), o que não permite que todo o animal se retraia para dentro dela. Esta classe de moluscos é conhecida pelo nome de cefalópodos, e seus representantes mais comuns atualmente são os polvos e as lulas, que curiosamente não têm concha. Mas existem os náutilos, que são cefalópodos que possuem uma fina concha calcárea. Já que não vivem dentro de suas conchas (como os bivalvíos) e nem podem entrar totalmente nelas (como os gastrópodos), os cefalópodos se defendem dos predadores com longos tentáculos cheios de ventosas, que utilizam também para se alimentar e nadar. Estes tentáculos são transformações evolutivas do pé e ficam em torno da boca do animal, donde surgiu a denominação ‘cefalópodos’, que significa pés na cabeça.

Além destas três classes de moluscos que possuem concha, todas conhecidas de nossas praias de mar e de água doce, há mais outras três classes: a dos monoplacóforos, a dos anfineuras e a dos escafópodos. Na verdade, estes três últimos grupos representam formas primitivas,

tentativas de diversificação morfológica dos moluscos. Assim, até hoje estes são animais pouco numerosos e pouco conhecidos, que sobreviveram aos milhões de anos da evolução da vida quase sem modificações, vivendo em nichos marinhos seguros e escondidos. Deles, não foram encontrados até agora fósseis em subsolo sergipano.

2. EVOLUÇÃO OBSERVADA NAS CONCHAS FÓSSEIS

A evolução dos organismos na Terra ocorreu durante milhões de anos do tempo geológico. Os primeiros organismos começaram a povoar a superfície marinha há cerca de 600 milhões de anos atrás, todos sem esqueletos rígidos. Ao se reproduzirem sexualmente e sofrerem mutações genéticas, diversificaram e aumentaram drasticamente a população de seres vivos no planeta, sendo então levados a disputar o espaço físico e o alimento disponível. Iniciaram assim uma contínua expansão na conquista de novos ambientes e no estabelecimento de mais diversificadas cadeias alimentares, onde o maior, o mais esperto ou o mais ágil elimina os organismos com características de sobrevivência menos afortunadas, como ocorre ainda hoje em qualquer sociedade vegetal, animal ou humana. Destas disputas, surgiu a necessidade de proteção contra possíveis predadores. Construir um local seguro onde pudesse se refugiar em situação de perigo foi uma das primeiras soluções encontradas pelos animais como forma de sobrevivência, pois ainda não dispunham de elementos de locomoção, ou os tinham muito poucos. E assim, surgiram as conchas, primeiro com os braquiópodos e, depois, com os moluscos.

De modo geral, as conchas mais primitivas, em ambos os grupos, eram protéicas, similares a ‘casca’ das baratas. Posteriormente, alguns minerais de cálcio e de fósforo começaram a se depositar em sua superfície, tornando a concha mais resistente, como a carapaça dos caranguejos. Mais tarde, no processo evolutivo, os próprios animais começaram a formar seu próprio esqueleto, produzindo gradativamente biominerais de cálcio sob a forma de grânulos, lamelas e cristais. Assim, desenvolveram as conchas calcáreas que hoje conhecemos.

Durante a Era Paleozóica, um tempo no qual havia a vida mais antiga na Terra, os animais de concha que predominavam eram os braquiópodos, entre cerca de 500 e 250 milhões de anos atrás. Já existiam também os moluscos, mas não se sobressaíam na fauna, a não ser localmente, como nas águas doces e marinhas longe da costa. Na era subsequente, chamada Era Mesozóica, um tempo intermediário entre a fauna mais antiga e a atual, os moluscos tomaram definitivamente a primazia sobre os braquiópodos, tanto em número quanto em tamanho ou diversidade. Nesta era, predominavam as classes dos bivalvíos e dos cefalópodos. Até hoje, quando vivemos em plena Era Cenozóica (de vida moderna), os moluscos são os organismos que constroem conchas por excelência, sendo a classe dos gastrópodos a mais abundante e diversificada. Os bivalvíos são também freqüentes, mas os cefalópodos reduziram significativamente sua presença na biosfera atual.

Os bivalvíos do Paleozóico são em geral de concha fina, lisa e pequena, pois viviam enterrados no fundo de mares rasos, lagunas e lagos, enquanto os braquiópodos ocupavam grande parte do substrato subaquoso. Quando houve a grande extinção de organismos ao final da Era Paleozóica, aparentemente pela queda de um meteorito de grandes proporções, extinguindo a maioria dos braquiópodos, muitos bivalvíos subiram à superfície do substrato marinho, ocupando este nicho agora quase vazio. Desenvolveram então formas mais espessas, cimentantes como as ostras, reclinadas como os pectens (a concha da 'Shell') ou bissadas (com fios protéicos e flexíveis chamados de bissus) como os mexilhões. As conchas tomaram as mais variadas formas e desenvolveram diferentes tipos de ornamentação em relevo ou em cores. Algumas delas atingiram 2m de comprimento, como comprova um exemplar coletado na Groenlândia, e que hoje se encontra exposto no Museu de História Natural em Copenhagem. As conchas dos bivalvíos, por serem calcáreas e duras, freqüentemente deixam marcas fósseis nas rochas, que são impressões gravadas em baixo-relevo ou a forma interna de suas valvas, que é chamada de molde interno. Este molde é modelado pela concha vazia depois da morte do animal e que é preenchida por lodo ou areia que se deposita continuamente no

fundo dos mares e lagos. Depois, com o passar de milhões de anos, este molde torna-se rocha dura e a concha pode ser dissolvida por águas subterrâneas ou não. Se não for dissolvida, as conchas originais fossilizadas podem ser encontradas.

Os rastejantes gastrópodos foram bastante inexpressivos durante toda a Era Paleozóica, pois o substrato dos mares rasos era povoado pelos braquiópodos, trilobitas e outras espécies, sendo assim um ambiente altamente competitivo para organismos tão lentos. Com a extinção de grande parte destas espécies ao final desta era, abriu-se um espaço ideal para estes moluscos, que desde então vem se expandindo de modo extraordinário. Como retiram o oxigênio da água que entra e sai de seu organismo através de tubos chamados sifões, com o passar do tempo, eles evoluíram desenvolvendo canais calcários cada vez mais eficientes, longos e protetores na abertura de suas conchas. A partir da Era Mesozóica, alguns gastrópodos transformaram suas brânquias em pulmões e se adaptaram ao ambiente terrestre, deixando de ter estas reentrâncias e canais sifonais. Outros gêneros tornaram-se fixos entre as rochas, desenvolvendo conchas de formato irregular. Alguns outros incluíram gotas de óleo em seu pé e passaram a flutuar na superfície das águas. E outros ainda perderam suas conchas. Destes, as formas marinhas aprenderam a nadar, transformando seu pé rastejante numa membrana fina e ondulante. As conchas dos gastrópodos, por serem freqüentemente mais globosas e resistentes do que a dos bivalvíos, são preservadas nas rochas sedimentares como fósseis inalterados ou recristalizados, neste caso sofrendo um novo arranjo cristalino em sua estrutura mineral. Também é comum encontrar moldes internos da concha de gastrópodos (formados como o descrito para os bivalvíos) ou moldes externos, quando a concha deixa impressa tridimensionalmente sua morfologia exterior no lodo ou areia (posteriormente endurecidos), que sepultou o animal.

Os cefalópodos evoluíram seguindo duas linhagens, a partir de indivíduos de concha externa retilínea: uma linhagem manteve a concha externa, que foi paulatinamente se enrolando em um só plano, e outra linhagem internalizou a concha e foi gradativamente perdendo-

a. As formas que mantiveram a concha externa começaram, no final da Era Paleozóica, a se adaptar a águas marinhas mais profundas, um nicho ainda pouco habitado por invertebrados. Para tanto, desenvolveram dobras nos septos internos destas conchas, o que possibilitou suportar maiores pressões sem aumentar significativamente seu peso, algo importante para formas natantes. Durante a Era Mesozóica, os cefalópodos atingiram seu clímax evolutivo, especialmente com suas formas de conchas externas, chamadas amonóides. Marcas fossilizadas de suas conchas ocorrem em grande número e variedade, algumas com quase 2m de diâmetro, como a que se encontra exposta nas escadarias do Museu de História Natural de Paris. Ao final da Era Mesozóica, juntamente com a extinção dos dinossauros, a maioria dos cefalópodos desapareceu da face da Terra, inclusive todos os amonóides. Atualmente, apenas o náutilo tem concha externa. Os polvos, lulas, sépias e argonautas constituem as formas mais evoluídas dos cefalópodos de esqueleto interno, tendo-o perdido quase totalmente. Conchas fósseis de cefalópodos raramente são encontradas, pois eram muito finas. Porém são abundantes seus moldes compostos, que mostram, ao mesmo tempo, a estrutura interna e externa da concha, preenchida por sedimentos e prensada pelo peso das rochas que a soterraram, tudo moldado e endurecido com o passar de milhões de anos. Quando os espaços entre os septos internos da concha não são preenchidos por sedimentos, podem formar espaços ocos onde, com freqüência, crescem cristais de calcita, resultantes da atividade das águas subterrâneas.

Assim, vê-se que a evolução da concha das três principais classes de moluscos ocorreu principalmente relacionada a adaptações a novas formas de vida e à conquista de novos ambientes. Isso proporciona, em via inversa, o reconhecimento da idade, do ambiente e do modo de vida de uma espécie agora extinta, da qual temos hoje apenas a concha ou seu vestígio. Investigando a morfologia do fóssil e a rocha sedimentar na qual ele se encontra, é possível reconstituir sua história de vida em nosso planeta. E estudando desta forma diversas espécies e relacionando-as entre si, pode-se reconstituir um ambiente antigo da vida pré-histórica em diferentes regiões da Terra e, naturalmente, em Sergipe.

3. CONCHAS FÓSSEIS EM SERGIPE

O Estado de Sergipe apresenta em seu subsolo, sem sombra de dúvidas, a mais rica e variada malacofauna (fauna de moluscos) do Brasil. Assim sendo, seu estudo é extremamente importante, não só em termos históricos, geográficos, geológicos e paleoecológicos, mas também porque esta fauna ocorre associada a camadas sedimentares relacionadas à geração e à exploração do petróleo, uma indústria bastante desenvolvida no Estado, responsável por grande parte das melhorias de vida oferecidas à população, através do pagamento de *royalties* aos municípios nos quais extrai petróleo. Todas as classes de moluscos acima comentadas têm, em Sergipe, centenas e milhares de representantes fósseis, com formas únicas e ainda desconhecidas para o mundo científico.

As conchas destas três classes ocorrem em três formações estratigráficas, ou seja, em camadas de rochas sedimentares depositadas em um determinado tempo e por extensões significativas. Estas formações sergipanas, descritas e denominadas por geólogos, tiveram seus sedimentos e fósseis depositados no final da Era Mesozóica, num período chamado Cretáceo, que durou quase 80 milhões de anos, de 145 a 66 milhões de anos atrás. Citando as três formações, da mais antiga para a mais recente, temos: a Formação Riachuelo, a Formação Cotinguiba e a Formação Calumbi. Elas representam a deposição de sedimentos em ambientes costeiros e submersos relacionados ao Oceano Atlântico que se formava naquela época pela separação dos continentes sul-americano e africano.

A Formação Riachuelo foi depositada entre cerca de 115 e 97 milhões de anos atrás, tendo registrado em suas rochas ambientes muito costeiros, com influência de rios, planícies aluviais, lagunas e bancos carbonáticos. Atualmente encontra-se exposta em pequenas pedreiras nos municípios de Divina Pastora, Maruim, Rosário do Catete, Riachuelo e Laranjeiras. A Formação Cotinguiba, um pouco mais nova, formada aproximadamente entre 97 e 85 milhões de anos atrás, representa uma sedimentação ocorrida em mar aberto, mais profundo, aflorando

hoje em dia principalmente nos municípios de Laranjeiras e Carmópolis, e sendo explorada pela indústria de cimento em enormes pedreiras. E a porção atualmente emersa da Formação Calumbi, depositada desde aproximadamente 85 milhões de anos atrás, mostra novamente ambientes marinhos semelhantes aos atuais, expostos principalmente na margem de rios que cortam os municípios de Aracaju, Nossa Senhora do Socorro e Santo Amaro das Brotas.

Conchas de bivalvíos na Formação Riachuelo (Fig.1) são extremamente abundantes, especialmente as pequenas valvas esbranquiçadas do gênero *Neithea*, similares aos *pectens* atuais. A palavra 'gênero' designa um grupo de espécies muito estreitamente aparentadas, similar ao significado de um sobrenome de uma pessoa. Há também muitos moldes de conchas quase lisas dos gêneros *Cardium*, *Isocardia*, *Crassatellites*, *Liopistha* e *Pitaria*, todas pequenas formas sub-equidimensionais, e de *Homomya* e *Pleuromya*, formas mais alongadas, que alcançam 12cm de comprimento. Conchas e moldes externos do gênero *Gervillia*, um bivalvío fino e longo como uma pequena faca, são encontrados localmente em áreas próximas a antigos bancos carbonáticos. Valvas de *Ostrea*, *Exogyra* e *Modiola*, organismos similares aos bivalvíos hoje encontrados nos mangues sergipanos, e conchas dos gêneros *Anditrigonia*, *Myophorella*, *Mesolinga*, *Aguileria* e *Lima*, que viviam em planícies aluviais ou no fundo de lagunas, ocorrem ainda com bastante frequência nos sedimentos da Formação Riachuelo.

Os bivalvíos fósseis da Formação Cotinguiba são bem menos diversificados do que os da Formação Riachuelo, pertencendo a maioria deles à família dos inoceramídeos, hoje extinta, mas muito abundante durante o período Cretáceo, sendo por isto utilizada no mundo todo para a datação das rochas onde ocorrem. Os gêneros mais comumente encontrados, como impressões e moldes, são *Mytiloides*, *Rhysomytiloides* e *Sergipia* (Fig.2). Quando sua fina concha de linhas concêntricas está presente, ela é bastante amarronzada, sobressaindo, pela cor, do calcário cinzento ou creme-claro onde está fossilizada. Ocorrem ainda alguns moldes bastante grandes (até cerca de 15cm) dos gêneros *Pinna* e *Fragum*.

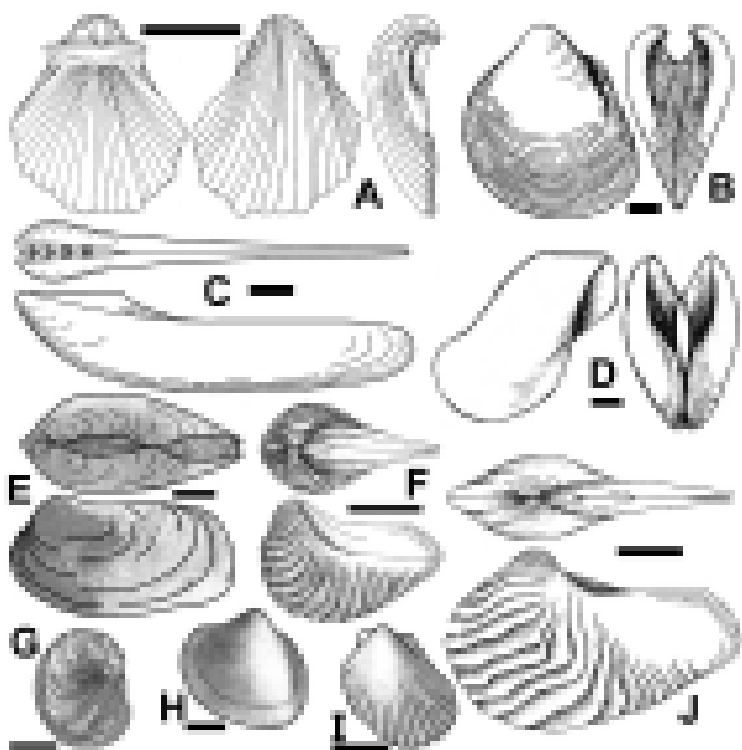


Figura 1: Biválvios da Formação Riachuelo (de 115 a 100 milhões de anos atrás): A - *Neithea*, B - *Mesolinga*, C - *Gervillia*, D - *Aguileria*, E - *Pleuromya*, F - *Myophorella*, G - *Exogyra*, H - *Cardium*, I - *Lima*, J - *Anditrigonia*. Barra indica 1cm.

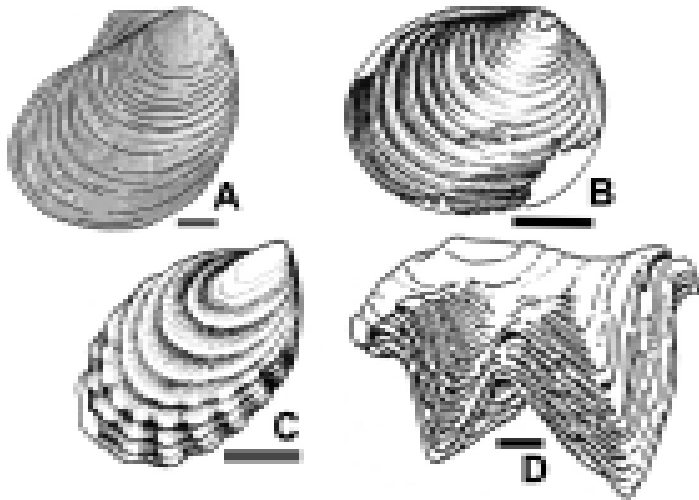


Figura 2: Biválvios da Formação Cotinguiba (de 97 a 85 milhões de anos atrás): A - *Mytiloides*, B - *Sergipia*, C - *Rhysomytiloides*. Biválvio da formação Calumbi (de 85 milhões de anos atrás): D - *Lopha*. Barra indica 1cm.

E os bivalvíos que ocorrem na Formação Calumbi, os mais recentes fósseis conhecidos desta classe de moluscos em Sergipe, compõem uma fauna de pequenas formas, entre as quais se sobressaem as conchas fortemente dobradas em zigue-zague do gênero *Lopha* (Fig.2). Outros bivalvíos fósseis ocorrentes, mas não muito comuns, afora as ostras, são dos gêneros *Inoceramus*, *Nuculana*, *Trigonarca*, *Nevenulora*, *Miltha*, *Saxolucina*, *Corbula* e *Veniella*.

Os fósseis de gastrópodos na Formação Riachuelo ocorrem aos milhares, especialmente se consideramos as milimétricas conchas cônicas alongadas de gêneros como *Amaea*, *Angularia*, *Atira*, *Bittiscala*, *Cosinia* e *Proconulus*, entre outros, que viviam nos mais diversificados nichos. Extremamente freqüentes são conchas similares a estas, só que de maior porte (podem alcançar cerca de 8cm), como os gêneros *Turritella*, *Nerinea*, *Fasciolaria* e *Paraglauconia*, e as conchas mais globosas de *Tylostoma*, *Ampulospira*, *Turbo*, *Fusus* e *Peruviella*, das quais muitas vezes só temos seus moldes internos (Fig.3).

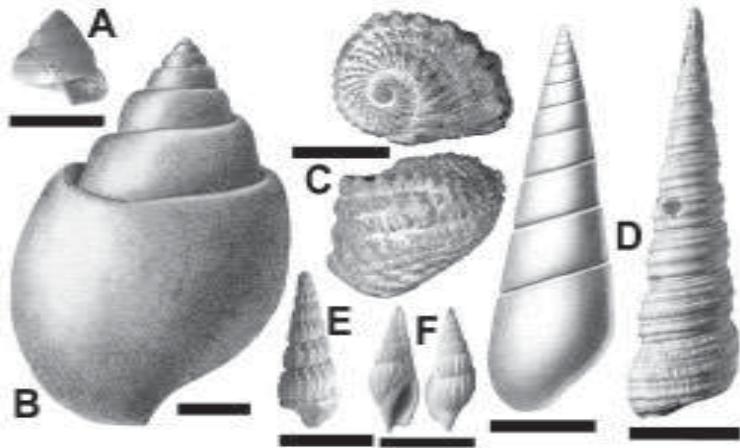


Figura 3: Gastrópodos da Formação Riachuelo (de 115 a 100 milhões de anos atrás): A - *Atira*, B - *Tylostoma*, C - *Otostoma*, D - *Turritella* (à esquerda, o molde interno, e à direita, a concha), E - *Bittiscala*, F - *Fusus*. Barra indica 1cm.

Pequenas conchas ricamente ornamentadas por costelas tuberculadas estão representadas em Sergipe pelos gêneros *Otostoma* e *Cerithium*. Na Formação Riachuelo também se encontram as conchas fósseis coloridas mais antigas do Brasil, com padronagens muito variadas em preto, marrom e creme, similares às observadas em gastrópodos de mares rasos e tropicais da atualidade. As conchas assim coloridas pertencem aos gêneros *Mesoneritina* e *Neritoma* (Fig.4).

Os gastrópodos fósseis das formações Cotinguiba e Calumbi são, de modo geral, pouco comuns, normalmente representados por moldes internos dos gêneros *Tylostoma* e *Turritella*, já presentes na Formação Riachuelo. Alguns gêneros estão registrados apenas na Formação Calumbi, como os pequenos moldes fragmentados e nada abundantes de *Collonia*, *Fissurella*, *Eucycloscala*, *Pseudomalaxis*, *Margaritella* e *Cylichna*. Além destes gastrópodos, há outras formas cuja classificação ainda depende de maiores estudos.

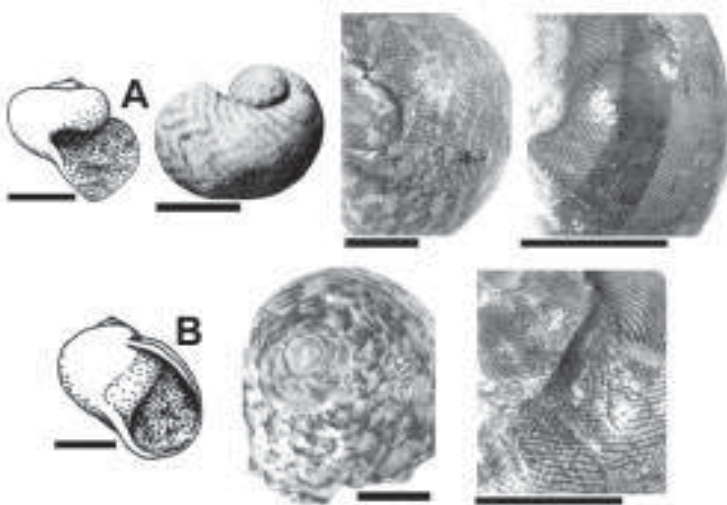


Figura 4: Gastrópodos coloridos da Formação Riachuelo (de 115 a 100 milhões de anos atrás): A (toda a linha) - *Mesoneritina*, com detalhe do padrão de coloração, B (toda a linha) - *Neritoma*. Barra indica 1cm.

Os cefalópodos de concha externa mais abundantes durante o período Cretáceo são os chamados amonóides que, por serem muito variados e natantes, distribuindo-se facilmente por todos os mares do mundo, são utilizados para datar rochas sedimentares, não sendo diferente em Sergipe. Na Formação Riachuelo, os cefalópodos, em geral, têm conchas pequenas (até cerca de 15cm) com costelas bem pronunciadas, estas freqüentemente cheias de nódulos (Fig.5). As formas mais antigas pertencem aos gêneros *Epicheloniceras*, *Diadococeras* e *Eodouvilleiceras*. Seqüencialmente mais jovens, são os gêneros *Douvilleiceras*, *Oxytropidoceras*, *Elobiceras* e *Mortoniceras*, que caracterizam diferentes idades geológicas em Sergipe. Outros amonóides encontram-se ainda nos sedimentos da Formação Riachuelo, mas de forma temporalmente mais extensa, não permitindo datações acuradas, como, por exemplo, os gêneros *Puzosia* e *Eohoplites*.

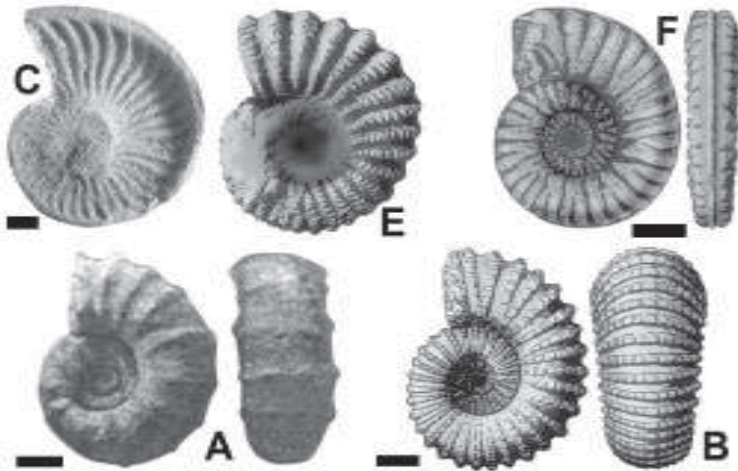


Figura 5: Cefalópodos da Formação Riachuelo (de 115 a 100 milhões de anos atrás): A - *Diadococeras*, B - *Douvilleiceras*, C - *Oxytropidoceras*, D - *Elobiceras*, E - *Mortonicerias*. Barra indica 1cm.

Na Formação Cotinguiba ocorre a mais rica e diversificada fauna de cefalópodos amonóides de Sergipe (Fig.6), cujas conchas atingem cerca de 1m de diâmetro, como um exemplar do gênero *Hoplitoides* (Fig.6J) que se encontra exposto no Museu de Paleontologia da Universidade de Uppsala, Suécia, retirado da Pedreira da Votorantim em Laranjeiras. As camadas mais antigas da Formação Cotinguiba mostram exemplares de conchas ainda com costelas nodulosas dos gêneros *Stoliczkaia* e *Graysonites*, seguidas superiormente por conchas de ornamentação mais discreta dos gêneros *Acompoceras* e *Dunveganoceras*, e posteriormente por formas ainda mais recentes e ornamentadas dos gêneros *Acanthoceras*, *Pseudocalycoceras*, *Thomelites*, *Euomphaloceras* e *Vascoceras*. Ocorrem juntamente com esta fauna as únicas conchas cônico-espiraladas de amonóides brasileiros até hoje conhecidas, encontradas numa pequena elevação, hoje arrasada, na entrada da cidade de Japarutuba. Pertencem aos gêneros *Hypoturrites* e *Mariella* (Figs 6C e 6D).

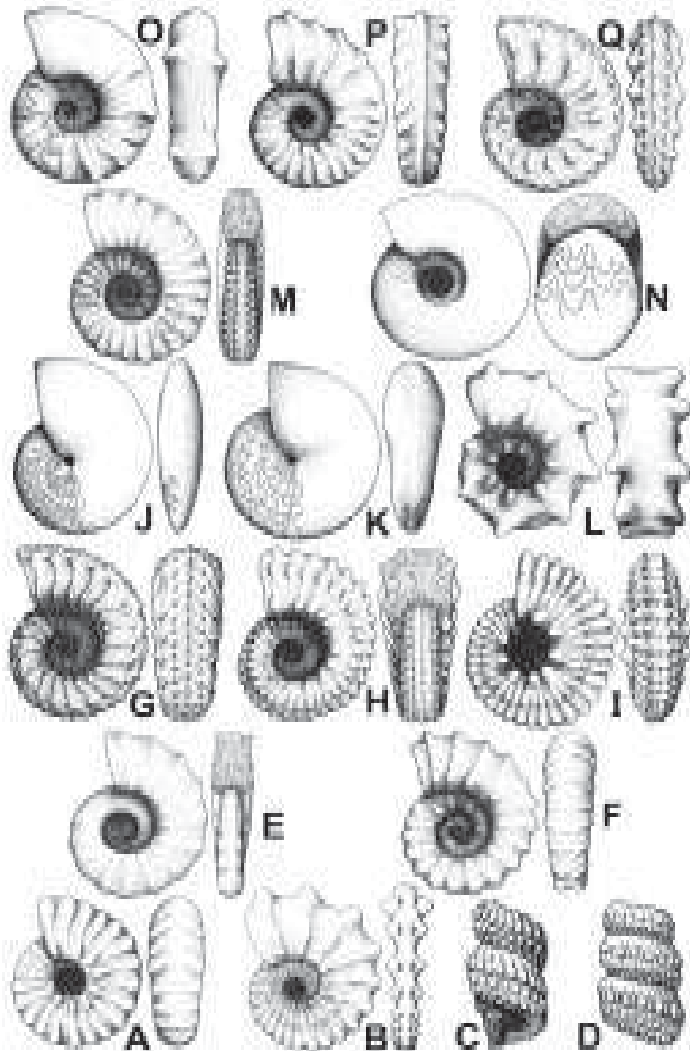


Figura 6: Cefalópodos da Formação Cotinguiba (de 97 a 85 milhões de anos atrás): A - *Stoliczkaia*, B - *Graysonites*, C - *Mariella*, D - *Hypoturillites* (mais antigos), E - *Acompsoceras*, F - *Dunveganoceras* (um pouco mais recentes), G - *Euomphaloceras*, H - *Acanthoceras*, I - *Thomelites* (ainda mais recentes), J - *Hoplitoides*, K - *Neoptychites*, L - *Mammites*, M - *Kamerunoceras*, N - *Paravascoceras* (mais novos ainda), O - *Solgerites*, P - *Prionocycloceras*, Q - *Forresteria* (os mais recentes).

Em sedimentos um pouco mais recentes desta mesma formação ocorrem conchas igualmente ornamentadas dos gêneros *Watinoceras*, *Mammites* e *Kamerunoceras*, e conchas lisas, por vezes de grande porte, de *Hoplitoides*, *Neoptychites*, *Pseudotissotia* e *Paravascoceras*. Nas camadas mais superiores e mais recentes da Formação Cotinguiba, existem fósseis de conchas relativamente pequenas (até cerca de 15cm), com costelas e tubérculos, de cefalópodos amonóides dos gêneros *Prionocycloceras*, *Solgerites*, *Forresteria* e *Barroisiceras*.

Na Formação Calumbi, o registro fóssilífero de cefalópodos é bastante mais reduzido, sendo mais conhecido o gênero *Pachydiscus*. Pode-se encontrar também, com alguma frequência, moldes de conchas de pequeno porte (cerca de 8cm) dos gêneros *Vertebrites* e *Sphenodiscus*.

Enfim, a inquestionável riqueza e diversidade da paleofauna de bivalvíos e gastrópodos existente na Formação Riachuelo em Sergipe reflete a variedade de ambientes e nichos costeiros que proporcionam o desenvolvimento de diferentes adaptações e formas de vida, como se pode bem observar modernamente em áreas muito próximas ao continente. A predominância de cefalópodos amonóides na malacofauna da Formação Cotinguiba, demonstra o domínio de águas mais profundas de mar aberto, sob as quais poucos bivalvíos e gastrópodos poderiam viver no substrato oceânico. Com o nível do mar baixando e os continentes sul-americano e africano paulatinamente mais separados, os poucos sedimentos depositados e hoje expostos da Formação Calumbi mostram um empobrecimento no registro fóssilífero de conchas de moluscos, ainda que isto seja também um reflexo da pequena extensão de seus afloramentos.

4. HISTÓRICO DAS CONCHAS FÓSSEIS EM SERGIPE

A síntese aqui apresentada sobre conchas fósseis do subsolo sergipano traduz principalmente as investigações da autora e sua vivência de pesquisa ao longo de vinte anos. Há naturalmente trabalhos anteri-

ores e importantes que antecederam e motivaram estes estudos. A primeira publicação de fôlego sobre os moluscos fósseis de Sergipe, saída a lume em 1887, é de autoria de Charles Abiathar White, um paleontólogo norte-americano que recebeu em Washington as amostras de Sergipe, coletadas entre 1865 e 1866 pelo geólogo canadense Charles Frederick Hartt e seus colaboradores na famosa Expedição Thayer. Cinquenta anos depois, em 1937, surgiu outra monografia sobre o mesmo tema e também redigida por uma norte-americana, neta de uma brasileira, Carlotta Joaquina de Paiva Maury (Fig.7). Esta paleontóloga também nunca colocou seus pés em solo sergipano, tendo descrito e nomeado os espécimens investigados por White e outros coletados por Moraes Rego, e a ela enviados para estudo nos Estados Unidos. Ainda que estes dois trabalhos sejam pioneiros e indispensáveis no estudo de conchas fósseis de Sergipe, foram ambos ilustrados por desenhistas não-biólogos ou não-paleontólogos, como era costume na época, que valorizavam mais o aspecto estético do que o científico, o que gerou posteriores distorções no reconhecimento das espécies.



Figura 7: Carlotta Joaquina de Paiva Maury (1875 - 1938)

Quase 25 anos depois, na década de 60, outro estrangeiro veio a contribuir significativamente para o conhecimento da malacofauna cretácica de Sergipe, merecendo também nosso profundo reconhecimento: Karl Beurlen (Fig.8). Este paleontólogo alemão radicou-se na Universidade Federal de Pernambuco e efetuou numerosos trabalhos de campo no Brasil. Publicou os resultados de suas investigações sobre moluscos fósseis de Sergipe em diversos periódicos científicos entre 1960 e 1973, principalmente referentes à taxonomia e às ocorrências geográficas e estratigráficas (relacionadas à datação). Um de seus filhos nascidos na Alemanha, Gerhard Beurlen, por inspiração e colaboração direta do pai, publicou, em 1968 e 1970, dois importantes trabalhos sobre conchas de amonóides. Quinze anos mais tarde, em 1983, o geólogo sueco Peter Bengtson defendeu em Uppsala a primeira tese de doutoramento sobre moluscos fósseis de Sergipe, resultado de suas coletas e estudos iniciados em 1970. Desde então, este cientista, hoje na Universidade de Heidelberg, tem se dedicado especialmente à estratigrafia dos cefalópodos amonóides da Formação Cotinguiba.



Figura 8: Karl Beurlen (1901 - 1965).

Quase 100 anos depois do trabalho pioneiro de White, período em que praticamente só cientistas estrangeiros se dedicaram ao conhecimento da paleofauna encontrada no subsolo de Sergipe, surgem os primeiros trabalhos sistemáticos e aprofundados de brasileiros natos, ainda que não sergipanos. As investigações, lideradas principalmente pela autora deste (Maria Helena Hessel) e por Wagner Souza-Lima, têm aportado relevantes informações sobre a malacofauna do período Cretáceo deste Estado. A paleontóloga gaúcha defendeu tese de doutorado sobre inoceramídeos da Formação Cotinguiba em 1987 na Universidade de Uppsala, dedicando-se, juntamente com colaboradores, ao estudo de conchas de bivalvíos e de gastrópodos das formações Riachuelo e Cotinguiba, inclusive tendo orientado uma dissertação de mestrado nesta área (Condé, 1996). O geólogo baiano, com tese de doutorado sobre a macrofauna da Formação Calumbi, defendida na Universidade Federal do Rio de Janeiro em 2001, tem igualmente se dedicado à pesquisa dos moluscos cretácicos sergipanos, sendo um dos sócios-fundadores e o atual presidente da Fundação Paleontológica Phoenix, com sede em Aracaju. Esta fundação, criada em 1999, não tem medido esforços para divulgar a Paleontologia sergipana, mantendo um interessante e atualizado *site* na Internet (www.phoenix.org.br) e promovendo eventos em associação com diversas universidades do nordeste brasileiro, tendo já iniciado, junto aos órgãos governamentais, gestões para a criação e manutenção de um Museu de Paleontologia na cidade de Aracaju, tendo em vista que a Fundação possui atualmente um acervo de mais de 40 mil peças fósseis, a maioria de conchas de moluscos de Sergipe.

Obviamente, há trabalhos pontuais sobre conchas fósseis de Sergipe, mas, em geral, trazem poucas contribuições ao conhecimento, seja por se constituírem na síntese do que já foi publicado, seja por mencionar apenas ocorrências ou por desconhecer a literatura internacional. Entretanto, a valorização desta riquíssima e diversificada malacofauna do período Cretáceo, através da análise e determinação das espécies ocorrentes no subsolo sergipano, à luz dos modernos métodos e dados internacionais, seria de grande valia para o reconhe-

cimento de sua biodiversidade, pois inúmeros exemplares esperam por um estudo detalhado para que possam ser integrados tanto em cadeias evolutivas quanto em reconstruções paleoambientais. Diversas formas são desconhecidas no mundo científico; outras, não têm a idade corretamente determinada e ainda outras podem proporcionar interessantes soluções na gestão ambiental de nossos dias. Mas, para tanto, é preciso que estudantes e profissionais de Sergipe percebam a importância de conhecer sistematicamente as conchas fósseis deste Estado, como outros pesquisadores estrangeiros já perceberam. Este processo felizmente parece estar se iniciando, pois se sabe de uma sergipana (Edilma de Jesus Andrade) que está concluindo seu doutorado sobre bivalvíos e cefalópodos da Formação Cotinguiba na Universidade de Heidelberg, Alemanha.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A indústria do petróleo, em seus trabalhos de exploração, dedica-se especialmente aos fósseis que recuperam nas perfurações de poços (majoritariamente microscópicos) para datar e interpretar o paleoambiente de onde eles provêm. Estas informações são importantes porque só uns poucos ambientes permitem a formação de petróleo, e apenas camadas sedimentares de certas idades e características podem acumular hidrocarbonetos numa determinada região. Um dos sistemas petrolíferos de Sergipe está baseado na geração de petróleo ocorrida em áreas restritas das formações Riachuelo e Cotinguiba, e nos reservatórios que ocorrem em certas rochas da Formação Calumbi. Como esta última formação estratigráfica é muito extensa sob águas marinhas profundas no litoral sergipano, aí se encontra uma grande fronteira exploratória para nosso país. Considerando que estas três formações são exatamente as que possuem maior quantidade de conchas fossilizadas, o estudo destes fósseis de Sergipe não só contribui para a reconstrução da história geológica do Estado, como também auxilia significativamente no reconhecimento de possíveis paleoambientes formadores de petróleo.

Assim sendo, todos os esforços para desenvolver a investigação da malacofauna de Sergipe serão bem vindos em prol da biodiversidade e da ciência de nosso planeta, assim como do bem estar da sociedade sergipana, pois o petróleo e os *royalties* dele advindos podem gerar muitos benefícios para o ser humano. Em Sergipe, por exemplo, nos últimos vinte anos, foram reconhecidas e descritas seis novas espécies e um novo gênero de bivalvíos, com diferentes formas de vida e adaptações ao meio ambiente, enriquecendo nossa percepção sobre a biodiversidade sergipana. Por outro lado, o reconhecimento da ocorrência de anoxia (ausência de oxigênio livre), no fundo dos mares, durante certos períodos de deposição da Formação Cotinguiba, através do estudo de conchas de inoceramídeos, levou os geólogos a investigar a possível geração de petróleo nesta formação, o que foi posteriormente confirmado.

O mundo escolar e acadêmico de Sergipe deveria estar preparado para despertar vocações e oferecer vivências que levem os estudantes a quererem desvendar os mistérios do passado, relacionando-os com situações de vida presentes e visando a sobrevivência futura. As fundações e centros de pesquisa deveriam ter condições de oferecer oportunidades de treinamento paradidático e de especialização a potenciais paleontólogos, contando com subsídios de empresas particulares e entidades governamentais. Os administradores municipais e gerentes de empresas deveriam ser informados de sítios paleontológicos importantes e de exemplares raros que ocorrem em seus municípios ou pedreiras para que soubessem preservar, em Sergipe, esta riqueza inestimável e única. E para a população em geral deveriam ser oferecidas possibilidades de acesso à informação advinda da pesquisa acadêmica para que todos pudessem reconhecer, valorizar e preservar o tesouro de conchas fósseis que se encontra enterrado em subsolo sergipano.

BIBLIOGRAFIA

- ANDRADE, E.J., ZUCON, M.H. & HESSEL, M.H. 1994 - Ocorrência de *Mesolinga* (Bivalvia Lucinidae) no Eocretáceo de Sergipe, Brasil. *Acta Geologica Leopoldensia*, São Leopoldo, 17(39), 711-721.
- BENGTSON, P. 1983 - The Cenomanian-Coniacian of the Sergipe Basin, Brazil. *Fossils and Strata*, Oslo, 12, 1-78.
- _____. 1999 - Research on Cretaceous ammonites of Brazil in the 20th Century and the state of the art. 5^o *Simpósio sobre o Cretáceo do Brasil*, *Boletim*, Rio Claro, 591-598.
- BEURLIN, G. 1968 - A fauna do Complexo Riachuelo-Maruím: Ammonoidea. *Boletim Técnico da Petrobras*, Rio de Janeiro, 11(4), 437-482.
- _____. 1970 - Uma nova fauna de amonóides da Formação Sapucari/Laranjeiras (Cretáceo de Sergipe): considerações sobre sua bioestratigrafia. *Boletim Técnico da Petrobras*, Rio de Janeiro, 12(2), 147-169.
- _____. 1961a - Observações sobre a Formação Riachuelo, Cretáceo Inferior, Sergipe. *Jornal do Clube de Mineralogia de Recife*, Recife, 2(3/4), 51-55.
- _____. 1961b - O Turoniano marinho no Nordeste do Brasil. *Boletim da Sociedade Brasileira de Geologia*, São Paulo, 10(2), 39-52.
- _____. 1961c - Die Kreide im Kuestenbereich von Sergipe bis Paraíba do Norte (Brasilien). *Zeitschrift der Deutschen Geologischen Gesellschaft*, Hamburg, 112(3), 378-384.
- _____. 1963 - O termo formação na terminologia estratigráfica, ilustrado pelas formações Maruím e Gramame (Cretáceo do Nordeste do Brasil). *Anais da Academia Brasileira de Ciências*, Rio de Janeiro, 35(3), 327-338.
- _____. 1964a - Notas preliminares sobre a fauna da Formação Riachuelo. *Boletim de Geologia da Universidade de Recife*, Recife, 4, 29-38.

_____. 1964b - As espécies dos Cassiopinæ, nova subfamília dos Turritellidæ no Cretáceo do Brasil. *Arquivos de Geologia da Universidade de Recife*, Recife, 4, 1-44.

_____. 1973 - A Paleontologia na Geologia do Cretáceo no Nordeste brasileiro. *Anais da Academia Brasileira de Ciências*, Rio de Janeiro, 43(Supl.), 89-101.

_____. & BARRETO, A. 1968 - A posição estratigráfica da Formação Riachuelo (Cretáceo, Sergipe). *Boletim da Sociedade Brasileira de Geologia*, São Paulo, 17(1), 85-88.

CONDÉ, V.C. 1996 - Microgastrópodes do Eocretáceo de Sergipe, Brasil. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 84p.

HARTT, C.F. 1870 - *Geology and Physical Geography of Brazil*. Boston, Fields, Osgood & Co., 620p.

HESEL, M.H. 1986 - Alguns inoceramídeos (Bivalvia) radialmente ondulados do Turoniano Inferior de Sergipe. In DNPM: *Coletânea de Trabalhos Paleontológicos*. Brasília, Departamento Nacional da Produção Mineral (Série Geologia 27), 227-237.

_____. 1988 - Lower Turonian Inoceramids from Sergipe, Brazil: Systematics, Stratigraphy, and Paleoecology. *Fossils and Strata*, Oslo, 21: 1-80.

_____. 2004a - *Gervillia (Gervillia) solenoidea* Defrance, 1820 (Bivalvia Bakevelliidae) do Neo-aptiano de Sergipe, Brasil. *Revista Brasileira de Paleontologia*, Porto Alegre, 7, 67-76.

_____. 2004b - *Anditrigonia britoi* n.sp. (Bivalvia) do Eo-albiano de Sergipe, Brasil. *Publicação Especial da Academia Brasileira de Ciências*, Rio de Janeiro, 17, 20-39.

_____. & CARVALHO, M.T.N. 1988 - Padrão de coloração em *Natica* (Gastropoda) do Albiano Inferior de Sergipe. *10º Congresso Brasileiro de Paleontologia*, Anais, Rio de Janeiro, 2, 457-469.

_____. & FILIZOLA, N.P. 1991 - Algumas espécies de *Aguiliera* (Bivalvia) do Albiano Inferior de Sergipe. *11º Congresso Brasileiro de Paleontologia*, Anais, Curitiba, 1, 301-316.

KAUFFMAN, E.G. & BENGTON, P. 1985 - Mid-Cretaceous Inoceramids from Sergipe, Brazil: A progress report. *Cretaceous Research*, Oslo, 6(3), 311-315.

MAURY, C.J. 1937 - O Cretaceo de Sergipe. *Monografia do Serviço Geológico e Mineralógico do Brasil*, Rio de Janeiro, 11, 1-283; Album das Estampas, I-XXXV, est.1-28.

REYMENT, R.A., BENGTON, P. & TAIT, E. A. 1976 - Cretaceous transgressions in Nigeria and Sergipe-Alagoas (Brazil). *Anais da Academia Brasileira de Ciências*, Rio de Janeiro, 48(Supl.), 253-264.

SANTOS, E.A., ZUCON, M.H. & HESSEL, M.H. 1994 - Observações paleoecológicas sobre *Lopha aracajuensis* (Bivalvia Ostreidae) do Neocretáceo de Sergipe, Brasil. *Acta Geologica Leopoldensia*, São Leopoldo, 39(2), 723-731.

SOUZA-LIMA, W. 2001 - Macrofaunas campanianas e ambientes deposicionais da Formação Calumbi, bacia de Sergipe-Alagoas, Brasil. Tese de doutoramento, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 361p.

WHITE, C.A. 1887 - Contribuições à Paleontologia do Brasil. *Archivos do Museu Nacional do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, 7, 1-273, est.1-28.

CONTRIBUIÇÃO À ARQUEOLOGIA DE SERGIPE COLONIAL

FRANCISCO JOSÉ ALVES*

Desde as décadas finais do século passado que as fases colonial e imperial do Brasil vêm sendo investigadas com o concurso das escavações arqueológicas. A arqueologia dessas épocas do país traz substanciais inovações, pois faz vir à tona vestígios da cultura material do passado. A pesquisa histórica livra-se do exclusivismo do documento escrito, e o passado ressurge a partir dos indícios concretos produzidos no cotidiano ou nos eventos extraordinários. Exemplo disto são as pesquisas efetuadas em cidades, como Rio de Janeiro, Salvador e Recife. No âmbito do extraordinário, temos as escavações em sítios da Guerra da “Restauração” Nordestina (1630-1654) ou da Guerra de Canudos (1897).

Em Sergipe, até onde sei, nada foi feito no campo da arqueologia histórica. O estudo dos séculos passados ainda não sofreu o impacto dos vestígios vindo à luz por meio das escavações arqueológicas. É uma lacuna a ser preenchida. Vejamos alguns pontos da história de Sergipe que podem ser elucidados com a contribuição da arqueologia.

São Cristóvão, antiga capital de Sergipe, é conhecida entre nós como a “quarta cidade mais antiga do Brasil”. Esta informação circula

* Professor do Departamento de História da UFS

veiculada pelo sistema escolar, mídia e setores do turismo. É um dado difuso entre todos os sergipanos com uma pontinha de orgulho da nossa vetusta capital. De fato, a velha cidade foi fundada em janeiro de 1590 pelo preposto do governador da Bahia, Cristóvão de Barros. Com ele, tem início o hábito atual de nossos governantes batizarem suas obras com seus nomes. Embora ilegal, tal prática viceja solta. É um apanágio da classe mandante.

O que a maioria não sabe é que quando se fala da “quarta cidade mais antiga do Brasil”, não se trata da São Cristóvão atual, localizada às margens do combalido rio Paramopama, a sudoeste de Aracaju. O fato histórico é que a antiga capital, antes de situar-se no local atual, teve dois outros sítios de localização controversa. A São Cristóvão atual é, assim, o terceiro sítio de uma mesma cidade. A urbe mudou de lugar conservando, contudo, a mesma designação; vinho novo, mas com o velho rótulo. O fato não é incomum na História do Brasil: cidades mudaram de lugar sem trocar de nome.

As duas mudanças de local são incontestes conforme os documentos de época. Todos os testemunhos estão de acordo quanto à existência de tais trasladações. Todavia, o mesmo já não se pode dizer dos sítios das duas antigas São Cristóvão. A razão é simples; os testemunhos antigos não primam pela precisão no respeitante aos locais. Quase sempre são localizações aproximadas, imprecisas, para os parâmetros atuais. Por conta disto, a localização da primeira São Cristóvão gerou muitas hipóteses, fez correr muita tinta, desde o século 19, época do nascimento da nossa historiografia científica.

No século 19, mais precisamente em 1854, Francisco Adolfo Varnhagen (1816-1876) diz, em sua *História Geral do Brasil*, que o local da primitiva São Cristóvão era na “foz do rio de Sergipe, atual Cotindiba, sobre o istmo que forma aí o deságüe do Poxim”.¹

¹ VARNHAGEN, Francisco Adolfo. *História Geral do Brasil*. 10 ed. São Paulo: Melhoramentos, 1978. v 1, p. 34.

Conforme o historiador oitocentista, tal “arraial” ficava junto ao “Forte Velho”, levantado pelo conquistador Cristóvão de Barros. É difícil afirmar com precisão este local. Entretanto, a tradição historiográfica o tem posto, aproximadamente, no sítio do atual “Parque dos Cajueiros”, na zona sul de Aracaju, no encontro do rio Sergipe e do Poxim. Esta seria a localização da “primitiva” São Cristóvão, seu sítio primordial. Felisbello Freire (1858-1916), seguindo as pegadas de Varnhagen, o Visconde de Porto Seguro, também toma a foz do Sergipe/Cotinguiba como sendo o local da São Cristóvão primitiva. O historiador sergipense escreve, em obra de 1891: após a conquista militar do território, Cristóvão de Barros “levanta um forte sobre o istmo que forma a barra do rio Poxim, junto à foz do rio Sergipe, hoje Cotinguiba e junto a ele funda um arraial, a que dá o nome de cidade de São Cristóvão”.²

Infelizmente, até hoje não se conhece nenhum documento do século 16 que localize com exatidão a São Cristóvão primordial. Todos os relatos conhecidos são posteriores à fundação do “arraial” inicial, batizado de cidade pelo seu fundador, Cristóvão de Barros. Os documentos conhecidos são da primeira metade do século 17, mais precisamente do primeiro quartel. Este é o caso dos testemunhos de Diogo de Campos Moreno (1566-c.1617) datado pelos peritos como de 1612; e a “Carta do Conselho”, lavrada em São Cristóvão em 03 de setembro 1603. Estes documentos, quase coevos, pouco ajudam para esclarecer a localização da São Cristóvão inicial; o arraial de Cristóvão de Barros a que faz referência os historiadores e cronistas do século 19.

A “Carta do Conselho” é fonte preciosa, pois nos fornece alguns dados sobre a primeira São Cristóvão. O documento seiscentista data a primeira transferência da incipiente cidade. Conforme o testemunho, ela teria ocorrido por volta de 1596-97. Assim sendo, o arraial fundado pelo conquistador de Sergipe e seus companheiros teria durado somente seis ou sete anos: de 1590, data da conquista, até 1596-97. Foi uma

² FREIRE, Felisbello. *História de Sergipe*. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1977. p. 83.

povoação de vida efêmera, pois durou um parco quinquênio.³ O mesmo documento informa que a São Cristóvão daquela primeira fase (1590-1596/7) estava situada no “Aracaju”. Lastimavelmente, o testemunho não nos fornece dados mais precisos da localização deste Aracaju do início do século 17. Seja como for, tal fato implica que a primeira São Cristóvão ficava em território da atual Aracaju.

A mesma “Carta” informa que a São Cristóvão já possuía “ygreja”. Quanto à segunda localização da capital, o documento informa-nos que ela foi situada “neste oiteiro”. Para tristeza do investigador, a fonte dá somente esta avaríssima informação. Onde ficava este enigmático “oiteiro”? O documento nada mais informa sobre ele. É de um laconismo extremo; desesperador. A pesquisa histórica padece destas situações: a exigüidade dos indícios sobre o tema investigado.

Pode-se supor, no entanto, que este Aracaju da carta seiscentista corresponde, mais ou menos, aos atuais bairros Santo Antônio e Porto Dantas. Deste modo, no século 19 há documentos que falam de uma aldeia e povoação do Aracaju. Isto ocorre, por exemplo, no caderno de notas do Imperador Pedro II, quando da sua visita a Sergipe em janeiro de 1860. O monarca anota no dia 12 de janeiro: “Santo Antônio do Aracaju, antiga povoação do Aracaju, num alto, a um – de légua [da sede da nova capital], donde se goza de boa vista vendo tabuleiros de salinas”.⁴ Não é difícil ver, neste local referido pelo Imperador, o atual morro de Santo Antônio e do Urubu (formações contíguas).

Outra fonte, datada de 1845, esclarece sobre o que era Aracaju na primeira metade do século 19. À época, o termo nomeava uma “montanha, uma aldeia indígena (de remanescentes tupinambá) e um porto, o “porto do Aracaju”. O documento diz-nos que a montanha e sua aldeia ficavam situadas “sobre a margem direita do rio Cotinguiba

³ Carta do Conselho, 3 de setembro de 1603. Apud FREIRE, Felisbelo. “Sesmaria de Sergipe”. *História de Sergipe*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1977. p. 398-99.

⁴ “Diário do Imperador D. Pedro II em sua visita a Sergipe em janeiro de 1860”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*. Aracaju, n. 26, v. 21, p. 64-78, 1961-1965. citação p. 66.

e a cerca de duas léguas do mar”.⁵ Este “Aracaju” do início do século 19 era, muito provavelmente, o sítio da primitiva São Cristóvão, local do arraial fundado por Cristóvão de Barros.

O *Livro Que Dá Razão do Estado do Brasil*, atribuído a Diogo de Campos Moreno, traz um substancioso capítulo sobre a Capitânia de Sergipe D’El Rey. Trata-se de um retrato da capitania nascente, vinte e dois anos após a sua conquista, pois o livro é, conforme os especialistas, de 1612. A obra vem enriquecida com duas cartas do cosmógrafo João Teixeira Albernaz, dito o velho. Sobre a São Cristóvão primitiva, informa Diogo de Campos Moreno que ela “foi fundada no ponto A”. Remete assim à carta de número 13 que ilustra o livro. O “ponto A”, falado por Moreno, está situado no mapa às margens do rio Sergipe sem indicações mais precisas. Todavia, é possível inferir que o local referido é o atual morro do Urubu.⁶

No início do oitocentos, em 1808, o bispo D. Marcos Antônio de Souza escreve sobre onde Cristóvão de Barros teria fundado o seu “arraial”, a São Cristóvão primitiva. O prelado informa claramente: o fundador de Sergipe levantou a sua cidadela “no sítio denominado Aracaju, perto da Barra do rio Serzipe”.⁷ O autor, como se vê, é muito elucidativo. A primeira São Cristóvão ficava no Aracaju, local que hoje corresponde, muito provavelmente, à colina do Santo Antônio e ao morro do Urubu. Leve-se em conta que o sacerdote, como sergipano, sabia do que falava. Portanto, indaguemos: ainda restariam vestígios arqueológicos deste arraial e do forte?

Diante do exposto, temos o seguinte quadro: enquanto Francisco Adolfo Varnhagen e Felisbelo Freire, em obras da segunda metade do século 19, tomam como sítio da primitiva Aracaju a foz do rio Poxim,

⁵ SAINT-ADOLPHE, J. C. R. M. *Dicionário da província de Sergipe*. edição, introdução e notas de Francisco José Alves e Itamar Freitas. São Cristóvão: editora da UFS, 2001.

⁶ MORENO, Diogo de Campos. *Livro Que Dá Razão do Estado do Brasil* [1612] ed. fac-similar. Rio de Janeiro: INL, 1968.

⁷ SOUZA, Marcos Antônio de. *Memória sobre a Capitânia de Serzipe*. Aracaju: Tipographia do Jornal do Commercio, 1878. p. 6.

os testemunhos mais antigos e mais confiáveis dos séculos 17, 18 e início do 19 dão como local da São Cristóvão primitiva o sítio “Aracaju”, ou seja, a área atualmente compreendida entre a colina de Santo Antônio e o morro do Urubu, nos bairros Santo Antônio e Porto Dantas, respectivamente. Assim, como reza a Crítica Histórica, as fontes mais antigas merecem maior crédito.

Outro exemplo a pedir esclarecimento arqueológico é o convento jesuíta de São Cristóvão. Este, segundo o já citado Felisbelo Freire, localizava-se “junto a São Cristóvão atual”. Em 1891, já estava em ruínas.⁸ De fato, em 10 de março de 1601, os jesuítas solicitam ao capitão-mor de Sergipe sesmaria junto a “serra de Cayaiaba na Tapera, chamada Pixapoam a oito léguas de São Cristóvão”. Diogo de Quadros lhes doa terras pelas fraldas das [serras?] da Itanhana e Cajaíba pelo Vale direito do rio Vazabarris. Os jesuítas diziam estar em Sergipe desde 1596. Recebem sesmaria de “tres léguas em quadro”.⁹

Outro exemplo a ser dirimido pela arqueologia histórica é o forte holandês de São Cristóvão. A existência desta construção militar é testemunhada, dentre outros, pelo Frei Manuel Calado (1584-1654). Conforme ele, os holandeses “... edificaram (...) uma fortaleza na cidade de São Cristóvão”.¹⁰

Segundo o mesmo cronista, no início da insurreição dos portugueses contra os holandeses, estava Dom Antônio Felipe Camarão “alojado em Sergipe Del Rei com todos os seus brasileiros” [diga-se, índios]. Isto em 1644.¹¹ Noutro passo, o Frei Manuel Calado diz que Camarão “veio morar a Sirigipe Del Rei, capitania que estava despovoada de seus moradores, e aonde depois das tréguas publicadas edificaram

⁸ FREIRE, F. *História de Sergipe*. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1977, p. 94.

⁹ Ver “Carta dos padres da Companhia de Jesus”. In: FREIRE, F. *História de Sergipe*. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1977, p. 357.

¹⁰ CALADO, Manuel. *O Valeroso Lucideno*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1987, 2v. , v. 1, p. 235-6. 1ª ed. 1648.

¹¹ CALADO, Manuel. *O Valeroso Lucideno*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1987, 2v. , v.

à falsa fé dos holandeses uma fortaleza na cidade de São Cristóvão; e o Camarão (...) se veio com toda sua gente, e fez seu alojamento em Serigipe Del Rei bem perto da fortaleza do inimigo; ...”.¹²

Um cronista holandês também documenta este forte flamengo em São Cristóvão. O *Diário ou narração histórica* (1651) do combatente holandês Matheus van den Broeck registra, em 18 de agosto de 1645, que o “fortim de Sergipe de el Rei” comandado pelo tenente Hans Vogels rendeu-se cercado pelo capitão português D. João de Souza.¹³

É razoável supor que nos arredores do fortim de São Cristóvão habitassem, além de soldados, holandeses civis voltados para atividades agrícolas e de pesca, tal como ocorreu no forte Maurício (Penedo-AL). Em suas redondezas havia, conforme um testemunho ocular, “lavradores de roça, pescadores e feitores de currais”.¹⁴ A condição de praça de Guerra do Penedo não afastava do local neerlandeses voltados para atividades não bélicas. Quadro similar deve ter ocorrido em São Cristóvão, sede administrativa do Cirigipe Del Rei. Assim, perguntemos: qual a localização precisa deste forte holandês na velha São Cristóvão? Somente a arqueologia histórica poderá responder.

Por fim, há o registro de um forte luso-brasileiro na região do sertão do São Francisco. No início do século passado (1916), o historiador Francisco Carvalho Lima Júnior (1856-1929), em excursão ao atual município de Canindé-SE, revela ter se deparado com ruínas de um forte português construído à “margem esquerda” do Rio Xingó, na “confluência da estrada real com o rio”, em uma pequena colina. Con-

¹² CALADO, Manuel. *O Valeroso Lucideno*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1987, 2v., v. 1, p. 237. 1ª ed. 1648.

¹³ BROECK, Matheus van den. “Diário ou narração histórica”. *Revista do IHGB*. Rio de Janeiro, t. 40, parte 1ª, p.5-65, 1877, p. 45.

¹⁴ BROECK, Matheus van den. *Diário ou narração histórica*. *Revista do IHGB*. Rio de Janeiro, t. 40,

forme Lima Júnior, a tradição oral da região dizia que tais ruínas eram de uma “igreja dos flamengos” ou ainda “uma igreja dos padres da companhia” [de Jesus].¹⁵

Vestígios de fortificações erigidas pelos luso-brasileiros não são, obviamente, exclusivas do território sergipano. No desenrolar da Guerra da “Restauração”, os atuais Estados de Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia foram palco de escaramuças entre lusitanos e neerlandeses. Na vizinha Bahia, no município do Conde, havia ainda, no segundo decênio do século vinte, “muitos vestígios de fortificações”. Isto é o que informa o abalizado historiador baiano Francisco Borges de Barros descrevendo os diversos municípios da pátria de Rui Barbosa.¹⁶

Outro aspecto da história de Sergipe a pedir elucidação pela arqueologia histórica diz respeito à localização dos grupos indígenas que habitavam Sergipe quando da chegada do conquistador militar, Cristóvão de Barros. Neste setor a Arqueologia Histórica prestaria grandes serviços, desfaria mistérios.

Onde se localizavam as aldeias dos índios sergipenses? Enquanto não vem a contribuição da Arqueologia Histórica, vejamos, à luz dos escassos testemunhos escritos, o que se pode apurar. Vale ressaltar que não são dados positivos, seguros, mas especulações hipotéticas. A história se vale deste recurso quando faltam bases mais seguras, documentais, como um expediente auxiliar do historiador. A hipótese é um expediente auxiliar do historiador. Neste sentido, tomo as cartas de sesmarias editadas por Felisbelo Freire, como anexo, em sua História de Sergipe (1891). As sesmarias editadas pelo historiador vão de 1594 até 1669. São ricos documentos que fornecem inúmeras informações sobre os primórdios da colonização de Sergipe e estão a precisar uma reedição cuidadosa.

¹⁵ LIMA JÚNIOR, Francisco de Carvalho. *História dos limites entre Sergipe e Bahia*. Aracaju: Imprensa Oficial, 1911, p. 512-3.

¹⁶ BARROS, Francisco Borges de. *Dicionário Geographico e Histórico da Bahia*. Bahia [Salvador]: Imprensa Oficial do Estado, 1923, p. 197.

As cartas das sesmarias sergipanas estão pontilhadas de rápidas referências às “taperas”, ou seja, antigas aldeias indígenas desabitadas, abandonadas pelos seus moradores primitivos. No caso em questão, as **taperas** resultavam, provavelmente, da fuga dos índios para o interior ou da morte na sangrenta guerra contra o colonizador ou invasor; ou mesmo pelas mudanças costumeiras desses povos. Um testemunho do início do século 17 (1627) revela que, na refrega da conquista, milhares de índios foram dizimados. Segundo as suas palavras, “mataram mil e seiscentos e cativaram quatro mil”.¹⁷ Isto somente na batalha final, pois o cômputo total da conquista seria bem mais avultado; o saldo sangrento da carnificina.

As sesmarias enfocadas fazem menção a um conjunto de **taperas** espalhadas pelo território sergipano. Os documentos nomeiam: Taioba, Taperoá, Baraúna, Paranaçu, Manilha, Samba e Enforcados. Dentre as sete citadas, quatro tem nomes decididamente tupinambá, ao passo que três recebem denominações em língua portuguesa. É o caso de Samba, Enforcados e Manilha. Estas extintas aldeias estavam localizadas, predominantemente, na costa, as outras estavam sediadas no interior, no sertão, distante do mar. Vejamos o que se pode averiguar sobre as taperas de nomes tupinambá.

A primeira tapera a aparecer nas sesmarias editadas é “**taioba**”. O termo, no português atual, nomeia uma erva da família das aráceas, de folhas sagitadas grandes, tubérculo também usado como comestível. É, em síntese, uma planta de folhas comestíveis. Isto é o que informa um dicionário recente.¹⁸ Taioba é o termo de origem tupi introduzido na língua portuguesa em fins do século 16. A palavra, antes da forma atual, foi usada de modos variados: “tajaoba”, “taioba”, “tayoba”, “taióba”, “tajoba”. Na sesmaria sergipense, o vocábulo vem

¹⁷ SALVADOR, Frei Vicente de. *História do Brasil*. 6 ed. São Paulo: Melhoramentos, 1975. Livro IV. Capítulo 20. p. 254.

¹⁸ HOUAISS, Antonio e outros. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001. p. 2659.

escrito “tajaoba”. A expressão “tapera da tajaoba” parece indicar a abundância da planta no sítio da antiga aldeia indígena. Seu local, conforme Felisbello Freire, era “junto ao rio Poxim”. Em 16 de maio de 1596, o capitão-mor Diogo de Quadros concedeu a Miguel Soares de Souza sesmaria no local da aldeia abandonada.¹⁹

O documento, como de costume, não oferece maiores indicações sobre a localização desta “Tapera da Taioba”. O peticionário dá algumas informações imprecisas, vagas. Conforme ele, as terras pedidas estão situadas abaixo da banda sul do rio Poxim, onde começa a sesmaria concedida a Domingos Fernandes Nobre de Caminha. Examinando a petição deste sesmeiro, vê-se que suas terras eram na “banda do rio Poxim”, junto a uma outra sesmaria já concedida a Manuel Rodrigues situada no rio Poxim, levando o dito rio ao meio. Andamos em círculos impossibilitados de situar com precisão a antiga taba tupinambá.

Todavia, um registro toponímico, finalizado em 1914, de autoria de Armino Guaraná, traz a denominação Taioba (bem como sua variante mais antiga “taxaoba”). Conforme o autor, o topônimo nomeava então coisas distintas no município de Itaporanga: um riacho e um povoado. Provavelmente o nome do riacho passou para o povoado como é freqüente ocorrer.²⁰ Ainda hoje, existe o riacho e o povoado no município de Itaporanga. Não é descabido ver nesta povoação o sítio da antiga tapera do século 17. Eis um ponto a reclamar a investigação arqueológica.

Em seguida, vem a tapera de “Taperoá”. No conjunto das sesmarias editadas, o topônimo é mencionado duas vezes. No primeiro o escrivão anota “aldeia da taperagua”; no segundo, o mesmo escrivão grifa “a aldeia que chamão ‘Tepahogua’”. Felisbello Freire, anotando

¹⁹ Carta Sesmaria de Miguel Soares de Souza. 16 de maio de 1596. Apud FREIRE, Felisbello. *História de Sergipe*. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1977. p. 334.

²⁰ GUARANÁ, Armino. Glossário Etimológico dos Nomes Tupis da Geografia do Estado de Sergipe. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*. Aracaju, V. 3. F. 1-4. P. 297-326, 1916.

do esta sesmaria, “traduz” “tepahogua” por “taperoá”.²¹ Esta anarquia ortográfica não era incomum nos documentos da época. O tupinólogo Teodoro Sampaio (1885-1937) afirma que *taperoá*, bem como as variantes *taperabá*, *taperuá*, *taperaguá*, é forma contrata de *taper-uara* e significa o morador, o vivente, o habitante das *taperas*. Era este o nome dado pelos índios *tupinambá* às andorinhas.²²

Taperuá e taperaguá figuram do inventário feito por Guaraná no início do século 20. São variantes de um mesmo topônimo e tem o mesmo significado: andorinha ou “vivente das taperas”. O tupinólogo sergipense diz que “taperaguá” é o “nome indígena da aldéia da Água Azeda, em São Cristóvão” ao passo que taperoá é um povoado do município de Siriri.²³ Não é despropósito ver na *taperaguá* sancristovense o sítio da antiga tapera tupinambá dos começos do século 17. A “Água Azeda” do oitocentos é hoje a Fazenda Taperoá produtora da água mineral comercializada com este último nome. A antiga aldeia tornou-se hoje marca de um produto comercial vendido em Sergipe e em estados limítrofes. Fonte do início do século 18 (1724) noticia a existência da igreja de “Nossa Senhora de Nazaré no Itaparaguá”.²⁴ É de se supor que, sobre os destroços da antiga taba, os religiosos contruíram a sua missão. Restou a velha igreja desafiando o tempo.

A “tapera de Baraúna” é a terceira aldeia abandonada citada no conjunto das sesmarias examinadas. Em agosto de 1602, o capitão-mor Cosme Barbosa concede aos sesmeiros Melchior Maciel e Baltazar

²¹ Carta de Manoel da Fonseca, em 5 março de 1600; Carta de Martin Lopes, em 24 de abril de 1600. Apud: FREIRE, Felisbello. *História de Sergipe*. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1977. p. 345; 347).

²² SAMPAIO, Teodoro. *O tupi na geografia nacional*. 5 ed. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1987. p. 322; CUNHA, Antonio Geraldo da. *Dicionário histórico de palavras portuguesas de origem tupi*. 4 ed. São Paulo: Melhoramentos, 1998. p. 280; HOUAISS, Antonio e outros. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001. p. 2670.

²³ GUARANÁ, Armindo. Glossário Etimológico dos Nomes Tupis da Geografia do Estado de Sergipe. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*. Aracaju, V. 3. F. 1-4. p. 297-326, 1916.

²⁴ FRANÇA, Gonçalo Soares da. Dissertações da História Eclesiástica do Brasil – 1724. Apud: CASTELO, José Adenaldo (org.). *O Movimento Acadêmico no Brasil*. São Paulo: Secretaria da Cultura, Esportes e Turismo, 1971. V. 1. tomo 5. p. 291.

Maciel “tres léguas de terra em quadro” na margem norte do Cotinguiba, no início da “tapera de guarauna”.²⁵ *Baraúna* é termo de assente procedência tupi. A palavra, conforme especialistas, deriva de dois étimos tupinambá: *ibirá*=madeira; e *una*=preta. Tal madeira tem o nome científico de *melanoxylon barauna*. O termo nativo comporta muitas variações gráficas, conforme o parecer dos peritos: *brauna*, *brahúna*, *braúna*, *baraúna*, *gunrauna*, *garauna*, *graúna*, *grauna*.²⁶ Aqui, mais uma vez, o nome da aldeia parece apontar para uma das suas características: a abundância da *baraúna*.

O topônimo *baraúna* não aparece no já citado levantamento feito por Armindo Guaraná em 1914. Todavia, nele comparece um outro topônimo que muito provavelmente é mera corruptela ou variante de *baraúna*. O inventário registra *paraúna*, designando dois objetos: um riacho afluente do rio São Francisco e, nos tempos do autor, “a Ilha do Brejo Grande”.²⁷ O local *baraúna* ainda existe com mesmo nome, pois consta em um levantamento dos povoados sergipanos com mais de vinte domicílios, feito em 1987. Está na lista como um dos povoados do município de Brejo Grande, no litoral norte do Estado.²⁸

Por fim, no rol das *taperas* com nome tupi, temos a velha aldeia de *paranaçu*. O topônimo indígena surge na petição de Brás de Abreu passada em maio de 1623. O sesmeiro pede uns “sobejos” de terras pelo “rio de Piragohi arriba e ponente até a tapera do Peraasu”.²⁹ Creio

²⁵ Carta de Melchior Maciel e Baltazar Maciel, em 17 de agosto de 1602. Apud : FREIRE, Felisbelo. *História de Sergipe*. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1977. p. 389.

²⁶ SAMPAIO, Teodoro. *O Tupi na Geografia Nacional*. 5 ed. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1987. p. 204; CUNHA, Antonio Geraldo da. *Dicionário Histórico de Palavras Portuguesas de Origem Tupi*. 4 ed. São Paulo: Melhoramentos, 1998. p. 74.

²⁷ GUARANÁ, Armindo. Glossário Etimológico dos Nomes Tupis da Geografia do Estado de Sergipe. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*. Aracaju, V. 3. F. 1-4. p. 297-326, 1916.

²⁸ SERGIPE. *Infra-estrutura Básica dos Povoados de Sergipe*. Aracaju: IESAP, 1988. p. 15.

²⁹ Carta de Braz de Abreu, em 15 de maio de 1623. Apud : FREIRE, Felisbelo. *História de Sergipe*. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1977. p. 409.

que o “Peraasu” do escrivão seiscentista seja mera variante de Paranaguacu ou Paranaucú. Este último é explicado por Teodoro Sampaio como sendo “mar largo, caudal grande, mar undoso”.³⁰ Felisbello Freire, anotando esta carta, confessa não saber qual era o “rio Paragohi” nem o local da enigmática “Tapera do Peraasu”.

Os nomes dados pelos tupinambá às suas aldeias remetem, como se viu, à aves (Taperoá); ervas (Taioba); madeiras (Baraúna); e rios (Paranaçu). O universo circundante fornecia a matéria prima da nomenclatura usada para nomear suas aglomerações. Assim fazendo, os tupinambá caracterizavam as suas aldeias pelos seus atributos peculiares. Eram finos nomeadores, porque exímios observadores.

Eis aí algumas pistas úteis para futuras investigações no terreno ainda virgem da arqueologia histórica em Sergipe.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

- BARROS, Francisco Borges de. *Dicionário Geographico e Histórico da Bahia*. Bahia [Salvador]:Imprensa Oficial do Estado, 1923.
- BROECK, Matheus van den. “Diário ou narração histórica”. *Revista do IHGB*. Rio de Janeiro, t. 40, parte 1^a, p.5-65, 1877.
- CALADO, Manuel. *O Valeroso Lucideno*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1987, 2v. , v. 1, p. 237. 1^a ed. 1648.
- CARTA de Braz de Abreu, em 15 de maio de 1623. Apud: FREIRE, Felisbello. *História de Sergipe*. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1977. p. 409.
- CARTA de Manoel da Fonseca, em 5 março de 1600; Carta de Martin Lopes, em 24 de abril de 1600. Apud: FREIRE, Felisbello. *História de Sergipe*. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1977. p. 345; 347.

³⁰ SAMPAIO, Teodoro. *O tupi na geografia nacional*. 5 ed. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1987. p. 295.

Carta de Melchior Maciel e Baltazar Maciel, em 17 de agosto de 1602. Apud : FREIRE, Felisbello. *História de Sergipe*. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1977. p. 389.

Carta do Conselho, 3 de setembro de 1603. Apud FREIRE, Felisbello. “Sesmaria de Sergipe”. *História de Sergipe*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1977. p. 398-99.

Carta dos padres da Companhia de Jesus. In: FREIRE, F. *História de Sergipe*. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1977, p. 357.

Carta Sesmaria de Miguel Soares de Souza. 16 de maio de 1596. Apud FREIRE, Felisbello. *História de Sergipe*. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1977. p. 334. CUNHA, Antonio Geraldo da. *Dicionário histórico de palavras portuguesas de origem tupi*. 4 ed. São Paulo: Melhoramentos, 1998.

DIÁRIO do Imperador D. Pedro II em sua visita a Sergipe em janeiro de 1860. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*. Aracaju, n. 26, v. 21, p. 64-78, 1961-1965.

FRANÇA, Gonçalo Soares da. Dissertações da História Eclesiástica do Brasil – 1724. Apud: CASTELO, José Adenaldo (org.). *O Movimento Academicista no Brasil*. São Paulo: Secretaria da Cultura, Esportes e Turismo, 1971. V. 1. tomo 5.

FREIRE, Felisbello. *História de Sergipe*. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1977. GUARANÁ, Armindo. Glossário Etymológico dos Nomes Tupis da Geografia do Estado de Sergipe. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*. Aracaju, V. 3. F. 1-4. P. 297-326, 1916.

HOUAISS, Antonio e outros. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

LIMA JÚNIOR, Francisco de Carvalho. *História dos limites entre Sergipe e Bahia*. Aracaju: Imprensa Oficial, 1911.

MORENO, Diogo de Campos. *Livro Que Dá Razão do Estado do Brasil [1612]* ed. fac-similar. Rio de Janeiro: INL, 1968.

SAINT-ADOLPHE, J. C. R. M. *Dicionário da província de Sergip*: edição, introdução e notas de Francisco José Alves e Itamar Freitas. São Cristóvão: UFS, 2001.

SALVADOR, Frei Vicente de. *História do Brasil*. 6 ed. São Paulo: Melhoramentos, 1975.

SAMPAIO, Teodoro. *O tupi na geografia nacional*. 5 ed. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1987

SERGIPE. *Infra-estrutura Básica dos Povoados de Sergipe*. Aracaju: IESAP, 1988.

SOUZA, Marcos Antônio de. *Memória sobre a Capitânia de Serzipe*. Aracaju: Tipographia do Jornal do Commercio, 1878.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo. *História Geral do Brasil*. 10 ed. São Paulo: Melhoramentos, 1978. v. 1.

ESCRavidÃO EM
SERGIPE: fugas e
quilombos, século XIX.

AMÂNCIO CARDOSO*

No Brasil, no tempo da escravidão, fugas e formação de quilombos eram recorrentes. Elas representavam alternativas de resistência ao cativo. Como se configuravam tais experiências dos negros sergipanos no século XIX ? Para responder, historiemos as fugas de escravos e as experiências dos quilombolas a partir, sobretudo, de notas publicadas em jornais e relatórios de presidente da província.

Anunciar em jornais no século XIX era um dos expedientes utilizados pelos senhores em busca de escravos fugidos, principalmente quando não funcionava a caça pelos matos, a queixa ao delegado ou o auxílio de informantes.

As notas de fugas eram verdadeiros “retratos falados” dos escravos. Além das descrições físicas (fisionomia, marcas ou defeitos), os anúncios, às vezes, traziam a procedência étnica, cor, nome, condição civil, habilidades, circunstâncias, objetos carregados, gestos e humor; além de vícios e virtudes, segundo, é óbvio, a apreciação dos proprietários. Mesmo assim, os anúncios constituem-se ricas fontes para a pes-

* Professor de história do CEFET/SE. (acneto@infonet.com.br)

quisa cujas virtualidades foram apontadas pelo pioneiro Gilberto Freyre (1900-1987)¹ e, no âmbito local, pelo historiador Luiz Mott.²

Vejam os alguns aspectos nos anúncios de fuga nos jornais *Recopilador Sergipano*, *Jornal do Aracaju* e *O Raio*. Neles, tentaremos compreender as relações de poder entre senhores e subalternos; motivos, locais e formas de fuga; habilidades dos cativos; valor dos resgates; e, por fim, as estratégias para se manterem livres.

É de 1833 um dos anúncios mais antigos sobre fuga de escravo em Sergipe. Informa sobre o cativo Luiz, pertencente ao padre Francisco Antônio Ferreira Castro, senhor do engenho Serraria.³

A fuga de Luiz foi registrada pelo primeiro jornal da província, o *Recopilador Sergipano*, fundado em 1832 na então vila da Estância. Um mês depois, no mesmo periódico, foi anunciada a fuga do crioulo Quintiliano, escravo que já pertencera ao padre mestre Raymundo de Campos da Silveira.⁴ Entre outras coisas, estas notícias evidenciam, por um lado, a convivência da Igreja Católica com o regime servil e, por outro, a indisposição dos negros com legítimos representantes do catolicismo.

Aos cativos da província, a obediência à ordem escravocrata parecia um item pouco afeito. Conforme um tal de *O justo*, numa “Publicação a Pedido” do *Jornal do Aracaju* em 1877, em Sergipe poucos são os escravos *morigerados, e que atendem às admoestações de seus senhores*; para muitos, escreve a testemunha, os castigos tornam-se uma *necessidade indeclinável*.⁵

Dito isto, os castigos físicos deveriam ser uma das mais fortes motivações para fuga. Em Aracaju de 1873, por exemplo, fugira o mulato Manoel apresentando *nas costas sinais de ter sido castigado*, afirmara o

¹ FREYRE, Gilberto. *O escravo nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX*. Recife: Imprensa Universitária, 1963. 224 p.

² MOTT, Luiz. O escravo nos anúncios de jornal de Sergipe. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*. Aracaju, n. 29, p. 133-147, 1983-1987.

³ *Recopilador Sergipano*. Estância, 24 de julho de 1833, n. 128, p. 4.

⁴ *Recopilador Sergipano*. Estância, 24 de agosto de 1833, n. 136, p. 4.

⁵ *Jornal do Aracaju*. 19 de setembro de 1877, n. 839, p. 4.

proprietário. Em geral, as fugas eram solitárias, supostamente para chamar menos atenção ou prevenir alguma inconfidência. Contudo, também havia fuga em grupo ou em dupla. Este foi o caso dos escravos Luís de França e do africano Thadeu, ambos escaparam do comerciante português Albino Lopes Macieira, estabelecido na cidade de Maruim, em 1872.⁶ Provavelmente, o africano aliou-se a Luís por não dominar suficientemente a língua nacional, instrumento essencial para quem se encontrava na sua condição.

Fugia-se dos diversos pontos da província. Só para ilustrar, em abril de 1877, encontravam-se recolhidos na prisão de Aracaju os fujões Estevão, de Porto da Folha; João, de Riachuelo; e Francisco, de Itaporanga.⁷ Portanto, um proveniente do sertão do São Francisco, outro do vale do rio Sergipe e o último do vale do Vaza Barris. A geografia da fuga era abrangente.

As constantes fugas deveriam ter sido as razões da ordem expedida pelo chefe de polícia de Sergipe em 1876, proibindo escravos de andarem pelas ruas após nove horas da noite, *exceto trazendo bilhete assinado por seus senhores*, cujo conteúdo era geralmente ignorado pelos servos porque a grande maioria da população escravizada era analfabeta.

Eram raros os escravos que dominavam a leitura. Uma exceção foi o pardo Manoel de Barros Lima. Ele era *natural de Sergipe*, embora estivesse recolhido em 1876 na casa de detenção da Bahia. Manoel também era alfaiate, o que lhe permitiria sobreviver numa cidade como Salvador e, mais importante, sabia ler.⁸

Esta habilidade era comum entre malês, negros islamizados concentrados na Bahia, porque tinham como uma de suas obrigações religiosas a leitura do Alcorão (livro sagrado dos muçulmanos). Estando Manoel detido na capital baiana, possivelmente cultuasse o islamismo

⁶ *Jornal do Aracaju*. 04 de setembro de 1872, n. 305, p. 4.

⁷ *Jornal do Aracaju*. 14 de abril de 1877, n. 792, p. 4.

⁸ *Jornal do Aracaju*. 12 de agosto de 1876, n. 722, p. 4.

e tivesse fugido para se encontrar com seus irmãos de culto, filhos de Alá. Por sinal, Manoel de Barros Lima, mesmo tendo nome e sobrenome, caso raro nos anúncios, era filho de pais desconhecidos. Aliás, a reestruturação dos laços de família era um outro possível motivo para fugir.

Esta teria sido a razão da fuga de Firmino em 1875. Ele era escravo de um senhor em Maruim e depois fora vendido para o engenho Periquito. A seguir, fora comprado e transferido para Laranjeiras, ficando mais próximo de sua irmã, escrava no engenho Mata; como também junto de seu pai, cativo noutro engenho na mesma cidade; e perto de sua mãe Maria Dias, conhecida como Maria Conga, uma negra forra moradora na mesma propriedade do marido. Ainda segundo o anúncio, Firmino era muito esperto e hábil *para todo o serviço*.⁹

Sobre as habilidades dos fujões veiculadas pelos jornais, tais artes poderiam servir para identificar algum escravo que aparecesse pedindo trabalho ou realizando uma das atividades listadas pela nota publicada. Dentre os ofícios, existiam aqueles ligados ao ambiente doméstico e/ou urbano (sapateiro, ambulante ou ‘de ganho’, marceneiro, pintor, carpinteiro e padeiro); e outros mais associados à vida rural (carreiro – condutor de carro de boi –, lavrador e mestre d’açúcar).

O escravo Messias, fugido de Aracaju em 1876, era “pau pra toda obra”. Ele aglutinava os ofícios de pedreiro, cozinheiro, copeiro; e ainda entendia de pintura, cabeleireiro, além de ser músico e barbeiro. À época, o barbeiro também era uma espécie de cirurgião popular, pois fazia sangria. Sangrar o doente era uma prática médica desde a Grécia antiga. Acreditava-se que agindo assim esvaíam-se os humores responsáveis pela doença que estariam em desarmonia no organismo.¹⁰

Voltando às fugas, alguns expedientes eram utilizados pelos negros para se manterem livres das garras do último senhor. Dentre eles, havia o pedido de ocultação ou a sua compra por outro proprietário. Como exemplo disto, temos o relato de Adolphine Schramm (1826-

⁹ *Jornal do Aracaju*. 27 de fevereiro de 1875, n. 564, p. 4.

¹⁰ RIBEIRO, Márcia Moisés. *A Ciência dos Trópicos*. São Paulo: Hucitec, 1997. p. 73.

1863), esposa do também alemão Ernst, rico negociante e dono de escravos. Ela viveu na cidade de Maruim, empório comercial da província, entre 1858 e 1863. Adolphine escreveu que alguns escravos vêm *com frequência* suplicar que os comprem a seus patrões. Pois segundo ela, em sua casa, os negros *nunca são espancados*.¹¹ Outro exemplo é o de Hilária, fugida dum engenho na cidade da Estância, foi ocultar-se em Aracaju, segundo seu senhor, na casa do estanciano professor Brício Cardoso (1844-1924). Ele deveria ser um intelectual abolicionista. Pois, segundo o anúncio, Hilária estaria *promovendo esmolas para libertar-se*, certamente com a orientação do mestre.¹²

Uma outra estratégia para manter-se livre era assentar praça na polícia ou no exército com documentos de autorização ou de alforria falsificados. Este intuito foi aventurado por Malachias, da vila do Arauá; e por Jacob, da cidade da Estância em 1873.¹³

Lembremos que, nesta época, logo após a Guerra do Paraguai (1865-1870), os militares, provenientes dos estratos médios urbanos, eram sensíveis às idéias republicanas e à causa abolicionista, com as quais ajudarão a minar a ordem escravocrata e o regime monárquico em 1888 e 1889, respectivamente.

Apesar de serem mais efetivadas pelos homens, as mulheres também se evadiam. Prova disto, são os diversos anúncios de fugas de escravas publicados nos jornais do Império.¹⁴ As fugas femininas tinham peculiaridades inerentes às suas condições. O estado de gravidez era uma delas. Tal situação causaria transtornos a uma fugitiva. Mesmo assim, em 1853, Antônia, escrava de Pedro d'Alcântara Sales, fugiu *por demais prenhe* da cidade de São Cristóvão, anuncia o proprietário.¹⁵

¹¹ SCHRAMM, Adolphine. *Cartas de Maruim*. Aracaju: UFS, 1991. p. 15 e 32. Cartas n° 8 e 27.

¹² *Jornal do Aracaju*. 22 de maio de 1875, n. 593, p. 4.

¹³ *Jornal do Aracaju*. 04 de maio de 1873, n. 373, p. 4.

¹⁴ FREYRE, Gilberto. *O escravo nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX*. Recife: Imprensa Universitária, 1963. 224 p.

¹⁵ *Correio Sergipense*. São Cristóvão, 09/02/1853, n. 10, p. 4.

Supõe-se que Antônia esperava criar seu rebento distante do jugo da escravidão. Ou, por outra, talvez fugira para juntar-se ao pai da criança que possivelmente seria um quilombola, cativo recolhido em quilombo; tão comum nas matas sergipanas desde o século XVII.¹⁶

A intimidade entre Antônia e um quilombola não seria impossível, pois os escravos fugidos mantinham uma rede de solidariedade com moradores de engenhos e povoados, livres ou cativos, dos quais recebiam, como veremos, alimentos, armas, roupas, ferramentas e, com certeza, algum carinho. Portanto, ao fugir da antiga capital da província, São Cristóvão, o paradeiro da escrava “por demais prenhe”, Antônia, poderia ser um quilombo ou uma senzala.

No nosso antigo regime, a maioria dos senhores parecia ser, além de escravocratas, especuladores. Teria sido o caso do sr. João Gomes da Silva que apreendeu a escrava Luiza. Ela fugira em 1854 à senhora Josefa Francisca de Jesus do engenho das Antas, em Santa Luzia, ao sul de Sergipe.¹⁷ Segundo denúncia de dona Josefa, o sr. Gomes da Silva, morador da fazenda Taperá na província da Bahia, teria oferecido indevidamente pela fugitiva 500 mil réis, valor médio de uma escrava, o que compraria cerca de 2,7 toneladas de açúcar à época. Esta oferta seria logo coberta por qualquer comprador porque Luiza sabia coser, bordar, tecer, lavar, engomar e cozinhar, segundo a anunciante. Logo, era uma escrava valorizada pelos variados dotes domésticos. Isto, com certeza, lhe impunha uma sobrecarga de serviços, provável motivo de sua fuga.

Sobre as motivações para as fugas masculinas, como vimos, a mais comum seria o castigo físico. Porém, no caso das mulheres, sobretudo, outro suposto motivo poderia ser o assédio e/ou abuso sexual dos feitores, senhores e agregados. Alguns anúncios, por exemplo, acen-

¹⁶ FIGUEIREDO, Ariosvaldo. *O negro e a violência do branco*. RJ: J. Álvaro, 1977. p. 83-94; SANTOS, Lourival S. Quilombos e quilombolas em terras de Sergipe no séc. XIX. *Revista do IHGS*, Aracaju, n. 31, p. 31- 43; SANTOS, Maria Nely. *A sociedade libertadora ‘Cabana do Pai Thomaz’*. Aracaju: J. Andrade, 1997. p. 107-132.

¹⁷ *Correio Sergipense*. São Cristóvão, 08/06/1854, n. 49, p. 4.

tuavam atributos com laivos de teor erótico, suscitando ambigüidades ou algo mais do que a busca por uma mercadoria perdida.

Num desses anúncios, publicado no jornal aracajuano *O Raio*, em 1880, o juiz Gonçalo Vieira de Melo (1822-1884) reclamava a fuga de sua escrava Eufrásia, cuja compleição era *corpulenta* e, acrescentou, *ainda é moça*.¹⁸ Ser moça, além de juventude, também denotava condição de ser sexualmente virgem. Situação, aliás, muito apreciada pelos escravocratas para iniciação dos filhos ou abuso próprio.

No poema 'A Escrava', por exemplo, publicado no *Correio Sergipense* de 1859 por Aniceto Barros, no qual se narra a trajetória de uma cativa desde o berço n'África até a velhice no Brasil, o poeta informa sobre a lascívia do senhor em relação à 'mocinha' escravizada. Ouçamo-lo: '*.../ Desde então para cá eu sofri:/ Só quando era ainda mocinha,/ Via lascivo olhar do senhor,/ hoje que sou apenas velhinha,/ Sem encantos, não tenho valor*'.¹⁹ Como se vê, a senilidade não atraía a tara do devasso senhor, pois a posse do corpo teria mais valor, na cultura patriarcal da época, se fosse revestida de pureza simbólica, ou seja, de virgindade e/ou puerilidade.²⁰ Além da literatura, páginas policiais de jornais do XIX também registram casos de assédio ou abuso sexual contra escravas moças.

Ainda em 1859, foi publicado no mesmo *Correio* um caso de estupro ocorrido em Aracaju contra a escrava Laurentina, menor de oito anos, propriedade do funcionário público José Joaquim Moreira. O crime foi confessado pelo menor Nicolau Teixeira da Cunha, que acusou como seu parceiro o caixeiro português Antônio Pereira da Silva. Este alegou ao subdelegado que *apenas tratara de lavar a menina* por estar ensangüentada e chorando. Ele fora desmentido pela vítima e por um moleque da casa que levava a negrinha a pedido do caixeiro. O corpo de delito foi procedido pelos doutores Manuel Antunes

¹⁸ *O Raio*. Aracaju, 25/07/1880, n. 189, p. 4.

¹⁹ *Correio Sergipense*. Aracaju, 13/04/1859, n. 23, p. 4.

²⁰ FREYRE, Gilberto. *Sobrados e Mucambos*. 9. ed. RJ: Record, 1996. p. 129.

de Sales (1817-1864) e pelo baiano Francisco Sabino Coelho de Sampaio. Os médicos declararam achar a menor *'estuprada e com as partes sexuais tão dilaceradas, intumescidas e ensangüentadas que fazia consternar'*.²¹ Sendo assim, escravas virgens e pueris eram objetos de desejo tanto de adolescentes quanto de adultos.

Assim, fosse em casa ou na roça as negras sofriam perseguições por seus algozes. Daí supomos que as violentas investidas sexuais masculinas estariam entre as razões mais prementes das evasões femininas, suscitando diversas estratégias de fuga.

Em 1866, por exemplo, a mulata Luiza, de 23 anos, *'cabelos anelados, olhos grandes, boca regular, dentes bonitos'*, usa como expediente para fugir a companhia de um índio chamado Antônio, de quem é amásia, segundo seu proprietário, dono do engenho Joazeiro, na vila de Itabaianinha.²² A união de Luiza com o indígena poderia ser uma estratégia para garantir sua liberdade, pelo fato de que, se uma escrava fugida conseguisse casar com um índio, a lei os declararia livres e aos seus descendentes.²³

As fugas geralmente eram solitárias, talvez para não despertarem delações entre os próprios negros. No entanto, a crioula Maria da Paixão fugiu com sua filha Joaquina de 14 anos da cidade da Estância em 1856. O curioso é que a menina Joaquina evadiu-se carregando *'bem atarraxado'* no pescoço o ferro de cruz (instrumento de tortura) por castigo de outras fugidas. Isto indica que seu proprietário, José Joaquim Pereira Lima, tinha sérios problemas de relacionamento com a adolescente, a ponto de mãe e filha levarem toda a roupa, esclarecia o anúncio.²⁴

Já em 1854, na cidade de São Cristóvão, ocorreu uma fuga grupal: o casal nagô Delfina e Felipe também fugiu com seus filhos crioulos

²¹ *Correio Sergipense*. Aracaju, 30/12/1859, n. 89, p. 3.

²² *Correio Sergipense*. Aracaju, 06/06/1866, n. 44, p.4.

²³ MATTOSO, Kátia M. de Queirós. *Ser escravo no Brasil*. 3. ed. SP: Brasiliense, 2001. p. 154.

²⁴ *Correio Sergipense*. Aracaju, 10/05/1856, n. 27, p.4.

Jeremias e Arminda. Note-se que tanto num caso quanto noutro, as fugas foram efetivadas pelo laço de cumplicidade entre parentes próximos, o que indica certa falta de fidelidade entre os escravos, sobretudo os de etnias distintas.

Aliás, marcas étnicas eram uma das formas de identificar fugitivos nos anúncios, neste caso as fugitivas. Tais sinais eram símbolos tradicionais de pertença das diversas tribos africanas. Exemplo disto foi a nagô Esperança que possuía como marca étnica três cicatrizes de cada lado do rosto e fugiu da cidade da Estância em 1857.²⁵ Do mesmo lugar e no mesmo ano, fugiu ‘*uma escrava africana muito moça*’, a qual carregava cicatrizes no rosto e nos braços como ‘*sinal dos africanos*’, aferiu seu senhor Manoel Joaquim da Silva Heitor.²⁶

Da Estância fugiam muitas escravas. Em 1858, Ana fugira ao padre José Luiz de Azevedo.²⁷ Ela era natural do sertão de Simão Dias, divisa com o da Bahia. Certamente evadira-se para lá, lugar mais ermo e que deveria conhecer. Por mais que escapassem para longe, a fuga era um expediente quase sempre provisório.

No entanto, algumas escravas conseguiram permanecer bom tempo longe do cativeiro. Foi o caso de Maria, fugida de Maruim em 1860. Ela foi comprada por Francisco Antônio Anequim, na vila serrana de Itabaiana, e permanecera em fuga durante cerca de quatro anos até então.²⁸ Possivelmente, ela se embrenhara nas antigas matas de Itabaiana, lugar famoso por abrigar facínoras ou perseguidos pelas autoridades à época.

Parece que a fuga era uma das expressões de revolta interior do escravo não adaptado. Ou seja, o cativo fugitivo parecia não escapar apenas do senhor ou da labuta ele fugia também dos problemas de

²⁵ *Correio Sergipense*. Aracaju, 14/11/1857, n. 50, p.4.

²⁶ *Correio Sergipense*. Aracaju, 29/08/1857, n. 40, p.4.

²⁷ *Correio Sergipense*. Aracaju, 28/04/1858, n. 21, p.4.

²⁸ *Correio Sergipense*. Aracaju, 08/04/1860, n. 31, p.4.

sua vida cotidiana, da falta de enraizamento no grupo dos escravos e no conjunto da sociedade, conforme a historiadora Kátia Mattoso.²⁹

Neste sentido, também coube à mulher papel relevante na resistência ao sistema escravista. Logo, quem ainda menospreza a atuação feminina na História pátria ou preconcebe a mulher como sexo frágil, desconhece as atitudes e os riscos de vida encarados com audácia pelas escravas fujonas.

Depois das fugas, os escravos geralmente procuravam se reunir em ranchos de mocambos, os famosos quilombos.

Na História das Américas e do Brasil, especificamente, formações de quilombos ou mocambos representam um dos maiores símbolos de resistência à escravidão.³⁰ Desde o período colonial que se registra a existência destes refúgios, os quais subsistem até a fase imperial.³¹

Etimologicamente, quilombo advém do quimbundo (língua dos bantos de Angola) que significa povoação. E mocambo quer dizer, na mesma língua, cumeeira, que no nordeste brasileiro ficou com o sentido de habitação miserável, cabana.³² Desta forma, os negros fugidos uniam-se para construir ranchos de palha, costume trazido da África, como moradias geralmente provisórias devido à perseguição das autoridades. Conforme Provisão Real portuguesa de 06 de março de 1741, considera-se quilombo todo grupo *de mais de 5 escravos fugidos*.³³

Em Sergipe, durante o século XIX, temos notícias de escravos quilombolas ou calhambolas (moradores de quilombos) através, sobretudo, de relatórios oficiais, jornais e topônimos. É bom atentar que os dois primeiros documentos foram produzidos pela elite dirigente e,

²⁹ MATTOSO, Kátia. *Ser escravo no Brasil*. 3. ed. SP: Brasiliense, 2001. p. 153.

³⁰ CARVALHO, José Jorge de (Org.) et al. *A Experiência histórica dos quilombos nas Américas e no Brasil. O quilombo do Rio das Rãs: histórias, tradições e lutas*. Salvador: Edufba, 1995. p. 13-73.

³¹ MOURA, Clóvis. *Rebeliões da senzala: quilombos, insurreições e guerrilhas*. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1981. p. 87-127.

³² FERREIRA, Aurélio B. de H. *Novo dicionário da língua portuguesa*. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986. p. 1145 e 1435.

³³ MATTOSO, Kátia Queirós. *Ser escravo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 2001. p. 159.

portanto, geralmente expressam suas opiniões e valores sobre os negros fugidos. Mesmo assim, tentaremos inferir e analisar a formação, organização e estratégias de sobrevivência dos nossos quilombos no século XIX, assim como as formas de repressão dos senhores e do poder público aos mesmos, além da permanência dos refúgios de cativos no imaginário coletivo.

Sobre este último aspecto, quilombos e mocambos continuam presentes na memória social através de alguns topônimos sergipanos, a exemplo dos povoados Mocambo (em Porto da Folha, Aquidabã, Carmópolis e Frei Paulo) e dos riachos em Poço Verde e Porto da Folha. E Quilombo denomina um povoado em Simão Dias. Além destes, temos outros lugarejos que aludem a um quilombo nacional e seu líder (Palmares, em Riachão do Dantas; e Zumbi em Poço Verde) e aos afro-brasileiros (Campo do Crioulo em Lagarto; e Cabeça de Negro em Pacatuba).

Caso toponímico intrigante, porque polissêmico, é o de Cumbe (município sergipano e serra em Lagarto).³⁴ O termo denota quilombo na Venezuela. Cumbe é de origem africana, *Kumbi*, que significa pastagem em umbundo (língua banta falada pelos ovimbundos em Angola). Ou ainda pode se derivar de *Nkumbi*, que quer dizer enxame de formigas aladas em quicongo (grupo de línguas bantas faladas por várias etnias também em Angola). Por sinal, Nkumbi foi nome de quilombo na Paraíba, localizado onde depois se construiu a usina Santa Rita que fabricava cachaça, donde, ainda hoje, um dos sinônimos para esta bebida no Nordeste é cumbe.³⁵ A propósito, é digno de nota que três engenhos sergipanos no século XIX denominavam-se Cumbe (em Rosário), Cumbe de Cima e Cumbe de Baixo (em Itaporanga).³⁶

³⁴ SERGIPE. Governo do Estado. *Infra-estrutura básica dos povoados de Sergipe*: Projeto Campo Verde. Aracaju: Seplan/IESAP, 1988; EDTUR. *Mapa Informativo do Estado de Sergipe*. Goiânia, s.d. 1 mapa: color.; Escala 1: 317.000.

³⁵ HOUAISS, Antônio et al. *Dicionário da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001. p. 889; 2358 e 2803.

³⁶ DANTAS, Orlando Vieira. *Vida patriarcal de Sergipe*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980. 127 e 132.

Logo, os topônimos *Cumbe* sergipanos têm fortes relações, tanto no passado quanto no presente, com signos do tempo da escravidão. Atente-se, com isto, que nossa toponímia sugere uma presença relativamente intensa da cultura dos afro-descendentes ou de antigos redu-tos quilombolas.³⁷

Quanto à formação de quilombos em Sergipe no século XIX, sua abrangência geográfica era significativa. Contudo, a maior concentração se deu na região do vale do Cotinguiba, onde era expressivo o número de engenhos e de mão-de-obra escravizada.³⁸

Em 1859, por exemplo, foram presos em Laranjeiras, centro econômico da Cotinguiba, dois *cabecilhas de quilombo*: Domingos e José Macula. Os demais se dispersaram devido a '*enérgicas providências da polícia*', noticiou o *Correio Sergipense*.³⁹

Os quilombolas, ao desafiar a ordem escravocrata, eram tratados como criminosos. Aliás, não era incomum no Brasil pessoas livres, perseguidas pela Justiça, juntarem-se aos escravos fugidos em busca, supõe-se, de proteção e união de forças na condição de foragidos da lei.

Foi o que ocorreu em 1858, segundo fontes oficiais. Denunciou-se que grupos de negros fugidos, *reunidos a alguns criminosos*, apareciam à noite pelas estradas e pastos d'engenhos a cometer *roubos e outras violências*.⁴⁰ Já em 1871, outro presidente da província, relatou que nas matas dos engenhos Brejo e São Paulo, em Laranjeiras, *se formavam quilombos compostos de escravos fugidos e mesmo de criminosos*.⁴¹

³⁷ ALVES, Francisco José. Mocambos e quilombos na toponímia de Sergipe. *Jornal da Cidade*, Aracaju, 6-7 de julho de 2000, Caderno B, p.6.

³⁸ PASSOS SUBRINHO, Josué Modesto dos. *Reordenamento do trabalho: trabalho escravo e trabalho livre no nordeste açucareiro; Sergipe 1850-1930*. Aracaju: Funcaju, 2000. p. 425. (Anexo-tabela A.6.3).

³⁹ *Correio Sergipense*. Aracaju, 23 de fevereiro de 1859, n. 9, p. 4.

⁴⁰ BROTERO, João D'Abney de Avellar. *Relatório com que foi entregue a província de Sergipe no dia 07/03/1859 ao sr. dr. Manoel da Cunha Galvão*. Sergipe: Typographia Provincial, 1859. p.3.

⁴¹ CARDOSO JÚNIOR, Francisco José. *Relatório com que abriu a 2ª sessão da 20ª Legislatura da Assembléa Provincial de Sergipe no dia 03/03/1871*. Aracaju: Typ. do Jornal do Aracaju, 1871. p. 23.

Por um lado, esta estratégia de união entre cativos fugidos e desajustados com a lei poderia ser utilizada pelos primeiros para reforçar o contingente dos mocambos. Em Sergipe, tais refúgios eram compostos geralmente por pequenos grupos, entre cinco e vinte pessoas. Por outro lado, de acordo com as autoridades, seriam os *bandidos ou salteadores* que precisariam do apoio dos quilombolas para, assim, *engrossarem suas fileiras nos roubos e depredações*, asseverou um presidente da província em 1872.⁴² Seja como for, tanto salteadores quanto escravos se complementariam, mesmo com objetivos originais diversos, em momentos de vicissitudes como presas da polícia.

Salientemos, porém, que a composição dos quilombos não era apenas masculina.

Escravas fugidas também compunham estas comunidades. A exemplo de Germana que, em 1872, foi capturada nas matas do engenho Capim-assu, no Rosário do Catete. Ela fugira do termo de Nossa Senhora das Dores, *onde mora seu senhor*, anunciou o Jornal do Aracaju.

O mesmo periódico divulgou outro cerco no engenho Batinga, *onde havia um quilombo de 11 negros*. A expedição foi malograda porque só conseguiram capturar *uma escrava e apreender quatro cavalos, duas armas de fogo e muitos objetos do alojamento*.⁴³

As mulheres certamente desempenhariam funções geralmente atribuídas a elas nas famílias escravocratas, ou seja, atividades domésticas, pois aos homens caberia, por inferência das fontes, a refrega contra o poder de repressão aos redutos, e busca de apetrechos para a sobrevivência cotidiana, o que exigia manejo com armas, resistência e força física para as campanhas pelas estradas, picadas e matas.

Além de somar-se a foragidos da lei e admitirem mulheres nos grupos, uma outra estratégia utilizada pelos amocambados era a mo-

⁴² MACEDO, Luís Álvares d'Azevedo. *Relatório apresentado à Assembléia Legislativa Provincial de Sergipe em 04/03/1872*. Aracaju: Typ. do Jornal do Aracaju, 1872.

⁴³ *Jornal do Aracaju*, 03 de abril de 1872, n. 257, p.2.

bilidade e capacidade de dispersão. Numa diligência em 1872, por exemplo, o governo lamenta que, ao perceberem a batida policial, os quilombolas adotam o *plano de espalharem-se, ...*.⁴⁴ A mobilidade e dispersão de mocambos eram constantes na província, talvez pelo fato de os fugitivos não só conhecerem as brenhas como também se comporem em pequenos grupos, às vezes com cavalgadura, o que daria maior rapidez de movimento.

Outro expediente dos negros dos quilombos, para escaparem às investidas repressivas, era a formação de uma rede de solidariedade com as senzalas ou pessoas de povoados circunvizinhos. O citado Jornal do Aracaju, entre outros testemunhos, explica a relação entre os negros dos mocambos e os das senzalas: *'acham aqueles apoio e proteção; trocam estes farinha e agasalho pela partilha nos roubos dos primeiros'*, diz a nota em abril de 1872.⁴⁵ No mesmo jornal, em agosto daquele ano, divulgou-se que um quilombo em Japaratuba com *nove ranchos* foi destruído. Mas, os escravos se precipitaram a procurar ajuda de parceiros dos engenhos e povoados; *'proteção que tem burlado as diligências da polícia'*, avalia o articulista.⁴⁶

Além das senzalas, os escravos fugidos mantinham contato com habitantes de vilarejos. Em 1873, por exemplo, no povoado Patioba, também em Japaratuba, os moradores presenciaram os quilombolas Venceslau e Rufino *na casa de uma preta africana*, publicou o Jornal do Aracaju. Na ocasião, eles escaparam do cerco dos vizinhos da negra, pois usaram *as pistolas que traziam* contra os circunstantes.⁴⁷ É de se supor que as armas de fogo eram roubadas aos feitores e/ou senhores antes das fugas para os quilombos, ou seriam frutos de assaltos nas estradas e fazendas, ou ainda adquiridas nos tráficos com coiteiros,

⁴⁴ OLIVEIRA JUNIOR, Joaquim Bento de. *Relatório com que passou a administração da província de Sergipe no dia 05/09/1872 para Cypriano d'Almeida Sebrão*. Aracaju: Typ. do Jornal do Aracaju, 1872. p. 10.

⁴⁵ *Jornal do Aracaju*, 03 de abril de 1872, n. 257, p.2.

⁴⁶ *Jornal do Aracaju*, 10 de agosto de 1872, n. 298, p.2.

⁴⁷ *Jornal do Aracaju*, 05 de fevereiro de 1873, n. 349, p. 03.

como a citada africana, uma vez que era proibida aos cativos a compra e porte de armas e munições.

Pelo que indicam os testemunhos, parece que os mocambos sergipanos eram, sobretudo, do tipo predatório, conforme classificação sugerida pelo historiador Décio Freitas⁴⁸, ou seja, não produziam seus alimentos, vivendo, principalmente, de assaltos nas estradas e saques nas fazendas.⁴⁹ Devido à constância da repressão policial e a iminência das batidas, os quilombolas não tinham como sobreviver de forma sedentária. Lembremos que as diligências visavam a *extinção* dos mocambos, o que significava desde a simples captura até o assassinato, em caso de resistência.

Sobre a repressão aos quilombos, a palavra de ordem do poder público, apoiado pelos proprietários, era '*medidas enérgicas*'. Embora os governantes reclamassem ao legislativo de verbas para sanar a insuficiência de soldados e de dinheiro '*para destinar-se a espias*'.⁵⁰ As autoridades, como se nota, queriam também utilizar o eficaz expediente de espionagem dos mocambos.

Nas batidas aos redutos, o mais famigerado caçador de escravos de Sergipe provincial foi o capitão João Batista da Rocha Banha. Ele dirigiu, dentre outras, a escolta que prendeu o não menos célebre quilombola de nossa História: João Mulungu.

Em 13 de janeiro de 1876, no engenho *Flor da Roda* em Laranjeiras, depois de cinco dias de buscas, os dois *João* se confrontaram. Mulungu era líder *audaz*, conforme seus algozes. Ele contava, à época, com '*25 anos mais ou menos, é crioulo, de uma estatura regular, (...), um pouco ladino e insinuante, (...), preferindo, contudo, ser enforcado na praça pública a voltar para casa de seu senhor*', assegurou o chefe de polícia.

⁴⁸ FREITAS, Décio. *O escravismo brasileiro*. 2. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1982. p. 39-42.

⁴⁹ SANTOS, Lourival Santana. Quilombos e quilombolas em terras de Sergipe no século XIX. *Revista do IHGS*, Aracaju, n. 31, p. 41, 1992.

⁵⁰ MIRANDA, Antônio dos Passos. *Relatório com que abriu a Assembléia Legislativa Provincial de Sergipe no dia 02/03/1874*. Aracaju: Typ. do Jornal do Aracaju, 1874. p. 06.

Ser “um pouco ladino e insinuante” era o reconhecimento da astúcia e do poder de liderança do jovem e obstinado calhambola, que viveu fugindo durante oito anos. Ademais, as condições para resistir à coação dos senhores e do Estado eram as mais precárias possíveis, num território de extensão relativamente pequena, coalhado por estabelecimentos cujos proprietários estavam alertas para darem apoio à extinção dos mocambos. Além disso, Mulungu e outros líderes deveriam comandar escravos de ascendência étnica e interesses supostamente diferentes, isto quando não incorporavam outros elementos marginalizados, mas estranhos à fuga da escravidão, como ciganos, índios e bandidos.

Mulungu fora trazido para Aracaju, como um troféu em exposição. Por toda parte, escreve a autoridade policial, por onde *a intrépida escolta passava com o referido escravo, era vitoriada pelo povo em massa...*⁵¹ Sua prisão fora exemplar. Mesmo assim, muitos continuaram a formar novos núcleos de resistência ao regime, a exemplo de outro famoso líder calhambola, o escravo Saturnino, que viveu muitos anos foragido e acusado de *inúmeros roubos e assassinatos* até 1888.⁵²

Purgando o alto preço para se manterem livres, não eram raras informações sobre fugitivos cometendo agressões e homicídios contra feitores, senhores, delatores; e até mesmo contra outros escravos. Exemplo disto: num relatório oficial de 1880, anotou-se que no engenho Mombaça, em Riachuelo, fora assassinada uma escrava de Alexandre José de Faro *por um quilombola*.⁵³

Pelo tom lacônico daquele relato, não se sabe ao certo se o crime fora imputado a um suposto escravo fugido, cujo nome se ignorava, *visto não ter sido ainda capturado*, e assim livraria a pele do verdadeiro crimi-

⁵¹ TELES, Vicente de Paula Cascaes. Relatório do chefe de polícia. In PINHO, João Ferreira d'Araújo. *Relatório com que abriu a Assembléa Legislativa Provincial de Sergipe em 01/03/1876*. Aracaju: Typ. do Jornal do Aracaju, 1876. p. 11-13.

⁵² SANTOS, Maria Nely. *A Sociedade Libertadora “Cabana do Pai Thomaz”*. Aracaju: J. Andrade, 1997. p. 126-132.

⁵³ RAMOS, Francisco da Costa. Relatório do chefe de polícia. In SANTOS, Theófilo Fernandes dos. *Relatório com que abriu a 1ª sessão da 23ª Legislatura da Assembléa Provincial de Sergipe, no dia 01/03/1880*. Aracaju: Typ. do Jornal de Sergipe, 1880. p. 02.

noso, aproveitando-se do discurso oficial que atribuía aos negros dos mucambos as violências mais terríveis contra o indivíduo e a propriedade. Ou, por outra, a vítima talvez sofrera um crime passionai por um quilombola que, separado de sua amada, desconfiara de alguma traição. Ou, quem sabe ainda, ela delatara contra o quilombo do escravo anônimo.

Seja por uma ou outra razão, o certo é que as marcas do escravismo ficarão em nossa memória, não apenas como regime que transformara seres humanos em mercadorias ou animais para o trabalho, o crime e o castigo, como quer uma certa tradição historiográfica. Mais que isto, sua história nos ensina que os cativos tinham vontade própria e buscavam uma precária autonomia.

Em Sergipe, de acordo com a pesquisadora Maria Nely do Santos, as ações ofensivas dos escravos os credenciaram como força mais importante do contexto abolicionista, muito embora as comunidades aquilombadas não tenham amadurecido uma *consciência coletiva* de sua luta para sensibilizar a sociedade, avalia a historiadora.⁵⁴ No entanto, acredito que a peleja de alguns demonstra que nenhum poder é unilateral e monolítico, pois na malha de relações sociais complexas, a realidade cotidiana propicia espaços de fuga, de fluidez, de interfaces, de contrapartidas e, enfim, de resistências.

Por fim, percebe-se que a resistência ao regime servil e a luta pela liberdade foram constantes na comunidade escravizada em Sergipe. Mesmo assim, hoje em dia, permanece a crença em grande parcela da população no velho argumento historiográfico de que a escravidão do índio foi substituída pela do africano porque o primeiro não havia se adaptado ao cativo, uma vez que possuía um espírito amante da liberdade; enquanto o segundo era mais afeito à servidão desde o berço d'África. Quem ainda pensa desse modo, não abriu suficientemente o espírito para ter consciência da resistência dos africanos e seus descendentes ao regime escravocrata revistos por uma nova História.

⁵⁴ SANTOS, Maria Nely. *A Sociedade Libertadora: "Cabana do Pai Thomaz"*. Aracaju: J. Andrade, 1997. p. 131-132.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

- ALVES, Francisco José. Mocambos e quilombos na toponímia de Sergipe. *Jornal da Cidade*, Aracaju, 6-7 de julho de 2000, Caderno B, p.6.
- BROTERO, João D'Abney de Avellar. *Relatório com que foi entregue a província de Sergipe no dia 07/03/1859 ao sr. dr. Manoel da Cunha Galvão*. Sergipe: Typographia Provincial, 1859.
- CARDOSO JÚNIOR, Francisco José. *Relatório com que abriu a 2ª sessão da 20ª Legislatura da Assembléia Provincial de Sergipe no dia 03/03/1871*. Aracaju: Typ. do Jornal do Aracaju, 1871.
- CARVALHO, José Jorge de (Org.) et al. A Experiência histórica dos quilombos nas Américas e no Brasil. *O quilombo do Rio das Rãs: histórias, tradições e lutas*. Salvador: Edufba, 1995. p. 13-73.
- Correio Sergipense*. São Cristóvão/Aracaju, 1853 a 1866.
- DANTAS, Orlando Vieira. *Vida patriarcal de Sergipe*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.
- FERREIRA, Aurélio B. de H. *Novo dicionário da língua portuguesa*. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.
- FIGUEIREDO, Ariosvaldo. *O negro e a violência do branco*. Rio de Janeiro: J. Álvaro, 1977.
- FREITAS, Décio. *O escravismo brasileiro*. 2. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1982.
- FREYRE, Gilberto. *O escravo nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX*. Recife: Imprensa Universitária, 1963.
- FREYRE, Gilberto. *Sobrados e Mucambos*. 9. ed. Rio de Janeiro: Record, 1996.
- HOUAISS, Antônio et al. *Dicionário da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.
- JORNAL DO ARACAJU*. 1872 a 1877.
- MACEDO, Luís Álvares d'Azevedo. *Relatório apresentado à Assembléia Legislativa Provincial de Sergipe em 04/03/1872*. Aracaju: Typ. do Jornal do Aracaju, 1872.
- MATTOSO, Kátia M. de Queirós. *Ser escravo no Brasil*. 3. ed. SP: Brasiliense, 2001.

- MIRANDA, Antônio dos Passos. *Relatório com que abriu a Assembléia Legislativa Provincial de Sergipe no dia 02/03/1874*. Aracaju: Typ. do Jornal do Aracaju, 1874.
- MOTT, Luiz. O escravo nos anúncios de jornal de Sergipe. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*. Aracaju, n. 29, p. 133-147, 1983-1987.
- MOURA, Clóvis. *Rebeliões da senzala: quilombos, insurreições e guerrilhas*. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1981.
- O RAIÓ. Aracaju, n. 189, 1880.
- OLIVEIRA JUNIOR, Joaquim Bento de. *Relatório com que passou a administração da província de Sergipe no dia 05/09/1872 para Cypriano d'Almeida Sebrão*. Aracaju: Typ. do Jornal do Aracaju, 1872.
- PASSOS SUBRINHO, Josué Modesto dos. *Reordenamento do trabalho: trabalho escravo e trabalho livre no nordeste açucareiro; Sergipe 1850-1930*. Aracaju: Funcaju, 2000. p. 425. (Anexo-tabela A.6.3).
- RAMOS, Francisco da Costa. Relatório do chefe de polícia. In SANTOS, Theófilo Fernandes dos. *Relatório com que abriu a 1ª sessão da 23ª Legislatura da Assembléia Provincial de Sergipe, no dia 01/03/1880*. Aracaju: Typ. do Jornal de Sergipe, 1880. p. 02.
- RECOPILADOR SERGIPANO. Estância, 1833.
- RIBEIRO, Márcia Moisés. *A Ciência dos Trópicos*. São Paulo: Hucitec, 1997. p. 73.
- SANTOS, Lourival S. Quilombos e quilombolas em terras de Sergipe no séc. XIX. *Revista do IHGS*, Aracaju, n. 31, p. 31- 43.
- SANTOS, Maria Nely. *A sociedade libertadora 'Cabana do Pai Thomaz'*. Aracaju: J. Andrade, 1997.
- SCHRAMM, Adolphine. *Cartas de Maruim*. Aracaju: UFS, 1991.
- SERGIPE. Governo do Estado. *Infra-estrutura básica dos povoados de Sergipe: Projeto Campo Verde*. Aracaju: Seplan/IESAP, 1988; EDTUR. *Mapa Informativo do Estado de Sergipe*. Goiânia, s.d. 1 mapa: color.; Escala 1: 317.000.
- TELES, Vicente de Paula Cascaes. Relatório do chefe de polícia. In: PINHO, João Ferreira d'Araújo. *Relatório com que abriu a Assembléia Legislativa Provincial de Sergipe em 01/03/1876*. Aracaju: Typ. do Jornal do Aracaju, 1876. p. 11-13.

CONFLITOS INTERNOS EM
SERGIPE: a instabilidade
política e a consolidação da
autonomia (1824)

VANESSA DOS SANTOS OLIVEIRA*

O território sergipano era parte da capitania da Bahia de Todos os Santos doada a Francisco Pereira Coutinho em 05 de abril de 1534. Foi visando garantir a segurança e a comunicação entre Pernambuco e Bahia, a posse da terra ante a presença estrangeira e estender a área destinada às pastagens que a Coroa portuguesa ordenou em 1575 a conquista de Sergipe. Entretanto, a absorção efetiva só veio a se efetivar em 1590 quando uma expedição militar, sob a liderança de Cristóvam de Barros, conquistou o território, deixando um saldo de várias mortes e prisões entre os povos indígenas aqui residentes.¹

Com a conquista, iniciou-se o processo de colonização. As primeiras sesmarias doadas destinaram-se, em sua grande maioria, à cultura de subsistência ou à criação de gado. Também foram realizadas incursões interioranas em busca de metais preciosos, porém sua existência nunca ficou comprovada. O processo de colonização foi, destarte, interrompido quando houve as invasões holandesas, ocasião em que os

* Licenciada em História pela UFS.

¹ Ver Freire, Felisbelo. *História de Sergipe*. Petrópolis: Vozes/Governo do Estado de Sergipe, 1977 e Nunes, Maria Thetis. *Sergipe Colonial I*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro/UFS, 1989

canaviais foram destruídos, o gado sacrificado e a cidade de São Cristóvão arrasada por ambos os contendores.

Na segunda metade do século XVIII, firmou-se a economia açucareira trazendo prosperidade para a Capitania que, nas primeiras décadas do século XIX, assistiu ao crescimento do número dos seus engenhos. Com a consolidação da economia açucareira, firmaram-se também os grandes proprietários de engenho que desempenharam papel de comando na vida sergipana exercendo o poder sobre seus dependentes e acentuando a diferenciação social da população.

QUADRO I
ENGENHOS DA CAPITANIA DE SERGIPE

| PERÍODO | ENGENHOS |
|---------|----------|
| 1609 | 03 |
| 1617 | 04 |
| 1637 | 08* |
| 1724 | 25 |
| 1759 | 39 |
| 1798 | 140 |
| 1820 | 226 |
| 1824 | 232 |

* Destruídos nas invasões holandesas.

FONTE: Nunes, Maria Thetis. *Sergipe Colonial I*. Sergipe: Universidade Federal de Sergipe; Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989 e Nunes, Maria Thetis. *Sergipe Colonial II*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996.

A produção do açúcar sergipano era financiada e exportada pelos comerciantes baianos, estabelecendo uma dependência econômica para o nosso comércio que teve grande influência no processo de emancipação. Além disso, na Bahia eram cobrados os direitos sobre os produtos exportados, prejudicando a receita da capitania de Sergipe

que também comercializava a aguardente, o algodão por ocasião da guerra de Independência dos Estados Unidos, farinha de mandioca, tucum, couro, fumo, arroz, sal, solas e carne.²

Contudo, o desenvolvimento econômico alcançado no século XVIII não fora acompanhado pela estrutura político-administrativa que pouco se alterara. A máquina burocrática aqui instalada era uma reprodução daquela que vigorava na Metrópole. De tal modo, contava Sergipe com capitão-mor e Câmaras Municipais, aquele representante dos interesses reais enquanto estas representavam os interesses internos, daí resultando as constantes divergências entre as duas instâncias de poder.

A partir da segunda metade do século XVII, assistiu-se a algumas alterações na estrutura administrativa. Em 1668 a Capitania foi dividida nos distritos militares de Lagarto e Itabaiana primeiramente, sendo acrescentados já no século XVIII Rio Real, Cotinguiba e Japarutuba. Em 1696 Sergipe tornou-se Comarca e, em 1697, foram criadas as vilas de Nossa Senhora da Piedade do Lagarto, Santo Antônio e Almas de Itabaiana, Santo Amaro das Brotas e Santa Luzia do Itanhi contando com o aparato político-administrativo exigido.³

Ainda no século XVIII a capital da Colônia foi transferida da Bahia de Todos os Santos para o Rio de Janeiro com o objetivo de facilitar a fiscalização sobre a produção aurífera. Como compensação, a Bahia teve anexadas ao seu território as capitanias de Ilhéus, Porto Seguro e Sergipe d'El Rey antes subalternas ao Governador Geral. A Bahia então, passava a nomear os governantes e a designar autoridades para administrar a capitania sergipana, exigindo contribuições em homens, tabaco, gado e impostos. Segundo revelou Ferreira⁴, Sergipe vivia em condições deprimentes, vítima que era dos desmandos, desatenções e

² Nunes, Maria Thetis. *Sergipe Provincial I*, 2000, p. 23.

³ Freire, Felisbelo. *Op. Cit.* p. 105.

⁴ Ver Ferreira, Jurandyr Pires. *Independência Completa de Sergipe*. In *Enciclopédia dos Municípios*

humilhantes atitudes para com suas autoridades. Com o reforço da dependência e as constantes exigências da capitania vizinha crescia a insatisfação de alguns grupos sergipanos.

Em inícios do século XIX contava a capitania de Sergipe com a cidade de São Cristóvão, a vila de Santa Luzia do Itanhi, Thomar, Lagarto, Itabaiana, Santo Amaro, Vila Nova e Própria e as missões de Água Azeda, Pacatuba, Japarutuba e São Pedro. Em função do desenvolvimento da cultura canaveira, surgiram algumas povoações, sendo as mais prósperas Estâncias e Laranjeiras.⁵ A população sergipana apresentou crescimento relativamente acentuado ao longo do tempo. Em 1707 contavam-se 17.169 habitantes, chegando em 1780 a 54.000 e a 72.236 no ano de 1808, constituída por 19.954 negros, 30.542 mestiços, 20.300 brancos e 1.440 índios.⁶ Havia, portanto, uma predominância de mestiços entre os grupos representantes da população local.

Era a sociedade sergipana essencialmente rural, dominada pelos grandes proprietários. O crescimento da cultura canaveira provocou alguma modernização; contudo, a vida educacional e a segurança da Capitania deixavam a desejar: contava com apenas dezoito aulas de Primeiras Letras e oito aulas de Gramática Latina espalhadas entre a cidade, as vilas e algumas povoações. Quanto à segurança, havia deficiência de armamentos e soldados para garantir a ordem, possuindo em 1759 apenas trinta praças, deixando as autoridades sem aparato militar com o qual pudessem fazer cumprir suas ordens e, conseqüentemente, elevando os índices de criminalidade e impunidade.⁷

A organização militar da Capitania assim como a da Colônia era composta por tropa de linha, milícias e ordenanças. A tropa de linha era permanente e profissionalizada. As milícias, que compunham a se-

⁵ Souza, Marcos Antônio de. *Memória sobre a Capitania de Sergipe: sua formação, população, produtos e melhoramentos de que é capaz*, p.17-18.

⁶ Ver Souza, Marcos Antônio de. *Op. Cit.*, p. 44 e Nunes, Maria Thetis. *Sergipe Colonial II*, 1996, p. 128-129.

⁷ Silveira, Manuel Fernandes da. Relatório apresentado ao Ministério do Império. *Apud Santos, Pedrinho. Antônio Pereira Rebouças e a Luta do Negro em Sergipe*, p. 29.

gunda linha, eram tropas auxiliares recrutadas por serviço obrigatório e não remunerado na população local. As ordenanças, por sua vez, eram forças locais formadas por todo o resto da população dentro dos limites fixados.⁸ No comando das companhias de ordenanças, estavam os proprietários rurais, aos quais eram concedidas altas patentes, autorizando-os a manter tropas auxiliares da ordem pública e contribuindo para aumentar seu prestígio e influência.

O fato de ser uma capitania subalterna tornava moroso o desenvolvimento de Sergipe. Nessas circunstâncias apresentava-se como solução a autonomia. Contudo, senhores de engenhos dependentes dos comerciantes de Salvador e os portugueses que aqui residiam se opunham à idéia de autonomia, pois queriam manter a arbitrariedade em que viviam frente às dificuldades de comunicação e à distância em relação aos centros mais desenvolvidos da Colônia.

A vinculação que vigorava desde a conquista do território parecia ter chegado ao fim quando, a 8 de junho de 1820, D. João VI decretou Sergipe como capitania independente. Todavia, essa seria uma autonomia caracterizada pela formalidade, sendo postergada sua efetivação pelos interesses contrários de origem externa representados pela Bahia e interna advindos da facção que tinha seus negócios articulados com importadores de Salvador. Os reflexos desses problemas manifestar-se-iam nas reações ao primeiro governador da Província.

Em 10 de fevereiro, as tropas baianas promoveram a adesão da Bahia à Revolução Constitucionalista da cidade do Porto. O novo governo determinou a reincorporação de Sergipe, pois não queria perder o abastecimento de mantimentos e as rendas referentes a impostos dela provenientes, atitude aprovada pela assembléia das Cortes e que viria a conturbar o processo de autonomia sergipano.

O brigadeiro Carlos César Burlamaque, nomeado governador da província de Sergipe por Carta Régia de 25 de julho de 1820,

⁸ As ordenanças eram formadas por todo o resto da população masculina entre 18 e 60 anos, não alistada ainda na tropa de linha ou nas milícias, e não dispensada do serviço militar por algum motivo. Conforme Prado Júnior, Caio. *Formação Econômica do Brasil Contemporâneo*, 1996, p. 324.

chegou em São Cristóvão a 19 de fevereiro sem ainda ter conhecimento do que se passara em Salvador. A Junta Governativa da Bahia enviou cartas a seu antecessor, o capitão-mor Luis Antônio da Fonseca Machado, ordenando o juramento da Constituição e que não fosse dada posse ao governador nomeado. Mesmo diante de tais ordens, preferiu ele manter-se fiel às instruções imperiais e Burlamaque, em obediência às ordens que recebeu da Corte, não aderiu ao movimento constitucionalista.⁹

Em algumas vilas surgiram movimentos de contestação ao novo governador por não ter jurado à Constituição, a saber, nas vilas de Santo Amaro, Santa Luzia e Laranjeiras. Na verdade, preocupava-lhes as medidas econômicas tomadas, pois havia ele determinado a fiscalização de impostos de exportação nos portos da Contiguiba, Estância e Itaporanga, enviando “hum Fiscal, para cada hum, para tomar conta do que sahia, fazer disto assento, e obrigar ao Corregedor a assignar fiança ao Disimo, caso que na Bahia lh’o não tirassem”¹⁰. Feria, dessa forma, os interesses daquela capitania e de alguns potentados locais.

A Junta Provisional baiana encaminhou a Sergipe duzentos praças comandados pelo capitão Bento da França Pinto e Oliveira para dar cumprimento às ordens dela emanadas. Obtiveram sucesso em sua missão, sendo a Constituição jurada gradativamente nas Câmaras sergipanas. Diante desse contexto, no dia 17 o governador convocou a Câmara e entregou-lhe o governo, pois não existiam condições para reagir à invasão das forças enviadas da Bahia. No dia seguinte, as tropas chegaram a São Cristóvão obrigando as autoridades a jurar a Constituição e cooptando os oficiais e inferiores com a promessa de aumento nos seus soldos. Assim, ficava invalidado o decreto que declarava a

⁹ Nunes, Maria Thetis. *Op. Cit.* 2000, p. 38-40.

¹⁰ Burlamaque, Carlos César. *Memória Histórica e documentada dos sucessos acontecidos em Sergipe d’ El Rei, sendo governador daquela Província Carlos César Burlamaque, que a foi criar em independente, e separada totalmente da Bahia por decreto de Sua Magestade Fidelíssima de 8 de julho de 1820, e carta de 25 do mesmo mês.* Rio de Janeiro, Tipografia Nacional, 1821, p. 4. BN – Seção de Obras Raras, p. 6.

autonomia de Sergipe. Diante da nova conjuntura, foi designado para governá-la o brigadeiro Pedro Vieira de Melo, identificado com a Junta de Salvador e apoiado pela facção recolonizadora.

Após a administração de Burlamaque, formaram-se dois grupos políticos em Sergipe: os que apoiavam a autonomia sergipana e a facção recolonizadora. O primeiro grupo era composto por alguns senhores de terras ligadas à pecuária, os camaristas de São Cristóvão e o *status* médio urbano, sendo chefiado por José Matheus Leite Sampaio. Já aquele que queria preservar a subordinação estava constituído de portugueses e senhores de engenho, cujos interesses se identificavam com a Bahia que financiava seus negócios e eram liderados por José de Barros Pimentel.¹¹

Porém, os acontecimentos que se deram em âmbito nacional contribuíram para resolver os problemas da província sergipana. D. Pedro em desobediência às Cortes decidiu permanecer no Brasil. Na Bahia, o brigadeiro Inácio Luís Madeira de Melo assumiu o comando das tropas e da Junta de Governo, obedecendo diretamente a Lisboa. Em reação, a 25 de junho, as Câmaras da Vila de Cachoeira e povoações do Recôncavo uniram-se e elegeram uma Junta Conciliadora e de Defesa que foi o centro da resistência dos baianos às tropas de Madeira de Melo. Ante esses acontecimentos, o príncipe regente enviou o Exército Pacificador comandado pelo general Pedro Labatut para auxiliar os baianos¹².

Em fins de setembro, as tropas chegaram à vila alagoana de Penedo. Em Vila Nova encontraram resistência impedindo que cruzassem o Rio São Francisco. A partir desse momento, confundem-se em terras sergipanas as lutas pela autonomia local e pela consolidação da independência nacional. Em 2 de outubro, a Câmara de Vila Nova aderiu à causa nacional graças à atuação de João Dantas, capitão-mor

¹¹ Freire, Felisbelo. *Op. Cit.*, p. 244.

¹² Conforme Brigido, J. O General Pedro Labatut. In Revista do Instituto do Ceará. Fortaleza: Typ. Universal. 1903.

das ordenanças da Vila de Itapicuru. Após proclamar aos habitantes a união a D. Pedro, seguiu Labatut para Laranjeiras onde fez o mesmo.¹³

Resolvida a questão da autonomia, surgiram, em Sergipe, os seus primeiros partidos políticos: o Liberal e o Corcunda. “A história política sergipana, apontou Oliva, estará marcada, após a independência, pelo violento embate entre as duas forças que agrupavam os senhores de terra”.¹⁴ Contraditoriamente, os Corcundas eram liderados por José Matheus Leite Sampaio, emancipacionista que passaria a tomar posicionamentos reacionários no quadro político sergipano, enquanto José de Barros Pimentel, antes adepto da recolonização, encabeçava os Liberais.

Chegando a São Cristóvão, Labatut não mais encontrou os membros do governo indicados pela junta baiana. O general convocou então a Câmara promovendo a adesão a D. Pedro. Mediante protestos do povo e da tropa armada, foram reunidos os senhores de terras das diferentes facções para mais uma tentativa de organização do governo autônomo de Sergipe. Na composição da Junta Provisória que se instalava, os Corcundas tinham maioria. Com efeito, “Labatut soube comprometer os senhores de terra sergipanos com a causa da Independência Nacional, outorgando-lhes posições de mando e responsabilidade”.¹⁵

José de Barros Pimentel, insatisfeito por ter sido preterido ao cargo de presidente, passou a fazer oposição à Junta. Em sua estada em terras sergipanas Pedro Labatut se envolveu na política local sob influência deste e de outros senhores de engenho contrários à emancipação. Coerente com sua nova posição, determinou a dissolução da Junta Provisória e anulou a autonomia sergipana, nomeando José de Barros Pimentel governador militar. Mais uma vez prevaleceram os interesses particulares dos senhores de terras locais não vigorando a nossa independência.

¹³ Nunes, Maria Thetis. *Op. Cit.* 2000, p. 42

¹⁴ Oliva, Terezinha Alves de. *Estruturas de Poder.* In *Textos para a História de Sergipe*, p. 133.

¹⁵ Nunes, Maria Thetis. *A Passagem do General Labatut pela Província de Sergipe. Sua Importância nas Lutas da Independência da Bahia.* In *Anais da XIX Reunião da SBPH*, p. 254.

Porém, por pouco tempo ficou Pimentel no posto de governador militar. A 14 de novembro era nomeado para governar Sergipe José Eloy Pessoa, tomando posse a 25 deste mesmo mês. José de Barros Pimentel promoveu a oposição ao novo governo e usando do prestígio que tinha com a Junta de Cachoeira, conseguiu sua desaprovação a José Eloy. O general Pedro Labatut, então, ordenou a destituição de Pessoa e reintegrou Pimentel. Todavia, não se deveu apenas à intervenção de Pimentel sua deposição. Com certeza suas idéias abolicionistas expressas na obra *Memória sobre a escravatura e projeto de colonização dos europeus e pretos da África no Império do Brasil*, foram de grande contribuição para sua exoneração.

Em 5 de dezembro, confirmava o imperador a Carta Régia de 8 de julho de 1820, até então sem vigência, integrando Sergipe como província independente ao império brasileiro e determinando a eleição de um governo composto de cinco membros e de representantes para a Assembléia Constituinte. Pimentel, que sempre se mostrara contrário à autonomia, insurgiu-se contra as ordens imperiais. Tomando conhecimento da confirmação da autonomia, povo e tropa exigiram da Câmara a reintegração da Junta deposta por Labatut, que deveria permanecer à frente do governo até que fossem realizadas novas eleições.

Do Rio de Janeiro chegaram em junho de 1823 instruções para que se procedesse a eleição para a Junta Governativa efetiva e para os dois deputados que representariam Sergipe na Assembléia Constituinte. Realizada a eleição, a apuração dos votos confirmou a vitória da facção opositora liderada por João Fernandes Chaves e Francisco Rollemberg Chaves. O resultado não foi reconhecido pela Junta Provisória que auxiliada pelas tropas mandou cercar a Câmara, prendeu os vereadores e alterou os resultados. Como notou Oliva, “as eleições foram invariavelmente momentos violentos em que o partido que ocupava o poder manipulava a seu favor os resultados”.¹⁶

¹⁶ Oliva, Terezinha Alves de. *Op. Cit.*, p. 133.

A situação política de Sergipe somente veio a ser regularizada a 20 de outubro de 1823, ocasião em que foram abolidas as Juntas e nomeados presidentes para as províncias. Deste modo, em 25 de novembro de 1823, era nomeado pelo Imperador o primeiro presidente de Sergipe, o brigadeiro Manoel Fernandes da Silveira.¹⁷ Sua função requeria grandes esforços, pois tinha a seu cargo a tarefa de governar uma Província econômica e socialmente desestruturada.

Manoel Fernandes da Silveira nasceu em Estância, no ano de 1757. Serviu no primeiro regimento de infantaria da Bahia e, por decreto de 31 de maio de 1797, foi nomeado capitão-mor governador da capitania do Espírito Santo, a qual administrou até o ano de 1800. No comando da legião de caçadores da Bahia, alcançou o posto de brigadeiro. Foi membro da comissão militar que condenou a pena de morte os revolucionários pernambucanos de 1817 e participou das lutas pela independência do Brasil, promovendo a aclamação do príncipe D. Pedro em diversos lugares da Bahia. Aos 67 anos foi escolhido para presidir sua Província natal.¹⁸

Sua posse ocorreu em 5 de março de 1824¹⁹ acompanhado do secretário de governo Antônio Pereira Rebouças, figura que desempenharia importante papel na sua administração. Nascido na vila baiana de Maragogipe em 1798, Rebouças era mulato filho de família simples e, por isso, não teve condições de fazer o curso superior. Contudo, autodidata e possuidor de grande cultura, obteve autorização para advogar na Bahia. Nas lutas pela independência, incorporou-se ao Exér-

¹⁷ Manuel Fernandes da Silveira foi nomeado governador de Sergipe em 25 de novembro de 1823 e não a 23 de novembro, como erroneamente indicam Acrísio Torres Araújo (1966) e João Pires Wynne (1970). Ver Ofício de Manuel Fernandes da Silveira à Junta Provisória, em data de 30 de novembro de 1823, comunicando sua nomeação

¹⁸ Sobre Manoel Fernandes da Silveira, ver Guaraná, Armindo. Dicionário Bio-Bibliográfico Sergipano, p. 208.

¹⁹ Felisbelo Freire se equivoca duplamente na indicação desta data, quando inicialmente afirma ter ele chegado à Província em janeiro de 1824, mesmo mês em que teria assumido a administração e, depois, informa que sua posse teria ocorrido no dia 7 de março. Ver Freire, Felisbelo. *Op. Cit.*

cito Pacificador e fez parte como secretário da Junta Interina e de Defesa da vila de Cachoeira. Discípulo das teorias liberais, suas idéias, consideradas àquele tempo subversivas, iriam desencadear forte oposição por parte dos setores conservadores da política sergipana.²⁰

Apesar do desenvolvimento alcançado em função da economia açucareira que continuava a se expandir desde a segunda metade do século XVIII, já contando com 226 engenhos que produziam de 10 a 12 mil caixas de açúcar²¹ além de outros produtos, Fernandes encontrou a Província com um orçamento desequilibrado e necessitada de melhorias em sua estrutura administrativa, o que levou o presidente da Bahia, Francisco Vicente Viana, a afirmar:

“Não se pode bem conceber que huma Provincia tão rica de produtos da sua agricultura não tenha rendas suficientes para pagar os funcionários públicos, e satisfazer todas as despesas do Governo. Fica pois bem claro, que os empregados no manejo das finanças não tiverão a actividade requerida em arrecadar as rendas da Fazenda Nacional!”.²²

Encontrava uma sociedade marcada por acirradas lutas entre os chefes políticos locais decorrentes do conturbado processo de emancipação e das disputas pelo poder nos acontecimentos que se deram após a saída de Carlos César Burlamaque. Diante desse contexto, competia ao novo presidente promover a manutenção da autonomia e melhoramentos no sentido de levar a ordem a essa sociedade, mas sob condições extremamente difíceis, quando a classe dominante lutava para manter seus privilégios e preservar no poder a situação pela qual era favorecida.

Para restabelecer a ordem, fazia-se urgente dotar a Província de funcionários essenciais à sua modernização, tais como ouvidor e juiz de

²⁰ Sobre Antônio Pereira Rebouças, consultar Nunes, Maria Thetis. *Op. Cit.*, 2000, p. 339-342 e Santos, Pedrinho. Antônio Pereira Rebouças e a Luta do Negro em Sergipe.

²¹ Ofício do Presidente Manuel Fernandes da Silveira ao Ministro da Guerra, em 14 de abril de 1824.

²² Ofício do Presidente da Bahia Francisco Vicente Viana para o Presidente de Sergipe, em 12 de abril de 1824.

fora, comandante militar, oficiais de fazenda e patrão-mor para as barras do que resultavam perdas ao comércio, lavoura e fazenda nacional. Ao bom desempenho da justiça eram imprescindíveis melhoramentos no foro, escrivãos e oficiais.²³

Mas, numa cidade atrasada nos ensinamentos como era a São Cristóvão de então, não se encontravam pessoas hábeis ao desempenho destas responsabilidades. Muitos dos funcionários que compunham o corpo administrativo não tinham habilidade alguma para o desempenho de suas funções, o que acabava comprometendo o sucesso dos negócios públicos.²⁴

As dificuldades por que passavam as rendas provinciais tinham sua origem ligada à Pagadoria Militar, visto que abundavam nas tropas postos de altas patentes adquiridos por pessoas de posses às quais eram pagos soldos por tarifas superiores as estabelecidas pelo Império, chegando a dar de prejuízo à Fazenda Pública aproximadamente 1:000 réis.²⁵

As promoções de patentes nas tropas foram realizadas por Burlamaque, pela Junta baiana, por Pedro Vieira de Melo, Labatut, Pimentel, José Eloy da Silva Pessoa e pela Junta Provisória. Estabelecida pelos militares e senhores de terras locais que se uniram momentaneamente para organizar o governo de Sergipe, a Junta distribuiu patentes aos que a conservavam mesmo depois das eleições para a Junta Efetiva, cooptando-os politicamente.

Essas eram as circunstâncias em que encontrava sua terra natal. Já em 1823 estavam os cofres públicos em dificuldades e tomavam-se medidas para contenção de gastos. Desde outubro não se pagava a tropa de segunda linha, e o governo provisório havia contraído dívida

²³ Ofício de Manoel Fernandes da Silveira para o Imperador, em 15 de abril de 1824.

²⁴ Ver Souza, Marcos Santana de. Deficiências materiais e pessoais da Tesouraria da Fazenda (Província de Sergipe) na segunda metade do século XIX. In II Congresso de Iniciação Científica PIBIC-CNPq/UFS: Sergipe, 2000, p. 237-8.

²⁵ Manuel Fernandes da Silveira. Relatório apresentado ao Ministério do Império. *Apud* Santos, Pedrinho. *Op. Cit.*, p. 29.

no valor de 2:582\$600 réis com o cofre dos ausentes para pagar os funcionários.²⁶

Com o objetivo de equilibrar o orçamento, o presidente ordenou a redução do efetivo militar de primeira linha e dos soldos dos oficiais com patentes não confirmadas.²⁷ As medidas contaram com a oposição da maioria dos oficiais, do provedor interino Euzébio Vanéreo e do comandante Antônio Joaquim da Silva Freitas. Euzébio Vanéreo, lente de inglês e escrituração mercantil do Liceu de São Cristóvão, foi encarregado de escrituração do Comando da Divisão da Torre de Pirajá na Vila de Cachoeira. Sobre Antonio Joaquim da Silva Freitas, declarava o presidente que “alem de nada saber d’arma de caçadores, tem de tal forma desmoralizado o Corpo, que longe de servir de guarda aos Cidadãos, lhes he o maior flagelo”.²⁸

As tropas, recém-saídas das lutas pela independência do país que em Sergipe acompanharam as lutas pela autonomia, tinham seu orgulho insuflado. Desde as primeiras décadas do século XIX, os militares surgiram na cena política da cidade de São Cristóvão passando a interferir nos negócios públicos. Analisando o quadro político desde a confirmação da emancipação e formação dos partidos, percebemos a identificação dos militares com o partido Corcunda, o qual tinha maioria no governo provisório e se mostrava contrário ao atual comando público.

Destituídos de programa, os partidos tinham um único objetivo: o poder, como escreveu Felisbelo Freire.²⁹ Pela composição nota-se a ausência de princípios que os nortearassem, visto que os Liberais eram liderados por José de Barros Pimentel, que antes havia tomado posição contra a emancipação local, enquanto os Corcundas eram presididos pelo capitão-mor José Matheus Leite Sampaio, antes líder da emancipação e que agora adotava posição reacionária.

²⁶ Ver Ofício de Eusébio Vanéreo ao Secretário Serafim Alves Roxa Roxa, em 13 de janeiro de 1824 e Ofício de Eusébio Vanéreo ao Presidente Manoel Fernandes da Silveira, em 5 de março de 1824.

²⁷ Ofício do Presidente Manoel Fernandes da Silveira ao Ministro e Secretário da Guerra, em 14 de abril de 1824.

²⁸ Ofício do Presidente Manoel Fernandes da Silveira ao Ministro e Secretário da Guerra, em 14 de abril de 1824.

²⁹ Freire, Felisbelo. *Op. Cit.*, p. 260.

Aproveitando-se das divergências entre a administração e as tropas, o partido Corcunda procurou atrair o elemento militar planejando a deposição de Manoel Fernandes e seu secretário, a fim de fazerem maioria no Conselho que estava para ser eleito. Como verificou Armindo Guaraná em artigo à Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, “o partido corcunda (...) certo das disposições hostis da guarnição, procurou cooptar as suas Sympathias, lisonjeando o sentimentalismo da classe militar, em proveito da conspiração tramada para a deposição do Presidente”.³⁰

A consequência das medidas e do atraso no pagamento dos soldos vencidos por deficiência de numerário nos cofres públicos foi a rebelião da tropa de primeira linha em 21 de abril. Liderados pelo comandante Antônio Joaquim da Silva Freitas e pelo vedor interino Eusébio Vanéreo, recusaram-se a guarnecer a cidade e promoveram uma pilhagem.

Destituído de forças com as quais pudesse resistir, visto que a única força armada era o batalhão inimigo, o presidente tomou todas as providências e, acompanhado do seu secretário, retirou-se para a povoação de Estância no dia 28 de abril, deixando proclamação aos habitantes e à tropa apontando os inimigos do governo e líderes da insubordinação. “Hum d’elles inda tem a seu co’mando, e obediência as Armas (...) O outro julga a seu dispor o dinheiro publico”. Exortava o presidente: “Brazileiros. Militares. O so facto de o condenardes os malvados, justificará vossa conducta, caracterizando-vos de inocentes ante mim, e vossos concidadãos”.³¹

No dia da contagem dos votos para o Conselho de Governo, planejaram os conspiradores obstar a apuração para excluir seus opositores. Alguns oficiais circulavam pela cidade com um abaixo assinado para deporem ao presidente, seu secretário e os prováveis con-

³⁰ Guaraná, Armindo. Brigadeiro Manoel Fernandes da Silveira. RIHGS, n. 2, p. 39.

³¹ Proclamação do Presidente Manoel Fernandes da Silveira aos Habitantes da Província de Sergipe, em 28 de abril de 1824.

selheiros para entregarem a administração aos antigos membros da Junta. Seus intentos não foram realizados, pois os eleitores convocados para uma nova eleição não compareceram e recusou-se o juiz ordinário a assumir o posto de presidente. Deste modo, foram eleitos conselheiros José de Barros Pimentel, Manoel de Deus Machado, João Fernandez Chaves, Francisco Felix Barreto de Menezes e Manoel Ignácio da Silveira.³²

Diante dos choques com as tropas e das deficiências pessoais e materiais pelas quais passava a Província, Manoel Fernandes requisitou ao presidente da Bahia que lhe auxiliasse com dois oficiais de fazenda, um destacamento de cento e cinqüenta praças de caçadores com competentes oficiais e duzentos e cinqüenta armas e munições bélicas para restituir a ordem.³³

Todavia, o presidente baiano não enviou o deprecado para o socorro de Sergipe, alegando poder o governo sergipano sossegar os ânimos exaltados de “meia dúzia de officiaes” com os corpos de segunda linha. Ademais, enviaria para auxiliá-lo o coronel Manoel da Silva Daltro, comandante das armas nomeado pelo Imperador para Sergipe, numa subestimação do movimento que aqui ocorria, como ficou comprovado pelo ofício enviado. “Duzentos e tantos praças de 1^a. Linha em Sergipe d’El Rey inda mesmo, que todos estivessem de accôrdo contra as Ordens de Vossa Excellencia não podião sustentar qual quer oppinião, que adoptasse”³⁴, escreveu o governador das armas da província vizinha.

Verdadeiramente, não poderia Manoel Fernandes agir de forma diversa diante do quadro em que se encontrava a Província, contando para sua defesa apenas com um batalhão de segunda linha composto de milicianos desarmados frente a um batalhão de primeira linha ar-

³² Nunes, Maria Thetis. *Op. Cit.*, 2000, p. 105.

³³ Proclamação do Presidente Manoel Fernandes da Silveira aos Habitantes, em 28 de abril de 1824.

³⁴ Ofício do Governador das Armas da Bahia ao Presidente da Província de Sergipe, Manoel Fernandes da Silveira, em 4 de maio de 1824.

mado e indisciplinado. Para evitar expor a população a uma guerra e salvar o governo, optou por deixar a cidade temporariamente.

A proclamação deixada pelo governante no momento da sua retirada de São Cristóvão em 28 de abril surtiu o efeito desejado e os praças começaram a abandonar seus oficiais migrando para a povoação de Estância. Na capital os oficiais resistentes tentavam impedir a saída de forças, ordenando aos guardas e sentinelas que atirassem em qualquer soldado que se aproximasse ou dela quisesse sair ao encontro do presidente sem, contudo, obterem sucesso. Guarnecida a cidade pelas tropas de segunda linha, ficaram impedidos de fugir os conspiradores que, sitiados e sem terem como resistir, entregaram-se.

Retornavam presidente e secretário a São Cristóvão em 8 de maio e dois dias depois ordenava a abertura da devassa para apurar os acontecimentos. Em cumprimento ao que havia prometido aos soldados na proclamação de 28 de abril, deu baixa aos privilegiados por lei, soldados de segunda linha que voluntariamente tinham ido para a primeira por ocasião da guerra contra os lusitanos na Bahia, para que pudessem retomar suas antigas funções. Ao todo foram dispensados mais de cem praças, restando aproximadamente setenta naquele batalhão.

Dessa forma, passava a solicitar ao comando das armas da Bahia o envio de oitenta praças, pois os que restavam da primeira linha não chegavam para guarnecer a cidade, pedido que lhe foi mais uma vez negado.

O coronel Manoel da Silva Daltro designado para o comando das armas, só a 8 de junho chegou em Sergipe, isto é, três meses após o levante das tropas. Português, governara antes a Ilha de Itaparica, onde não se mostrou propício às lutas pela independência do Brasil. Logo de início mostrou ser de conduta duvidosa, uma vez que chegou à cidade de São Cristóvão acompanhado de um dos criminosos da devassa de 21 de abril.³⁵

³⁵ Ofício do Presidente Manoel Fernandes da Silveira e do Conselho do Governo ao Ministro da Guerra,

O comandante Daltro foi envolvido pelo partido oposicionista e pelos portugueses aqui residentes – marginalizados pelo antilusitanismo reinante desde as lutas pela Independência, quando diversos senhores de engenho lusitanos foram denunciados por atitude contrária ao Príncipe Regente. O presidente contava com o apoio de senhores de terras e das camadas médias. Contra o governo estavam os membros da Junta Provisória que o havia precedido, e a seu favor aqueles elementos eleitos em agosto para a Junta Efetiva não empossada, que compunham os quadros do partido Liberal.

Na noite de 28 de junho, planejou o comandante Daltro auxiliar a soltura dos réus da conspiração de 21 de abril, mas o plano foi confessado ao presidente por oficiais e soldados.³⁶ Diante de tais fatos convocou o presidente o Conselho do Governo, os oficiais maiores, autoridades civis e eclesiásticas e cidadãos ilustres para deliberarem a respeito da conduta do comandante. Apreciados os acontecimentos, reconheceram que o mesmo vinha ultrapassando os limites de suas atribuições, porém permaneceu Daltro no posto que ocupava comprometendo-se a agir “em prol da publica segurança, prosperidade e defesa interna da Província, na forma por Sua Majestade recomendada, e ordenada”.³⁷

Quanto à devassa, foram indiciados por crime de Lesa-Soberania Nacional e remetidos ao Tribunal da Relação do Distrito da Bahia para julgamento os oficiais Antônio Joaquim da Silva Freitas, Francisco Gonçalves da Cunha, Manoel José de Magalhães Leal, José da Trindade Prado, Pedro Moniz Telles de Menezes, Manoel de Jesus Freire de Andrade, Manoel José Lapa Trancoso, Antônio José Pereira Guimarães e Antônio Manoel de Almeida; os paisanos José Carlos Novaes Lima e Eusébio Vanéreo; e os senhores de terras Henrique Luis de

³⁶ Ofício de Manuel Fernandes da Silveira ao Ministro da Guerra, em 5 de julho de 1824.

³⁷ Ata da reunião do Conselho do Governo, em 9 de agosto de 1824. In *Suplemento ao Independente Constitucional*, n. 111, 1824. *Apud* Nunes, Maria Thetis. *Op. Cit.*, 2000, p. 121.

³⁸ *Ver* Nunes, Maria Thetis. *Op. Cit.*, 2000, p. 106.

Araújo Maciel, Antônio Rodrigues Montes e Inácio José de Freitas.³⁸ Os réus foram destituídos dos postos que ocupavam por decisão do Conselho em sessão de 16 de julho.

No dia 26 de agosto, o Tribunal da Relação do Distrito da Bahia anulou a devassa e absolveu os indiciados sob a justificativa de que teria o presidente excedido os limites da sua jurisdição, arrogando-se atribuições do poder executivo que não lhe foram delegadas. Declarava ainda serem incompetentes o juiz e escrivão nomeados, que eram os advogados Francisco Gonçalves Valensa e Manoel Vicente de Carvalho e Aranha, também ouvidor interino de Sergipe e a falta de provas convincentes da conspiração, tornando a devassa ilegal. Segundo Nunes, o Tribunal da Relação do Distrito da Bahia chegara a tal acórdão sob a influência do comandante das armas de Sergipe, que gozava de grande prestígio em Salvador.³⁹

Logo esqueceu o comandante Daltro do juramento feito ao Conselho do Governo por ocasião da tentativa de libertar os réus da devassa e continuou a dificultar os negócios referentes ao bom andamento da administração e segurança da Província, não dando cumprimento às portarias imperiais que lhes eram transmitidas para que fosse providenciado o necessário à defesa de Sergipe. Além disso, promovia o acúmulo de novos postos e criava novos batalhões, nomeando oficiais até mesmo a menores de dezesseis anos quando não se conseguia pagar regularmente aos que já existiam.

Em 25 de março de 1824, D. Pedro outorgou a Constituição que mandara elaborar após os desentendimentos que culminaram com a dissolução da Assembléia Nacional Constituinte, não chegando a tomar posse os representantes da província de Sergipe, o cônego José Francisco Menezes Sobral e o padre Francisco Félix Barreto de Menezes. A primeira constituição brasileira tomou como base o projeto de 1823, porém introduziu o poder moderador que fortalecia o Imperador e estabeleceu o

³⁹ *Idem.*

voto censitário, retirando os direitos políticos de grande parte da população brasileira. Enquanto a Europa buscava limitar o poder dos governantes, aqui a Constituição concentrava maiores poderes na figura do Monarca. Em 6 de junho de 1824, a Constituição foi jurada em Sergipe.

Pernambuco reagiu às ações absolutistas do Imperador, deflagrando o movimento denominado Confederação do Equador. A revolta estourou quando D. Pedro nomeou um para presidente da província Francisco Paes Barreto, e o então presidente da Junta Governativa, Manoel de Carvalho Paes de Andrade se negou a dar-lhe posse. Os revoltosos, adeptos das teorias liberais, pretendiam instalar uma república no Nordeste. O governo pernambucano enviava emissários às províncias para conseguir sua adesão à Confederação, da qual participaram Paraíba, Ceará, Rio Grande do Norte e Alagoas. Nas demais províncias nordestinas, os emissários não obtiveram êxito “quer pela repressão encontrada, quer pela ausência de condições estruturais favoráveis ao deflagrar de uma revolução”.⁴⁰

A Confederação do Equador não alcançou em Sergipe notável repercussão, pois estava a jovem Província ainda muito atrasada no processo de modernização. Somente há dois anos, conquistara sua autonomia político-administrativa e a custo de muitas lutas tentava o governo trazê-la à ordem. Nos campos cultural e educacional, não alcançara avanço significativo; assim, não havia condições para o desenvolvimento de uma classe apta à propagação das idéias revolucionárias. Contudo, foi nas camadas médias que se desenvolveram; nas órbitas dos centros açucareiros onde vivia numerosa população livre composta de negros e mestiços, que ganhou vãs as comportamentos e idéias consideradas revolucionárias. Era essa camada da população que sofria os mais graves efeitos da oposição dos grandes proprietários e dos portugueses, por eles chamados caiados e marotos.

Em começos do século XIX, manifestavam-se gritantes as desigualdades sociais na Capitania, com seca e escassez de alimentos. Ape-

⁴⁰ Ver Nunes, Maria Thetis. *Op. Cit.*, 2000, p.110.

sar de a maioria da população ser constituída por mestiços, existia forte preconceito social. Aqui havia muitos portugueses que migraram no século XVIII devido à crise econômica que viveu o Estado português, tornando-se grandes proprietários. Ao lado destes, mas em situação oposta, estava a população de cor livre proibida de ocupar cargos públicos, de ser soldado, excluídos do sacerdócio e das escolas públicas, como ocorria nas demais capitanias.

Contraditoriamente, o líder da insatisfação do *status* médio em Sergipe foi o secretário de governo Antônio Pereira Rebouças. Gozando de posição de destaque na política local, poderia ele desfrutar das regalias do poder; todavia, optou pela luta contra os privilégios de raças, os excessos da aristocracia e as aspirações do partido Corcunda.

Suas idéias encontraram apoio nos grupos populares da povoação de Laranjeiras, principal centro comercial da Província onde vivia o maior número de lusitanos aqui residentes e as contradições sociais eram mais graves. Aí também estava o maior número de excluídos pela lavoura canaveira, por isso constituiu-se no *locus* onde teve maior expressão o antilusitanismo e as tensões sociais que eclodiram. O povo, ouvindo suas teorias de igualdade, exaltou-se contra os portugueses e os Corcundas.

O antilusitanismo expressava-se em Sergipe através de perseguições e espancamentos aos portugueses. Em 1823 foram presos vinte e três portugueses e vários outros abandonaram a Província devido às perseguições e tiveram seus bens confiscados.

A imprensa baiana também foi palco dos ataques feitos ao governo sergipano. A oposição fez uso das páginas do jornal *Independente Constitucional* para atacar presidente e secretário em artigos assinados por Eusébio Vanéreo, pelo comandante das armas e outros. A defesa era feita no próprio *Independente Constitucional* ou no *Grito da Razão*.

Ao comandante das armas chegaram notícias de grupos armados em Socorro, Rosário, Estância, Santo Amaro das Brotas e Laranjeiras, sendo esta última povoação apontada como o principal foco revolucionário e Rebouças como o promotor das alterações da ordem pública. Com desprezo a classe dominante o tratava, nunca deixando de ressaltar sua condição de mestiço em busca de ascensão social.

Acusaram-no de pertencer à Gregoriana, sociedade secreta revolucionária que estimulava a guerra contra os brancos e pregava a instituição de uma república dos homens de cor a exemplo da guerra de independência de São Domingos. Suspeito de chefiar a sociedade secreta em Sergipe foi enviada devassa ao Tribunal da Relação do Distrito da Bahia contra ele e outros seus companheiros a mando de Sebastião Gaspar de Almeida Boto, influente senhor de terra da Cotinguiba, porém foram absolvidos.⁴¹

Além de Rebouças aportaram em Sergipe outros propagandistas das idéias liberais e republicanas. Em Brejo Grande estiveram Antônio José de Albuquerque Cavalcante e José de Albuquerque Cavalcante; em Estância, os padres Moreira Guimarães e Francisco Missionário, que foram acolhidos pelo capitão Francisco Rollemberg Chaves, motivo pelo qual fora mais tarde pronunciado como co-réu dos revolucionários.

Desde 22 de abril, ou seja, um dia após a insubordinação da tropa de primeira linha, o governo de Alagoas requisitava ao de Sergipe auxílio em tropas, armamento, munições e dinheiro para combater o republicanismo e para socorrer a Pernambuco.⁴² Contudo, diante da situação que se encontrava a Província, lutando contra as tropas que pretendiam depor o governo, com deficiência de forças e armamento para montar resistência, obrigando o presidente a retirar-se da capital e sofrendo de falta de numerário para sanar as dívidas públicas bem se vê que não estava em condições de socorrê-los.

Ainda assim, dispunha-se Fernandes a auxiliá-los com os setenta soldados que restaram da primeira linha quando da Bahia chegasse o destacamento solicitado. Destarte, ficaram Sergipe, Alagoas e Pernambuco na dependência da Bahia que, apesar das insistentes solicitações do presidente sergipano, não atendeu suas requisições alegando ter notícias de que no Tejo se preparava uma expedição com destino desconhecido, o que os obrigava a montar resistência. Nesta mesma oca-

⁴¹ Ver Nunes, Maria Thetis. *Op. Cit.*, 2000, p. 105.

⁴² Ofício do Comandante das Armas de Alagoas ao Presidente de Sergipe, em 22 de abril de 1824.

sião, solicitava a Sergipe contribuição para sua defesa em mantimentos e tropas milicianas, justificando que sendo esta Província central era por natureza defendida de qualquer ataque externo e que seus planos de defesa se estendiam até as costas de Alagoas.⁴³

Esquecia o governo baiano os problemas endógenos de Sergipe que faziam com que o seu presidente reclamasse repetidamente o auxílio que lhe era veemente negado e limitou-se a enviar os ofícios de fazenda, negando-se a todos os outros pedidos. “He para lamentar, que a Província da Bahia não tenha socorrido a de Sergipe nem por salva-la, nem para serem salvas aquellas de Pernambuco e Alagoas”, queixou-se Manoel Fernandes.⁴⁴

Conseqüentemente, limitou-se o presidente a mandar guarnecer a margem do rio São Francisco com as tropas de segunda linha para impedir a penetração dos insurrectos. Também a vila de Penedo e a província do Piauí solicitavam auxílio ao governo de Sergipe que não os assistiu pelos mesmos motivos porque não o fez às demais.

Em fins de setembro solicitava o comandante Daltro auxílio dos índios de Pacatuba e das tropas do coronel Rodrigues Dantas de Mello com o intuito de dirigir-se a São Cristóvão e depor o governo. Porém, seus planos fracassaram, uma vez que se antecipou o presidente em ordenar para que não fossem atendidos seus pedidos. Alguns dias depois, convocou as forças de Itaporanga, Laranjeiras e Rosário afirmando ter recebido aviso de que se preparava na capital um levante republicano.⁴⁵ Mas o presidente, tomando conhecimento de suas verdadeiras intenções, que eram depor o governo, de novo se adiantou e o deteve. Descontentes, as tropas se opuseram ao seu comandante no dia 1º de novembro planejando destituí-lo.⁴⁶

⁴³ Ofício do Presidente da Bahia Francisco Vicente Viana ao Presidente de Sergipe, em 12 de junho de 1824.

⁴⁴ Ofício de Manoel Fernandes da Silveira ao Presidente da Bahia, em 24 de maio de 1824.

⁴⁵ Ofício do Comandante das Armas Manoel da Silva Daltro para o Comandante do Destacamento das Laranjeiras, em 6 de novembro de 1824.

⁴⁶ Ofício do Comandante das Armas de Alagoas ao Presidente de Sergipe, em 22 de abril de 1824.

“Crescem os rumores, e tudo me anunciava o grande risco da minha vida, em igual conjuntura a do infeliz governador das armas da Bahia”, escreveu temeroso o comandante sergipano em ofício de 5 de dezembro, fazendo referência ao assassinato do governador das armas da província da Bahia ocorrido em 31 de outubro. No mesmo ofício acusava Rebouças pelo movimento que visava sua deposição e pelos falsos rumores a respeito de sua conduta.⁴⁷

O Conselho do Governo foi convocado extraordinariamente e em sessão permanente intimou Manoel da Silva Daltro para prestar esclarecimentos. Diante das acusações e contando com minoria no Conselho, Manoel da Silva Daltro decidiu retirar-se para à Bahia. O comando militar passou ao presidente, pois diante da indisciplina das tropas não convinha escolher entre os oficiais um novo comandante.

Sob influência das pressões dos opositores do governo junto às autoridades imperiais, em 1º de dezembro de 1824 foi nomeado um novo presidente para a capitania de Sergipe, Manoel Clemente Cavalcante e Albuquerque, ao qual foi passada a administração em 15 de fevereiro de 1825.

Mesmo diante das dificuldades enfrentadas, foi profícua a administração de Manoel Fernandes da Silveira. Contando com a atuação do Conselho de Governo e do secretário Antônio Pereira Rebouças tentou melhorar a fiscalização das barras para evitar as perdas dos subsídios da exportação para a Bahia; promoveu pesquisas mineralógicas; sugeriu a criação de uma Junta da Fazenda; promoveu melhoramentos na agricultura e no comércio; planejou a comunicação entre os rios Japarutuba e Pomonga e a elevação das povoações de Laranjeiras e Rio Real à categoria de vilas. Com grandes dificuldades; conseguiu normalizar a situação econômica encontrada e, principalmente, foram suas posições sensatas que impediram a eclosão de lutas civis, sabendo encaminhar diplomaticamente a resolução dos conflitos ocorridos.

47 Ofício do Comandante das Armas de Sergipe, Manoel da Silva Daltro ao Ministro e Secretário dos Negócios do Império, em 5 de dezembro de 1824.

Com efeito, teve sua ação limitada pela escassez dos cofres públicos, a morosidade com que eram atendidas suas requisições pelo governo imperial e baiano, a falta de cooperação e inaptidão dos funcionários e pela oposição dos proprietários locais filiados ao partido Corcunda e auxiliados pelas tropas. Ao deixar a presidência da província de Sergipe, o brigadeiro Manoel Fernandes da Silveira retornou a cidade de Salvador, onde permaneceu até 26 de novembro de 1829, data de sua morte.⁴⁸

Antônio Pereira Rebouças regressou à Bahia, onde voltou a atuar como advogado e jornalista fundando o periódico liberal “O Baiano”, veículo através do qual antecipou-se ao discurso emancipacionista, pregou a igualdade e combateu o lusitanismo. Ingressou no partido Constitucional elegendo-se conselheiro-geral da província da Bahia em 1828, deputado provincial e deputado da Assembléia Legislativa do Império de 1830 a 1846. Neste mesmo ano, mudou-se para o Rio de Janeiro, onde ocupou o cargo de advogado do Conselho de Estado. Tornou-se amigo do Imperador Pedro II, recebendo a nomeação de Oficial da Ordem Imperial do Cruzeiro. Em 1849 foi admitido como sócio correspondente do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil. Entre os trabalhos de sua autoria publicados, destacam-se *Recordações da Vida Parlamentar do Advogado Antônio Pereira Rebouças*, de 1870, e *Recordações da vida partidária do Advogado Antônio Pereira Rebouças*, do ano de 1879.⁴⁹

⁴⁸ Ver Guaraná, Armindo. Dicionário Bio-Bibliográfico Sergipano, p. 208.

⁴⁹ Consultar Nunes, Maria Thetis. *Op. Cit.*, 2000, p. 339-342.

BIBLIOGRAFIA

- ARAÚJO, Acrísio Torres. *Pequena História de Sergipe*. Aracaju: [s.n.], 1996.
- BRIGIDO, J. O General Pedro Labatut. In: *Revista do Instituto do Ceará*. Fortaleza: Typ. Universal, 1903.
- BURLAMAQUE, Carlos César. *Memória Histórica e documentada dos sucessos acontecidos em Sergipe d' El Rei, sendo governador daquela Província Carlos César Burlamaque, que a foi criar em independente, e separada totalmente da Bahia por decreto de Sua Magestade Fidelíssima de 8 de julho de 1820, e carta de 25 do mesmo mês*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1821.
- FREIRE, Felisbelo. *História de Sergipe*. Petrópolis: Vozes/Governo do Estado de Sergipe, 1977.
- FERREIRA, Jurandyr Pires (Coord.). *Independência Completa de Sergipe*. In: *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros*. Rio de Janeiro: IBGE, 1959.
- GUARANÁ, Armindo. Brigadeiro Manoel Fernandes da Silveira. *Revista do IHGS*, Aracaju, v.1, n. 2, 1913.
- _____. *Dicionário Bio-Bibliográfico Sergipano*. Rio de Janeiro: [Governo do Estado de Sergipe], 1925.
- NUNES, Maria Thetis. *Sergipe Colonial I*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro/UFS, 1989.
- _____. *Sergipe Colonial II*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996.
- _____. *Sergipe Provincial I: 1820-1840*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2000.
- _____. A Passagem do General Labatut pela Província de Sergipe. Sua Importância nas Lutas da Independência da Bahia. In: *Anais da XIX Reunião da SBPH*.
- OLIVA, Terezinha Alves de. Estruturas de Poder. In: *Textos para a História de Sergipe*. Aracaju: UFS/BANESE, 1991.
- PRADO JR., Caio. *Formação Econômica do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 1996.

SANTOS, Pedrinho. *Antônio Pereira Rebouças e a Luta do Negro em Sergipe*. Aracaju: MemoriAfro, 1998.

SOUZA, Marcos Antônio de. *Memória sobre a Capitania de Serzipe: sua formação, população, produtos e melhoramentos de que é capaz*. Aracaju: Typ. do Jornal do Comércio, 1878.

SOUZA, Marcos Santana de. Deficiências materiais e pessoais da Tesouraria da Fazenda (Província de Sergipe) na segunda metade do século XIX. In: *II Congresso de Iniciação Científica PIBIC-CNPq/UFS: Sergipe*, 2000.

WYNNE, João Pires. *História de Sergipe, 1575-1930*. Rio de Janeiro: Pongetti, 1970.

FONTES

Ofício de Manuel Fernandes da Silveira à Junta Provisória, em data de 30 de novembro de 1823, comunicando sua nomeação.

Ofício do Presidente da Bahia Francisco Vicente Viana para o Presidente de Sergipe, em 12 de abril de 1824.

Ofício de Eusébio Vanéreo ao Secretário Serafim Alves Roxa Roxa, em 13 de janeiro de 1824.

Ofício de Eusébio Vanéreo ao Presidente Manoel Fernandes da Silveira, em 5 de março de 1824.

Ofício do Presidente Manoel Fernandes da Silveira ao Ministro e Secretário da Guerra, em 14 de abril de 1824.

Ofício do Presidente Manuel Fernandes da Silveira para Sua Majestade o Imperador, em 15 de abril de 1824.

Proclamação do Presidente Manoel Fernandes da Silveira aos Habitantes, em 28 de abril de 1824.

Ofício do Governador das Armas da Bahia ao Presidente da Província de Sergipe, Manoel Fernandes da Silveira, em 4 de maio de 1824.

Ofício do Presidente Manoel Fernandes da Silveira e do Conselho do Governo ao Ministro da Guerra, em 05 de julho de 1824.

Ofício do Presidente da Bahia Francisco Vicente Viana ao Presidente de Sergipe, em 12 de junho de 1824.

Ofício de Manoel Fernandes da Silveira ao Presidente da Bahia, em 24 de maio de 1824.

Ofício do Comandante das Armas de Alagoas ao Presidente de Sergipe, em 22 de abril de 1824.

Ofício do Comandante das Armas de Sergipe, Manoel da Silva Daltro ao Ministro e Secretário dos Negócios do Império, em 5 de dezembro de 1824.

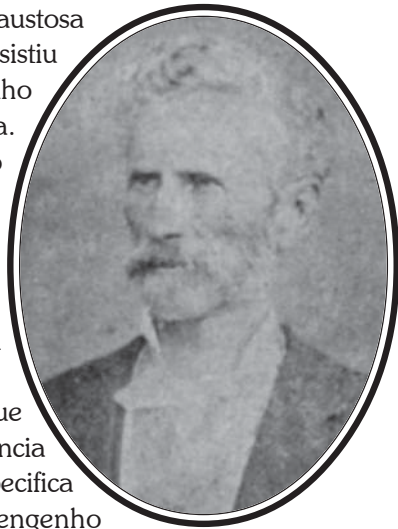
Ofício do Comandante das Armas Manoel da Silva Daltro para o Comandante do Destacamento das Laranjeiras, em 6 de novembro de 1824.

ANTONIO DIAS COELHO E
MELLO, O BARÃO DA
ESTÂNCIA¹

SAMUEL BARROS DE M. ALBUQUERQUE*

Há pouco mais de um século, a faustosa Igreja do engenho Colégio assistiu ao sepultamento do mais ilustre filho daquele feudo, o Barão da Estância. Mais conhecido pelo título nobiliárquico que ostentava, Antonio Dias Coelho e Mello nasceu nos idos de 1822, na Freguesia de Nossa Senhora d’Ajuda de Itaporanga, e faleceu a 5 de abril de 1904, em São Cristóvão, aos 82 anos.

Como vimos, ao contrário do que alguns presumem, o Barão da Estância não era estanciano. O termo que especifica o seu título está relacionado ao engenho



¹ Uma versão sintética deste estudo foi publicada em abril de 2004, no Jornal Cinform, em virtude do centenário da morte do Barão da Estância (ALBUQUERQUE, Samuel. Cem anos da morte do barão da Estância. Jornal **Cinform**, Aracaju, 5 a 11 abr. 2004. caderno dos Municípios, p. 03).

* Professor de história da SEED/SE (samuelalbuquerque@uol.com.br)

Escurial (São Cristóvão), um dos itinerários da visita de D. Pedro II a Sergipe, transcorrida entre 11 e 21 de janeiro de 1860. Alguns anos mais tarde, o Imperador homenageou o proprietário da bela estância (fazenda), concedendo-lhe o título de barão em 1867.

Filho “legítimo” do Coronel Domingos Dias Coelho e Mello (Barão de Itaporanga) e Maria Michaella Coelho Dantas e Mello, o Barão da Estância foi um destacado político sergipano durante o Império. Chefe do Partido Liberal desde 1863, foi juiz de paz e vereador presidente da Câmara Municipal da vila de Itaporanga d’Ajuda; deputado e presidente em várias legislaturas da Assembléia Provincial; vice-presidente da Província, chegando a governá-la entre junho e julho de 1863, fevereiro e junho de 1864 e de janeiro a fevereiro de 1886; deputado geral por três legislaturas² e senador do Império, nomeado por Carta Imperial de 1885. Ostentava, além do título de Barão, as comendas da Ordem de Christo e da Ordem da Rosa³.

Casado por três vezes, Antonio Dias Coelho e Mello teve quatro filhos. Com Lourença Dantas de Mello teve Amélia Dias Rollemberg (casada com José de Faro Rollemberg, filho do Barão de Japarutuba) e Pedro Dantas de Mello (casado com a prima Ana Luiza que era filha do Comendador Sebastião Gaspar de Almeida Botto). As outras herdeiras, filhas de Lourença de Almeida Dias Mello, eram Aurélia Dias Rollemberg (casada com o médico Gonçalo de Faro Rollemberg, mais conhecido como Senador Rollemberg) e Annita Dias Bittencourt (ca-

² Entre 1867-1870, 1878-1881 e 1881-1884.

³ Tais dados podem ser consultados no testamento do Barão da Estância [**TESTAMENTO do Barão da Estância**. São Cristóvão, 1904. Arquivo Geral do Judiciário (AGJ), Cart. 1º Of., Testamentos, cx. 11, n. geral 77], no dicionário bio-bibliográfico de Manuel Armino Cordeiro Guaraná (BARÃO DA ESTÂNCIA. In: GUARANÁ, Manuel A. C. **Dicionário bio-bibliográfico sergipano**. Rio de Janeiro: Pongetti & C. p. 17-18), na súmula biográfica organizada por Libério de Souza Monteiro, Álvaro Fontes Silva e Antônio Baptista Bittencourt (Coronel Antonio Dias Coelho e Mello – Barão da Estância. **Revista do IHGS**. Aracaju, v. 5, n. 9, p. 133-135. 1920) e no estudo onde analisei a formação da nobiliarquia sergipana e sua inserção na política imperial [ALBUQUERQUE, Samuel B. de M. Aspectos do baronato sergipano (1848-1889). **Revista do IHGS**. Aracaju, n. 33, p. 105-127, 2000-2004].

sada com o médico José Corrêa Bittencourt). A última esposa do Barão, Francisca de Assis Dias Mello, não chegou a ter filhos.

Podemos dizer que os Dias Coelho e Mello tinham uma relativa preocupação com a instrução dos seus filhos. O historiador Luiz Mott menciona dois membros dessa família que teriam estudado na Europa. O primeiro deles é Antônio Denis Ribeiro de Siqueira e Melo, formado em Direito pela Universidade de Coimbra em 1793. Já em 1845, Francisco Dias Coelho e Mello assinou um requerimento solicitando autorização para ir à França, onde daria continuidade aos seus estudos de Medicina⁴. O dicionário bio-bibliográfico sergipano apresenta dados de Francisco Dias César, filho bastardo do Barão de Itaporanga com Anna Boenna César, formado pela Faculdade de Medicina da Bahia, onde, em 1871, recebeu o título de doutor em medicina⁵. O próprio Barão da Estância foi enviado por seu pai à Europa no ano de 1842, sendo matriculado na Escola de Pontes e Calçadas de Paris. Entretanto, alguns meses depois, o jovem mancebo retornou à terra natal, falando mais alto o gosto pelo labor na administração dos bens familiares.

Um texto de memórias, escrito pela filha Aurélia⁶, revela muito da intimidade desse aristocrata sergipano que, atento à educação dos seus filhos, não media esforços, nem gastos. O filho Pedro, por exemplo, foi encaminhado para um colégio interno na Bahia e suas filhas foram educadas por professoras particulares e preceptoras européias.

Dona Sinhá, como era conhecida a filha memorialista, informa em seu escrito que a família era assídua nos festejos religiosos da Província e que seu pai “nunca deixou de assistir a missa nos domingos (...) e gostava muito de todos os atos da Igreja”. No seu testamento, o

⁴ MOTT, Luiz R. de B. **A Inquisição em Sergipe**. Aracaju: Sercore, 1989 (Coleção Jackson da Silva Lima). p. 65.

⁵ GUARANÁ, Manuel A. C. **Dicionário bio-bibliográfico sergipano**. Rio de Janeiro: Pongetti & C. 1925. p. 98.

⁶ O texto de memórias de Aurélia Dias Rollemberg (1863-1952) foi por mim editado e estudado na obra Memórias de Dona Sinhá (ALBUQUERQUE, Samuel B. de M. **Memórias de Dona Sinhá**. Aracaju: Typografia Editorial; São Paulo: Scortecci, 2005. 176 p).

Barão confirmou a referida ortodoxia religiosa ao declarar ter seguido “a religião de Cristo” e ser “firme Católico Apostólico Romano”. Como prova de devoção, deixou à Igreja de Nosso Senhor Jesus dos Passos (São Cristóvão) uma apólice de valor considerável, com juros de 5% ao ano. Em retribuição, solicitava que, anualmente, fosse lembrado com uma missa cantada. Tal prática era bastante difundida entre os aristocratas do Brasil Império, sobretudo no Nordeste.

Cumprindo sua rotina política, o Barão da Estância viveu algumas temporadas com a família no Rio de Janeiro, capital do Império. Duas dessas experiências foram descritas minuciosamente nas memórias da filha. Eram freqüentes as visitas ao Paço Imperial e a participação nos grandes eventos públicos, onde se faziam presentes o casal Imperial e toda a elite política da época. As idas e vindas entre Sergipe e o Rio de Janeiro faziam parte da rotina familiar.

O Barão é apresentado por sua filha como um pai benevolente que, para atender aos caprichos das mulheres da família, abria mão de pequenas fortunas, deixadas no ateliê de moda francesa por elas freqüentado na Corte. Além disso, era um marido prendado, sempre partilhando as preocupações domésticas com a esposa. A compra dos enxovais das filhas, por exemplo, ficava a seu cargo, posto que “entendia muito de compras”.

Obviamente, Antonio Dias Coelho e Mello, político de discurso acanhado, tinha muitos críticos. O jornal *O Conservador* caracterizou-o como “intolerante, reacionário e perseguidor de míseros pais de família, homem ingrato, cruel, máquina de demolição e extermínio”⁷. José Calazans recolheu uma quadra popular que, depreciando a figura do barão, dizia o seguinte:

⁷ FIGUEIREDO, Ariosvaldo. **História política de Sergipe**. 2. ed. Aracaju: Sociedade Editorial de Sergipe, 1989.

⁸ Documentação arquivística do IHGS, cx. 25, doc. 50.

É este o grande Bestância
famigerado orador
vejam só que elegância
que tipo de Senador.⁸

Tais acusações e comentários depreciativos partiam dos seus adversários políticos, fomentando o clima de hostilidade que existia entre o partidos Liberal e Conservador.

A carreira política do Barão da Estância foi interrompida com o advento da República, quando perdeu o cargo vitalício de senador do Império, bem como o título de barão. Contudo, mesmo tendo se distanciado da vida pública, continuava sendo um dos aristocratas mais ricos e influentes do Estado.

Quando morreu em 1904, o ancião já havia partilhado seu vultoso patrimônio, cujos maiores beneficiados foram os descendentes da filha primogênita, Amélia Dias Rollemberg. Seu neto Adolfo Rollemberg herdou o bem mais cultuado pela família, o engenho Escurial.

A suntuosa casa-grande do antigo engenho, construída na década de 1840, permanece repleta de lembranças do patriarca⁹. Ana Amélia Rollemberg, atual proprietária da fazenda e trineta do Barão, é a guardiã de preciosidades como a roupa de gala, a espada, o brasão e o caderno de anotações do antigo morador.

Numa sociedade já transformada, mas que respira ares provincianos, os Rollemberg ainda preservam os símbolos da riqueza e do poder do seu ancestral. Compondo um séqüito que durante décadas orquestrou a política da Província, o Barão da Estância ainda está vivo nas relíquias da casa-grande do Escurial e na memória dos seus descendentes.

⁹ Um interessante estudo de arqueologia histórica, desenvolvido pelo pesquisador Renaldo Rocha, resgatou parte da história do antigo engenho Escurial. Rica em documentação fotográfica, a dissertação de Rocha pode ser consultada no acervo do Núcleo de Pós-Graduação em Geografia da UFS [ROCHA, Renaldo R. **O engenho sergipano na sua materialidade**: Escurial, um estudo de caso (1850-1930). São Cristóvão, 2004. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) – NPGED/UFS].

FONTES E BIBLIOGRAFIA

ANTONIO Dias Coelho e Mello (Barão da Estância). 1920. 1 fot.: p. & b., cerca. 8cm. (Revista do IHGS, Aracaju, v. 5, n. 9, p. 133, 1920).

QUADRA popular sobre o Barão da Estância. Aracaju, [19—]. IHGS, Documentação arquivística, cx. 25, doc. 50.

TESTAMENTO do Barão da Estância. São Cristóvão, 1904. AJES, Cart. 1º Of., Testamentos, cx. 11, n. geral 77.

ROLLEMBERG, Aurélia D. **Manuscrito.** Aracaju, [19—]. Acervo particular da família Fonseca Porto.

ALBUQUERQUE, Samuel B. de M. **Memórias de Dona Sinhá.** Aracaju: Typografia; São Paulo: Scortecci, 2005.

_____. Aspectos do baronato sergipano (1848-1889). **Revista do IHGS**, Aracaju, n. 33, p. 105-127. 2000-2004.

FIGUEIREDO, Ariosvaldo. **História política de Sergipe.** 2. ed. Aracaju: Sociedade Editorial de Sergipe, 1989.

GUARANÁ, Manuel Armindo C. **Dicionário bio-bibliográfico sergipano.** Rio de Janeiro: Pongetti & C. 1925.

MONTEIRO, Libério de S.; SILVA, Álvaro F.; BITTENCOURT, Antônio B. Coronel Antonio Dias Coelho e Mello – Barão da Estância. **Revista do IHGS.** Aracaju, v. 5, n. 9, p. 134-135, 1920.

MOTT, Luiz R. de B. **A Inquisição em Sergipe.** Aracaju: Sercore, 1989 (Coleção Jackson da Silva Lima).

UM GENERAL NAS ONDAS
DO RÁDIO SERGIPANO:
radiodifusão e representações
sobre Augusto Maynard Gomes
durante o Estado Novo

DILTON CÂNDIDO SANTOS MAYNARD*

Poucos políticos sergipanos têm um itinerário como o General Augusto Maynard Gomes¹. Durante sua vida, o general participou ativamente dos principais acontecimentos políticos do Brasil republicano até meados do século 20. Todavia, embora lembrado por participações decisivas na política sergipana, Maynard Gomes é pouco mencionado quando o assunto é a intervenção no universo da cultura regional, sobretudo no que se refere à consolidação da radiodifusão em Sergipe. Por conta disto, este artigo analisará algumas das estratégias aplicadas durante a gestão de Maynard como interventor do Estado

* Professor da Fundação Universidade Estadual de Alagoas/Escola Superior de Ciências Humanas e Econômicas de Palmeira dos Índios. (dcmaynard@infonet.com.br)

¹ Augusto Maynard Gomes nasceu em Rosário do Catete (SE), a 16/02/1886, no Engenho Campo Redondo, pertencente à sua família. Em 1903 ingressou na Escola do Realengo (RJ), da qual foi desligado por haver participado da Revolta contra a vacina obrigatória (1904). De volta a Sergipe, participou da Revolta de Fausto Cardoso (1906). Após a anistia estabelecida por Afonso Pena aos insurretos da Revolta de 1904, Maynard reingressou na Escola Militar. Participou das revoltas de tenentistas de 1922 e 1924. Com a Revolução de 1930, assumiu o governo como interventor, ficando nele até 1935. Neste ano, perdeu as eleições para o seu grande inimigo político, o capitão-médico Eronides de Carvalho. Faleceu em 10 de agosto de 1957. Cf. DANTAS, José Ibarê. **O tenentismo em Sergipe: da revolta de 1924 à Revolução de 1930**. Petrópolis/RJ: Vozes, 1974.

Novo, entre 1942 e 1945, para produzir representações sobre o ex-tenente a partir da *Rádio Aperipê de Sergipe*.

Fundada em 1939 pelo então interventor federal (e grande inimigo de Maynard) Eronides Ferreira de Carvalho, a Rádio Aperipê, PRJ-6, serviu como uma porta de acesso do novo interventor aos lares dos sergipanos. Após ser derrotado em 1935, Maynard voltava ao governo em tempos de autoritarismo como peça de confiança de Getúlio Vargas. Veio disposto a não decepcionar².

Pretendendo manter proximidade com a cúpula do poder, Maynard movimentou-se para obter o comando do 28º Batalhão de Caçadores, divisão militar com sede em Aracaju. Chegando novamente ao poder em 1942, Augusto Maynard Gomes encontrou na PRJ-6 uma ferramenta bastante adequada para ser (re)apresentado às massas³. Após anos enfrentando burocraticamente Eronides de Carvalho, desafeto antigo, Maynard, finalmente, conseguiu o posto de Interventor. Entre 1935 e 1942, Maynard e Eronides, cada um em seu “castelo” (Palácio do Governo, no caso de Eronides; Quartel do 28º BC, no caso de Maynard), travaram um embate ora discreto, burocrático, ora ruidoso (como nos desfiles militares que Maynard fazia questão de promover pelas ruas da capital). Quando enfim chegou ao governo, os seus auxiliares esforçaram-se para divulgar uma representa-

² Vargas recebe Eronides em 12 março de 1935, par tratar da disputa pelo governo estadual em Sergipe: “Entre as audiências de ontem, recebi o capitão Eronides, candidato a governador do Sergipe pelas forças políticas vitoriosas na eleição. Acompanhavam-no Lourival Fontes e Luísa. Dadas as disposições em que o encontrei para uma solução conciliatória com o interventor Maynard, mantida a sua candidatura - dele, Eronides -, chamei o segundo para conversarmos”. VARGAS, Getúlio. **Diário**. Apres. Celina Vargas do Amaral Peixoto. São Paulo: Sciliano/ Rio de Janeiro: FGV, 1995. Vol. I. p. 367

³ Acrísio Torres Araújo apresenta elogios a Maynard Gomes – Interventor estadonovista entre 1942 e 1945: “o desembarque do velho herói em Aracaju para de novo assumir o governo sergipano foi delirante, indiscutível. E, no dizer de Severino Uchôa, ‘nunca a cidade assistiu a maior manifestação de alegria’”. ARAÚJO, Acrísio Torres. De Eronides de Carvalho a Freitas Brandão. **História de Sergipe**. 2 ed. Aracaju: Gráfica J. Andrade, 1967, p. 245. A impressão de um espetáculo também é dada por Ana Medina. Cf. MEDINA, Ana Maria Fonseca. **Ponte do Imperador**. Aracaju: Gráfica J. Andrade, 1999. 130. p. II..

ção do ex-tenente farta em qualidades como “perseverança”, “coerência” e “serenidade”. O aspecto “glacial” apontado por muitos na face de Maynard Gomes era utilizado como exemplo de “falsa impressão”, de engano a ser fatalmente cometido por um observador apressado⁴.

A sua fidelidade a Vargas (o próprio presidente se referia ao sergipano com elogios) foi fator de peso para a indicação ao cargo de representante federal em Sergipe. Finalmente instalado na Interventoria, Maynard teve assessores hábeis no uso da PRJ-6, difundindo, através dela, a trajetória do novo líder estadual⁵.

Os microfones da PRJ-6 auxiliavam na evocação do passado tenentista de Augusto Maynard Gomes. Através de alguns programas radiofônicos, o ouvinte poderia manter contato com “fatos que marcaram a história de Sergipe”. A figura do político é, por meio de estratégias como essas, sacralizada⁶. Cabia a PRJ-6 descrever os eventos locais, destacando as “falas” do interventor, os aplausos da multidão, a harmonia entre o líder político e a massa de trabalhadores. Deste modo, a programação em dias celebrativos, como o 1º de maio, envolvia táticas para ressaltar o aspecto disciplinado das relações entre governantes e classes trabalhadoras. Além das palestras locais, havia o tradicional discurso de Vargas. Transmitido nacionalmente, o discurso do 1º de maio era apresentado aos ouvintes como um ato solene⁷. A

⁴ Cf. UCHÔA, Severino. **Augusto Maynard: o estadista e o revolucionário**. Aracaju: Imprensa Oficial/DEIP, 1945. 86 p. Il.

⁵ Vargas anotou em seu diário as impressões da sua passagem por Sergipe, quando foi recebido por Maynard Gomes, então interventor federal: “No Sergipe, como ocorrera na Bahia, festivamente recebidos pelas populações - flores, vivas, hinos e foguetes. Sergipe, um pequeno estado bem administrado, dirigido pelo interventor Maynard, um homem dedicado, enérgico e circunspecto”. VARGAS, Getúlio. **Diário**. Apres. Celina Vargas do Amaral Peixoto. São Paulo: Sciliano/ Rio de Janeiro: FGV, 1995. Vol. I. p.235

⁶ LENHARO, Alcir. **Sacralização da Política**. Campinas/SP: Papyrus, 1986

⁷ Cf. PARANHOS, Adalberto. **O Roubo da Fala: origens da ideologia do trabalhismo no Brasil**. São Paulo: Boitempo Editorial, 1999. (Coleção Mundo do Trabalho); LIMA, Maria Emília A. T. de Lima. **A construção discursiva do povo brasileiro: os discursos de 1º de maio de Getúlio Vargas**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990. (Coleção Repetórios).

prática da “audição conjunta” envolvendo líderes políticos, patrões e representantes operários representa uma estratégia de compor um quadro de harmonia social. A visita de líderes operários e empresários ao interventor, em passagens como o *Dia do Trabalho*, deveria sugerir um clima de cordialidade entre o chefe político e a sociedade. Cordialidade esta que se estendia pelas ondas da PRJ-6 aos lares do interior de Sergipe. Com o rádio, o político rompe as fronteiras do palácio sem precisar necessariamente sair dele.

Para dispor desta “arma”, Maynard Gomes dedicava uma atenção significativa à rádio, não apenas contratando técnicos de fora do estado para resolver problemas na emissora, mas prestigiando a programação da PRJ-6 e atendendo a favores de funcionários e artistas da rádio⁸. Ex-membro da PRJ, o violonista Carnera relembrou: “O interventor Augusto Maynard, na época, tinha um amor diferente por aquela rádio. Eu acho que do Estado era o primeiro amor que ele tinha. Era a rádio⁹.”

Diferente de seu antecessor, Maynard procurou estabelecer um convívio mais harmonioso com o cast da PRJ-6. Os incentivos à criação de programas, contratação de pessoal e manutenção do equipamento parecem maiores na gestão Maynard. A transferência da emissora para a iniciativa privada foi um passo decisivo para ampliar a profissionalização do rádio sergipano.

As representações de Maynard que circulavam pela imprensa e reforçadas através da PRJ-6 apresentam-no como o “tenente revolucionário e patriótico”, o “interventor sereno”, o “homem do povo”, o fazendeiro simples e apaixonado pela sua terra¹⁰. A imagem do “tenente” é uma das mais evocadas. Trata-se de uma construção presente em diversas produções, circulando em jornais, revistas, nas falas

⁸ Carnera afirma: “O interventor Augusto Maynard, na época, tinha um amor diferente por aquela rádio. Eu acho que do Estado era o primeiro amor que ele tinha. Era a rádio.” Entrevista ao autor (vide anexos).

⁹ Carnera. Entrevista ao autor realizada em 05/04/1999).

¹⁰ Cf. **Folha da Manhã**. Aracaju, 17 nov. 1942.p.04

radiofônicas, chegando aos primeiros trabalhos sobre a história de Sergipe contemporânea. O interventor sereno aparece em momentos considerados críticos. No episódio do torpedeamento dos navios, é assim que ele fala aos sergipanos: num momento de pânico e histeria coletiva, Maynard surge como um espartano com voz de trovão a comandar suas tropas. O homem do povo aparece quando Maynard resolve comportar-se como “um comum” – vai ao auditório da PRJ-6 apreciar um programa, sentar junto aos outros espectadores, escutar a solicitação da professora primária que quer ser removida de um povoado para uma cidade maior, dos cantores que sofrem com a aparelhagem irregular da rádio etc. Nestas ocasiões, destacam as palestras radiofônicas, Maynard é o homem simples que aprendeu a ser na vida da fazenda. A aparente diversidade das representações possui um núcleo comum. Como explica Barthes, “*pode-se dizer que o carácter fundamental do conceito mítico é ser adequado*”¹¹. Todas as representações concorrem para atribuir ao Interventor sergipano *legitimidade* entre os grupos sociais mais diversos.

As diferentes representações sobre Maynard receberam uma contribuição fundamental do universo radiofônico. Na tarefa de construção da imagem pública de um político, o rádio oferece amplos recursos para estabelecer um reforço na aura de autoridade que um líder carismático possui¹². Todavia, a construção simbólica de um político não fica restrita ao poder dos microfones e alto-falantes. Ela arranca ajuda de outros veículos da comunicação. A opção pela PRJ-6 como palco privilegiado nas manifestações de apologia ao interventor tem forte influência da imagem do rádio como um “meio moderno” de comunicação. A sofisticação que o rádio inspira é uma das responsáveis por sua posição estratégica dentro dos lares nesta época: a caixinha

¹¹ BARTHES, Roland. O Mito, hoje. In: **Mitologias**. Lisboa: Edições 70/São Paulo: Martins Fontes, 1984. p. 190.

¹² BURKE, Peter. **A Fabricação do Rei**: a construção da imagem pública de Luís XIV. Trad. Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994. Il. p. 22-23.

sonora é dona da sala de estar. É ali, onde as famílias se reúnem, que o novo veículo deve ficar. Desse local, muitas famílias ouviram Getúlio Vargas decretar o Estado Novo. Na sala também, os sergipanos recebiam informações sobre as atividades envolvendo o Interventor Maynard Gomes. Da sala de estar, podiam ser ouvidos relatos sobre as medidas governamentais, informes sobre a guerra no Pacífico ou programas irradiados do pequeno auditório da PRJ-6 em homenagem ao Interventor ou a seus convidados. Entretanto, isto não isentou Maynard de enfrentar problemas com os funcionários da *Aperipê*.

O uso do rádio para produzir elogios ao interventor pode ser um referencial para pensar a relação deste veículo com o poder estatal. Ao mesmo tempo, é possível perceber até que ponto a ânsia em promover panegíricos radiofônicos ao interventor poderia levar. O episódio da greve branca executada por alguns membros da rádio é bastante significativo¹³. Isto é, os projetos políticos no mundo contemporâneo necessitam de aparelhos que forneçam a eles subsídios para intervir nas esferas extra-econômicas¹⁴, garantindo a obtenção e a manutenção da hegemonia da classe melhor posicionada socialmente¹⁵. A empreitada junto ao rádio é compreensível, pois “o poder utiliza meios espetaculares para marcar sua entrada na história”¹⁶. Por meio da “caixa de Orfeu”, esperava-se obter uma homogeneização das representações dos governantes.

As constantes homenagens e apresentações especiais, por outro lado, exigiam dos artistas e técnicos da emissora ensaios e improvisos

¹³ Provavelmente, no ano de 1943, os funcionários da PRJ-6 paralisaram as suas atividades através de uma greve branca. Sobre isto ver: MAYNARD, Dilton Cândido S. **A Voz de Sergipe: Rádio, Povo e Poder em Sergipe durante o Estado Novo**. UFS/PIBIC/CNPq: São Cristóvão, ago. 1999. (Relatório Final).

¹⁴ Como escrevem Bocayuva e Veiga: “A construção de qualquer projeto político deverá levar em conta a função social dos aparelhos privados de hegemonia de garantir a adesão e a estabilidade de qualquer regime político”. BOCAYUVA, Pedro Cláudio Cunha; VEIGA, Sandra Mayrink. **Novo Vocabulário Político**. Rio de Janeiro: FASE; Vozes, 1992.v.1.p.32

¹⁵ Cf. GRAMSCI, Antonio. **Maquiavel, a Política e o Estado Moderno**. Trad. Luiz Mário Gazzaneo. 8ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991. Orig. Italiano; PORTANTIERO, Juan Carlos. **Los Usos de Gramsci**. México: Siglo XXI Editores, 1977. (Cuadernos de Pasado y Presente, 54)

¹⁶ CAPELATO, M.^a Helena Rolin. **Multidões em cena: propaganda política no varguismo e no peronismo**. Campinas/SP: Papirus, 1998. (Coleção textos do tempo). p. 57.

constantemente. Ensaios pautados muitas vezes na audição prévia de programas do “Sul” do país. Improvisos porque nem sempre o material permitia a execução das canções como se esperava. Efeitos poderiam ser obtidos conforme o posicionamento do artista frente ao microfone. Na preparação de homenagens, uma das grandes preocupações era descrever a trajetória do político ou intelectual homenageado. No caso dos políticos, muitas vezes elas se aproximavam do modelo hagiográfico. Se o político em questão fosse Maynard Gomes, o programa de homenagens comumente apontava como pontos básicos: a) o passado tenentista do Interventor; b) o seu preparo para administrar o Estado; c) o compromisso com Vargas.

O cuidado em pontuar estas questões se deve, entre outras coisas, ao fato de que Maynard Gomes acabou não atendendo aos anseios daqueles que, por conhecerem o seu passado tenentista, esperavam um governo voltado aos problemas da população mais humilde¹⁷.

Ao contrário, Maynard mostrou-se em fina sintonia com as coordenadas do regime. Não era mais o jovem tenente; era o coronel Maynard, aliado pronto para atender ao presidente. Assim sendo, era preciso convencer do rumo seguro a ser tomado pelo interventor sem cortes abruptos com a política nacional. Como solução para justificar esta nova postura, mudou-se o foco da propaganda¹⁸. Deste modo, o privilégio foi conferido às falas que apresentavam o interventor como alguém incompreendido pelos adversários políticos, que tentavam pintá-lo como distante do povo. Por sua vez, arrolar as obras realizadas na gestão de Maynard era uma outra forma de desviar qualquer provável discussão sobre o papel deste interventor junto às classes subalternas. Este foi justamente um dos ataques

¹⁷ DANTAS, José Ibarê. **Revolução de 1930 em Sergipe**: dos tenentes aos coronéis. São Paulo /Aracaju: Cortez/UFS, 1983.

¹⁸ A propaganda de João Alves Filho, candidato ao governo do Estado de Sergipe, fez amplo uso disto. O grande argumento dos marqueteiros no segundo turno de 2002 foi a idéia de que o José Eduardo Dutra, o candidato petista, era carioca. Ver ainda o diálogo entre D. Hoffman e R. De Niro em “Mera Coincidência”. LEVINSON, Barry. **Mera Coincidência** (Wag The Dog). EUA, 1997. Color, 96 min.

mais comuns ao final do governo de Maynard. Por fim, apontar o seu compromisso com Vargas era reforçar a sua própria autoridade¹⁹.

Se comparado a Vargas, que foi alvo de homenagens em bustos, livros didáticos, discos, filmes, estátuas, moedas e cédulas, Maynard teve à sua disposição um leque menor de possibilidades propagandísticas. Explorar a PRJ-6 foi uma das formas de suprir as possíveis “lacunas”. Além do uso da emissora, contudo, outras estratégias foram utilizadas.

Uma das estratégias eram os batismos de obras públicas. Ainda em 1942, pouco tempo depois de assumir o governo, Maynard festejou as melhorias realizadas na avenida **28 de Outubro**, rebatizando-a de avenida **Augusto Maynard**²⁰. Pode-se dizer que Maynard demarcou seu terreno com cuidado. À sombra de Getúlio Vargas, em todos os eventos aos quais comparecia, o interventor sergipano lembrava o seu compromisso com o presidente e com o Estado Novo. O rebatismo da cidade de **Cedro de São João**, com o nome de **Darcilena** - neologismo formado pela fusão de Darci (esposa de Vargas) e Helena (esposa do interventor) - ilustra tal compromisso²¹.

O ato de batizar revela muito do universo da política. No universo cristão, o batismo carrega o significado de estabelecer uma nova condição, uma nova fase para o batizado. O batismo é o primeiro dos sete sacramentos da Igreja que apaga o pecado original e consiste em derramar água na testa do neófito, numa cerimônia acompanhada por bênçãos e por fórmulas solenes²². O ato político de batizar um local encerra pretensão em intervir na memória, em remexer o sentido de

¹⁹ Ver, por exemplo: **Folha da Manhã**. Aracaju, 17 out. 1942. p. 01; **Correio de Aracaju**. Aracaju, 1 mai. 1945. p. 06; **Correio de Aracaju**. Aracaju, 13 jul. 1945. p. 03; **Folha da Manhã**. Aracaju, 14 jul. 1942. p. 06; **Folha da Manhã**. Aracaju, 17 nov. 1942. p. 04; **O Cruzeiro**. 3 dez. 1942; **Sergipe-Artífice**. Aracaju, set. 1942.

²⁰ Ao que tudo indica, os auxiliares de Maynard o acompanhavam de perto. Em dezembro de 1942, a revista **O Cruzeiro** publicou matérias sobre a passagem do interventor por Minas Gerais. Cf. **O Cruzeiro**. 3 dez. 1942.

²¹ Ver: decreto-lei nº 533. **Diário Oficial**. Aracaju, 7 dez 1944.

²² AULETE, Caldas. **Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa**. 5 ed. Rio de Janeiro: Editora Delta, 1964. Batismo, p. 523.

uma narrativa já cristalizada. Nomear ou renomear, conferir uma nova condição a um determinado objeto é intervir, por meio de uma luta simbólica, na realidade social²³. Rebatizando o município, Maynard executa um duplo movimento: apaga simbolicamente o passado da localidade e oferece índices de progresso (representados pelos nomes irmanados das primeiras-damas) para o novo lugar que surge. Realiza algo no mesmo estilo de Vargas. Ao falar pelo rádio aos trabalhadores brasileiros, instituir um regime que se afirma como “novo”, Getúlio também está realizando um ato “solene”: está transformando o “pobre brasileiro” em “trabalhador brasileiro”.²⁴

Criando *Darcilena*, Maynard Gomes estabelece não só um novo canal de louvor dentro da tradição estadonovista, bem como reforça o culto à personalidade; tanto à sua quanto à de Vargas²⁵. Havia também a oposição de retratos²⁶ do prefeito, interventor ou do presidente, em clubes, escolas e sedes de sindicatos. Reforçava a programação celebrativa o encontro entre líderes operários e políticos, na porta do

²³ A luta simbólica ocorre entre classes e frações de classe. Explica BOURDIEU: “Elas podem conduzir esta luta quer diretamente, nos conflitos simbólicos da vida quotidiana, quer por procuração, por meio da luta travada pelos especialistas da produção simbólica (produtores a tempo inteiro) e na qual está em jogo o monopólio da violência legítima (cf. Weber), quer dizer, do poder de impor – e mesmo de inculcar – instrumentos de conhecimento e de expressão (taxionomias) arbitrários – embora ignorados como tais – da realidade social”. BOURDIEU, Pierre. Sobre o Poder simbólico. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001. p.11-12.

²⁴ Sobre isto ver: CAPELATO, M.ª Helena Rolin. **Multidões em cena**: propaganda política no varguismo e no peronismo. Campinas/SP: Papyrus, 1998. (Coleção textos do tempo).p.55-56

²⁵ BURKE, Peter. **A Fabricação do Rei**: a construção da imagem pública de Luís XIV. Trad. Maria Luiza X. de A.Borges. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994. Il.p. 211.

²⁶ **Sergipe Jornal**, 12 de mai. 1939.p.31 Sobre os retratos é interessante observar que Maynard apresenta-se dono de algumas pinturas. Numa delas, de autoria do pintor Florival Santos, o interventor é apresentado em trajes civis. Ainda assim, o seu ar espartano permanece. Aspecto que o DEIP procurou aproveitar como atestado da austeridade do novo governante. Cf. CARVALHO, Alberto; SANTOS, Florival. **Florival Santos**. Aracaju: Habitacional Construções, 1993. Il.

prédio conhecido por **Vaticano**, para a audição dos discursos especiais de Getúlio Vargas nestas ocasiões²⁷.

O DEIP tentava difundir a idéia de que Sergipe tinha um herói no comando. Como fizera na década de 30, Maynard marcaria os novos tempos pela coragem e pela astúcia. Ao menos era esta a imagem que se divulgava através dos meios de comunicação. Aliás, é interessante observar que a propaganda em tomo de Maynard Gomes não se restringiu a modelos sofisticados. As imagens circulantes no meio popular também eram usadas pelo DEIP. Exemplo disto é o uso de versos²⁸ (coletados por Manuel Dantas) falando sobre a revolta tenentista de 1924. Por meio destes versos e de outras imagens supostamente “inocentes” e “descompromissadas”, implantava-se a apropriação do mito Vargas. Como escreve Barthes, “O que é que é próprio do mito? É transformar um sentido em forma. Por outras palavras, o mito é sempre um roubo de linguagem”²⁹. O “roubo” de uma linguagem atribuída a Vargas era realizado para conferir a Maynard Gomes uma aura semelhante a do Presidente.

Ao recorrer ao crivo histórico da Revolução de 24, apontava-se o “caos” no qual Sergipe estava imerso antes da chegada de Maynard. Sugere-se uma simbiose³⁰ entre o interventor e a revolta de 24. Assim

²⁷ Pela manhã, a passeata dos trabalhadores saía das imediações do Vaticano, seguia em direção à Delegacia Regional do Trabalho. Após o discurso de um líder operário, o grupo se dispersava. Dali, líderes sindicais visitariam o Interventor “representante no Estado do Sr. Chefe da Nação”. À tarde, “às 3:00 da tarde, novo encontro em frente ao Vaticano para ouvir, por rádio, o discurso presidencial. Cf. **Correio de Aracaju**. Aracaju, 27 abr. 1945.p.06

²⁸ O versos são os seguintes: “No dia 13 de julho/Data para mim sagrada/ Acordei com tiroeio/ Às duas da madrugada/Ontem eu vinha da cidade/ Me encontrei com dois tenentes/ Um era o Soarino/ Mainá vinha na frente/ Vem cá, Mainá/ Não vou lá não/ Porão do **grupo** [grupo Barão de Maruim, no qual alguns revoltosos ficaram presos] Não foi feito pra mim, não/ Vem cá, Mainá/ Não vou agora/ Eu só vou lá/ Com a palma da vitória/ Vem cá, Mainá/ Não vou lá não/ Se eu for lá/ **Marçal** me bota no porão [General Marçal Nonato de Farias, executor do sítio em Sergipe]”. Cf. SILVA, José. Calazans Brandão da. **Aracaju e outros temas sergipanos**. Aracaju: Governo de Sergipe/ FUNDESC, 1992. p.132-133

²⁹ BARTHES, Roland. O Mito, hoje. **Mitologias**. Lisboa: Edições 70/São Paulo: Martins Fontes, 1984.p.200

³⁰ Mendonça escreve em 1942: “é porque o 13 de julho tornou-se uma data sergipana, identificou-se com as aspirações e modo de sentir dos sergipanos, ficou gravada bem dentro, bem no fundo da memória do povo”. Cf. MENDONÇA, J. Salve 13 de Julho. **Novidade**. Aracaju, set. 1942

sendo, retorna-se à ambigüidade caos/ordem, novo/velho: “caos” para o antes de Maynard, “ordem” para o depois. Maynard traz consigo o “novo” – representado por obras e promessas de obras: multiplicam-se as solenidades de batimentos de pedras fundamentais, que encerram em si o capital simbólico de um porvir de prosperidade³¹.

Novos exemplos de mitificação de Maynard Gomes são encontrados nos festejos do 13 de julho que, nos jornais, apresentam-se confundidos com os louvores ao interventor. A data é mencionada como “um dia viril para Sergipe”. Em 1942, entre as muitas homenagens, consta o vôo “estilo esquadrilha” realizado pelos teco-tecos do aeroclube local. Na mesma ocasião, um clube, a *Associação Atlética de Sergipe*, ofereceu um baile em homenagem ao interventor³².

Em novembro de 1942, por exemplo, após viajar ao Rio de Janeiro, o interventor experimentou uma volta festiva à capital sergipana. Nesta ocasião, um evento multimídia foi montado: o tradicional *Ginásio Salesiano* enviou alunos com uniforme de gala para recepcionar o chefe do executivo. Do mesmo colégio, foi a filarmônica, além de um corpo de cornetas e tambores. Um show pirotécnico completou a festa. Assim sendo, com o auxílio dos meios mais distintos, Augusto Maynard marcou o imaginário social sergipano. O “interventor-herói”, símbolo da “virilidade” sergipana, surgia a partir de uma cuidadosa arrumação de eventos e palavras.

Por meio do rádio, Maynard teve possibilidade de percorrer diversos pontos não só de Sergipe, mas do Brasil. A rádio local levou ao ar programas elogiosos ao interventor sergipano. Como ocorria com Vargas numa escala maior, a *Aperipê* reforçava um conjunto de atividades celebrativas do Estado Novo. Além das datas festivas, já mencionadas (10 de novembro, 7 de setembro, 19 de abril, etc.), a história regional requiritava outras. Deste modo, 16 de fevereiro (aniversário de Maynard), 13

³¹ Cf. BOURDIEU, Pierre. A representação política: elementos para uma teoria do campo político. O **Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001. p.7-16

³² Ver **Folha da Manhã**, Aracaju. 14 de julho de 1942. p.6

de julho (marco da revolta tenentista de 1924), dentre outras datas encorpavam o já farto calendário estadonovista de comemorações³³.

Uma amostra da propaganda em torno de um “sergipano patriota” e “revolucionário” pode ser observado no aniversário do interventor, em 1943. A PRJ-6 direcionou parte da sua produção para efetuar um programa em homenagem a Maynard Gomes. Tendo início por volta das dezenove horas, a programação se estenderia até as vinte duas e trinta. Uma ocasião como esta era oportunidade para que aqueles envolvidos com a Aperipê procurassem brechas para afirmar o seu comprometimento com a função a ele designada no interior da máquina de propaganda estatal³⁴.

³³ Dantas menciona os diversos comícios, passeatas, palestras. Observa que “nunca Sergipe assistiu a tanta exploração de civismo como no Estado Novo”. DANTAS, Ibarê. O Controle Estabelecido. **Revolução de 1930 em Sergipe: dos tenentes aos coronéis**. São Paulo/Aracaju: Cortez/UFS, 1983. p.154. DANTAS, 1983, p. 154. Analisando as estruturas de poder em Sergipe, Terezinha Oliva de Souza escreve que “sob maciça propaganda das figuras do interventor e de Getúlio Vargas, proliferaram cerimônias cívicas das quais começaram a participar lideranças dos trabalhadores.” SOUZA, Terezinha Oliva de. Estruturas de Poder. In: DINIZ (coord.). **Textos Para a História de Sergipe**. Aracaju: UFS/BANESE, 1991, p. 151.

³⁴ “O programa de hoje, especialmente organizado pela Rádio Aperipê. A fim de homenagear o eminente Chefe do Estado, ao transcurso da sua data aniversária, a emissora “Rádio Aperipê de Sergipe”, que obedece à direção do sr. Brito Lima, Diretor da Divisão de Turismo e Divertimentos Públicos do D.E.I.P., organizou um programa de audições especiais, do qual compartilhavam todos os elementos de relevo do nosso meio artístico e radiofônico. Para o seu maior brilhantismo, serão transmitidos traços da vida militar e administrativa do Cel. Augusto Maynard Gomes, além de números seletos de música patriótica e de canto; o que torna o programa de hoje da Rádio Aperipê uma iniciativa grata ao coração de todos os sergipanos. A difusora do D.E.I.P., atenta à orientação geral do doutor Luiz Pereira de Melo, Diretor do órgão oficial de Imprensa e Propaganda renderá dessa maneira, o seu preito de civismo ao preclaro brasileiro que ora se acha à frente do destino dos seus terrantêses (sic), pela passagem do dia geneteliaco (?) do chefe do governo sergipano. No programa especial da Rádio Aperipê, ocupará o microfone o doutor Francisco Leite Neto, Secretário Geral do Estado, que saudará o ilustre homenageado. O suplemento musical do programa, que terá início às dezenove horas, prolongando-se até as vinte, estará a cargo da orquestra de Salão “Carlos Gomes”, regida pelo seu diretor, o professor Genaro Plech. Integraram-na os violonistas J. M.(?) de Souza, Gerson Rodrigues e João Rocha; rabecão, Vicente Ferreira Filho; Violoncelo, José Albuquerque Feijó; Flauta, Francisco Teles Barreto, Clarineta, José Luiz do Nascimento. O programa de música popular será executado das 21 às 22, 30 horas, desfilando, em homenagem ao digníssimo aniversariante, todo o ‘cast’ da PR.J.6, desta cando-se João Melo, João Lopes, Dão, Neuza Paes, Dalva cavalcante, Bissexтино, Miguel Alves, carnera, ‘Azes do Demônio’, Litinho, e o Regional Aperipê”. EM HOMENAGEM AO INTERVENTOR MAYNARD GOMES. **Correio de Aracaju**. Ter, 16. Fev.1943.p.4 (Ano 37, n.307).

A programação era variada. Poderia ser composta por palestras com intelectuais locais e “suplementos musicais” radiofônicos. Estes últimos poderiam ocorrer sobre o formato de programas de auditório aos quais o próprio interventor assistia. Maynard utilizou-se do rádio a contento, enquanto um auxiliar de Vargas, o ex-tenente manobrou habilmente as ferramentas que teve à mão.

O objetivo de controlar a organização da cultura explica o fato de – apesar da concessão feita a Augusto Luz – o DEIP ter permanecido manipulando a programação radiofônica.³⁵ Dentre os interventores que fizeram uso da emissora, Augusto Maynard dispôs de uma estação com maior maturidade e capacidade técnica.

Maynard assumiu o poder num momento fértil à radiodifusão e à propaganda. Cabe lembrar que, desde 1941, o **Birô Rockfeller** havia se instalado no Brasil. Coordenado por Nelson Rockfeller, o órgão difundiu o *American Way of Life* numa ousada estratégia norte-americana para conquistar corações e mentes durante a II Guerra. Oficialmente uma instituição de “intercâmbio cultural”, o *Birô Rockfeller* foi um componente valioso na “política de boa vizinhança” empreendida pelos EUA a fim de manter a América Latina sob controle.

A política da boa vizinhança incentivou o intercâmbio de artistas brasileiros e norte-americanos. Graças a ela, surge o personagem **Zé Carioca**. O papagaio – que lembrava Vargas pelo charuto que trazia consigo, bem como pela pança empinada e o sorriso constante – foi concebido por Walt Disney após uma visita do criador de Mickey Mouse ao Brasil. Atendendo ao Birô, Disney preparou filmes para incensar

³⁵ Em relatório a Vargas, Maynard afirma que “várias palestras educativas e de caráter cívico foram irradiadas pela nossa Difusora visando a exaltação do nosso patriotismo”. Segundo o interventor federal, o DEIP empreendeu uma ação intensa “durante as comemorações da Semana de Caxias, Semana da Pátria e comemorações do Estado Nacional, bem como quando ocorreram os torpedamentos de navios pelos países do Eixo e a conseqüente declaração do Estado de beligerância”. Relatório apresentado pelo Interventor Federal Dr. Eronides Ferreira de Carvalho ao Exmo. Sr. Presidente da República. Aracaju: Imprensa Oficial, 1940. p. 34. Microfones e Bastidores. **Correio de Aracaju**. Aracaju, 13 jul. 1945.

ainda mais a idéia de que havia um profundo interesse entre os países americanos em se conhecerem, se ajudarem e se protegerem (a conjuntura, afinal de contas, era de guerra). Porém, além de Walt Disney, Rockefeller trouxe consigo muitos outros profissionais. Grupos especializados em propaganda começaram a intervir no mercado brasileiro, ainda incipiente no que diz respeito à propaganda comercial. Um dos principais feitos atribuídos a Nelson Rockefeller foi o de justamente arrancar investimentos numa época de conflito mundial e incerteza. O OCIAA trouxe para o Brasil o sonho de consumo típico dos norte-americanos. As portas de entradas desta visão de mundo foram, principalmente, os meios de comunicação de massa³⁶.

Por seu poder de alcance, o rádio foi um dos principais alvos das agências de propaganda que o Birô arrastou consigo. Este fato auxiliou consideravelmente o desenvolvimento do novo veículo. Além da chegada de novos modelos ao país, o rádio brasileiro passou a ter um programa especialmente transmitido de Nova York, que tornou-se também um referencial para os profissionais brasileiros. Como sinais visíveis desta evolução, as produções radiofônicas tornaram-se, a cada dia, mais bem cuidadas.³⁷

Ainda em 1940, o regime estadonovista incorporou a **Rádio Nacional**. O governo ampliou o seu poder de alcance e, ao mesmo tempo, a iniciativa privada obteve um eficiente mecanismo para introduzir seus produtos no Brasil, enquanto os gerentes estatais da cultura ganharam terreno (ainda que menor do que o esperado) na batalha diária para chegar aos espaços mais diversos. Ganharam mais força para intervir no imaginário social, promovendo a sua reelaboração.³⁸

³⁶ Cf. TOTA, Antonio Pedro. **O Imperialismo Sedutor**: a americanização do Brasil na época da Segunda Guerra. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. 235p. Il.

³⁷ Ver: PRADO, Maria L. C. Ser ou não ser um bom vizinho: a América Latina e os Estados Unidos durante a Guerra. **Revista USP**. São Paulo: USP, n.26, p. 52-61, jun-ago,1995. (Dossiê Segunda Guerra).

³⁸ Sobre a Rádio Nacional, Moreira escreve que: “o investimento de verbas governamentais somado à receita publicitária de origem comercial transforma a emissora em uma concorrente insuperável [...]”. MOREIRA, Sonia Virginia. **O Rádio no Brasil**. Rio de Janeiro: Rio Fundo Editora, 1991, p. 25 e 21; ORTIZ, Renato. **A Moderna Tradição Brasileira**. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.

A PRJ-6, em seu surgimento, encerra o exemplo de significativa quantidade de práticas ainda presentes no atual rádio sergipano. Dentre tais atividades hoje permanentes, está a necessidade de lidar com um corpo limitado de profissionais. Tal questão passa pela existência de cursos ilegais, brechas na legislação e a pouca incorporação de profissionais formados nos cursos superiores específicos da área. Mesmo assim, é possível apontar as dessemelhanças, sobretudo na questão técnica. As emissoras de hoje dispõem de geradores próprios, enquanto nos dias da nascente PRJ-6, até mesmo obter energia era uma tarefa difícil.

Mas, os obstáculos, ao que parece, não se limitavam à falta de energia. Apesar de avanços no sentido de uma ordenação mais rígida, a programação da PRJ-6 sofria remanejamentos constantes de modo a atender a exigências dos mais variados tipos. Sem prévio aviso, programas findavam suprimidos por atrações de emissoras maiores, por discursos de militares, palestras de grupos ligados ao governo³⁹.

Esta parece ser uma das marcas que permanecem no rádio sergipano. Isto é, a ambigüidade entre o universo profissional, calcado em bases de forte apelo tecnológico e ao jeito “antigo” de fazer rádio, permeado de improvisos e composto por profissionais sem formação específica. É interessante observar, porém, que o quadro não se restringe a Sergipe. A possibilidade de um *não-profissional* tomar os microfones de uma rádio e transformá-los em catapulta para o mundo político é farta em outros lugares. Sergipe é apenas uma realidade mais próxima de observar. A PRJ-6, aparentemente, é um caso típico.

³⁹ Ver, por exemplo, o programa das 11 às 13h30 25 ago. 1944: “o programa de 21, 30 não foi realizado em virtude de discurso proferido pelo Tenente Osvaldo Albuquerque”; “o programa variado será interrompido para ser apresentado o seguinte: 11h30 às 12h “Hora da Inglaterra” 12h às 12h30 “Hora Musical da Brhama”; Programa de 18 ago. 1944: “o primeiro quarto de hora não foi realizado em virtude do programa a Voz da Profecia ter terminado as 19, 40”; Programa 18h05 às 18h30. 19 jul. 1944: “Em virtude de não ter havido irradiação no dia 19 ficou transferido este programa para o próximo dia”; Programa 19 às 22h30 25 jun. 1944: “Das 19 às 22h foi realizada uma irradiação no Instituto Histórico e Geográfico em pró e ação católica”. Programas. **DEIP – Radiofusora de Sergipe-PRJ-6** APES

Dela, pouco depois do Estado Novo, saiu o primeiro radialista a se tornar um fenômeno de urnas em Sergipe⁴⁰.

Os símbolos circulantes nas palestras e programas produzidos ou retransmitidos pela *Aperipê* evocam um passado comum (época de caos), uma medida de força, mas necessária (o advento do Estado Novo) e uma sociedade sem divisão de classes. A emissora contribuiu na elaboração de uma representação hegemônica da figura de Getúlio Vargas e esforçou-se para legar a mesma qualidade de propaganda aos representantes locais desse político.

A programação da *Aperipê* era constituída de duas partes básicas. Na primeira delas, apresentava-se o homenageado ao ouvinte. Era um momento composto por uma palestra na qual um intróito biográfico era realizado. Para este tipo de incumbência, a PRJ-6 valia-se de intelectuais locais, dando preferência àqueles que, por ventura, desfrutassem de um bom relacionamento com o homenageado. A fala deveria ter o sentido, a proposta de uma “revelação indesejada” por quem recebe a homenagem. Assim sendo, o melhor falante parecia ser aquele que possuía a “coragem” para fazer justiça ao homenageado, não respeitando a “modéstia” e a “timidez” do líder que só pretende trabalhar em favor do Estado e da pátria. Como observa Bourdieu, “a *usurpação do mandatário é necessariamente modesta, supõe modéstia*”⁴¹.

Durante tais momentos, quando o líder político tinha a sua vida esmiuçada, era o momento de corrigir leituras indesejadas acerca do chefe local. O falante deveria ressaltar as suas virtudes, elencando-as, descrevendo o líder local com um epíteto do chefe nacional, a sua obstinação em promover melhorias no Estado, seu ritmo de trabalho impressionante e contagiante. Era o momento de construir imagens.

⁴⁰ Cf. Santos Mendonça. Entrevista. In: Videoteca *Aperipê* Memória. Santos Mendonça. fita n. 0312 – G. Acervo da Fundação *Aperipê*.

⁴¹ BOURDIEU, Pierre. A delegação e o fetichismo político. **Coisas Ditas**. São Paulo: Brasiliense, 1990. p.194.

A representação de um político trabalhador é um elemento constante na apologia a líderes carismáticos. Vargas era lembrado não apenas como o “Pai dos Pobres”, mas também como o “primeiro trabalhador” do país. Por sua vez, políticos como o casal Péron também fizeram questão de promover esta imagem. Na Argentina, Juan e Eva Péron eram apontados não somente como protetores dos “descamisados”, mas como pessoas incansáveis, chefes que estavam mais próximos do povo pelo fato de terem vencido na vida pelo “próprio suor”⁴².

Após ser apresentada por alguém gabaritado, a figura do líder devotado às massas era então trabalhada como motivo lúdico. Depois de listado o conjunto de características virtuosas do homenageado, a rádio trazia os seus cantores para completar o ambiente de festa. As canções deveriam ser cuidadosamente selecionadas e executadas. A grande moda da época, o *samba-exaltação*, era componente fundamental no cardápio sonoro oferecidos aos ouvintes⁴³.

Todavia, é interessante observar que a preferência pelo *samba-exaltação* não deve ficar restrita à sombra de um regime político. O

⁴² Cf. ARAÚJO, Ricardo Benzaquem. O dono da casa: nota sobre a imagem do poder no “mito Vargas”. **Religião e Sociedade**. n.13, v.2, p.102-122, 1986; CARONE, Edgar. Estado Novo e Mitologia. **O Estado Novo (1937-1945)**. Rio de Janeiro/São Paulo: DIFEL, 1977.p.166-177; CAPELATO, M.^a Helena Rolin. **Multidões em cena: propaganda política no varguismo e no peronismo**. Campinas/SP: Papyrus, 1998. (Coleção textos do tempo). Ver ainda sátira realizada por Charles Chaplin ao “Hitler incansável”, no filme **O Grande Ditador**: “Hynkel” toca piano, seduz uma secretária, assina decretos, assiste a testes de novas armas, posa para um escultor e um pintor ao mesmo tempo, dita comunicados. Um verdadeiro homem polivalente e incansável. Ver: CHAPLIN, Charles. **O Grande Ditador** (The Great Dictator). EUA: United Artists/Brasil: Altaya, 1940, p&b 128 min. (Os grandes filmes de Chaplin).

⁴³ Também conhecido como **samba de exaltação**, este tipo de samba é “samba de melodia extensa e letra de tema patriótico, cuja ênfase musical recai sobre o arranjo orquestral que busca um caráter de grandiosidade, inclusive com recursos sinfônicos”. Acerca do seu maior exemplar, Aquarela do Brasil, sabe-se que: “a música ocupava as duas faces do disco de 78 rpm Odeon n. 11768 e trazia como indicação ‘cena brasileira’, tendo o acompanhamento da Orquestra de Radamés Gnatalli, colaborador do autor na parte do arranjo”. Cf. **Ciclopédia da Música Brasileira**: popular, erudita e folclórica. 2 ed. Reimp. São Paulo: Art editora; Publifolha, 1998. p.705

sucesso de canções como *Aquarela do Brasil*, gravada originalmente por Francisco Alves (1898-1952), se, inegavelmente, está ligada ao contexto do Estado Novo, não se reduz a este momento especificamente. Outros fatores devem ser observados antes de diagnosticar este tipo de samba como dono de sucesso devido a um contexto político. Se for tomado como exemplo o caso de *Aquarela*, deve-se considerar a exigência de seu autor, Ari Barroso (1903-1964) na execução da melodia por uma orquestra, regida por Radamés Gantalli (1906-1988), e não por um regional, o mais comum na época. Ao mesmo tempo, o contexto do *verdeamarelismo*, pano de fundo no qual circula o samba-exaltação, é uma idéia perene, atualizada nos anos 30 com a inserção do “povo” brasileiro como novo elemento⁴⁴. De acordo com Chauí, “dada a inspiração fascista da ditadura de Vargas, afirmava-se que o verdadeiro Brasil não estava em modelos europeus ou norte-americanos, mas no nacionalismo erguido sobre tradições nacionais e sobre nosso povo”⁴⁵.

É grande nesta época a produção de canções de apologia a Sergipe, sambas e marchas que evocavam harmonia social. Curiosamente, não são registrados sambas ou outro tipo de ritmo em homenagem específica a qualquer interventor. Se algo semelhante ocorreu no âmbito nacional, Sergipe parece não ter reproduzido a prática.

⁴⁴ O verdeamarelismo, no contexto dos anos 30, apresenta mudanças importantes na sua roupagem: “com efeito, se compararmos o verdeamarelismo desse período com outras expressões anteriores (com o nativismo romântico, do século XIX, e o ufanismo do início do século XX), notaremos que, antes, a ênfase recaía sobre a Natureza, e, agora, algo mais apareceu. De fato, não se tratava apenas de manter a celebração da Natureza e sim de introduzir na cena política uma nova personagem: o povo brasileiro”. CHAUI, Marilena. **Brasil**: mito fundador e sociedade autoritária. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2000. p. 37-38.

⁴⁵ Marilena Chauí observa o seguinte sobre *Aquarela do Brasil*, a canção que falava no “Brasil brasileiro” e no “mulato inzoneiro”, no “Brasil lindo e trigueiro”: “Não é casual que a mesma época que ouvia ‘Aquarela do Brasil’ também lia a Marcha para o Oeste, de Cassiano Ricardo, para quem o Brasil era ‘um escândalo de cores’”. CHAUI, Marilena. **Brasil**: mito fundador e sociedade autoritária. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2000. Il. p.38 e 37. Ver ainda as considerações sobre as inovações de Radamés Gnatalli em: ALENCAR, Maria Amélia Garcia de. A cidade canta o Sertão. **Estudos**, v.29(especial), p.219-230, Mar. 2002. p. 361.

Apesar disto, não se deve concluir apressadamente que não havia homenagem aos políticos locais por meio de canções⁴⁶.

Embora não fossem temas específicos das músicas, aos interventores e políticos importantes eram endereçadas dedicatórias de canções ufanistas e, não raro, peças musicais com gêneros sem qualquer ligação aparente com a apologia musical. Dos microfones da PRJ-6 poderiam sair ofertas de canções que não só almejavam agradar aos ouvintes emissora, mas também contribuíam na representação pública de políticos⁴⁷.

Assim, a propaganda radiofônica em torno de nomes como o de Augusto Maynard Gomes revela diferenças em suas estratégias. Não obstante, cabe lembrar que ambas as propostas evocam as idéias de uma “redenção” e da instauração da “ordem” em uma sociedade à beira da “perdição” e do “caos”, transformando as habilidades profissionais do interventor Maynard em virtudes únicas e inigualáveis. A propaganda radiofônica, ao que tudo indica, pretendeu envolver o imaginário, legitimando estes dois políticos e o Estado Novo. Desta forma, o rádio, como uma arma retórica, posicionou-se nas malhas da política e na lapidação de projetos hegemônicos.

⁴⁶ Um exemplo da produção local de samba-exaltação pode ser observado na “Cidade Menina”, de E. Valadão: “Aqui embaixo deste céu azul/vives encoberta pela mão divina/neste borrão? De norte a sul/ a meiga e bela cidade menina/O Rio Sergipe a beijar-lhe a fonte/Tão docemente.../Com carinhos mil/ Ali também/O coqueiral defronte/guarda e protege/a mais bela do Brasil (...)” Cidade Menina. VALADÃO, Ewerton. Cf. Videoteca Aperipê Memória: João Melo, fita n.0429 – G Acervo da Fundação Aperipê; Videoteca Aperipê Memória: João Melo, fita n.1100 – G Acervo da Fundação Aperipê; Videoteca Aperipê Memória: Carnera, fita n. 0815 – G. Acervo da Fundação Aperipê.

⁴⁷ BURKE, Peter. **A Fabricação do Rei**: a construção da imagem pública de Luís XIV. Trad. Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994. Il.

BIBLIOGRAFIA

- ARAÚJO, Acrísio Torres. De Eronides de Carvalho a Freitas Brandão. **História de Sergipe**. 2 ed. Aracaju: Gráfica J. Andrade, 1967.
- ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. O Dono da Casa: notas sobre a imagem do poder no “mito Vargas”. **Religião e Sociedade**. 13/2, ISER/CER, jul. 1986, p. 104.
- AULETE, Caldas. **Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa**. 5 ed. Rio de Janeiro: Editora Delta, 1964.
- BACZKO, Bronislaw. Imaginação Social. In: **Enciclopédia Einaudi – Antrhopos-Homem**. v. 5. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda. 1985.
- BARTHES, Roland. O Mito, hoje. In: **Mitologias**. Lisboa: Edições 70/São Paulo: Martins Fontes, 1984
- BENJAMIN, Walter. A obra de arte na era da reprodutividade técnica. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. 7 ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. (Obras escolhidas v.1). p. 165-196.
- BORDIEU, Pierre. **O poder Simbólico**. Trad. Fernando Tomaz. 4ed. Bertrand Brasil, 2001.
- BORDIEU, Pierre. **Sobre a Televisão**. Trad. Maria Lúcia Machado. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997. (Seguido de A influência do jornalismo, e, Os Jogos Olímpicos). Orig. francês.
- BOTTOMORE, Tom. et alli. **Dicionário do Pensamento Marxista**. Rio de Janeiro: Zahar Editor, 1993. Orig. Inglês.
- BURKE, Peter. **A Fabricação do Rei: a construção da imagem pública de Luís XIV**. Trad. Maria Luiza X. de^a Borges. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994. Ilust.
- CÂNDIDO, Antônio. A Revolução de 30 e a Cultura. **Novos Estudos CEBRAP**. São Paulo: v. 2, n. 4, p. 27-36, abr. 1984.
- CAPELATO, M.^a Helena Rolin. **Multidões em cena: propaganda política no varguismo e no peronismo**. Campinas/SP: Papyrus, 1998. (Coleção textos do tempo).

- CARVALHO, Alberto; SANTOS, Florival. **Florival Santos**. Aracaju: Habitacional Construções, 1993. II
- CHAUÍ, Marilena. **Brasil: mito fundador e sociedade autoritária**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2000.
- CONRADO, Juarez. **Aracaju dos meus amores**. Aracaju: J. Andrade, 1983.
- DANTAS, José Ibarê. **O tenentismo em Sergipe: da revolta de 1924 à Revolução de 1930**. Petrópolis/ RJ: Vozes, 1974.
- DANTAS, José Ibarê. **Revolução de 1930 em Sergipe: dos tenentes aos coronéis**. São Paulo /Aracaju: Cortez/UFS, 1983.
- DAVIS Jr. O. L., MEHAFFY, George L. e SITTON, Trad. **História Oral: uma guia para professores (y otras personas)**. México: Fondo de Cultura Económica, 1995.
- Enciclopédia da Música Brasileira: popular, erudita e folclórica**. 2 ed. Reimp. São Paulo: Art editora; Publifolha, 1998. p.705
- FIGUEIREDO, Ariosvaldo. **História Política de Sergipe**. Aracaju: Sociedade Editorial de Sergipe, 1989. V.2.
- FIORIN, José Luiz. **Elementos de Análise do Discurso**. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1989. (Repensando a Língua Portuguesa).
- GOLDEFEDER, Miriam. **Por Trás das Ondas da Rádio Nacional**. Rio de Janeiro: Terra e Paz, 1981.
- GOMES, Ângela Maria Castro, OLIVEIRA, Lúcia Lippi e VELLOSO, Mônica Pimenta. **Estado Novo: Ideologia e Poder**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- GRAMSCI, Antônio. **Maquiavel, a Política e o Estado Moderno**. 8 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.
- GRAMSCI, Antonio. **Os Intelectuais e a Organização da Cultura**. Trad. Carlos Nelson Coutinho.4ed. Rio de janeiro: Civilização Brasileira, 1982.Orig. italiano
- GRAMSCI, Antonio. **Pasado y Presente**. Barcelona: Granica Editora, 1977. Orig. Italiano. (Colección Hombre Y Sociedad).
- GRUPPI, Luciano. **O Conceito de Hegemonia em Gramsci**. 3ed. Rio de Janeiro: Graal, 1978.
- HAUSSEN, Dóris Fagundes. **Rádio e Política: tempos de Vargas e Perón**. Porto Alegre/RS: EDIPURS, 1997.

- HOBSBAWN, Eric.& RANGER, Terence (Orgs.). **A Invenção das Tradições**. Trad. Celina Cardim Cavalcante. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984. (Coleção Pensamento Crítico, v.55).
- LENHARO, Alcir. **Sacralização da Política**. Campinas/SP: Papyrus, 1986.
- LIMA, Maria Emília A. T. de Lima. **A construção discursiva do povo brasileiro: os discursos de 1º. de maio de Getúlio Vargas**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990. (Coleção Repetórios).
- MARTINS, Valvênio e REIS, Sirlene. “Os donos da Voz”. **Retrato do Brasil**. São Paulo: Editora Três/Política editora, n. 4, 1984.p. 43-47.
- MATHIAS, Herculano Gomes. **Getúlio Vargas**. RS: TecnoPrint/Ediouro, 1983.
- MAYNARD, Dilton Cândido S. **A Voz de Sergipe: Rádio, Povo e Poder em Sergipe durante o Estado Novo**. UFS/PIBIC/CNPq: São Cristóvão, ago.1999.(Relatório Final).
- MEDINA, Ana Maria Fonseca. **Ponte do Imperador**. Aracaju: Gráfica J. Andrade, 1999. 130 p. ilustr.
- MEIHY, José Carlos S. Bom. **Manual de História Oral**. São Paulo: Loyola, 1996.
- MONTENEGRO, Antônio Torres. Vargas: o entardecer da memória. **História Oral e Memória: a cultura popular revisitada**. 3 ed. São Paulo: Contexto, 1994, p. 98-113.
- MORAES, Dênio de. Notas sobre o imaginário social e hegemonia cultural. [online]. Disponível na Internet via <http://www.artnet.com.br>. Arquivo capturado em 20/12/1998.
- MOREIRA, Sonia Virginia. **O Rádio no Brasil**. Rio de Janeiro: Rio Fundo Editora, 1991.
- ORTIZ, Renato. **A Moderna Tradição Brasileira**. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- PARANHOS, Adalberto. **O Roubo da Fala: origens da ideologia do trabalhismo no Brasil**. São Paulo: Boitempo Editorial, 1999. (Coleção Mundo do Trabalho)
- PORTELLI, Hugues. **Gramsci e o Bloco Histórico**. Trad. Angelina Peralva. São Paulo: Paz e Terra, 1977. Orig. francês (Pensamento Crítico, v.7)

PRADO, Maria L. C. Ser ou não ser um bom vizinho: a América Latina e os Estados Unidos durante a Guerra. **Revista USP**. São Paulo: USP, n.26, p.52-61, jun-ago,1995.(Dossiê Segunda Guerra).

SILVA, José Luiz Werneck (org.). **O Feixe**: o autoritarismo como questão teórica e historiográfica. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1991.

SOUZA, Terezinha Oliva de. Estruturas de Poder. In: DINIZ (coord.). **Textos Para a História de Sergipe**. AracAracaju: UFS/BANESE, 1991. p. 127-166.

SUZUKI Jr., Martins e VASCONCELOS, Gilberto. A malandragem e a formação da música popular brasileira. In: FAUSTO, Boris (org.). **O Brasil Republicano**: economia e cultura (1930-1964). 2 ed. São Paulo: DIFEL, 1986. I-III, v. 4. p. 503-523.

TORRES, Andréa Sanhudo. **Imprensa: política e cidadania**. Porto Alegre/RS: EDIPURS, 1999. (Coleção História: 29).

TOTA, Antonio Pedro. **O Imperialismo Sedutor**: a americanização do Brasil na época da Segunda Guerra. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. 235p. II

UCHÔA, Severino. **Augusto Maynard**: o estadista e o revolucionário: Aracaju: Imprensa Oficial/ DEIP, 1945. 86 p. ilustr.

VARGAS, Getúlio. **Diário**. Apres. Celina Vargas do Amaral Peixoto. São Paulo: Sciliano/ Rio de Janeiro: FGV, 1995. Vol. I.

VELLOSO, Mônica Pimenta. **Os Intelectuais e a Política Cultural do Estado Novo**. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 1987.

WYNNE, J. Pires. **História de Sergipe (1930-1972)**. Rio de Janeiro: Pongetti, 1973. v.02.

O ATHENEU SERGIPENSE: traços de uma história

EVA MARIA SIQUEIRA ALVES*

Folgo de registrar aqui a agradável impressão que sinto ao visitar este notável instituto de ensino.

Tanto pela sua organização e ordem interna, pelo modo como é dirigido, pela excellencia do pessoal docente, como pela propriedade do mobiliario e de todos os apparatus escolares; julgo que o Atheneu Sergipense é um estabelecimento, no governo, modelar; e deve ser um justo motivo de ufania e orgulho para Sergipe,

Estado pequeno, sim, pelo território, mas dos maiores da união pelo espírito do seu povo.

Rocha Pombo, 1917.

Diferentes personagens locais e nacionais visitaram o Atheneu Sergipense, registrando, no Livro de Visitas, impressões variadas acerca daquela instituição “modelar”, do “tradicional solar da inteligência sergipana, onde imperam os raios ilustres e necessários princípios da Ordem, da Hygiene e da Disciplina.” (Costa Filho, 1916).

* Professora do Departamento de Educação da UFS

De modo a apreender as denotações impressas por esses e por tantos outros, investiguei, por caminhos distintos, a relevância que o Atheneu Sergipense desempenhou como agência produtora e irradiadora de novas práticas e padrões pedagógicos, impondo-se como parte significativa da memória do Estado de Sergipe.¹

O objetivo deste artigo é revelar, pela análise do diversificado acervo documental investigado, traços da história da principal instituição oficial de ensino secundário de Sergipe que projetou, no panorama político e social, vultos formados naquele ambiente profícuo.

UM PRESENTE PARA ARACAJU DEBUTANTE

Aos quinze anos, Aracaju “ganha” de presente, pela luta de seus defensores, o Atheneu Sergipense.

Indubitavelmente, o evento cultural mais importante na década de 1870 foi a criação do Atheneu Sergipense. Governava Sergipe o Tenente Coronel Francisco José Cardoso Júnior (2 de dezembro de 1869 a 11 de maio de 1871) que, movido por pensamentos reformistas, inovou o sistema da instrução pública². (cf. Araújo, 1966). Manuel Luiz Azevedo D’Araújo desempenhava o cargo de Inspetor Geral da Instrução, organizando então o ensino público sergipano, elaborando o Regulamento Orgânico da Instrução Pública da Província de Sergipe, assinado em 24 de Outubro de 1870.³ Dois problemas que vinham desafiando os governantes desde a década de 1830 são resolvidos: a centralização das aulas de Humanidades e a criação do Curso Normal.

¹ Investigo no Doutorado os Planos de Estudos do Atheneu Sergipense, pesquisa vinculada ao Projeto de Cooperação Acadêmica – PROCAD/CAPES/2001, entre a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e a Universidade Federal de Sergipe.

² O número de alunos matriculados nas Escolas Públicas de Primeiras Letras em Sergipe atingiu 4.457 alunos, sendo 2.825 homens e 1.632 mulheres (cf. Relatório de José Cardoso Júnior, 1871).

³ Por esse Regulamento a instrução primária era pública e gratuita, e a secundária dependia de subversão paga pelos alunos a título de matrícula.

Notícias publicadas na imprensa de Sergipe expressam o anseio de sua sociedade por ter, nos limites geográficos, uma instituição que centralizasse as aulas avulsas dos estudos de Humanidades, dispersos na Província. Pelo novo Regulamento Orgânico da Instrução Pública, no Atheneu Sergipense seriam oferecidos o curso de Humanidades de quatro anos e o curso Normal de dois anos de duração, ambos em forma seriada e francos para “todos os ouvintes de qualquer categoria que sejam, observadas devidamente as Leis da decencia.” (Art. 72º, Cap. 12º, Estatuto do Atheneu Sergipense, 12 de janeiro de 1871). Os diplomados gozavam dos favores e prerrogativas consagrados na Lei, habilitando-os a empregos públicos provinciais, independentes de novos exames, salvo quando não concorressem com outros colegas.

A sexta-feira, 3 de fevereiro de 1871, marcou a sociedade sergipana.

O progresso moral, de ha muito estacionario, - adiantou um passo; a mocidade radiosa, forte, alegre, comunicativa, corajosa; a mocidade que nem a fortuna, nem o genio, que se eleva acima do vulgo ajoelhado, podem conquistar; ella em sua orgulhosa e divina flor a tranpoz o porteiro arruinado e sombrio que a segregava do templo da sciencia, - comprimindo-lhe n'alma as aspirações da gloria. [...] Depois da missa votiva [...] encaminharam-se todos para o paço da camara municipal, onde provisoriamente funcionarão as differentes aulas. [...] A casa estava cuidadosamente adornada. Extraordinaria foi a concorrencia de assistentes [...] o paracho benzeu os diversos compartimentos do edificio [...] o illustre e discintno presidente da provincia pronunciou um eloquente e bem elaborado discurso. Outros se lhe seguiram [...] Terminou a festa com a leitura da acta da installação na qual assignaram as pessoas presentes, - com os vivos análogos, erguidos por s. exc. - e com o hymno nacional executado pela musica do corpo de policia. A noite illuminou-se, interna e externamente, a casa do Atheneu em frente da qual a banda de musica, de espaço em espaço, tocava escolhidas peças. [...] O pouco que fica ligeiramente narrado não pode, de certo,

dar a medida exacta do enthusiasmo, do jubilo que transluzia no riso de todos os labios. É impossível descrever aquilo que só o coração pôde sentir. (Jornal do Aracaju, 5 de fevereiro de 1871, sem identificação de autoria).⁴

A passagem transcrita, embora longa, permite se ter a idéia daquele momento de regozijo e dá a conotação do que se constituía como anseio dos intelectuais, políticos, cidadãos sergipanos, por terem em suas terras um estabelecimento público de estudos secundários, apesar de não ter sido fácil a sua concretização.⁵

Com uma freqüência inicial de 117 alunos no curso de Humanidades e o curso Normal com apenas 4 alunos inicialmente matriculados, somente 2 concluíram em 1872, ficando habilitados para exercerem o magistério público primário. Tendo como finalidade proporcionar à mocidade a instrução secundária, necessária e suficiente para a matrícula nos cursos superiores e para o bom desempenho das funções dos cidadãos na vida social, o Atheneu Sergipense agregou uma parcela significativa da elite intelectual sergipana na plêiade da sua Congregação.

O provimento das primeiras cadeiras do Atheneu Sergipense fora feito pelo Governo, elegendo “as pessoas que mais aptas lhe pareçam para o fim que se pretende.” (Art. 23, Regulamento da Instrução Pública, 24 de outubro de 1870). Com esse entendimento, os selecionados para as devidas cadeiras eram lentes que traziam em suas vidas anteriores experiências de magistério, respeitados pela sociedade. Nesse tipo de seleção pode ter havido a imposição do poder, uma vez que, para o primeiro quadro de docentes do Atheneu Sergipense, não houve concurso, e os “mais aptos” foram os selecionados pelo Governo.

Vejamos a constituição do primeiro quadro de docentes.

⁴ Utilizo nas transcrições a grafia do documento.

⁵ Quanto ao período anterior a criação do Atheneu Sergipense, consultar Alves (2004).

Quadro I

Corpo Docente (Lentes) por Aulas, de acordo com o primeiro Plano de Estudos do Atheneu Sergipense

| Lentes | Aulas |
|-------------------------------|--|
| Thomaz Diogo Leopoldo | Gramática Filosófica da Língua Nacional e Análise dos Clássicos / Retórica e Poética |
| Antonio Diniz Barreto | Gramática e Tradução da Língua Latina |
| Geminiano Paes de Azevedo | Gramática e Tradução da Língua Francesa |
| Justiniano de Melo e Silva | Gramática e Tradução da Língua Inglesa |
| Tito Augusto S. de Andrade | Aritmética, Álgebra e Geometria |
| Raphael Archanjo de M. Mattos | História e Geografia |
| Sancho de Barros Pimentel | Filosofia Racional e Moral |
| Ignácio de Souza Valadão | Pedagogia |

Fonte: Quadro elaborado com base no Livro de Atas da Congregação do Atheneu Sergipense (1871 – 1916)

Com esse corpo docente, o Atheneu Sergipense iniciou suas atividades. Vejamos a seguir traços característicos dos primeiros professores da instituição.

Thomaz Diogo Leopoldo, “mestre capaz e hábil” (Calazans, 1951, p.117), lecionou Latim em Capela, Propriá e Aracaju. Antônio Diniz Barreto, “latinista provector” (Lima, 1948, p.28), poeta e professor, lecionou Latim em Itabaiana e Laranjeiras antes de ingressar no Atheneu. Foi Diretor da Instrução Pública e escreveu artigos para a imprensa, com vários pseudônimos.

O “batalhador indefeso pela causa da instrução” (Lima, 1948, p.28) - Geminiano Paes de Azevedo era também poeta, jornalista, professor de Francês, Geografia e História no período de 1862-1863, no Liceu Sergipano. Foi membro efetivo do Conselho Superior da Instrução Pública, publicou várias de suas poesias nos jornais locais, exerceu suas atividades no Atheneu Sergipense até 15 de fevereiro de 1909,

quando jubilou-se a pedido.⁶ (cf. Guaraná, 1925). Dirigiu o Atheneu Sergipense no período de 1898 a 1901. Com fama de profundo conhecedor da Língua Francesa, na qual escrevia fluentemente, fez várias traduções de autores franceses.

Justiniano de Melo e Silva, doutor em Ciências Sociais na Faculdade de Córdoba, Argentina, foi Deputado provincial do Paraná, por 4 legislaturas nos anos de 1875. (cf. Guaraná, 1925). Publicou artigos nos jornais de Curitiba, Recife e Sergipe. Professor da cadeira de Inglês, seria mais tarde considerado “um filólogo, um grande conhecedor de línguas, sobretudo, das línguas mortas das civilizações antigas. Como historiador e sociólogo, seu método de exposição será baseado, sobretudo na interpretação das raízes primitivas da língua.” (Dantas, 1955, p.258).

Ao retornar a Sergipe em 1896, exerceu o magistério novamente no Atheneu Sergipense como lente da cadeira de História Universal e da Civilização.

Invariavelmente de sobrecasaca e calça listrada, atravessava o pátio, parava defronte da porta fechada, o bedel abria, ele entrava e nós estudantes o acompanhávamos e nos acomodávamos ao longo de uma grande mesa. O professor só dava aula com a *Historia Universal* de Moreira Pinto na mão e, ao invés de explicar, criticava o autor mostrando erros. – É um burro, dizia ele. Um dia, por acaso, não levei o livro. – “Então que veio fazer aqui? Pode ir-se embora” Levantei-me, os colegas fizeram o mesmo e saímos todos, pois ninguém tinha o tal livro. Até o fim do ano, o Justiniano comparecia diariamente, assinava o ponto e saía sem dar aula porque não tinha alunos. O então Diretor, professor Geminiano Paes, procurou apaziguar, porém respondemos que já havíamos tomado professores particulares e lá não voltaríamos.

⁶ Seria jubilado, com ordenado integral, o professor que “provando a impossibilidade de continuar no magisterio, tiver completado 25 annos de exercicio. § Único. Poderá ser jubilado com ordenado proporcional o que, provando impossibilidade, tiver mais de 10 annos de exercicio.” (Art.96, Regulamento de 9 de janeiro de 1877).

Não havia obrigatoriedade na frequência e no dia do exame o professor mostrou juízo não comparecendo – fomos aprovados por uma comissão para isso designada. O esquisitão mestre de História era tido como um gênio incompreendido e vivia dentro de sua grande biblioteca escrevendo um livro, *Nova luz sobre o passado*, ao que dizem um assombro. (Campos, 1967, p.8).

Tito Augusto Souto de Andrade iniciou suas atividades de magistério como professor de primeiras letras em Laranjeiras. Na mesma cidade, por concurso, lecionou as cadeiras de Filosofia, Geografia e História no Internato lá existente. Suspensas as cadeiras, foi transferido para as cadeiras de Francês e Geometria em Aracaju, em 1868. Quando da visita de D. Pedro II a Sergipe, em 1860, assim se expressou o Imperador em seu diário.

Aula de filosofia e geografia de Tito Augusto Souto de Arquimedes (sic) [Andrade], 4 de filosofia e 4 de geografia; 2 presentes de que um de ambas e o outro de geografia sòmente. Respondem sofrível sòbre filosofia, idem sòbre geografia. Não parecendo o professor não tem idéias muito exata sòbre a parte astronômica. (Diário do Imperador, 1965, p.72).

O professor de História e Geografia do Atheneu Sergipense – Raphael Archanjo de Moura Mattos –, depois de jubulado, exerceu as funções de Juiz de Paz e delegado da Polícia. Era, pelas características descritas por Campos, “baixote, gordo, calvo e usava barba à inglesa.[...] Era um monarquista intransigente, e não perdia a oportunidade para ridicularizar a então jovem República.” (Campos, 1976, p. 71).

Nascido em Salvador a 16 de outubro de 1849, Sancho de Barros Pimentel, filho do parlamentar sergipano José de Barros Pimentel, veio em pequena idade para Sergipe onde se criou desfrutando “de grande influência, com seus raros dotes de talento e variada cultura” (Dória, 1961, p.133). É o próprio Sancho Pimentel que traça a sua biografia, atendendo a pedido de Epifânio Dória em 1922, quando

necessitou de dados para escrever a “Galeria dos Homenageados” dos “devotados maçons que empunharam o primeiro malhête da Loja Cotinguiba”. (Dória, 1961, p.127)⁷. Assim revive Sancho.

Fiz os meus preparatórios em parte na Bahia e em parte no Rio. [...] Em 1866 matriculei-me na Faculdade de Direito de São Paulo, onde cursei os três primeiros anos [...] tive como colegas o Castro Alves, o Afonso Pena, o Rodrigues Alves, o Rui e o Nabuco. Fui muito amigo dos dois últimos, que considero os dois maiores talentos da geração. [...] Formado (em Recife em 1870) vim para Aracaju, onde se acabava de criar o Atheneu Sergipense – Não Escola Normal, cujas cadeiras foram logo providas, a exceção de filosofia e inglês, que foram posta em concurso, no qual entrei e assim obtive nomeação. O presidente era conservador e eu pertencia ao outro partido. Em 1878, quando ainda morava em Sergipe, e nada mais era que lente do Atheneu, fui, ao subirem os liberais, nomeado presidente do Piauí e eleito deputado. (Dória, 1961, p.133 e 134).

Falecendo a 19 de fevereiro de 1924, comenta Dória que nos funerais de Sancho Pimentel, o número de coroas fúnebres fora tão avultoso que necessário foram quatro grandes caminhões para levá-las ao cemitério São João Batista, demonstrando o seu grande conceito. Foi também Presidente do Ceará, Paraná e Pernambuco.

As aulas de Pedagogia faziam parte dos Planos de Estudos do Curso Normal. Inácio de Souza Valadão, seu professor, segundo Calazans (1951), parecia ser um homem doente, devido aos constantes pedidos de licença, com apresentação de atestados.

⁷ Parte dos catedráticos do Atheneu Sergipense pertenciam à Loja Maçônica Cotinguiba, fundada em Aracaju a 10 de março de 1872. Tito Augusto Souto de Andrade e Severiano Cardoso são alguns dos fundadores da Loja. Comparando a ação da maçonaria a da igreja protestante diz Lima: “a atuação dos maçons - discreta, imperceptível no seu agir subterrâneo; a dos protestantes - ostensiva, desabusada na afirmação de sua crença [...] [provocou] fissuras sensíveis na hegemonia do pensamento católico dominante.” (Lima, 1995, p.96). Para Morse, “a infiltração da maçonaria na Igreja brasileira criou um cisma que seria difícil de sanar mais tarde e que comprometeu sua autoridade tradicional.” (Morse, 1970, p. 99).

Doente e inquieto, um desajustado, possivelmente. Pensando sempre em viagens, em estudos fora da Província. Queria em 1862, estudar Farmácia. Obteve licença, porém não foi fazer o curso. Em 1864 atacado de moléstia contagiosa, passou quase todo o ano de licença.[...] Por ocasião da criação do Atheneu, Valadão esteve na Bahia aprendendo métodos de ensino. (Calazans, 1951, p. 106.).

As demais cadeiras e vagas que surgiam só poderiam ser preenchidas pela forma de concurso. Os rituais, métodos, personagens, papéis e formas de julgamento são matérias bastante detalhadas nas legislações e demais documentações que regulamentavam as provas de defesa de uma tese de livre escolha, defesa de tese sobre assunto sorteado, prova prática, quando a natureza da cadeira exigia, e prova oral e argüição. Depreende-se da análise da documentação que os concursos constituíam-se em púlpitos de demonstração dos intelectuais candidatos. Ser docente no Atheneu Sergipense significava ser membro do circuito produtor dos modelos culturais, ser agentes transmissores, tal como no Colégio de Pedro II, conforme menciona Andrade (1999).

Por esse processo passaram sujeitos com diferentes formações: farmacêutico, médico, engenheiro civil, cirurgião, dentista, mecânico, músico. A participação dos lentes da instituição se fazia presente em constantes artigos publicados na imprensa local, disseminando suas idéias, tornando-se visíveis na sociedade. Esses sujeitos, ao assumirem funções fora da escola, em diferentes circuitos culturais, extrapolavam os limites da instituição com estratégias de intervenção na sociedade, tomando assento em cargos legislativos, dirigindo órgãos públicos e políticos. Atuaram criticamente nas decisões da legislação educacional, emitindo parecer sobre a legislação ao serem solicitados pelo governo (cf. Ata da Congregação de 01/04/1895), ou ainda quando exigiam modificações no Regulamento da Instrução Pública do Estado de Sergipe (cf. Ata da Congregação de 01/03/1915).

Nesse sentido declara Nóvoa:

A profissionalização não é um processo que se produz de modo endógeno. Assim, a história da profissão docente é indissociável do lugar que seus membros ocupam nas relações de produção e do papel que eles jogam na manutenção da ordem social. Os docentes não vão somente responder a uma necessidade social de educação, mas também criá-la (Nóvoa, 1991, p.16).

Buscaram os professores do Atheneu Sergipense criar um padrão de ensino secundário, desencadeando estratégias e um método que estabelecesse conexões diretas entre a teoria e a prática. Não só os primeiros foram mestres de destaque, como também outros beneméritos passaram pelo quadro docente do Atheneu Sergipense, conferindo-lhes um *status* de prestígio intelectual e político:

Brício Cardoso, filólogo e escritor; Alfredo Montes, mestre abalizado de línguas vivas; Felix Diniz Barreto, latinista provector; Baltazar Góis, pedagogo e mestre do vernáculo; Guilhermino Amâncio Bezerra, inteligência rutilante no magistério ou fora dele; Prado Sampaio, bela vocação literária e filosófica; Manuel Francisco de Oliveira, coração de mestre paternal e espírito nutrido de sólidas humanidades; Severino Cardoso, talento dos mais famosos na teoria dos mestres sergipanos; Alcebiades Paes, cavalheiro, humanista erudito e mártir do ensino em nossa terra; Abdias Bezerra e Arthur Fortes, robles que ainda há pouco tombaram diante de nossos olhos maravilhados...(Lima, 1948, p.28).

CAMBIANDO ESPAÇOS, CURSOS, DENOMINAÇÕES

O Atheneu Sergipense iniciou seus trabalhos em uma casa da Câmara Municipal, um local inadequado para as aulas, uma casa “ar-ruinada e suja”, segundo relatório do Presidente Dr. Joaquim Bento. A sociedade sergipana participou do empenho do Presidente quando solicitou apoio financeiro recorrendo à generosidade dos cidadãos, para a construção de um prédio para instalar aquela instituição. Com algu-

mas contribuições dos “cidadãos mais favorecidos de fortuna”, novo prédio foi erguido, com “elegância e solidez”, na Praça Olímpio Campos, sendo inaugurado em 3 de dezembro de 1872, (cf. Nunes, 1984). Mudou-se para a Praça Camerino em 1921, para a Avenida Ivo do Prado em 13 de agosto de 1926 e em 1950 para a Praça Graccho Cardoso, aí permanecendo até o momento (2004). Cabe destacar que as localizações geográficas em que o prédio do Atheneu Sergipense foi instalado são da região central da cidade de Aracaju, à vista da sociedade, no “quadrado de Pirro”, no centro político e dos principais recantos da sociabilidade da capital, próximo ao cinema, livrarias, biblioteca, igrejas, praças.

Defende-se que o espaço não é uma estrutura neutra, é determinado e determinante do modo de ensinar e aprender, permitindo ou impedindo a realização de algumas atividades. Há uma estreita relação entre a distribuição e usos do espaço e os objetivos e metodologia utilizada. (cf. Viñao Frago, 2000). Solicitavam os Diretores do Atheneu Sergipense, constantemente, em seus relatórios, a construção de um novo prédio, com espaços para as aulas de Educação Física e ainda um ambiente para o recreio dos alunos. Este é um tema de reivindicação desde os tempos do Liceu de São Cristóvão, conforme destacou Alves (2004).

Ao tempo em que criticavam as péssimas condições do saneamento básico, escassez de água encanada, os discursos médico-higienistas acentuavam a necessidade de terem as escolas instalações próprias para o funcionamento das aulas, com espaços amplos, boa iluminação e ventilação e mobiliário apropriado. No Atheneu Sergipense, só em 1936, é instalado “bebedouro higiênico”, substituindo “os antigos e impróprios bebedouros de barro”. (Sobral, 1936).

A cidade de Aracaju e o Atheneu Sergipense partilham histórias de crescimentos e transformações. Seus agentes estão em ambos ambientes e atuam concomitantemente. Utilizo-me mais uma vez das crônicas de Edilberto Campos que, por meio do seu imaginário, revive Aracaju nos anos finais do século XIX, narrando o cotidiano citadino.

Quando, nos idos de 1893, cheguei de Lagarto à capital sergipana, esta devia ter cerca de 15 mil habitantes, fora os moradores da zona rural do município. A capital contava quase quarenta anos de vida, mas ainda engatinhava. Impressionavam-me o grande número de casas cobertas de palha, na periferia da cidade, a largura do rio, a entrada de um vapor que eu nunca havia visto, a grande quantidade de coqueiros, a cidade entrando pelo mangue e o mangue entrando pela cidade, o grande número de navios de vela ancorados no porto.[...] Na minha pouca idade (10 anos) fiquei impressionado pelo tamanho da praça principal, com seus monumentais edifícios, Igreja, **Ateneu** e Palácios da Assembléia e do Governo. Admirei o traçado das ruas muito longas, iguais na largura.[...] A Rua da Aurora acompanhando o rio de quase um quilômetro de largura, subindo ou descendo conforme a maré, e a fita verde recortada da Barra dos Coqueiros, na frente.[...] Com o tempo fui-lhe descobrindo mais belezas e defeitos, e por último, na maturidade e na velhice, preocupa-me o saneamento da urbe que crescendo assustadoramente sem ganhar altura no solo cobre-se d'água estagnada, das chuvas e serviços. (Campos, 1965, vol.I, p.120 e 1970, vol. V, p.10, grifo meu).

Inicialmente com os cursos de Humanidades com quatro anos de duração e o Normal com dois anos, o Atheneu Sergipense vai, ao longo dos anos, introduzindo novas cadeiras, suprimindo outras, defendendo um método de ensino que estabelecesse conexões diretas entre a teoria e a prática, preocupando-se com o lado prático, utilitário, implementando biblioteca, laboratórios, modificando a estrutura dos cursos, não só quanto ao tempo de duração, mas também quanto aos compêndios, cadeiras e carga horária a elas destinadas. As dificuldades geradas por essa dupla função de uma única instituição com dois cursos geraram querelas que, nas lutas e negociações, desencadearam momentos de separação dos cursos em prédios distintos, chegando a ponto de desativação do Curso Normal, como também a restabelecê-lo, mostrando, pela insuficiência dos resultados (cf. Relatórios dos Diretores), não haver sido essa uma confluência profícua, embora singular.

No movimento de configuração do Atheneu Sergipense, em 1877, o curso de Humanidades passa a ter a duração de cinco anos e o Normal de três anos, permanecendo esse último com essa duração até a primeira década do século XX. Com a Resolução de 30 de março de 1882, o Atheneu Sergipense, já denominado desde o ano anterior de Liceu Secundário de Sergipe, sofre alterações não somente quanto ao seu nome, passando a Escola Normal de Dois Graus, mas também quanto à ampliação do número de cadeiras - 15 naquele ano. Sete são os anos de duração para o curso Integral em 1897. O curso Ginásial de 1908 era feito em seis anos e em 1916 quatro são os cursos oferecidos: Ginásial, com cinco anos e destinado aos candidatos aos cursos das escolas de ensino superior da República; Integral, com seis anos, para aqueles que, não podendo ou não querendo seguir as profissões proporcionadas pelos cursos superiores, se destinassem a outros de sua escolha; Normal, com quatro anos, destinando-se exclusivamente aos candidatos ao professorado do ensino primário do sexo masculino e o curso Comercial, feito em três anos e destinado aos interessados dos diferentes ramos de negócios. A Lei Orgânica do Ensino Superior e Fundamental da República de 1911, do Ministro Rivadavia Correia, instituiu o “exame vestibular”, de modo que o acesso às faculdades passou a ser feito no vestibulo delas, e não mais nos estabelecimentos secundários que prestavam os exames de preparatórios.

Em 1936, ano em que se fazem sentir desdobramentos significativos da Reforma Francisco Campos, que traçou novos rumos à educação brasileira, são introduzidos no Atheneu Sergipense os cursos complementar de Pré-médico, Pré-politécnico e Pré-jurídico, de dois anos, posterior aos seis anos do curso Fundamental, obrigatório para o ingresso em qualquer escola superior. Em 1942, com a Reforma Gustavo Capanema, os cursos passam a ser Ginásial (4 séries), Científico e Clássico (3 anos).

Ao longo dos anos, o Atheneu Sergipense sofreu variadas denominações: Atheneu Sergipense (1870), Lyceu Secundário de Sergipe (1881), Escola Normal de Dois Graus (1882), Atheneu Sergipense (1890), Atheneu Pedro II (1925), Atheneu Sergipense (1938), Colégio de Sergipe (1942), Colégio Estadual de Sergipe (1943), Colégio Estadual Atheneu Sergipense (1970 aos nossos dias). As datas que

apresento foram identificadas nas documentações primárias e algumas vezes divergem das datas das fontes secundárias.

No entanto, mesmo sofrendo modificações significativas de local de instalação, denominação da instituição, tempo e tipos dos cursos oferecidos, quadro de professores, conforme a legislação e o período, o Atheneu Sergipense não se afastou dos seus objetivos: ministrar uma instrução secundária, de caráter literário e científico, necessária e suficiente, de modo a proporcionar à mocidade subsídios para matricular-se nos cursos superiores como também no desempenho dos deveres de cidadão.

OUTROS ELEMENTOS FORMADORES

O Atheneu Sergipense não ficava à margem das questões políticas vigentes. Os membros de sua congregação atuavam na imprensa em defesa do abolicionismo e contrários à monarquia. Quando da abolição da escravidão no Brasil, a congregação do Atheneu recebeu a notícia “com especial contentamento e voto de satisfação, [e] efusão de júbilo.” (Ata da Congregação, 2 de junho de 1888). Em sessão magna extraordinária de 19 de novembro de 1889, foi apresentado ofício do Governo Provisório Federal de Sergipe, comunicando ao Diretor Geral da Instrução “o novo regimen estabelecido neste Paiz.” Faziam parte do Conselho Federal Provisório o major José Siqueira de Menezes, o coronel Vicente Luiz d’ Oliveira Ribeiro e o professor Baltazar Goes.⁸

E o Atheneu Sergipense progredia.

Com exames gerais de preparatórios nelle realizados e validados em qualquer escola superior do Paiz, mais vasto tornou-se o campo de acção; novas e aproveitaveis mentalidades occuparam cadeiras de examinando, erguendo-se dellas com os desejados laureis de applicados. (Antônio Teixeira Fontes, Diário da Manhã, 24 de julho de 1914).

⁸ Essa é a última reunião em que consta “Congregação dos Lentes da Eschola Normal”. A partir de 1 de fevereiro de 1890, passa-se a registrar “Congregação dos Lentes do Atheneu Sergipense”.

Para atingir as metas apregoadas como fins principais da instituição, os Presidentes da Província e depois Governadores do Estado de Sergipe esforçavam-se por prover o Atheneu Sergipense de material científico “indispensável para o regular funcionamento das aulas” e por instituir uma “biblioteca e um muzeu no referido estabelecimento com o fim de proporcionar aos alumnos os meios practicos indispensaveis para a efficiencia dos respectivos estudos.”(Arts. 120 e 121, Decreto 351, de 9 de junho de 1899).

Devia haver no Atheneu Sergipense uma sala destinada como gabinete de leitura para os alunos e empregados da instituição, formado dos “livros da antiga biblioteca, e de outros que por ventura se adquirirem, ficando a livraria a cargo do Amanuense da repartição da Instrucção.” (Art.217, Regulamento da Instrução Pública, 1870).⁹

Um outro elemento que o Presidente do Estado, Martinho Garcez (24/10/1896 a 14/08/1899) considerou relevante instituir legalmente foi a criação de uma revista quinzenal, de natureza científico-literária, denominada “Revista do Atheneu Sergipense”. Nela, a comissão de lentes, designada anualmente pelo Diretor, encarregar-se-ia de organizar a publicação e ou transcrição de artigos a respeito do ensino, fomentando, assim, pensava o legislador, o desenvolvimento progressivo do ensino no Atheneu Sergipense. Todos poderiam ser colaboradores natos da revista, que teria as despesas de impressão e distribuição por conta dos cofres estaduais, sendo os exemplares distribuídos gratuitamente ao professorado do Estado e demais interessados. Embora não saiba se essa determinação legal se concretizou, observei que esta é a primeira legislação que volta o seu interesse em propor a organização de uma revista, objetivando suscitar o debate científico-literário.

Por determinação legal de 1921, 1925 e 1926, devia o Atheneu contar com uma biblioteca a cargo do escriturário-bibliotecário, especialmente destinada ao uso do corpo docente e discente, formada de

⁹ Em 1875 os referidos livros foram removidos para um dos salões da Assembléia Provincial ficando a cargo do porteiro da mesma. (cf. Art. 55 da Lei de 20 de abril de 1875).

livros, mapas, memórias, impressos ou manuscritos relativos às matérias professadas e também de exemplares das obras didáticas adotadas. Em 1921, o Atheneu possuía museu, biblioteca, gabinetes de Física, Química, História Natural, de modo que os programas de ensino fossem desenvolvidos com aplicações práticas. Em 1926 o Governo autoriza a reorganização dos gabinetes de Física e História Natural, o laboratório de Química, e adquirir os instrumentos precisos para o ensino de Geografia, Cosmografia e Desenho, abrindo desta sorte os necessários créditos.

Outros elementos que fornecem indícios da função formadora do Atheneu Sergipense são as excursões praticadas por alunos e professores, as festas cívicas e religiosas comemoradas, os desfiles realizados, as formaturas celebradas. Os membros do Atheneu Sergipense – alunos, professores, diretores, corpo administrativo –, estiveram submetidos às avaliações de seus pares e/ou de seus superiores, desenhando desta feita a aplicação de Prêmios e Sanções.¹⁰

E o Atheneu Sergipense vai paulatinamente se estruturando.

A necessidade, porém, que assim como o carinho, não invade espontaneamente somente o lar da família, mas também a amplitude social, levou a ceder às leis da evolução no desenvolvimento das ideias para torná-lo, não o centro do ensino superior mas o núcleo da leitura; não o areópago dos moços que buscam aprender, mas a escola de quantos querem saber. Hoje, neste “Atheneu” não se estuda, lê-se; resultando dessa leitura acurada, compreender-se o que se quer, tudo o que o alfabeto traduz. (Antônio Teixeira Fontes, Diário da Manhã, 24 de julho de 1914).

Não eram só os professores que se entusiasmavam com o Atheneu Sergipense. Seus alunos, sequiosos por aprender ensinando, fundam em 1898 a Sociedade - Grêmio Tobias Barreto, ministrando aulas no-

¹⁰ Nesse sentido, consultar Alves (2002 e 2004).

turnas gratuitas para adultos atrasados, desejosos em recuperar o tempo perdido.

Artur Fortes não perdia oportunidade para ensinar discursos que lhe saíam sem dificuldade, misturando versos que também fazia. O Abdias Bezerra não conversava, fechava a cara e ensinava matemática também aos outros professores improvisados, e o E.C. [Edilberto Campos] aproveitava para recordar a geometria que Teixeira de Faria lhe ensinava com especial carinho. Alternando as reuniões de cúpula, propriamente literárias, corriam diariamente as aulas de português e aritmética elementar, pelo paciente José Peixoto, segundo João Ribeiro e Trajano, em voga naquele tempo. (Campos, 1965, 1^o vol., p.158).

Outros alunos do Atheneu Sergipense “que em Sergipe ou fora dele derramaram a flux as cintilações de seu espírito” são destacados por Lima (1948), tais como: João Ribeiro, Maximino Maciel, José Rodrigues da Costa Dórea, Gilberto Amado, Manuel Bomfim, Jackson de Figueiredo, Gracco Cardoso, Aníbal Freire, Dias de Barros, Clodomir de Souza e Silva, Esperidião Monteiro, Felisbello Freire, Manuel dos Passos de Carvalho Lima Junior, Gamaliel Mendonça, Gentil Tavares da Mota, Hunald Cardoso, Barreto Filho, José Calazans, dentre tantos outros não citados. Foi no Atheneu Sergipense “que essa revoada de inteligências enrijou as penas para os grandes vôos e as migrações vitoriosas.”(Lima, 1948, p.28).

Essa revoada de alunos estudou por um método de ensino “.... intuitivo e pratico, marchando sempre do simples para o composto, do particular para o geral, do concreto para o abstrato, do definido para o indefinido”, com lições de “cunho especial da methodology de cada estudo”. (Arts. 3 e 196, Decreto 45, de 19 de janeiro de 1893). Sempre atento ao método prático, cabia ao corpo docente elaborar o programa de suas cadeiras, de modo a tornar-se efetiva a instrução secundária.

É certo que, mesmo havendo essa atenção por parte do Governo por apregoar nas legislações elementos necessários para uma eficiente formação, havia, nas palavras dos diretores, em seus relatórios,

reclamações constantes quando seus pleitos não eram atendidos. Solicitavam melhorias nas instalações das salas, materiais para os laboratórios, maior número de funcionários, aumento dos proventos dos professores, dentre outras reivindicações. São as ações e falas dos dirigentes para instituir no Atheneu Sergipense um ambiente propício formador da intelectualidade sergipana.

Pelos traços apontados, revela-se a importante posição que o Atheneu Sergipense ocupou na sociedade sergipana, por meio dos seus agentes - professores, diretores, alunos, corpo administrativo, que construíram dia a dia, pedra a pedra esse precioso patrimônio cultural, que soube impor-se como o “tradicional solar da inteligência sergipana”, “justo motivo de ufanía e orgulho para Sergipe”.

BIBLIOGRAFIA

- ALVES, Eva Maria Siqueira. *Do Poder e das Sanções no Atheneu Sergipense (1916-1931)*. In: Anais do II Congresso Brasileiro de História da Educação. Natal - RN: SBHE (CD-Rom). 2002.
- _____. *Prêmios e Privilégios na Perspectiva Oficial (1871-1926)*. In: Anais do V Encontro de Pesquisa em Educação da Região Sudeste. Águas de Lindóia – SP. (CD-Rom). 2002.
- _____. *Prêmios e Sanções como Elementos Característicos da Cultura Escolar no Atheneu Sergipense*. Relatório Final do Projeto de Pesquisa UFS/FAP/FUNTEC. 2004.
- _____. *Laudas do Lyceu Sergipense (1848-1851)*. In: Anais do XVII Encontro Regional de História. Campinas – SP. (CD-Rom). 2004.
- ANDRADE, Vera Lúcia Cabana de Queiroz. *Colégio Pedro II um lugar de memória*. Tese de Doutorado, UFRJ. 1999.
- ARAUJO, Acrísio Torres. *Pequena História de Sergipe*. Livraria Regina, Aracaju. 1966.
- CALAZANS, José. *O Ensino Público em Aracaju (1830-1871)*. In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, v.15, n.20. 1951.
- CAMPOS, Edilberto. *Crônicas da Passagem do Século*. Aracaju. 1965, 1967, 1976.
- DANTAS, Luiz Carlos Rollemberg. *Justiniano de Melo e Silva, filósofo e historiador*. In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, v.16, n. 21, 1955.
- DÓRIA, Epifânio. *Veneráveis da Loja Cotinguiba*. In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, v.21, n. 26, 1961.
- GUARANÁ, Armindo. *Dicionário Bio-Bibliográfico Sergipano*. Rio de Janeiro, 1925.
- LIMA, José Augusto da Rocha. *Discurso*. In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, v.14, n.19, 1948.
- LIMA, Jackson da Silva. *História da Literatura Sergipana*. Aracaju, 1971.
- _____. *Os Estudos Filosóficos em Sergipe*. Sociedade Editorial de Sergipe, 1995.
- MORSE, Richard M. *Formação Histórica de São Paulo (de comunidade à metrópole)*. Corpo e Alma do Brasil, Difusão Européia do Livro, São Paulo. 1970.

NÓVOA, Antonio. *Para o estudo sócio-histórico da gênese e desenvolvimento da profissão docente*. In: Teoria & Educação, Porto Alegre: Artes Médicas, n.4, 1991.

NUNES, Maria Thetis. *História da Educação em Sergipe*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

PEDRO II, Dom. *Diário do Imperador*. In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, v.21, n.26, 1965.

SOBRAL, Joaquim Vieira. *Anuário do Atheneu Pedro II*. Casa Ávila: Aracaju, 1936.

VINÃO FRAGO, Antonio. *El espacio y el tiempo escolares como objeto histórico*. In: Warde, Mirian Jorge (org.) *Contemporaneidade e Educação*. 2000.

JORNAIS

Jornal do Aracaju – 5 de fevereiro de 1871

Diário da Manhã – 24 de julho de 1914

LEGISLAÇÃO

Regulamento Orgânico da Instrução Pública da Província de Sergipe – 24 de outubro de 1870.

Estatuto do Atheneu Sergipense – 12 de janeiro de 1871.

Lei de 20 de abril de 1875

Regimento – 9 de janeiro de 1877.

Resolução 1210 – 30 de março de 1882

Decreto 45 – 19 de janeiro de 1893.

Decreto 351 – 9 de junho de 1899.

Decreto 556 – 24 de agosto de 1908.

Decreto 563 – 12 de agosto de 1911.

Decreto 633 – 17 de junho de 1916.

Lei 40 – 18 de novembro de 1936.

MANUSCRITOS

Livro de Atas da Congregação do Atheneu Sergipense (1871-1916).

Livro de Visitas do Atheneu Sergipense (1916-1951).

PRÁTICAS CÍVICAS NOS
GRUPOS ESCOLARES DE
ARACAJU NA PRIMEIRA
REPÚBLICA: o canto de hinos

TEREZINHA ALVES DE OLIVA*

CRISLANE BARBOSA DE AZEVEDO**

Este artigo visa abordar a prática cívica do canto de hinos executada nos Grupos Escolares de Aracaju no período que compreende a Primeira República. Para isso utiliza o *Hymnario dos Grupos Escolares e Escolas Singulares do Estado de Sergipe*, além de documentos como Programas de Ensino, Mensagens Presidenciais e artigos de jornais locais da época, fontes em que aparece, de um lado, a voz do Estado sobre a determinação e a execução das práticas cívicas e de outro, exemplos concretos da materialização de tais práticas, configurando um importante traço da cultura escolar.

Com a implantação da República intensificou-se, no Brasil, o debate em torno das questões da educação. Isto pode ser visto no destaque dado à escola primária. Nesse período, “mais que um direito do cidadão, a escola primária foi concebida como uma necessidade e, sobretudo, como um dever de cada homem do povo” (SOUZA: 2000, 104-121). No projeto político e social republicano, a missão de formar o cidadão capaz de legitimar o Regime e de regenerar a nação, seria

* Professora do Departamento de História da UFS.

** Professora da SEED/SE

atribuída à educação popular na escola, pois, como mostra Carvalho, “a escola no imaginário republicano foi signo da instauração da nova ordem, arma para efetuar o Progresso” (CARVALHO: 1989, 7).

A escola republicana capaz de atender a esses novos objetivos seria materializada nos Grupos Escolares. Essas instituições projetadas para terem uma organização administrativa e pedagógica complexa, concebida nos princípios da racionalidade científica e na divisão do trabalho, viriam tornar-se espelhos dos valores republicanos (SOUZA: 1998, 16). A educação moral e cívica tinha então um papel muito importante, pois, através dela, inculcava-se sutilmente nos alunos uma postura de veneração aos símbolos nacionais, às autoridades e à República, juntamente com a pregação do sentimento do dever e de sólidos princípios morais. Implantados desde 1911 na capital do Estado, os Grupos Escolares em Sergipe não fugiam à regra geral. A educação moral e cívica fazia-se através das festas escolares, da recepção às visitas importantes, do culto aos vultos ilustres, da comemoração de datas cívicas e ainda através de diversas práticas do cotidiano escolar. Entre estas últimas destaca-se o cântico de hinos pátrios e escolares, cujas letras enfatizavam o amor ao trabalho, o cumprimento dos deveres, o amor à pátria. As atividades na escola passaram a ser demarcadas pelo canto de hinos, levando as crianças a memorizarem letras e músicas e a associarem o ritmo do trabalho educativo ao ritmo dos hinos entoados com respeito e ardor.

Como mostram Faria Filho e Vago (2001,130), o canto e a ginástica – denominada, esta, Exercícios Physicos – “foram cuidadosamente posicionados entre as demais disciplinas, porque considerados como recurso de higiene”. Estudando o processo de escolarização em Minas Gerais nos primeiros anos do século XX, esses autores perceberam que, antes de haver um tempo específico para o recreio na grade de horários das escolas, pretendia-se que, através do canto e da ginástica, as crianças usufríssem momentos de relaxamento. Pode-se aduzir que, os hinos motivavam alunos e professores para cada nova etapa das tarefas diárias e tornaram-se tão importantes na demarcação do tempo escolar quanto como instrumentos da pedagogo-

gia cívica então praticada. Por este motivo, professores e intelectuais dispuseram-se ao trabalho de compor músicas e escrever letras para enriquecer e diversificar o acervo de cantos a serem praticados nas escolas. Ensina Borges que “o civismo era uma política nacional, tendo em vista incorporar valores, normas, hábitos, emblemas e mitos voltados para o ‘engrandecimento da Pátria’, bem como formatar o trabalhador para a fábrica, disciplinado, obediente às normas hierárquicas” (BORGES: 2001).

Em Sergipe, a prática do canto de hinos nos Grupos Escolares foi sistematizada em 1913. Para a organização dessa prática foi elaborado o *Hymnario dos Grupos Escolares e Escolas Singulares do Estado de Sergipe* que consiste em um complemento do Regimento Interno das escolas públicas primárias para satisfazer ao respectivo programa de ensino. De acordo com o Programa de Ensino (1912), todos os quatro anos de estudo deveriam incluir o canto de

Hymnos patrióticos: o Nacional, o da Independencia, o da Republica, o Sergipano, etc. Escolares: do começo e encerramento das sessões; da sahida para o recreio e reentrada na classe. De recreio e de trabalho (no recreio): o ferreiro, o remador, o marceneiro, o lavrador, o serrador; pequenos cânticos em movimento de marcha militar. Este programma é de todas as classes. A musica escolar é aprendida de outiva na aula. (SERGIPE. *Programma ...*:1912)

Homogeneizava-se e disciplinava-se assim essa prática, de tal modo que o conhecimento do conjunto de hinos escolares constantes do hinário sergipano tornou-se uma marca identificadora da formação dos alunos nas escolas locais numa determinada época. Se apenas na década de vinte o interior do Estado conheceu os primeiros grupos escolares, a experiência já havia se consolidado em Aracaju, e o ritual cotidiano no modelo entronizado nas escolas da capital difundiu-se também entre as escolas isoladas do interior, fazendo com que pessoas escolarizadas numa mesma geração tenham muito viva a memória e a emoção do cântico dos mesmos hinos.

O *Hymnario dos Grupos Escolares e Escolas Singulares do Estado de Sergipe* traz letra e música das canções que deveriam ser entoadas durante a jornada escolar e divide-se, como se viu, em duas partes: Hinos Patrióticos e Hinos Escolares. Foi organizado pelo professor Balthazar Góes, sendo aprovado em 1º de agosto de 1913. Este professor laranjeirense foi republicano da primeira hora. Desde 1884 escrevia no jornal abolicionista *O Horizonte*, chegando, mais tarde, a ser redator do jornal *O Republicano*. Foi diretor do famoso *Liceu Laranjeirense*, que, ainda no Império, educava jovens sob inspiração de ideais republicanos. Proclamada a República, foi o professor um dos membros do segundo Triunvirato que governou provisoriamente o Estado até a escolha do primeiro Presidente. Em breve transferiria o seu colégio para Aracaju. Na década de 1910 tornou-se diretor dos grupos escolares *Modelo e Central*, as duas primeiras escolas gradua-das existentes em Sergipe. Sua visão da educação cívica fica evidente na escolha dos hinos escolares que compõem o Hinário.

Na primeira parte da obra correspondente aos hinos patrióticos, estão letra, música e instruções para o cântico dos seguintes hinos: Hino Sergipano, Hino da Independência, Hino Nacional, Hino da República e o Hino da Bandeira. Todos possuíam datas determinadas e ocasiões para serem entoados, configurando-se sua organização da forma abaixo descrita.

O Hino Sergipano, letra do professor Manoel Joaquim de Oliveira Campos e música de Frei José de Santa Cecília, deveria ser cantado em todas as datas célebres da história do Estado, como a da Emancipação Política – para a qual o Hinário atribui duas datas, 08 de julho e 24 de outubro³ – e a mudança da capital (17 de março), entre outras.

O Hino da Independência do Brasil deveria ser cantado nos dias 07 de setembro, 13 de maio, 08 de julho, 24 de outubro, 15 de novembro e em qualquer outra data cívica do País ou do Estado. Interes-

³ A Emancipação Política de Sergipe era lembrada em duas datas no calendário cívico. O 8 de julho, dia da assinatura da Carta Régia que, em 1820, separou Sergipe da Bahia e o 24 de outubro, desde 1836 comemorado com festa popular pela Emancipação.

sante que aparece no Hinário, sob esse título, o Hino Constitucional Braziliense, de 16/08/1822, com letra de Evaristo Ferreira da Veiga e música do maestro português Marcos Portugal. Baltazar Góes explica que a música do maestro português é anterior à que foi composta por D. Pedro I.⁴ Não obstante, esta última consta também do Hinário, sob a justificativa de que é a que foi consagrada pelo uso popular em todo o País. Mesmo assim o republicano Baltazar Góes comete a este respeito uma “licença”: “suprimimos, embora injusto, contra a História, as estrophes que se referem ao monarcha e mais duas de odiosa allusão deixando as que importam exclusivamente à Pátria. Crime innocente” (GÓES: 1913, 5).

O Hino Nacional Brasileiro, música do maestro Francisco Manoel da Silva, tocado desde o ano de 1831 e chamado a princípio de *Hino 7 de abril*, deveria ser cantado “em todas as datas célebres do Brasil e de Sergipe especialmente a 7 de abril”. A orientação dada a respeito deste hino dá atenção especial ao dia em que o Imperador D. Pedro I abdicou do trono brasileiro em favor de seu filho D. Pedro de Alcântara. São aplausos da República ao que teria significado uma queda do regime monárquico, uma vez que na Regência o Brasil foi uma Monarquia sem rei.⁵

É interessante observar que o organizador do Hinário não se refere ao nome do autor da letra do Hino Nacional, lastimando desconhecê-lo. Sabe-se que a letra original foi uma adaptação dos ver-

⁴ Yolanda de Quadros Arruda não se refere ao maestro português. Diz que o Príncipe D. Pedro foi apresentado por Evaristo da Veiga com doze exemplares impressos da letra por ele feita em 16 de agosto de 1822 e resolveu musicá-la. O hino teria sido cantado com a letra de Evaristo da Veiga e a música de D. Pedro no dia da proclamação da Independência, no espetáculo de gala realizado na Casa da Ópera, em São Paulo, tendo D. Pedro participado do coro. Diz ainda a mesma autora que pela extensão da letra sempre se executou o hino “com muita liberdade quanto ao número de estrofes, pois, dada a sua extensão, resolvem os dirigentes suprimir versos, indistintamente.” (ARRUDA, 1958:204)

⁵ Arruda descarta a “crença” de que o hino tivesse sido composto pela Abdicação e diz que as pesquisas revelaram que o hino data de 1822, tendo sido chamado inicialmente de “Marcha Triunfal”. Acrescenta que foi cantado pela primeira vez “com versos adaptados de Ovídio Saraiva de Carvalho, no dia 13 de abril de 1831” (196).

sos de autoria de Ovídio Saraiva de Carvalho, mas que o hino foi cantado com diferentes letras, uma vez que não tinha uma letra oficial. Em 1909 adotou-se o poema de Joaquim Osório Duque Estrada (1870-1927), já que a República o tornou o Hino Nacional, segundo algumas versões, por decisão do Mal. Deodoro da Fonseca que, presidiendo um concurso para escolher o Hino Nacional brasileiro a ser adotado pelo novo Regime, selou com um “Prefiro o velho”, a sorte do hino escolhido pela Comissão Julgadora – o de Leopoldo Miguez – que ficou sendo o Hino da República (Enciclopédia BARSÁ, 19 v.30, p. 19). De acordo com Arruda, porém, o Governo teria mantido o hino “a pedido do povo e atendendo à razão de estar o antigo Hino ligado a fatos da história pátria” (1958:197).

O Hino à Bandeira é o último desta primeira parte da obra, composição de Francisco Braga e letra de Olavo Bilac, que deveria ser cantado no dia 19 de novembro, em homenagem àquela que “[...] deixa de ser uma tela, convertendo-se em symbolo de nosso valor, de nosso merito; o seu aspecto affagará sempre o nosso amor, o nosso entusiasmo pela patria. E é sendo bons, que teremos uma pátria respeitada.” (SERGIPE. *Programma ...*:1912,15). Na origem desse hino há uma referência à figura do sergipano Manoel Bomfim, que era Diretor da Instrução no Rio de Janeiro em 1906 e teria sugerido ao Prefeito Pereira Passos o nome de Olavo Bilac para escrever a letra em homenagem à Bandeira do Brasil.⁶

A segunda parte do *Hymnario* corresponde aos hinos escolares. Estes, em número de doze, são direcionados para vários momentos do cotidiano da escola, tais como o começo da aula, a saída para o recreio, o retorno do recreio, a retirada de aula, além do hino com que deveriam ser recepcionados os visitantes ilustres.

São quatro os hinos atribuídos ao começo da aula: *Do sol das letras*, música de Joaquim Honório dos Santos e letra de Severiano Cardoso; *Surgem as auroras*, música de Francisco Avelino da Cruz e

⁶ Essa é a versão do biógrafo de Manoel Bomfim, Ronaldo Conde Aguiar.

letra da professora Etelvina Amália de Siqueira; *As aves cantam*, música de Hilário de M. Resende e letra de Anna Montes e *Estudemos* também dedicado à volta do recreio, sendo a música de Manoel Vicente de Santa Cruz Bahiense e a letra de Joaquim do Prado de Sampaio Leite. Outros hinos ainda eram dedicados ao início dos trabalhos escolares como os designados para a entrada nas salas de aula: *Ao levantar da Pátria*, música de Manoel Bahiense e letra de Etelvina Siqueira e *Eis a escola*, letra e música de José Barreto dos Santos.

As instruções do *Programa de Ensino* para o ritual do canto nas escolas são bem explícitas quanto à postura dos alunos e professores: em suas observações especiais,

Antes da entrada para as classes, os alumnos formarão sob a vigilância de seus professores e desfilarão, cantando um hymno inicial dos trabalhos, até as salas respectivas, conservando-se de pé em quanto terminam o cantico. A' sahida para o recreio e á reentrada para as aulas, proceder-se-á do mesmo modo. No fim de cada sessão, formados sahirão cantando o hymno de retirada. (SERGIPE. *Programma ...*: 1912).

Nesse momento de saída para o recreio, onde também se cantava, o poema de Arthur Fortes –intitulado *Brinquemos!* transformava-se em hino na música de Tobias P. Pinto. Exemplos ainda de cânticos entoados na volta desse intervalo de aula são: *Empunhemos o livro!*, música de Tobias P. Pinto e letra de Epifânio Doria e *Sôa além o clarim*, música de João Silvino de Araújo e letra de Etelvina Amália de Siqueira.

O final das atividades escolares do dia – saída da aula – era, conforme o Hinário, vivenciado também sob o signo musical. *Oh! filhos do progresso*, música de Joaquim Honório e letra de Severiano Cardoso e *Vamos de um lar a outro lar!*, letra e música de José Barreto, encarregavam-se desse desfecho.

A prática efetiva do canto é atestada por vários registros. Clodomir Silva que foi professor do Ateneu Sergipense e da Escola de Comércio Conselheiro Orlando, esteve muito próximo dos grupos escolares na

década de vinte, como Diretor da Instrução Pública do Estado. Ele afirma que os hinos escolares estavam presentes quer em solenidades especiais, quer nas várias atividades diárias das escolas. No Grupo Escolar Modelo, cujo funcionamento servia de espelho para os demais Grupos do Estado, adotavam-se “para as entradas, saídas e recreios, os hinos seguintes: hino Nacional, hino da Bandeira, da República, da Independência e Sergipano e canções patrióticas” (SILVA: s.d., 94).

SOBRE OS AUTORES

A importância dos hinos escolares na sociedade pode ser medida pela frequência com que compositores, poetas e homens de letras em geral também ligados ao Magistério, para eles escreveram letras ou compuseram músicas. Joaquim Honório (1856-1904), músico e compositor que “no Aracajú foi um dos fundadores e contra-mestre da philarmonica ‘Euterpe Aracajuana’ fundada em 1874 por estudantes do Atheneu Sergipense” (GUARANÁ: 1920, 149) mestre e regente da filarmônica Lyra Carlos Gomes de Estância, compôs peças fúnebres, músicas sacras, marchas e foi compositor de vários hinos escolares.

Do mesmo modo Francisco Avelino (1848-1914), filho de família humilde, que logo quando criança começou a desenvolver o seu talento para a música recebendo lições do maestro Manoel Bahiense. Avelino escreveu mais de setenta composições, entre marchas fúnebres ou festivas, valsas, tango, quadrilha e música sacra, sem descurar-se dos hinos escolares. (idem, p. 94). Sobre Manuel Bahiense (1841-1919), responsável por duas músicas do *Hymnario dos Grupos Escolares (...)*, diz o biógrafo Armindo Guaraná que “muito cedo revelou notável aptidão para a música e tanto bastou exhibir-se ao público para logo adquirir a reputação de perfeito conhecedor dos segredos da arte sublime da harmonia” (GUARANÁ: 1920, p. 222). Ele lecionou em Laranjeiras, nos colégios das professoras Possidônia Bragança, Esmeralda Lopes, Elisa Diniz e em casa particulares, tanto em Laranjeiras como em Aracaju. Este laranjeirense concorreu no Rio de Janeiro, em 1889, ao concurso para o Hino da República e obteve o 3º lugar entre os melhores trabalhos apresentados.

É interessante notar como autoridades da área da educação e professores de Grupos Escolares expressaram, nas letras dos cantos, o entusiasmo com a escola e sua missão civilizatória. Assim, Epifânio Doria (1884-1976), que foi secretário do Gabinete de Leitura de Maruim (1907) e em 1914 tornou-se diretor da Biblioteca Pública Estadual que hoje leva o seu nome, colocou, nas letras que fez para os hinos, o mesmo ardor para com a instrução que o fez entusiasta dedicado à Liga Sergipense contra o Analfabetismo (GUARANÁ: 1920, 72).

Autor de hinos escolares implementados antes da edição do *Hymnario* (FREITAS, 2004), Severiano Cardoso (1840-1907) tem uma das suas obras na referida publicação. Vinha ele de uma família de professores, filho de Joaquim Maurício Cardoso, irmão de Brício Cardoso e tio de José de Alencar Cardoso, todos com destacada atuação no magistério. Chegou a ser, em 1870, secretário da Instrução Pública, afastando-se da Secretaria em 1878 para assumir a diretoria do Colégio Parthenon Mineiro, em Minas Gerais. De volta a Sergipe, fundou, na cidade de Estância, o Colégio Minerva (1880) e após dois anos tornou-se lente da Escola Normal, do Atheneu Sergipense e do Parthenon Sergipense.

O promotor público Prado Sampaio (1865-1932), um dos intelectuais da Escola do Recife, também teve sua passagem nas cadeiras das nossas instituições escolares. Foi assim em 1905 quando, ao sair de Pernambuco e regressar a Sergipe, foi nomeado professor catedrático do Atheneu Sergipense, além de promotor público da comarca de Maruim. Ele figura entre os autores de hinos escolares.

O poeta José Barreto dos Santos (1881-1915), jornalista e músico, dentre outros cargos exercidos na administração pública, foi auxiliar do diretor dos Grupos Escolares (em 1912), para os quais compôs hinos. Já o professor Artur Fortes (1881-1944) exerceu o magistério no Atheneu Sergipense (professor vitalício), no Colégio Tobias Barreto e no Instituto América, além de ser, entre 1922 e 1924, membro efetivo do Conselho Superior do Ensino (GUARANÁ: 1920, 39). Foi

deputado estadual em duas legislaturas (1911-12 e 1923-25) e colaborador de vários jornais⁷.

Entre os autores dos hinos reunidos por Baltazar Góes, estão ainda Ana Montes, professora do Grupo Escolar Manoel Luiz, inaugurado em 1924 e Etelvina Amália de Siqueira (1862-1935). Esta, formada como normalista em 1884, abriu em Aracaju um curso primário e secundário que chegou a funcionar até 1900, quando foi nomeada professora pública do povoado de Barra dos Coqueiros. A partir de então foi nomeada para outros locais até que, em 1912, passou a ser professora catedrática de português da Escola Normal.

OS HINOS

A maioria dos autores das letras dos hinos escolares pertencia, pois, ao magistério sergipano. Este dado é indicativo do uso de uma linguagem comum que permite verificar como os hinos escolares transmitiam os ideais que permeavam o imaginário republicano acerca da instrução pública no país. De modo geral as letras expressam conceitos sobre o trabalho e o trabalhador, sobre a relação entre o trabalho e o estudo; falam do amor à Pátria, da importância da escola, bem como do livro como ferramenta do saber. A repetição dessas temáticas era sincronizada com o uso de certas palavras-chave, usadas como veículos de difusão da consciência sobre a chegada de um novo tempo de progresso, de trabalho, de amor, estimulando a capacidade de sacrifício pelo país. Assim aparecem principalmente as palavras : heróis, guerreiros, progresso, glória e aurora.

Como mostra CARVALHO (1997, 126), a educação republicana deveria moldar a população para a nova face que se queria impingir ao País. Por este motivo, “saúde, moral e trabalho compunham o trinômio sobre o qual se deveria assentar a educação do povo”. Esta

⁷ Deputado Estadual de 1910-11 e 1923-1925. Colaborou nos jornais: *Jornal de Sergipe*, *O Estado de Sergipe*, *Jornal do Povo* e *Correio de Aracaju*.

concepção se fará presente na cultura da escola, cuja organização administrativa e pedagógica passa a fundamentar-se nos ideais da racionalidade científica e na divisão do trabalho. Hierarquiza-se para melhor administrar, organizar, disciplinar. As práticas escolares organizadas de acordo com esse padrão de cientificidade juntamente com os preceitos higienistas presentes nos discursos pedagógicos veiculados no início do século XX, vão mudar a face da escola. O ensino da escrita, por exemplo, vai refletir as novas preocupações. Adaptado aos signos da modernidade, o tipo vertical⁸ era aquele indicado como o único capaz de preparar o/a aluno/a para o exercício da escrita eficiente necessária ao trabalho no comércio e na indústria (VIDAL: 1998, 126-140).

O culto ao trabalho é tema inspirador de vários hinos. O trabalho era visto como recurso contra a miséria, como aliado nas batalhas da vida, como chave da vitória. O estudo, por outro lado, aparece como garantia de um trabalho compensador no futuro. Os diversos hinos que se referem ao trabalho são exemplos disso:

Não trepidemos, coragem,
Que é lei santa o trabalhar;
P'ra obedecel-a nos cumpre
Estudar, sempre estudar!⁹

Nas batalhas da nossa existência
Do mais forte a Victoria há de ser
Seja pois o trabalho a potencia
Que nos venha ajudar a vencer!¹⁰

⁸ “A caligrafia inclinada, utilizada durante o século XIX, apesar de ‘elegante, graciosa e pessoal’, era criticada porque percebida como a causa para os problemas de miopia e escoliose encontrados nos/as escolares. Permitindo ao aluno a posição normal do tronco, evita-lhe o estilo vertical as deformidades do corpo que é obrigado naturalmente no executar letras inclinadas ou oblíquas.” MORAES, Theodoro de. *Caligrafia vertical*. São Paulo: Typ. Siqueira, Salles, 191? (Coleção brasileira de cadernos, Caderno n.4) – citado em VIDAL, Diana Gonçalves. Da caligrafia à escrita: experiências escolanovistas com caligrafia muscular nos anos 30. In: *Revista da Faculdade de Educação*. Jan./jun. 1998, vol.24, no.1, p.126-140.

⁹ Hino: *Do sol das letras* – Música de Joaquim Honório e letra ia de Severiano Cardoso.

¹⁰ Hino: *Eis a escola!* – Música e letra de José Barreto.

Procuremos aqui no trabalho
Uma vida de paz, de fartura.
E' cruel da miséria o espantinho
Que destrua do prazer a ventura.
[...]
Desta pátria esperança sejamos,
Com affecto o trabalho adoremos
Ao Brasil também nós, sergipanos,
Doce culto de amor consagremos.¹¹

A importância atribuída ao trabalho é central nesse imaginário republicano preocupado com o progresso da Pátria. Para atingi-lo, tudo passava pela ordem e pela disciplina da escola, caminho para a construção de um País moderno e de um povo civilizado.

Os grupos escolares nasceram na década de 1890 em São Paulo, sob esta marca e com o objetivo de constituírem um sistema de ensino modelar. A escola paulista, erigida como signo do progresso que a República instaurava, como sinônimo do moderno¹², foi o modelo exportado para outros Estados da Federação (CARVALHO: 2000, 225-226).

A instalação de um Grupo revestia-se de toda a cerimônia, pois o “templo do saber” era posto como representação de progresso e de desenvolvimento. Os Grupos foram suportes de símbolos políticos e sociais, tais como a bandeira, o quadro de horários e os *hinos* pátrios e escolares.

Sergipe teve na presença do professor Carlos Silveira a figura que implantou o novo tipo de escola, preconizado pela reforma Rodrigues Dória. Este governante estava convicto de que “a pedra angular de todo o progresso é sem dúvida a instrução, sem a qual todos os elementos soam profícuos ou inúteis em mãos incompetentes” (DÓRIA: 1929, 5/6).

¹¹ Hino: *Sôa além o clarim* – Música de Jº Silvino de Araújo e lpoesia de Etelvina de Siqueira.

¹² Com a Reforma Caetano de Campos, inaugura-se a lógica que preside a institucionalização do modelo escolar paulista (CARVALHO: 2000, 225).

Essa relação entre progresso e instrução aliada à questão do trabalho também está posta nas letras dos hinos escolares:

No levante da Pátria querida
Raia o sol do progresso da luz;
Da Instrução adoremos a lida
Que a um futuro risonho conduz

Oh! Filhos do progresso e do estudo!

Ei-a, pois, companheiros marchemos O sol do dia vai esmorecer
Do trabalho na senda brilhante; Em paz nos retiremos p'ra voltarmos
Pela honra, valentes luctemos Quando o dia de amanhã alvorecer¹⁴
Desta pátria colosso gigante¹³

Nos Grupos Escolares, “e por meio deles, os republicanos buscam mostrar a própria República e seu projeto educativo exemplar [...] Projetavam um futuro em que na República o povo, reconciliado com a nação, plasmaria uma pátria ordeira e progressista” (FARIA FILHO: 2000, 147). A população tinha contato com as manifestações da cultura escolar nessa linha através de inúmeras festividades realizadas nos Grupos Escolares nas quais o canto de hinos era um momento marcante. As festas aconteciam por vários motivos ao longo do ano letivo, tais como o início das férias, o dia da árvore, os eventos em benefício de caixas escolares, as homenagens e as datas cívicas.

Esses momentos eram marcados por lições de patriotismo. Nas letras dos hinos escolares sergipanos, o culto aos heróis como exemplos a serem admirados e seguidos é inspiração freqüente. Os heróis pátrios são apresentados como guerreiros que contribuíram para o novo amanhecer do país – o futuro brilhante que o espera – e que por isso alcançaram a glória:

¹³ Hino: *Ao levante da Patria* – Música de Manoel Bahiense e letra de Etelvina de Siqueira.

¹⁴ Hino: *Oh! Filhos d progresso* – Música de Joaquim Honório e poesia de Severiano Cardoso.

Da nossa pátria querida

Imitemos os heroes;

Sejam elles os pharoes

Que nos conduzam na vida.¹⁵

Nós que somos da pátria a esperança,

Os guerreiros dos tempos vindouros,

Vamos ler o passado dos grandes,

Aprender a conquista de louros.¹⁶

O destaque em relação aos heróis a serem seguidos foi bem compreendido pelo Presidente do Estado Maurício Graccho Cardoso, ao afirmar: “reconhecendo o valor educativo das festividades escolares, em que se rememoram datas cívicas, que marcam phases de progresso em nosso paiz, ou factos historicos de importancia, não só para nossa patria como para a humanidade, tenho incentivado essa iniciativa em beneficio das gerações de amanhã, desde cedo esclarecidas no valor dos nossos grandes homens e no conhecimento da nossa nacionalidade”. Esse Presidente valorizou a tal ponto as festas escolares que chegou a tratar delas em Mensagem aos Deputados Estaduais: “têm-se promovido festas escolares simples, ás quaes comparecem os professores e os alumnos, sendo-lhes explicado, em linguagem accesivel aos entendimentos jovens, os motivos e intuitos dessas solemnidades, por professor adrede designado”. Nessas festas, “ouvem-se as prelecções em torno dos vultos superiores ou datas cívicas que então se commemoram e entoam-se hymnos patrióticos; desse modo, infundem-se na alma juvenil o amor pelos nossos maiores e o respeito pelas nossas instituições”. (SERGIPE. *Mensagem...*07/09/1927,7); (SERGIPE. *Mensagem...*07/09/1929) e (SERGIPE. *Mensagem...*07/09/1930).

O cântico de hinos na escola foi instrumento inquestionável de educação cívica. Sua prática, como se viu, se fazia presente não somente em datas comemorativas do calendário oficial, mas também em ocasiões particulares, como os aniversários das instituições escolares e a recepção a visitas ilustres. Nessas ocasiões, o entusiasmo com que se

¹⁵ Hino: *As aves cantam* – Música de Hilário de M. Resende e poesia de Anna Montes.

¹⁶ Hino: *Empunhemos o livro!* – Música de Tobias P. Pinto e poesia de Epiphanyo Doria.

cantavam os hinos casava-se com a disciplina estrita dos corpos perfilados de meninas e meninos respeitosos diante dos símbolos da pátria ou da presença de autoridades, da evocação aos heróis do país e do Estado. Mas foi a repetição cotidiana, cadenciando o ritmo do tempo escolar e motivando os alunos para cada nova atividade, o que marcou corações e mentes, para sempre, com uma emoção indescritível.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

ARRUDA, Yolanda de Quadros. *Elementos de Canto orfeônico*. 27ª. ed, São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1958.

BORGES, Vera Lúcia A.. Projetos pedagógicos praticados na Escola estadual de Uberlândia – 1920-1960. I Congresso Brasileiro de História da Educação. *Anais*, 1. Niterói, s.e., 2001.

CARVALHO, Marta Maria C. de. Reformas da Instrução Pública. In: LOPES, Eliane M. T.; FARIA FILHO, Luciano M. de; VEIGA, Cynthia G.. *500 anos de Educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000, p. 225-251. (Coleção Historial; 6).

_____. *A Escola e a República*. São Paulo: Brasiliense, 1989. (Coleção Tudo é História; 127).

DÓRIA, Rodrigues. *Conferência feita no Instituto e Histórico e Geográfico de Sergipe por solicitação e sob os auspícios do mesmo instituto, em noite de 21 de janeiro de 1929 pelo Im. “Rodrigues Dória”*. 33p. (manuscrito).

ENCICLOPÉDIA BARSA, 19 v.30, p. 19.

FARIA FILHO, Luciano M. de. Instrução Elementar no século XIX. In: LOPES, Eliane M. T.; FARIA FILHO, Luciano M. de; VEIGA, Cynthia G.. *500 anos de Educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000, p. 135-150. (Coleção Historial; 6).

FARIA FILHO, Luciano Mendes; VAGO, Tarcísio Mauro. Entre relógios e tradições: elementos para uma história do processo de escolarização em Minas Gerais In VIDAL, D. G.; HILSDORF, M. L. S.(Orgs.) *Tópicos em História da educação*. São Paulo: Edusp, 2001, p. 117-136.

FREITAS, Itamar. *Retalhos de Severiano Cardoso*. *Jornal A Semana*, 2004.

GÓES, Balthazar. *Hymnario dos Grupos Escolares e Escolas Singulares do Estado de Sergipe*: complemento do Regimento Interno. Sergipe: Imprensa Nacional, 1913.

GUARANÁ, Armindo. *Diccionario Bio-bibliografico do Estado de Sergipe*. Aracaju: 1920.

PINA, Maria Lígia M. A mulher em Sergipe. *A mulher na História*. (s.e.), (s.d.), p. 179-401.

SERGIPE. *Programma para o Ensino Primário especialmente os Grupos Escolares do Estado de Sergipe*. Aracaju: Typ. do O Estado de Sergipe, 1912. 15p.

SERGIPE. *Mensagem* apresentada á Assembléa Legislativa de Sergipe, em 7 de Setembro de 1913, na instalação da 2ª Sessão Ordinaria da 11ª legislatura, pelo Presidente do Estado Exm. Sr. Dr. José de Siqueira Menezes. Aracaju: Typ. do “O Estado de Sergipe”, 1913, p. 14-18.

SERGIPE. *Mensagem* apresentada á Assembléa Legislativa de Sergipe, em 7 de Setembro de 1914, na instalação da 1ª Sessão Ordinaria da 12ª legislatura, pelo Presidente do Estado Exm. Snr. Coronel Pedro Freire de Carvalho. Aracaju: Typ. do “O Estado de Sergipe”, 1914, p. 15-17.

SERGIPE. *Mensagem* apresentada á Assembléa Legislativa, em 7 de Setembro de 1927, ao instalar-se a 2ª Sessão Ordinaria da 16ª legislatura, pelo Sr. Manoel Corrêa Dantas, Presidente do Estado. Aracaju: Imprensa Oficial, 1927, p. 05-19.

SERGIPE. *Mensagem* apresentada á Assembléa Legislativa, em 7 de Setembro de 1929, ao instalar-se a 1ª Sessão Ordinaria da 17ª legislatura, pelo Presidente do Estado, Manoel Corrêa Dantas. Aracaju, Imprensa Oficial, 1929, p. 15-37.

SERGIPE. *Mensagem* apresentada á Assembléa Legislativa, em 7 de Setembro de 1930, ao instalar-se a 2ª Sessão Ordinaria da 17ª legislatura, pelo Presidente do Estado, Manoel Corrêa Dantas. Aracaju, Imprensa Oficial, 1930, p. 25-47, p. 30-59.

SILVA, Clodomir. *Álbum de Sergipe (1820-1920)*. S.i., s.d., s.e., p. 93-97 e 150-165.

SOUZA, Rosa Fátima de. *Templos de Civilização: a implantação da escola primária graduada no estado de São Paulo (1890-1910)*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998. (Prismas).

_____. A militarização da infância: expressões do nacionalismo na cultura brasileira. In: *Cadernos Cedex*. V. 20, n. 52, Campinas, Nov. 2000, p. 104-121.

VIDAL, Diana Gonçalves. Da caligrafia à escrita: experiências escolanovistas com caligrafia muscular nos anos 30. In: *Revista da Faculdade de Educação*. Jan./jun. 1998, vol.24, no.1, p.126-140.

CIVILIZAR, REGENERAR E
HIGIENIZAR: as palavras de
ordem da Pedagogia Moderna
em Sergipe.(1900-1935)

CRISTINA DE ALMEIDA VALENÇA*

Durante as primeiras décadas republicanas, Sergipe foi alvo de novo conjunto de idéias pedagógicas que envolveram os intelectuais da educação e estabeleceu mudanças na maneira de pensar as práticas educacionais. Dentre os que participaram da difusão da Pedagogia Moderna em Sergipe estavam o professor Augusto da Rocha Lima, Rodrigues da Costa Dórea, Gracho Cardoso, Manoel Franco Freire, Carlos da Silveira, Helvécio de Andrade e outros. Apesar de terem o mesmo objetivo, implantar a modernização do sistema educacional de Sergipe, não representaram, certamente, um grupo homogêneo.

O programa educacional da Pedagogia Moderna acionava a necessidade de moralizar os costumes, de civilizar. Para os reformadores, se fazia necessário dar uma formação mais completa de conhecimentos. Iniciou-se, então, a construção de um novo projeto que articulava idéias de uma educação direcionada para a formação de um homem novo, e esta formação deveria ser operacionalizada pela escola.

* Graduada em História pela UFS (tina_valença@yahoo.com.br.)

Influenciado pelas idéias de modernização, Helvécio de Andrade procurava difundir, na educação sergipana, através das suas publicações, a importância da implantação de novas práticas pedagógicas, dentre elas a utilização do método intuitivo, da leitura analítica e das práticas higienistas. Nesta perspectiva, o objetivo desse estudo é analisar como Helvécio de Andrade, através dos seus discursos, difundiu o novo modelo escolar baseado na Pedagogia Moderna.

Ao enveredar pelo modo como se concebeu a modernização pedagógica em Sergipe, seria necessário compreender estas questões: Quais seriam as idealizações difundidas por Helvécio de Andrade em relação à educação? Qual o papel de Helvécio de Andrade como médico, diretor da Instrução Pública e professor da Escola Normal? Qual a importância do método intuitivo para essa tentativa de modernização? Como foi propagada a importância das práticas higienistas nas escolas? O que priorizavam essas novas práticas?

A FORMAÇÃO E ATUAÇÃO DE HELVÉCIO DE ANDRADE

Helvécio de Andrade, filho de José Ferreira de Figueiredo e D. Tereza de Jesus Andrade, nasceu em 6 de Maio de 1864, município de Capela, Sergipe. Iniciou sua formação em Salvador onde cursou os preparatórios nos Colégios Santo Antônio e Pedro II. Matriculou-se na faculdade de Medicina na Bahia, em 1881, doutorando-se em medicina e farmácia. Por concurso, fez parte do quadro efetivo das clínicas médicas dos Conselheiros Ramiro Monteiro e Almeida Couto, quando ainda cursava o 5º ano de medicina. Assim que se formou, residiu na cidade de Própria (SE). Mas, para exercer sua profissão, elegeu Santos (SP) como moradia onde permaneceu até 1900. Em Santos foi médico dos Hospitais da Santa Casa de Misericórdia e da Beneficência Portuguesa, tendo dirigido, no primeiro, a enfermaria de febre amarela que em 1936 recebeu o seu nome como homenagem.

Suas atividades em Santos eram sistemáticas: serviu ao Exército como médico adjunto, foi Inspetor Sanitário e Inspetor Geral do Ensi-

no Público, permanecendo nesta cidade até 1900. Em Santos publicou vários estudos sobre as moléstias mais freqüentes e apontava os problemas referentes à estrutura sanitária. Um exemplo disso foi o ensaio¹ sobre a Peste bubônica que, no final do século XIX, assolava a cidade de Santos. Voltou a Sergipe em 1900 e tornou-se o primeiro médico homeopata sergipano e o único até a sua morte. Nesse ínterim, entrou em contato com as idéias pedagógicas que estavam sendo propostas e empregadas nas diversas reformas educacionais paulistas.

A atenção de Helvécio de Andrade com a saúde pública sergipana foi evidenciada no momento em que, ao colocar em destaque a importância da higiene – ou como afirmava o *saneamento do indivíduo* –, publicou estudos sobre doenças como a sífilis, a tísica, a peste bubônica, a febre amarela e alcoolismo em um trabalho intitulado “Os Treze grandes flagelos”². Neste ensaio, Helvécio de Andrade esclareceu as causas das doenças, como ocorriam os contágios e como fazer para evitá-las. Procurava, através das leituras e da vivência na clínica, multiplicar seus conhecimentos.

Helvécio de Andrade era um médico dedicado e, principalmente, um estudioso. Numa tentativa de identificar as causas das doenças que afetava os sergipanos, Helvécio, ao chegar em Maroim, em 1900, fez um estudo sobre a situação topográfica de Sergipe, tentando construir relações entre o clima e as possíveis epidemias.

Além desse ensaio, publicou vários artigos no “Correio de Aracaju”, no “Diário da Manhã” e em “O Estado de Sergipe”, procurando conscientizar os poderes públicos para a importância da higiene das cidades, da necessidade de hospitalização dos doentes pobres e assistência pública em geral. Publicou vários artigos a respeito da Homeopatia, ressaltando seus benefícios e uma série intitulada “A Classe Médica” onde discute os constantes problemas que a medicina enfrentava. O

¹ Helvécio redigiu em 1899 “Apontamentos para a História da Peste bubônica em Santos”

² ANDRADE, Helvécio Ferreira de. 1906. Os trezes grandes flagelos. Maroim: Imprensa Econômica de José Andrade.

reflexo disso foi a criação de uma cátedra popular de medicina preventiva³.

Ao chegar em Aracaju, foi Delegado Fiscal do Governo Federal junto ao Atheneu Sergipense. Como diretor da Escola Normal, procurou renovar todo o material pedagógico da instituição melhorando a biblioteca da Escola Normal com novos compêndios ligados à pedagogia moderna.

Helvécio de Andrade manteve uma atividade intelectual ativa ao longo dos 76 anos de sua vida. Foi militante ativo do Centro Socialista Sergipano, participou da Academia Sergipana de Letras e do Centro Literário Educativo. Também foi sócio da fundação da Sociedade de Medicina de Sergipe e estimulou o lançamento em 1911 da “Revista Literária”.

Dentre suas produções científicas, destacam-se as publicações sobre assuntos literários, temas técnicos e científicos ligados à medicina, estudos de climatologia e geografia médica e assuntos versando sobre educação. Nesta última, podemos perceber a preocupação com a introdução de novos métodos, novas leituras, novas idéias para serem aplicadas à educação primária, secundária e normal. As produções significativas acerca da educação foram: “Curso de Pedagogia”, 1913; “Plano de Organização do Ensino em Sergipe”, 1935; “O Lar e a Escola”, 1931; “A Escola e a Nacionalidade”, 1931; “Escola Sergipana”, 1931; “Memória a um projetado Congresso de Professores Primários”, (1925-1926); “Instrução Pública”, 1926; “Do método em Educação”, 1931; “Memorandum”, 1931; “Pela Criança” e outros.

³ Dentre suas produções científicas como médico-educador, encontram-se: “Águas Minerais” apresentada com distinção-1886, (tese de doutoramento); “Febre Amarela: notas Clínicas sobre a epidemias de 1892 em Santos”; “Tuberculose: estudos das causas de sua freqüência em Santos, 1894; “Leituras Médicas: que é Homeopatia em Santos, 1899”; “Peste Bubônica: apontamentos para a história da Peste Bubônica, Santos 1899”.

HELVÉCIO DE ANDRADE E A DIFUSÃO DO MÉTODO INTUITIVO

Civilizar, regenerar, educar os sentidos e higienizar são as palavras de ordem do novo movimento educacional chamado Pedagogia Moderna que estava inserido nos ideais republicanos preconizados para a educação. Em Sergipe, durante as primeiras décadas republicanas, essas idéias foram difundidas e estabeleceram mudanças na maneira de pensar as práticas e políticas públicas educacionais. Assim, num primeiro momento, seria necessário identificar as intervenções pedagógicas dos intelectuais envolvidos com a educação, direcionadas para a disseminação de um novo modelo escolar baseado nas diretrizes da Pedagogia Moderna em Aracaju no começo do século XX.

Foi considerado como intelectuais da educação aqueles sujeitos que, envolvidos de alguma forma com o sistema educacional, foram defensores da concretização de idéias de transformação escolar e transmissores da Pedagogia Moderna em Sergipe. Para identificar o modo com o qual os intelectuais da educação concebiam a modernidade pedagógica em Sergipe, seria necessário compreender algumas questões, como: quem foram esses atores? O que idealizavam? Quais eram seus projetos? Como difundiram os ideias de modernização pedagógica? E de que forma produziram mudanças no campo educacional sergipano?

A necessidade de conduzir a educação à Modernidade se fez presente nos discursos e relatórios de alguns governadores sergipanos; José Rodrigues da Costa Dórea, foi um desses expoentes. Suas reformas estavam pautadas na necessidade de dar novos rumos à educação sergipana: ele empreendeu a construção dos primeiros grupos escolares, dentro das possibilidades financeiras do Estado, construiu um novo prédio para funcionar a Escola Normal, importou novas mobílias e reformulou o currículo das normalistas incluindo a Caligrafia, a Ginástica, o ensino de Música, Desenho e Trabalhos Manuais com a finalidade de instalar “modernos padrões de ensino” (SERGIPE. *Mensagem...*: 1911,7)

Com a finalidade de reforçar a implantação desses novas ideias ao ambiente escolar sergipano, a convite de Rodrigues Dórea, o professor paulista Carlos da Silveira, Diretor de Grupo Escolar da Avenida Paulista, veio a Sergipe com o intuito de ministrar os novos métodos pedagógicos aplicados em São Paulo na Escola Normal e na Escola Modelo anexa por sentir a necessidade de melhorar a formação daquelas que seriam as novas orientadoras da educação sergipana⁴. Nesta perspectiva, a mensagem presidencial Rodrigues afirmou que

entendi-me com o governo do Estado de São Paulo, e por intermédio do deputado Federal Pedro Dórea, nosso representante, consegui do Secretário do Interior daquele Estado, Dr. Carlos Guimarães, que o mesmo governo puzesse à minha disposição o Diretor do grupo Escolar da Avenida paulista, Dr. Carlos da Silveira, que aqui se acha desde o dia 15 à frente da Escola Normal e das escolas Annexas (SERGIPE. *Mensagem...*:1911,12)

Gracho Cardoso também foi um desses entusiasmados pela difusão dos princípios da modernização pedagógica. Como nos lembra Thetis Nunes, ele elaborou vários projetos relacionados à educação, criou as escolas maternas e jardins de infância, construiu grupos escolares e um novo prédio para o Atheneu Sergipense, estimulou o ensino comercial, agrícola e industrial, criando o Liceu Profissional Coelho e Campos e a Escola Profissional Feminina. Além disso, imprimiu em suas mensagens, a importância das práticas higiênicas na escola.

Entendendo as necessidades de modernizar a educação sergipana observando os preceitos da Pedagogia Moderna, empreendeu uma reforma, em março de 1924, regulamentando desde as escolas primárias às faculdades. Ciente das limitações da educação sergipana, enviou o Diretor Geral da Instrução Pública Abdias Bezerra a São Paulo

⁴ A lei de nº 592 de 22 de setembro de 1913 aprovou o contrato entre o Estado e Carlos Silveira para dirigir a Escola Normal e Escola Modelo.

com o objetivo de observar como funcionavam as reformas da instrução pública paulista e empreendê-la em Sergipe. Gracho acreditava que “a instrução publica(...) ainda está longe de corresponder aos resultados que taes sacrifícios impõem”. (SERGIPE. *Mensagem...*:1923,6)

A importância dada à inspeção médica nas escolas foi maior nesse período. Como Diretor da Instrução Pública, Helvécio de Andrade havia ressaltado a importância de uma melhor regulamentação e inferências da inspeção médica na educação. Gracho concordou ressaltando que

Já não basta se o prédio escolar está situado em loghar salubre e se que construíram obedeceram, em tudo, aos preceitos do saneamento e da higyene. Tão pouco a missão do médico está limitada a impedir a propagação das moléstias transmissíveis e a premunir as creanças, pela vaccina, contra a possibilidade de vários contágios. Pede-se-lhe muito mais(...) Necessário se faz, portanto, que as autoridades escolares e sanitárias se dêem as mãos com veras para esse desideratum, que marcará, em matéria de instrução publica, etapa magnifica. (SERGIPE. *Mensagem...*:1925,15)

Os incentivos para as mudanças e os discursos produzidos pelos reformadores da educação sergipana estavam arraigados às interpretações que associavam a educação à modernização, urbanização e industrialização, construindo uma identidade vinculada ao âmbito cultural. As práticas educacionais estavam voltadas para formar um novo cidadão correspondente às necessidades determinadas pela complexidade social decorrente da industrialização.

Rocha Lima também foi um desses intelectuais que impulsionou a entrada dos novos ditames pedagógicos em Sergipe. Em uma viagem realizada em 1930 a São Paulo, esse professor procurou estudar os novos métodos e processos pedagógicos aplicados na Instrução Pública paulista e objetivou materializar em Sergipe esse modelo pedagógico através da Reforma de 1931. Esta reforma significou, segundo Neide Sobral um marco da consolidação do movimento escolanovista

em Sergipe. O relatório da viagem de Rocha Lima trouxe informações relevantes para o entendimento do processo de adaptação do sistema modelar paulista ao campo educacional sergipano, revelando as possibilidades, os limites como também as resistências encontradas.

Rocha Lima lembrou da necessidade de o professor estar sempre em contato com a psicologia aplicada à educação, entendendo que o professor deveria conhecer as capacidades, habilitações e atitudes da criança para que, assim, pudesse gerir atividades nas quais as crianças observassem e aprendessem experimentalmente. Mas, além dos conhecimentos da Psicologia e do uso do método ativo e intuitivo, Rocha Lima adverte a necessidade para o preparo técnico do professor, reclama para a Escola Normal renovação no material pedagógico e no programa e acreditava ser necessário prover a Biblioteca da Escola Normal com alguns livros modernos de pedagogia, entre eles “Psychologie de L’Enfant et Pédagogie Experimentale, de Claparede; La Medida Objectiva Del Trabajo Escolar, de Galli; Técnica de Psychologie Experimentale, de Toulouse, Vaschide e Piérom...” (SERGIPE. *Relatório...*: 1931,55)

Helvécio de Andrade, que era Diretor Geral da Instrução Pública na época da viagem pedagógica de Rocha Lima, pediu para que este fizesse uma lista e descrevesse os aparelhos mais importantes utilizados em São Paulo sob os preceitos da modernização pedagógica, de modo que esses instrumentos também fossem adquiridos por Sergipe para montar um laboratório semelhante na Escola Normal. Em resposta Rocha Lima escreveu

... ilustre diretos da Instrução publica, Dr. Helvécio de Andrade, acho que para esse fim podem ser adquiridos os aparelhos seguintes: Antropometria, acumutos, dinamometro, compasso, quiniografo, um duplicador e uma lanterna de projeção completam a aparelhagem necessária para um laboratório pedagógico.(SERGIPE. *Relatório...*: 1931, 50)

O intelectual Helvécio de Andrade contribuiu com essa difusão da Pedagogia Moderna, principalmente através de publicações que ressaltavam as novas diretrizes que a educação vinha firmando. Ao chegar em Aracaju, Helvécio de Andrade ocupou uma posição de destaque na educação imprimindo um discurso delineado por uma compreensão de modernidade educacional gerada a partir da realidade nacional. Durante sua estada em Santos, Helvécio de Andrade entrou em contato com as idéias pedagógicas que estavam sendo propostas e empregadas nas diversas reformas educacionais paulistas.

Em 1911, Helvécio havia sido convidado por Rodrigues Dórea para ser professor de Pedagogia, Pedologia e Noções de Higiene escolar na Escola Normal e em 1913. Foi admitido como Diretor Geral da Instrução Pública, tornando-se diretor da Escola Normal em 1914. Ao assumir a cátedra de Pedagogia, Helvécio desenvolveu um estudo baseado nas novas idéias de modernização pedagógica com o objetivo de suprir a necessidade de um guia mais didático sobre a Pedagogia. Neste estudo chamado “Curso de Pedagogia”, foram sintetizadas as lições de Psicologia pedagógica, Metodologia e Higiene Escolar e, em 1916, assumiu a cadeira de História Natural aplicada à Agricultura e Zootecnia.

As lições de Pedologia ministradas pelo professor Helvécio de Andrade revelavam a preocupação com a afetividade infantil, o que na época acreditava-se ser ainda pouco explorada pela Psicologia da criança. Na realidade, a criança havia sido até então um objeto pouco estudado pela ciência. Helvécio observava que “para os romancistas, os poetas, muitos psicólogos e os espiritualistas, a creança é em ser de innocencia perfeita” (Correio de Aracaju:1912,20). Em contrapartida, autores como Lombroso acreditava que a criança era “um ser de constituição moral; [era] análogo ao louco ou ao criminoso nato”.(Correio de Aracaju:1912,2)

Nesta perspectiva, foi que a Pedologia, ciência que tinha por finalidade estudar o desenvolvimento da criança, procurando empreender pesquisas mais precisas auxiliadas por inquéritos e métodos de observação que apreciava as condições psicológicas e fisiológicas das

crianças. Assim, foi a partir desses novos conhecimentos que Helvécio de Andrade ressaltou que a criança é um ser em processo de crescimento, e essa expansão vital daria as impressões de um ser anormal. Helvécio de Andrade afirmou que “ a creança é um ser normal imperfeito, em via de desenvolvimento, com todas as imperfeições, mas também com todos os ardores dos seres novos.” (Correio de Aracaju: 1912,3)

Inseriu no programa primário o método que chamou de intuitivo-analytico-sythetico. Assim, de acordo com os princípios modernizadores, acreditava estar dessa forma aperfeiçoando a educação. Em um relatório que elaborou em 1915, chamou a atenção para as dificuldades de colocar em prática esses novos métodos de ensino. Ele verificou uma certa resistência dos próprios professores para aplicar esse método baseado nas novas diretrizes pedagógicas e acreditava que isso aconteceu pelo fato de que “uma, por não por não conhecerem todas as disciplinas, outros por cansaço devido a idade e muitos annos de serviço, outros por falta de material escolar” (SERGIPE. *Mensagem...*: 1915,7).

O ensino intuitivo, enfatizado como um dos pontos levantados pela nova proposta educacional, valorizava a aquisição dos conhecimentos através dos sentidos. Acreditava-se que era por meio deles que a criança desenvolvia gradualmente suas faculdades, cabendo à escola a responsabilidade por introduzir situações de aprendizagem na relação aluno-objeto de modo que construísse o conhecimento através da experiência em lugar da simples transmissão do conhecimento acarretando na memorização.

O que acontecia, segundo Helvécio, era que, normalmente, os educadores não compreendiam bem o método intuitivo e para solicitar a atenção das crianças, recorria aos métodos antigos como o castigo e a emulação. O educador achava que o motivo que gerou essa inospitalidade do método encontrava-se na falta de material escolar adequado e de mobílias. Deste modo, empreendeu o provimento de novos materiais e mobílias assessorado pelo fundo escolar. As modificações nos métodos de ensino seriam primordiais para promover um

maior ânimo nas escolas, torná-la mais atraente aos alunos. Helvécio fez uma descrição de como era o ambiente escolar em 1915 com o objetivo de ressaltar a necessidade de modernização no ensino.

A utilização do método intuitivo pelos professores deveria, conforme Helvécio, seguir uma observação *a priori* da idade dos alunos, pois o conhecimento deveria estar associado aos interesses das crianças e ao seu desenvolvimento intelectual. Esse cuidado deveria não só ser verificado, como também levar em consideração os processos de aplicação desse método como a leitura, a escrita, a recitação, as lições de coisas, as interrogações, os exercícios de inversão e de composição. Só assim se exercitaria a memória e desenvolveria a inteligência das crianças sem tornar o ensino maçante, livresco. Como acredita

O ensino intuitivo é o que fala ao espírito e ao coração da criança por meio dos sentimentos(...) deve limitar-se no seu início ao conhecimento dos objetos que o menino tem constantemente sob as vistas: objetos componentes da sala de aula, da casa, da família, da roupa, os trastes, os alimentos, etc. (ANDRADE:1913,97)

No livro que publicou, *Curso de Pedagogia*, com o fim de fornecer um curso mais didático às normalistas, Helvécio de Andrade definiu o que entendia por metodologia e a importância desta para o ensino. Suas intenções não residiam no fato de criar novas definições, mas sintetizar conceitos já produzidos. Nas suas concepções ao se particularizar os métodos, estabeleceu uma divisão definida pelos métodos de investigação, intuitivo, moral e recreativo e todos esses métodos estavam em conformidade com as iniciativas de modernização do ensino.

Ao fazer a pergunta “que influencia exerce a escola actual no desenvolvimento da criança?”(Correio de Aracaju:1912,3); Helvécio manifestava o interesse expressivo em afirmar a importância das diretrizes da Pedagogia Moderna, baseada nos princípios da ciência, para o desenvolvimento da educação. A partir dos conhecimentos da Psicologia e da Pedagogia, a nova Pedagogia iria propagar o “concurso da

família e da escola para o fim de uma educação completa, dependente do conhecimento da criança, de suas variações físicas, conforme as idades, o sexo e as condições sociais, estudada à luz da Pedagogia Moderna”. (Correio de Aracaju:1912,3).

Os preceitos, segundo Helvécio, dessa modernização pedagógica não seria recente: estava presente nas idéias de Comenius quando este exaltava o método intuitivo nas escolas. Helvécio, nesta perspectiva, chamava atenção para uma verdadeira luta contra o que chamou de ‘pedagogia anêmica’, que era mais formalista, conteudista e que estava preocupada com um tipo de programa que tratava a criança como um homem em miniatura. Assim, revela como a Psicologia e a Pedologia eram primordiais para tratar a educação, tornando-a mais atraente para os alunos.

Embasado nas idéias de Clàparede, o professor Helvécio de Andrade apresentou uma análise distribuindo em faixas etárias distintas o grau de interesse das crianças pela escola. Como escrevia, “subordinar o ensino ao interesse da criança, eis um dos segredos da educação”(ANDRADE:1913,3). Essa assertiva demonstra não só a influência das idéias norte-americanas do filósofo Dewey na educação sergipana como a tentativa de incluir os novos conhecimentos da ciência pedagógica em uma escola que, na grande maioria dos casos, “quando não contraria os interesses da criança pela inobservância dessa ordem de sucessão despreza-os por ignora-las.(...) , a criança aborrece-se, estiola-se fisicamente e mentalmente.” (Correio de Aracaju: 1912,3).

HIGIENISMO E EDUCAÇÃO: A IMPLANTAÇÃO DAS PRÁTICAS HIGIENISTAS

Na passagem do século XIX para o século XX, foram registradas algumas mudanças significativas referentes à Instrução Pública em Sergipe. Não obstante a instabilidade política visível no cenário do surgimento da República, estava o otimismo depositado no novo ideário republicano e na construção da civilidade para o progresso. Mediante

esses fatos, a educação escolar, valorada como instrumento capaz de dar nova dimensão ao país, sofreu a influência dos ideais médico-higienistas trazidos por Helvécio de Andrade que, desde o final do século XIX, estava legitimado como uma das ciências capazes de formar sujeitos para uma nova sociedade.

Enquanto Aracaju passava por um processo de embelezamento, com projetos voltados para a modernização do espaço urbanístico, principalmente a partir do “tabuleiro de Pirro”, as instituições escolares acompanham essas mudanças estruturais através do remodelamento da arquitetura escolar. Concebida pelos princípios das práticas higienistas, o objetivo era civilizar cultivando novos hábitos e, assim, regenerar a sociedade.

A necessidade de conduzir a educação à modernidade se fez presente nos discursos de alguns médicos sergipanos que faziam apologias à civilização, à educação e ao progresso. Neste caminho, as iniciativas voltadas para a higienização em Sergipe remontam, desde o final do século XIX, quando o médico Josino Menezes, então presidente de Estado, criou uma Inspetoria de Higiene que se regulamentizou apenas em 1905, organizando o serviço sanitário sergipano e fiscalizando as escolas públicas.

Em 1911, Sergipe foi alvo de uma epidemia que já havia assolado os Estados da Bahia e Pernambuco: a varíola. Acreditavam que esta doença havia entrado em Sergipe por meio de uma criança vinda de Recife e que tratada sem que as autoridades sanitárias tivessem tomado conhecimento, disseminou a epidemia por todo o Estado. Diante desse episódio, Rodrigues da Costa Dórea, então governador, sensibilizado com a situação afirmava que não tinha condições de manter um serviço de Higiene preventiva que fosse capaz de deixar o Estado fora do alcance das epidemias. Outro fato que corroborava para a proliferação das epidemias era proveniente do imaginário que a população estabelecia em relação às vacinas. Rodrigues Dórea lembrava que “a repugnância e o medo do povo pela vacinação ainda é um forte embaraço à extinção da varíola” (SERGIPE. *Mensagem...*:1911,64)

Era dentro dessas perspectivas sociais que o trabalho de Helvécio de Andrade se fazia imprescindível por tornar conhecidas a natureza das doenças epidêmicas, o modo de propagação, os modos de cura e educando através das práticas higiênicas, a prevenção a estas moléstias. Em alguns pontos dos discursos de Helvécio procurava trabalhar a conscientização da sociedade relativa à importância das vacinas junto aos Delegados de Higiene.

Ao direcionar os objetivos administrativos para a instrução pública, Rodrigues Dórea, ciente da necessidade de modernização, ao comparar a educação sergipana com as reformas que haviam sido feitas no Estado de São Paulo afirmou: “é triste ver o processo de ensino ainda em uso neste estado, representando um atraso semi-secular, comparado a Estado como o de São Paulo, na vanguarda da instrução pública brasileira” (SERGIPE. *Mensagem...*:1911,52). No entanto, sua preocupação com o sistema escolar sergipano não era apenas um reflexo dessa comparação, mas por verificar a necessidade de se implantar medidas higiênicas de modo a melhorar a qualidade do ensino acreditando que nas escolas sergipanas as salas de aula eram “sem ar e sem luz” (SERGIPE. *Mensagem...*:1911,51).

Para tanto, o uso da Higiene não foi efetivo apenas para as preocupações sanitárias e no combate às epidemias, significou o reflexo das ações públicas também na educação. Nesta perspectiva, o cotidiano e o espaço escolar foram tomados como um *locus* de disciplinamento e de criação de bons hábitos higiênicos. Assim, a relação das medidas higienistas com o fazer pedagógico estava direcionando à educação para formar cidadãos civilizados. Em 1916, essa preocupação era evidente em Sergipe: o presidente Valladão chamava a atenção para o fato de que “jamais poderão ser acolhidos os benefícios visados pela recente reforma, se não forem escolas dotadas do material pedagógico necessário e indispensável ao ensino prático.” (SERGIPE. *Mensagem...*: 1916,10).

No governo de Pereira Lobo, em 1919, instituiu reformas já condescendentes com os princípios higienistas que há tanto já haviam sido difundidos. As mudanças estabelecidas por esse presidente diziam res-

peito à reformas estruturais dos prédios escolares, como afirmou “entre os primeiros revela notas o asseio e pintura do prédio, interna e externa, sendo adoptados nos vastos salões de aula e no compartimento da Diretoria Geral da Instrução as cores convenientes, segundo os preceitos da hygiene escolar” (SERGIPE. *Mensagem...*:1919,17).

O presidente do Estado, Gracho Cardoso, colaborou com a difusão dos preceitos higienistas. Imprimiu em suas mensagens a importância das práticas higiênicas na escola. Ele credibilizava os preceitos médico-higiênicos como conhecimentos que poderiam contribuir para o progresso e para civilizar.

Para Gracho Cardoso, deveria ser implantado no ambiente escolar o “mais palpitante aspecto da Hygiene moderna” e era necessário que fosse “creada e systematizada, por maneira adequada e completa”. Pois, segundo os “resultados da inspeção higiênica das escolas levada a efeito em 1922, constituem os mais concludentes de todas as argumentações em prol desta medida” (SERGIPE. *Mensagem...*:1923, 20). Quanto a esses aspectos, Helvécio de Andrade afirmava que “O material do ensino representa papel importante na hygiene escolar. O mal material, tanto quanto a má mobília, concorre muito para augmentar o número de myopes.” (ANDRADE:1913,113)

O conhecimento médico do início de século XX, baseado cada vez mais no cientificismo, era tendencialmente mais receptivo entre os intelectuais da educação, conferindo aos higienistas janelas abertas à escola. Assim, ela foi convertida em um lugar civilizador através da qual se podia difundir as práticas e programas higiênicos. Ferreira discutiu o saber higienista na escola como uma justificativa do médico para criar mais um campo de atuação e acrescenta que “o médico para além de dar conta das condições físicas da escola e das doenças das crianças que a freqüentavam, deveria prestar igual atenção aos alunos...” (FERREIRA:2003,16). Isso porque o conhecimento da Higiene permitia a intervenção médica na infância. Nesse momento, hygiene e educação eram para Helvécio de Andrade entendidos como sinônimos de progresso, regeneração.

O HIGIENISMO DENTRO DA ESCOLA: AS PRÁTICA HIGIENISTAS

A partir do momento que foi creditado à Higiene o poder de revigorar e prevenir doenças que impediam o desenvolvimento cognitivo das crianças, ela passou a compor a rotina do ambiente escolar. Reconhecida essa importância no ambiente escolar, criou-se uma disciplina intitulada Noções de Higiene voltada especificamente para ensinar as práticas higiênicas.

As práticas convergiam sempre para as horas de recreação e repouso, vigilância nos asseios como também aplicação de novas noções de escrita e hábitos de leitura, postulando, assim, a higienização do corpo e da mente. Havia um reconhecimento da importância da higiene nas escolas, pois era, muitas vezes, articulada ao melhor método preventivo contra as epidemias. Consoante Heloísa Rocha, “o fator essencial na formação moral e intelectual do povo, a escola primária é vista como a instituição a cuja força e poder deveriam recorrer os higienistas” (ROCHA:2003,42).

O amplo projeto de higienização social de Helvécio se revestiu de um caráter regenerador vendo, na educação, um dos principais pontos de disseminação através das práticas disciplinares. Carvalho nos lembrou que a associação entre a educação e a higiene era uma das estratégias de regeneração nacional, ou melhor, que a introdução nos sujeitos sociais de novos hábitos seria eficaz por meio da educação. Desse modo, os ensinamentos que eram dirigidos às famílias e às escolas tinham uma finalidade de vulgarizar os conhecimentos da higiene como prescrições a serem obedecidas. Segundo Cunha, fazia-se urgente inserir a instituição familiar nos padrões de normalidade.

Helvécio de Andrade, tentando compreender o indivíduo na sua condição social, procurava subsídio no conhecimento da Biologia, Psicologia e Sociologia, formalizando o conhecimento legitimado pela ciência. Para Helvécio, a definição de higiene estava ligada à conservação e defesa da saúde empregando, para isso, os meios aconselhados pela ciência para combater e evitar as doenças. As medidas definidas

por esse médico dizem respeito à alimentação, ao vestuário, ao modo de vida da sociedade, ao clima, à habitação e às medidas sanitárias.

Assim os higienistas passaram a ser chamados como cientistas do social, principalmente após o reconhecimento que o discurso médico ganhou no âmbito da modernidade ao difundir novos hábitos à sociedade. Monarcha afirmou que “assim como a locomotiva devassa os sertões oferecendo a imagem do progresso, o pensamento médico-sanitarista devassa o corpo humano, oferecendo a metáfora do organismo social.” (MONARCHA:1999,71). Corroborando, Ferreira citou que “para além da instrução sobre o corpo, a medicina perspectivava alcançar o indivíduo como um ser social” (FERREIRA:2003,15). A Higiene estava definida como um ramo da Medicina social e era concebida como a arte que se preocupava na conservação da saúde a partir da dimensão preventiva.

Os discursos médico-higienistas ganharam conotações diferentes à medida que se ocuparam em difundir e disciplinar a sociedade contra os males e epidemias que assolavam as cidades. A partir de então, o objetivo dos médicos era formar sujeitos higiênicos e moldar comportamentos. “Por intermédio da matriz médico-higienista a humanidade poderia ser reinventada” como escreveu Gondra, as concepções do pensamento médico formalizava a idéia de civilização da qual era difundida pela República em detrimento da insalubridade e da falta de projetos urbanos. (GONGRA: 2003,35).

Em relação à infância, a atenção era voltada para a necessidade de educar as mães para a importância do aleitamento, julgando que seria a alimentação mais eficaz contra as doenças, como afirmou “a parte educativa da primeira infância sobre a qual deve convergir a atenção do educador é o aleitamento, a nutrição do ser. (...) aleitamento materno garante a integridade das funções digestivas e evita a causa de quase todas as moléstias mortais das crianças” (ANDRADE:1913,113).

Não só a primeira infância, como assim a chamou, foi objeto de preocupação de Helvécio; a educação moral das crianças mais crescidas acompanhava a lista de cuidados que esse médico introduzia na

sociedade sergipana da década de 1910. Ele afirmava que, na educação, tanto o pedagogo quanto o higienista deveriam atuar sempre juntos cuidando do desenvolvimento físico, da higiene e da educação moral, como escreveu “um pouco de hygiene, o habito da obediência e a formação da alma moral, eis ahi em largos traços, o que devemos reclamar dos paes para a primeira e segunda infância. Ao mestre incumbi descobrir as falhas dos Paes e suppril-as conforme suas forças e tempo” (ANDRADE:1913,112).

Nos estudos que empreendia sobre a higiene na escola, Helvécio tecia críticas aos métodos de ensino, afirmando serem enfadonhos. Dessa maneira, “acabava por formar pedantes enfezados” (ANDRADE: 1915, 20). Mas os conhecimentos de medicina abordados por esse intelectual não tinham a pretensão de se posicionarem contrários à escola fazendo essas críticas; serviria apenas para justificar a intervenção médica na escolarização. A solução era vista na associação dos problemas higiênicos aos educacionais. Os preceitos higiênicos consolidavam-se no âmbito pedagógico, integrando-se a cultura escolar. O programa escolar passou a ser balizado pelos procedimentos de apurar sensibilidades, implantar novos hábitos e civilizar.

As tarefas educativas incentivadas por Helvécio de Andrade, em um estudo que publicou em 1913, chamado “Curso de Pedagogia”, que tinha como objetivo suprir a necessidade de um guia mais didático sobre a Pedagogia, perpassa pela noção dos sentidos à inteligibilidade. Neste ensaio foram sintetizadas as lições de Psicologia pedagógica, Pedologia, Metodologia e Higiene Escolar.

O “Curso de Pedagogia” era como um dos suportes para se ministrar a Higiene na Escola Normal, visto que, a partir do quarto capítulo dessa obra, dava organicidade à Cadeira de Noções de Higiene, na medida em que era um compêndio utilizado pelo professor dessa disciplina, implementando, assim, a educação higiênica com um guia resumido e legitimado por ter sido escrito por um médico. A utilização desse livro funcionou, na realidade, como um mecanismo importante para difundir o saber médico, para moldar hábitos.

Esse estudo enunciava, para a educação, ditames que estabeleciam as práticas que os professores e inspetores deveriam desenvolver junto aos alunos, regras para a organização interna da escola, para a localização e construção dos edifícios escolares, para alimentação, recreação, asseamentos e preocupava-se com a educação dos sentidos, ou seja, com o desenvolvimento da cognição, das faculdades físicas, afetivas e morais dos alunos.

Helvécio acreditava que, para as crianças assimilarem os hábitos higiênicos, a escola deveria ser um reflexo da higiene, pois tanto a disposição do espaço escolar quanto as práticas eram sugestivas, educadoras. E acrescenta que “A hygiene escolar não pode passar sem occupar-se da hygiene infantil propriamente dita. [e que] na educação o pedagogo e o hygienista hão de marchar juntos” . (ANDRADE: 1913,111) Nesse entendimento, o professor também se figurava como em exemplo a ser imitado; no entanto, a este cabia a inspeção sobre os alunos e sobraria a família como medidas cautelares das prescrições médicas.

O médico Helvécio de Andrade reclamou para Sergipe o que já existia em São Paulo e em outros países como a Inglaterra, EUA, Bélgica, França, Suíça e Alemanha. A instituição das leis estabeleceram que “nenhuma escola seja construída sem o parecer do médico sobre o terreno e o plano da obra” e acrescenta “ é dever patriótico das nações por em prática todos os meios capazes de preservar a criança das causas de enfraquecimento physico e mental” (ANDRADE: 1913, 111-112).

Gondra lembra que havia desde o Império um conjunto de observações em relação à localidade dos estabelecimentos escolares que deveriam ser levados em consideração. Essas observações estavam embasadas a partir do entendimento das teorias do determinismo geográfico e climatológico, sendo estas tomadas como fundo para explicações dos fenômenos sociais. Algumas localidades eram reprovadas pelos médicos sanitaristas, pois “a influência geográfica e climática era tida como perniciososa e desaconselhável às organizações que iriam cuidar dos frutos e do futuro da nação” (GONDRA:2000,132). Levando-

se em consideração essas observações, estar-se-ia criando condições necessárias para a instalação dos estabelecimentos escolares conforme o saber médico.

Nesta perspectiva, as necessidades sanitárias dos edifícios escolares deveriam obedecer a certas prioridades, como ter janelas altas e largas para a ventilação das salas de aula, o teto ser de cor branca e as paredes cor cinzenta ou esverdeadas; as escolas devem ter corredores amplos e também arejados; ter lavabos para ensinar as crianças hábitos de asseio lavando sempre as mãos e o rosto para evitar o contágio de doenças, instalação de aparelhos sanitários fora da escola ligados apenas por um corredor. Estes deveriam ser lavados todos os dias com água canalizada e ter escarradeiras e acreditava que

É de primeira necessidade que as escolas sejam largamente ventiladas, para o que devem ser cercadas de janellas ambos os lados. Além das janellas devem as salas de aula ser munidas de ventiladores para garantir a ventilação nos dias invernosos. Como auxiliares dos ventiladores, porta e janela também devem possuir bandeiras moveiças, em vez de venezianas, que tem o inconveniente de escurecer a sala. A iluminação das salas de classe representa papel importantem na hygiene escolar. (ANDRADE:1913,114)

Os novos projetos arquitetônicos para as escolas primárias também estavam balizados pelos preceitos da Higiene. A formalidade dos edifícios, a disposição das salas de aula, a preocupação com as mobilias, com a ventilação e a luminosidade pressupunham a estrutura física da escola como um espaço educativo e sadio. A escola “buscará o ar e a luz, longe das cidades e das fábricas, como mandava a higiene e a pedagogia” (VINÃO FRAGO: 1998, 46), como afirma Escolano. A construção dos edifícios escolares na República obedecia às ordens higiênicas e pedagógicas.

Os projetos higiênicos também estavam prescritos na forma estrutural do prédio. A preocupação consistia na boa iluminação, na disposição ordenada dos mobiliários, no modo de sentar-se, de

escrever e de ler, ou seja, criar boas condições de postura, iluminação, aeração para um escrever e ler higiênico. Dentro desse entendimento Helvécio propagava que “muitos defeitos físicos tem origem no hábito das posições visiosas na família e na escola (...)cumpre o educador corrigir as atitudes viciosas dos alunos.” (ANDRADE: 1913, 117).

A mobília escolar também era um dos tópicos abordados pelos higienistas e não menos importante que a iluminação e ventilação: ela foi abordada por Helvécio como uma forma de conscientização da necessidade de adequar as carteiras escolares proporcionalmente à medida da altura dos alunos.

Como afirmava, “na escolha deve-se ter em conta a altura da mesa e do banco, a altura e disposição do encosto, a dimensão do assento, a largura e inclinação da mesa”.(ANDRADE:1915,11) Com isso, Helvécio chama a atenção para a constante vigilância do espaço escolar, assegurando, assim, o que Gondra vai chamar de “organização higienizada e higienizadora”.(GONDRA:2002,140).

A arquitetura escolar, cumpriu não apenas a sua função pedagógica como também social ao estabelecer a escola como um símbolo que gerou uma identidade coletiva na qual os higienistas, tido como os regeneradores, difundiram o conhecimento médico a favor da modernização. Como reflete Gondra,

a higiene preocupava-se tanto em definir o espaço exterior como o espaço interior dos colégios, para que, com essa dupla combinação, pudessem ser construídos edifícios capazes de abrigar uma grande população de escolares, impondo-lhes o modelo de bom ambiente, considerando então como o ambiente civilizado, porque higienizado. (GONDRA:2002,145)

No entanto, não só as condições estruturais da escola era visado pelos educadores e higienistas; outro aspecto relevante para a higiene escolar era referente às doenças que se adquiriam e se propagavam nas escolas. Algumas doenças eram contraídas durante as aulas como

o caso dos desvios na coluna vertebral que ocorria pela posição que os alunos permaneciam sentados nas carteiras causando-lhes dores.

Entretanto, a doença mais freqüente era a miopia, causada, muitas vezes, pela pouca iluminação ou pelo excesso, pela má qualidade do material escolar e mesmo pelo abuso do professor em relação à quantidade de exercícios. Outras doenças, além das já citadas, também podem ser por causa do ambiente escolar, como as relativas ao “regimem alimentar, escassez de ar puro, os maus métodos de ensino podem determinar nos predispostos moléstias do estômago, do intestino, a tuberculose e perturbações nervosas” (ANDRADE:1913,119).

Em relação às doenças mais comuns que eram propagadas na escola provinham das epidemias, como a varíola, catapora, rubéola, escarlatina, coqueluche e *cólera morbus*. Uma das medidas preventivas normalmente era o afastamento da criança das aulas assim que a moléstia fosse identificada. Para que fosse evitado o contágio, as escolas passaram a exigir como requisito básico para a matrícula o comprovante de vacinação.

Outra medida exigida pela higiene escolar era o exame metódico dos alunos, ou seja, a inspeção por parte dos bedéis e professores no momento em que as crianças entravam na escola. As alterações comportamentais das crianças também eram indicativo de doenças. Neste ponto Helvécio de Andrade reclamava para os professores a função de inspetor da higiene escolar nas salas de aula. Apesar de reconhecer a necessidade da inspeção médica nas escolas, Helvécio sentia que esta precisava ser melhor regulamentada em Sergipe. Essa inspeção deveria

fiscalizar as mobílias e os locais dos internatos e dos externatos, a hygiene interna nos estabelecimentos e o estado sanitário dos alunos. (...) todo serviço de prophylaxia escolar está a cargo do médico inspetor, que é obrigado a visitas mensais de todas as escolas públicas e particulares e attender a qualquer chamado do diretor do estabelecimento em caso de moléstia transmissível. (ANDRADE: 1913, 118)

Rosa Fátima de Souza acredita que as mudanças prescritas na utilização dos novos espaços ocorreu de acordo com as finalidades do ensino estabelecidas com essa nova modalidade de escola primária. Como afirma “ a composição material dessa escola moderna e renovada pressupôs, também, o uso de novos materiais escolares, outro tipo de mobília e abundante material didático” (SOUZA:1998,16).

Em 1913, Helvécio de Andrade foi admitido na Escola Normal como Diretor Geral da Instrução Pública, diretor da Escola Normal e diretor da Escola Modelo a ela anexa. Assim, o médico atuante fazia parte do campo educacional sergipano e, para cumprir com suas obrigações, procurou renovar todo o material pedagógico da Escola Normal e melhorar a biblioteca da instituição com novos compêndios ligados à Pedagogia Moderna.

Como professor da cátedra de Pedagogia da Escola Normal, Helvécio de Andrade, através das aulas e discursos, procurava convencer as normalistas da importância da escolha de um bom método de ensino. Para ele, o método que melhor objetivava as lições que estaria em conformidade com a necessidade de adequação à sociedade fabril era o método intuitivo-analítico (ANDRADE: 1927, 7). Nessa perspectiva, afirmava que “quanto ao método de ensino, lembremos sempre que há um método geral, o de aprender objetivamente – vendo, tocando, fazendo...”(ANDRADE: 1931, 13) e acrescenta “o livro não é tudo no ensino. O método e os processos que o complementam são os primeiros e os mais eficazes elementos do êxito” (ANDRADE: 1917, 2).

Portanto, ao evidenciar para esta análise as ações dos envolvidos com a educação e com a implantação dos ditames de modernização escolar e dos princípios higiênicos em Sergipe, foi possível verificar que a passagem do médico-educador Helvécio de Andrade possibilitou uma leitura da influência do movimento da Pedagogia Moderna em Sergipe. Como difusor dessa modernização pedagógica, o intelectual Helvécio de Andrade mediou a construção de uma cultura escolar sergipana baseada em um novo fazer pedagógico com a introdução de novos métodos de ensino, novas práticas pedagógicas e higienistas. Assim,

dentro da própria escola, os projetos pedagógicos de Helvécio redefiniram as práticas escolares e corporais, os métodos, o uso do espaço e do tempo escolar baseados na apropriação dos preceitos higiênicos, consolidando a adaptação dos alunos aos costumes ditos modernos.

FONTES

OFICIAIS:

SERGIPE. Mensagem apresentada á Assembléia Legislativa do Estado de Sergipe em 7 de Setembro de 1911 na instalação da sessão ordinária da décima Legislatura pelo Presidente do Estado Rodrigues Dória. Aracaju. Typ. do Estado de Sergipe. 1911.

SERGIPE. Relatório apresentado ao Exmo Snr. General Presidente do Estado em 30 de Julho de 1915 pelo Dr. Helvécio de Andrade Director Geral da Instrução Pública. Aracaju. Typ do O Estado de Sergipe. 1915.

SERGIPE. Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa do Estado de Sergipe em 7 de Setembro de 1916 pelo Presidente de Estado Valladão. Aracaju. Typ do Estado de Sergipe. 1916.

SERGIPE. Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa em 7 de Setembro de 1919 ao instalar-se a !ª sessão ordinária da 14ª Legislatura pelo Coronel José Joaquim Pereira Lobo. 1919.

SERGIPE. Mensagem apresentada á Assembléia Legislativa do Estado de Sergipe em 7 de Setembro de 1923 pelo Presidente do Estado Gracho Cardoso. Aracaju. Typ. do Estado de Sergipe. 1923.

SERGIPE. Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa do Estado de Sergipe em 7 de Setembro de 1925 pelo Presidente do Estado Gracho Cardoso. Aracaju. Typ. do Estado de Sergipe 1925.

SERGIPE. Relatório apresentado ao Exmo sr. Interventor Federal no Estado de Sergipe pelo professor José Augusto da Rocha Lima. 1931.

JORNAIS

Assuntos pedagógicos I: Que influencia exerce a escola actual no desenvolvimento da creança?. In: *Correio de Aracaju*. 10 de Abril de 1912. ano IV, N 682. p2.

Assuntos pedagógicos II: Que influencia exerce a escola actual no desenvolvimento da creança?. In: *Correio de Aracaju*. 12 de Abril de 1912. ano IV, N 683. p3.

Assuntos pedagógicos III: Que influencia exerce a escola actual no desenvolvimento da creança?. In: *Correio de Aracaju*. 14 de Abril de 1912. ano IV, N 684. p3.

Assuntos pedagógicos: uma lição de Pedologia. In: *Correio de Aracaju*. 19 de Abril de 1912. ano IV, N 689. p2-3.

LIVROS PUBLICADOS POR HELVÉCIO

ANDRADE, Helvécio de. 1913. *Curso de Pedagogia: Lições práticas elementares de Psicologia, Pedologia, Metodologia e Higiene escolar*, professadas na Escola Normal de Aracaju. Aracaju: Typ Popular.

_____. 1927. *Do Método em educação*: conferencia realizada na Hora Literária. Aracaju.

_____. Ensino Público. In: *Diário da Manhã*. Nº 1788. Ano VII. Aracaju. 2 de Junho de 1917.

_____. 1931. *Memorandum apresentado à Diretoria Geral de Estatística e divulgação do ministério da educação*. Aracaju.

_____. 1906. *Os trezes grandes flagelos*. Maroim: Imprensa Econômica de José Andrade.

BIBLIOGRAFIA

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. 1997. Quando a história da educação é a história da disciplina e da higienização das pessoas. In: *História social da Infância no Brasil*. (Org) FREITAS, Marcos Cezar de. 3ª ed. Editora Cortez. Universidade de São Francisco. São Paulo.

CUNHA, Marcos V. 2003. A escola e a família. In: *500 anos de educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autentica. p 452-453.

FERREIRA, Antonio Gomes. 2003. Higiene e controlo médico da infância e da escola. In: *Cadernos Cedes*. Vol.1, nº 1. São Paulo: Cortez: Campinas, CEDES.

GONDRA, José Gonçalves. 2000. *Artes de civilizar: medicina, higiene e educação escolar na corte imperial*. São Paulo, USP. (Tese de doutorado em Educação).

_____. 2003. Homo Hygienicus: educação, Higiene e a reinvenção do homem. In: *Cadernos Cedes*. Vol.1, nº 1. São Paulo: Cortez: Campinas, CEDES.

MONARCHA, Carlos. 1999. *Escola Normal da Praça: o lado noturno das luzes*. Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp.

NUNES, Clarice e CARVALHO, Marta Maria Chagas de. 1993. "Historiografia da educação e fontes". In: *Cadernos ANPED*. Belo Horizonte(5). P. 7-64.

NUNES, Maria Thetis. 1984. *História da Educação em Sergipe*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

ROCHA, Heloísa Helena Pimenta. 2003. Educação escolar e higienização da infância. In: *Cadernos Cedes*. Vol.1, nº 1. São Paulo: Cortez: Campinas, CEDES.

SILVA, Maria Neide Sobral. 2002. “Ecos de uma viagem: Rocha Lima e a Escola Nova em Sergipe.” In: *SBHE*. [CD/ROM]. Natal: Editora Núcleo de Arte e Cultura da UFRN, 2002(Anais/Resumos)

SOUZA, Rosa Fátima de. 1998. *Templos de civilização: a implantação da escola primária graduada no Estado de São Paulo*. São Paulo: Fundação editora da UNESP.

VIÑAO FRAGO, Antonio. 1998. *Currículo, espaço e subjetividade: a arquitetura como programa.*/ Antonio Viñao Frago e Augustin Escolano. Rio de Janeiro: DP&A.

O ESTADO E O URBANO:
os programas de construção de
conjuntos habitacionais em
Aracaju

ANTONIO CARLOS CAMPOS*

Na configuração urbana das grandes e médias cidades brasileiras, o contraste entre os diferentes padrões habitacionais revela uma gama de especificidades geradas pela acumulação desigual do capital e o aprofundamento tardio de políticas habitacionais que foram abandonadas desde os anos setenta nos países de economia avançada. Assim, as estruturas urbanas dessas cidades são marcadas pelas espacialidades específicas relacionadas às classes sociais distintas. Delimitando zonas caracterizadas por ocupações aleatórias, ambientalmente precárias e densas, habitadas predominantemente por população de baixa renda, localizadas separadas ou mesmo justapostas a outras áreas padronizadas e com características infra-estruturais nitidamente opostas, apresentando muitas vezes o mesmo conteúdo de força de trabalho segregada ao lado de outras zonas que possuem melhores condições de habitabilidade, onde vivem as populações de rendas mais altas. As razões desse processo situam-se fora desses lugares e estão presentes historicamente na estruturação do espaço sob a égide da acu-

* Professor do Departamento de Geografia da UFS. Doutorando em Geografia Humana - U. B/ Espanha

mulação ampliada do capital industrial¹ que de forma desigual e combinada, no tempo e no espaço, mantém a desigualdade social e como consequência direta à segregação espacial da moradia.

Herdada dos planos urbanísticos dos países centrais, essa estrutura habitacional promoveu e ainda promove, em muitos casos, a ampliação das cidades brasileiras a partir de uma maior funcionalidade espacial das atividades produtivas, em que a organização do espaço urbano através dos tipos de usos e setorização espacial dos empreendimentos imobiliários rompe com a superposição espacial então predominante entre o local de moradia e o local de trabalho de parcela significativa da população.

A separação dessas duas funções vitais ao processo de reprodução da sociedade transforma imediatamente a vida cotidiana dos cidadãos e imprime de conteúdo significativo as práticas espaciais de reprodução do espaço urbano², que aliado ao crescente movimento urbanista dão curso ao zoneamento das principais atividades urbanas – habitação, trabalho, circulação e lazer – tornando mais evidente o paradigma da “Carta de Atenas” publicado em 1933.

Esses novos parâmetros sócioespaciais “moldaram o espaço construído preexistente e o sítio natural dos arrabaldes, fazendo emergir outras configurações habitacionais no espaço urbano – mais segmentadas e especializadas – e consolidando, nesse processo, um de seus principais determinantes: a difusão fragmentada da apropriação privada do solo” (SOUZA, 2000, p.29). Assim, amplia-se a privatização da habitação com a generalização da casa própria, antes predominantemente de aluguel. Com isso, cria-se efetivamente um novo setor industrial – o imobiliário, que produz moradias não mais pela lógica rentista, mas pela mercantilização capitalista dessa nova mercadoria.

¹ Essa análise constitui um dos primeiros escritos de Friedrich Engels sobre a configuração do espaço habitacional da Alemanha que se estrutura sob a lógica da grande indústria, associando-se posteriormente ao pensamento de Karl Marx (1886).

² LEFEBVRE. Henri. (1968) *A vida cotidiana no mundo moderno*. Lisboa: Ulisseia.

Desta forma, a habitação passa a se constituir numa mercadoria peculiar na economia capitalista, uma vez que sua produção gera transformações na base da estrutura econômica, em que o pagamento do tributo rentista cede lugar ao sistema de produção e viabilização do consumo da moradia através das possibilidades de crédito individual do trabalhador. Este fato confere certa peculiaridade a partir do momento em que são relacionados o custo de produção e o tempo de trabalho necessário para a quitação do imóvel³.

Então, ao mesmo tempo em que se amplia o processo de expansão suburbana comandada pelas forças de mercado através de algumas facilidades, como: “maior acessibilidade ao transporte coletivo, hipotecas mais baratas, maior entrosamento entre os agentes públicos e privados, entre outras” (HALL, 1988, p.58), verifica-se que esta “solução” encontra barreiras na demanda solvável em relação às camadas mais pobres das populações urbanas, constituídas na maioria por imigrantes recentes que continuaram confinados nas densas áreas pericentrais das grandes cidades industriais, submetidas predominantemente ao sistema de aluguéis.

Na primeira metade do séc. XX, os agentes privados brasileiros foram considerados incapazes de solucionar os problemas referentes à demanda por moradia. Assim fica evidente que, para as frações da classe trabalhadora considerada mais pobre, principalmente a partir do pós-Segunda Guerra, o processo de controle da produção habitacional passa para intervenção efetiva do Estado, que assume a produção da chamada “habitação social” através do financiamento total da moradia, bem como do conjunto de bens de consumo coletivos: infra-estrutura, transporte, equipamentos comunitários, etc. Essa foi a forma de enfrentamento dos desequilíbrios encontrados pelo Estado, seja na produção dos serviços públicos encampados amplamente pelas empresas estatais, seja no provimento da infra-estrutura urbana

³ RIBEIRO, L. C. Q. (1997) *Dos cortiços aos condomínios fechados – as formas de produção da moradia na cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p. 80-91.

necessária para manter a produção ampliada do capital e a reprodução da força de trabalho nas cidades.

AS PRINCIPAIS POLÍTICAS DE HABITAÇÃO SOCIAL NO BRASIL

A partir da década de 1930, com a implantação do “Estado Novo”, é inaugurada a fase de abertura de linhas de financiamentos para construção de casa subsidiada nas periferias pelos próprios trabalhadores. Mesmo assim, intensificam-se as favelas e os loteamentos clandestinos que passam a pressionar o poder público a tomar novas atitudes. Portanto, evidencia-se que o problema da habitação não poderia ser resolvido apenas pelas leis de mercado, dando início às primeiras tentativas governamentais de construção de habitações sociais.

As primeiras iniciativas ocorreram a partir dos Institutos de Aposentadoria e Previdência (IAP's) que, embora fora criado com o objetivo de equacionar a questão habitacional através de carteiras prediais destinadas a cada categoria profissional, como o operariado e os funcionários públicos, não conseguiu generalizar seu foco de ações. No entanto, essa atuação foi seguida em 1946, a partir da instituição da Fundação da Casa Popular (FCP), primeiro órgão criado no âmbito federal com atribuição exclusiva de solucionar o problema da habitação. Esta instituição atuou até meados dos anos sessenta, quando produziu um total de 143 conjuntos, com 18.132 unidades habitacionais, enquanto que os Institutos IAP's tinham produzido 123.995 unidades principalmente nas cidades do Rio de Janeiro (capital federal até 1960), São Paulo, Santos, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife e na nova capital, Brasília⁴.

Embora os resultados tenham sido considerados modestos e concentrados, esses programas de alcance nacional limitaram-se a construir onde os recursos e os interesses determinavam. Nesse período o país

⁴ BONDUKI, N. *Origens da habitação social no Brasil*. São Paulo: Estação Liberdade, 1999.

experimentava um novo momento de mudanças estruturais, políticas e econômicas com a ampliação do modelo de desenvolvimento industrial que intensificou os fluxos migratórios inter-regionais e os processos de urbanização acelerados nas demais cidades - capitais, tendo a população urbana passada de 30%, nas décadas de 1930/40, para 45% na década de 1950/60, e para um índice de 56% na década de 1960/70, em relação à população rural (IBGE, Estatísticas Históricas do Brasil, 1987).

As grandes mudanças estruturais, econômicas, políticas e populacionais implicaram numa nova ordem sócioespacial e em novas funções urbanas assumidas pelo Estado, que passou a interagir com os segmentos capitalistas – industrial e imobiliário – no sentido de atender as reivindicações populares, ora como mediador, ora como propulsor do processo de reestruturação espacial que estava acontecendo nas grandes e médias cidades através das várias dinâmicas de ocupação dos espaços.

Em 1964, surge uma nova política habitacional a partir da criação do Banco Nacional de Habitação – BNH (Lei nº. 4.380/64). Esse é um momento que vem à tona as primeiras questões sobre erradicação de favelas, associadas ao atendimento de déficits habitacionais. O BNH, revestido nas funções de órgão central dos Sistemas Financeiros da Habitação e do Saneamento (SFH), utilizava-se dos recursos do Fundo de Garantia Por Tempo de Serviço (FGTS) e da Poupança, mas tendo implícitas, no cerne de sua criação, questões políticas e econômicas geradas pela presença do poderio militar após o golpe de 1964.

Do ponto de vista econômico, o BNH tinha outros objetivos, como promover a construção da casa própria, especialmente para as classes de menor renda; gerar novos empregos na indústria da construção civil e na indústria do aço, além de reativar o mercado de capitais.

⁵ A Lei 4.380 de 21 de agosto de 1964, que cria o BHN, também institui a correção monetária nos contratos imobiliários de interesse social, as letras imobiliárias e o Serviço Federal de Habitação e Urbanismo (SERFHAU) e em 1966 (Lei 5.107) quando é criado o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) é implantado o Sistema Brasileiro de Poupanças e Empréstimos (SBPE), cuja principal âncora era a caderneta de poupança (Vilaça, 1986: 63 e 64).

A partir da criação do Sistema Financeiro da Habitação, o Estado expande o crédito imobiliário⁵, transformando os antigos subsídios em financiamentos, onde os interesses combinados dos diversos agentes modeladores do espaço urbano, como incorporadores, proprietários imobiliários e fundiários, construtores e setor financeiro desempenharam papel fundamental na formação dessa política habitacional (MELO, 1988). A produção, para as classes de maior poder aquisitivo, foi intermediada pelos bancos privados que negociavam diretamente com incorporadoras e, terminada a construção, repassavam os financiamentos de longo prazo para os mutuários finais, como acontece até os dias de hoje.

Já em relação às famílias de rendas mais baixas, o sistema funcionava através de empresas públicas, como as Companhias de Habitação (COHAB's) estaduais, responsáveis desde a construção até a entrega da habitação à família selecionada que apresentava rendimentos mensais de 01 a 05 salários mínimos, e os Institutos de Orientação às Cooperativas Habitacionais (INOCOOP's), que construíam as casas e/ou apartamentos através de empreiteiras para uma faixa da população que percebia em torno de 05 a 10 salários mínimos mensais. Portanto, estavam excluídas as famílias que não dispunham de renda mínima ou comprovação de rendimentos.

Assim, as capitais e principais cidades médias brasileiras, impulsionadas por grandes investimentos públicos a partir do final dos anos sessenta e início dos anos oitenta, registraram intensos processos de construção imobiliária e expansão urbana, que ocorre paralelamente à implantação das superintendências de desenvolvimento regionais e, por conseguinte, dos pólos industriais em áreas cruciais para a expansão do modelo de desenvolvimento industrial que se ampliou no território brasileiro no período da chamada ditadura militar (1964/ 1985).

Durante o período de vigência do BNH/ SFH (1964/ 1986), a produção social de moradias correspondeu a 4,5 milhões de unidades, o que representa em torno de 25% do parque imobiliário brasileiro produzido no período, sendo que desse total, “somente 1,5 milhão de unidades foram destinadas às camadas mais pobres da população, tendo sido produzidas apenas 250 mil unidades em programas alter-

nativos, ou seja, para pessoas com rendas entre 01 e 03 salários mínimos” (AZEVEDO, 1988).

Após a extinção do BNH, quando parte de suas atribuições foram transferidas para a Caixa Econômica Federal⁶, as críticas que foram impostas, principalmente com respeito à qualidade e ao elevado custo dos investimentos e sua representatividade quanto à redução do déficit habitacional em relação ao período anterior, caracterizaram-no como grande fracasso da história política recente do Brasil.

A partir de 1985, as análises das políticas governamentais em relação à questão urbana e habitacional, com a instalação da “Nova República”⁷ são caracterizadas pela desarticulação e pelo vazio institucional, mesmo com a criação de secretarias e órgãos especializados nos planos federais, estaduais e municipais. Porém, as marcas de ambigüidade, uso clientelístico dos recursos e a ineficiência de resultados repercutem negativamente: “por um lado, ampliam-se as condições de autonomia e de iniciativa locais (estados e municípios) na definição de agendas e implementação de políticas. Por outro, os mecanismos de financiamento revelaram um caráter fortemente regressivo e propício a manipulações políticas” (CARDOSO, 1999, p. 5).

A partir de 1990, a política habitacional se manteve sem grandes alterações, apesar de ter sido formulado o Plano de Ação Imediata para a Habitação (PAIH), que logo foi corroborado pelo governo sucessor que também lançou os programas “Habitar Brasil” e “Morar Município” numa tentativa de construir residências nas pequenas e médias cidades como forma de desacelerar a migração para as capitais e resolver o caos instaurado pela proliferação das favelas nas regiões metropolitanas. Os recursos utilizados por esses programas de construção de moradias soci-

⁶ Segundo maior Banco Estatal brasileiro que administra os recursos públicos e privados direcionados às políticas de habitação e saneamento no país, além de ser responsável por assegurar 75% dos financiamentos habitacionais da classe média brasileira.

⁷ Momento em que termina o domínio militar e o país instaura um novo período de redemocratização e abertura política baseada na necessidade de eleições diretas em todos os níveis da organização pública.

ais públicas foram considerados irrelevantes para resolver a problemática crescente da moradia. Estes recursos oriundos do Orçamento Geral da União e do tão criticado Imposto Provisório sobre Movimentação Financeira (IPMF), tornaram-se, ao longo dos anos, mera transferência de atribuições aos municípios que passaram a gerenciar programas locais e intermediar construções de novas unidades habitacionais para atender as demandas solventes de sua população.

Nos dois governos do presidente Fernando Henrique Cardoso, nenhuma ação foi dirigida especialmente à política habitacional; ao contrário, notou-se a ausência de diretrizes nacionais ou de instituições específicas para essa finalidade, o que revela a reedição do regime de “não política”, transferindo, mais uma vez, a questão da habitação social pública para os interesses do mercado. Isso é comprovado pela postergação da promulgação por quase treze anos do Estatuto da Cidade, projeto que arrola instrumentos jurídicos e institucionais fundamentais à regulamentação da política urbana de acordo com o artigo 182 aprovado pela constituição Federal de 1988.

Assim, no Brasil, a descentralização urbana através da habitação, desde a segunda metade do século XX até o modelo ambíguo de ampliação de competências e atribuições municipais conquistados pela constituição de 1988, marca decisivamente a periferização das populações mais pobres; sejam aquelas confinadas em favelas e loteamentos irregulares, sejam aquelas de renda pouco superior que passaram a viver nos conjuntos habitacionais segregados espacial e socialmente.

Neste contexto, a análise da participação do Estado no processo de expansão urbana da cidade de Aracaju e a transformação do papel social e político dos problemas urbanos dos últimos anos aprofundaram as contradições entre a produção do espaço e o consumo coletivo da habitação, que além de se expandir pelos espaços vazios da cidade, avança também sobre os municípios vizinhos.

A CONSTRUÇÃO DE ARACAJU E AS POLÍTICAS HABITACIONAIS SEGREGACIONISTAS

A transferência da capital de São Cristóvão – quarta cidade mais antiga do Brasil – para Aracaju feita pelo então presidente provincial Ignácio Joaquim Barbosa, baseou-se nos interesses econômicos, ligados à comercialização do açúcar a nível internacional e político – estratégico das classes dominantes da época que apoiaram as argumentações para a criação e localização da nova capital. Nessas justificativas “sobressaíram os fatores considerados geográficos, mais especificamente a necessidade de se ter um porto com melhores condições de navegabilidade em relação aos principais portos comerciais sergipanos da época” (MACHADO, 1990, p. 48).

Assim, as primeiras intervenções urbanas em Aracaju culminaram com a ação estatal, sob a responsabilidade do engenheiro Sebastião José Basílio Pirro que, diferenciando das formas das cidades brasileiras de influência portuguesa, desenvolveu um plano urbanístico moderno em formato de tabuleiro de xadrez, com formas rígidas e quarteirões retangulares, onde privilegiava a moradia da oligarquia açucareira do Estado de Sergipe e os primeiros órgãos públicos da nova capital.

Ao fazer um paralelismo entre formação da cidade e a abolição da escravidão no Brasil, o geógrafo Fernando Porto (1945) afirma que “Aracaju se cria como a primeira cidade livre de Sergipe”⁸, porém com os mesmos dogmas de segregação e exclusão típicas da sociedade capitalista. Assim, a população livre que migrava para a cidade somente poderia construir suas casas de palha no alto das dunas e fora da área denominada como ‘Quadrado de Pirro’, respeitando as normas contidas no Código de Postura de 1856, uma espécie de plano diretor da época.

⁸ Síntese das idéias de Fernando Porto ao fazer um paralelismo da criação de Aracaju e a abolição da escravidão no Brasil em: A cidade de Aracaju – 1855 – 1856: ensaio de evolução urbana. Aracaju, edição do autor, 1945 (mimeografado).

Mesmo assim, segundo as afirmações de Everton Machado, “Aracaju somente ganha fisionomia de cidade a partir das primeiras décadas do século XX”, quando começa a firmar-se na vida política, administrativa e econômica do Estado, “quando os primeiros estabelecimentos industriais provocam o início da formação dos bairros fora do quadrado de Pirro” (op. cit. p.49). A cidade passa então a ocupar a planície pantanosa, promovendo uma aceleração de aterros de riachos e mangues com materiais retirados basicamente das dunas desmontadas e dos tabuleiros das redondezas.

Na primeira metade do séc. XX, o crescimento econômico do Estado influenciou diretamente na vida da cidade, quando houve o primeiro grande aumento da população e dos investimentos das classes dominantes na capital. Nessa época, o Estado iniciou a implantação dos equipamentos urbanos importantes, como água encanada e bondes a tração animal (1908), energia elétrica (1913), serviços de esgoto (1914), rede de telefonia (1919) e bondes elétricos (1926), o que permitiu uma maior extensão do perímetro construído e o surgimento dos bairros Santo Antonio, 18 do Forte e Aribé, atualmente denominado Siqueira Campos.

A partir da década de 1930, a cidade se expande em função das ferrovias e rodovias, fato que contribuiu decisivamente para o fortalecimento de Aracaju como capital regional de uma ampla região que ultrapassa as fronteiras estaduais⁹. Mas, somente a partir da década de 1950, Aracaju insere-se no contexto de crescimento das demais cidades brasileiras, apresentando uma população de 78.364 habitantes, dos quais 86,18% já residiam na área urbana da cidade.

⁹ Análise embasada pela idéia de DINIZ, J. A. F., *O subsistema urbano-regional de Aracaju*, SUDENE, Recife, 1987.

¹⁰ TELES, E. S. R., *A primazia de Aracaju*, Cadernos Sergipanos de Geografia, 1978. (Monografia de Especialização Latu Sensu em Geografia Aplicada ao Planejamento, Universidade Federal de Sergipe, 1978).

¹¹ MENEZES, A. V. C. de, *Organização do espaço periférico de Aracaju*, Cadernos Sergipanos de Geografia, 1983. (Monografia de Especialização Latu Sensu em Geografia Aplicada ao Planejamento, Universidade Federal de Sergipe, 1983).

Nesse momento, torna-se clara a tendência de primazia de Aracaju¹⁰sobre as demais cidades de Sergipe, principalmente a partir da aplicação pelo governo local de políticas habitacionais expansionistas que procuravam erradicar as construções de favelas que ocupavam áreas valorizadas, transportando-as para os arrabaldes da cidade como forma de estratificar e segregar a sociedade através da produção do espaço periférico¹¹. As intervenções neste sentido fizeram surgir os primeiros conjuntos habitacionais de Aracaju: conjunto Agamenon Magalhães (1950), na zona oeste da cidade; conjunto Jardim Esperança (1974), próximo ao rio Poxim na zona sul e o conjunto João Paulo II (1981) no bairro Industrial.

Quadro 1

Crescimento da População Total e Urbana de Aracaju – 1950-2000.

| Anos | População | | | |
|------|-----------|-----------|----------|---------------|
| | Total | Varição % | Urbana % | urbana/ total |
| 1950 | 78.364 | | 67.539 | 86,18 |
| 1960 | 115.713 | 47,66 | 112.516 | 97,23 |
| 1970 | 183.670 | 58,72 | 176.296 | 95,98 |
| 1980 | 293.131 | 59,60 | 287.937 | 98,22 |
| 1991 | 402.371 | 37,25 | 402.341 | 99,99 |
| 2000 | 461.534 | 14,70 | 461.534 | 100,00 |

Fonte: IBGE, Censos Demográficos, 1950, 1960, 1970, 1980, 1991 e 2000.

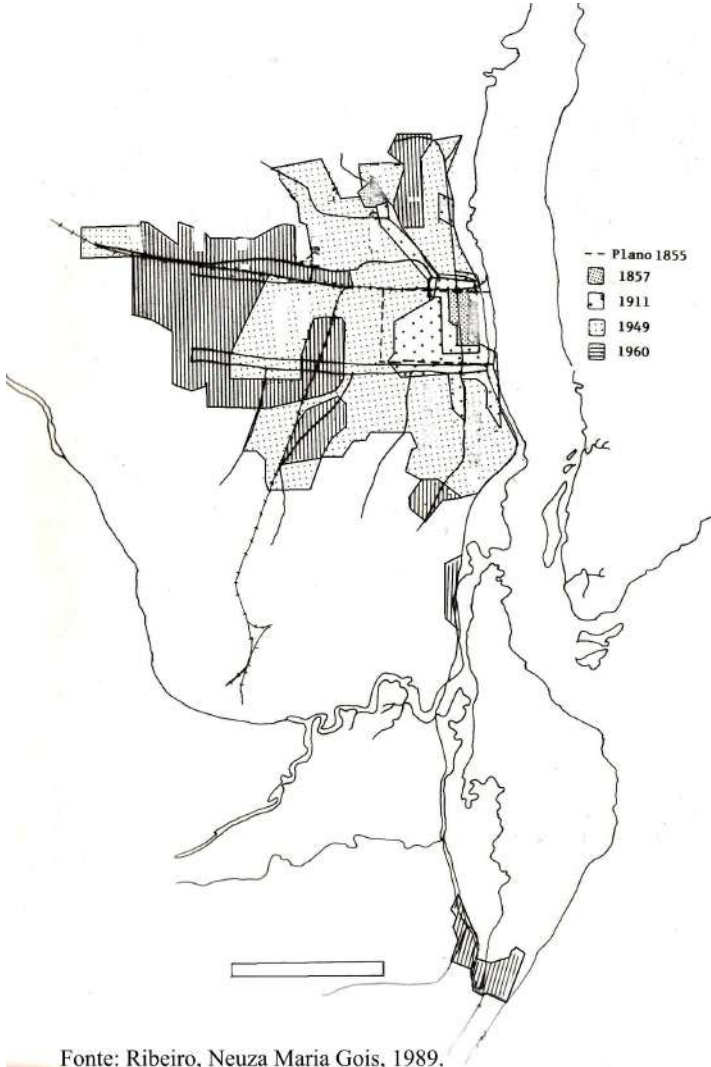
A fase de maior crescimento populacional e de grandes modificações na estrutura urbana de Aracaju ocorre a partir da segunda metade do séc. XX, influenciada pelo início da exploração de petróleo (1964) e outros recursos minerais no Estado de Sergipe, fato que influenciou o aumento dos fluxos migratórios principalmente para Aracaju, impactando diretamente no custo de vida e na valorização dos aluguéis, ampliando a demanda por moradia na cidade (quadro 1).

Os fluxos migratórios para Aracaju e sua periferia imediata imprimiram novos valores culturais, técnicos, estéticos e científicos na vida cotidiana da população, transformando e dinamizando as formas de ocupação do espaço; ampliando o conforto no interior das residências das elites, com a modernização dos meios de comunicação, ao passo que também engendrou na área central e pericentral o flagelo da submoradia distribuída através das chamadas ‘vilas de quartos’, ou seja, os novos cortiços que se apinhavam como verdadeiros formigueiros humanos de difícil solução para o poder público.

A cidade de Aracaju passou a assumir, a partir da década de 70, um rápido crescimento em todas as direções, tanto em expansão física horizontal via formação de novas periferias (figura 1), como através da verticalização, que se transformou em padrão de ‘status’ na cidade e ocupada pela parcela burguesa da população que, inicialmente, vivia nas áreas residenciais unifamiliares do centro.

É nesse contexto de grande crescimento populacional e ascensão econômica que as intervenções deliberadas pelos governos nacional e local começam a ser mais visíveis em Aracaju. Inúmeros empreendimentos são desencadeados, seja pela influência da transferência da Petrobrás (Petróleo Brasileiro S. A) e suas afiliadas em 1964, criação da

Figura 1
Evolução de Aracaju até os anos 60



Fonte: Prefeitura Municipal de Aracaju/ CBL -1988.

Universidade Federal de Sergipe (1968) seja pela criação do DIA (Distrito Industrial de Aracaju) em 1971 e das várias obras públicas e privadas viabilizadas com incentivos da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), do Banco do Nordeste e do Banco Nacional da Habitação.

OS PROGRAMAS DE CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÕES SOCIAIS EM ARACAJU (1968 – 2002)

Os grandes programas de produção de habitações sociais em Aracaju iniciam-se a partir de 1966 com a constituição da Companhia de Habitação de Sergipe (COHAB/SE) e do INOCOOP/ BASE (1967), que tinham como finalidade básica promover a construção de habitações sociais públicas individuais ou coletivas, visando resolver os problemas de moradia na capital e também no interior do Estado de Sergipe. Essas unidades eram destinadas às famílias de baixa e média renda, ou seja, àquelas que percebem uma renda mensal inferior a 05 e 10 salários mínimos, respectivamente, que passam a ter acesso à moradia sendo subvencionadas pelo Estado através dos contratos de pagamentos da casa própria em 20 ou 25 anos, com juros e correção monetária definida pelo sistema financeiro da habitação.

Assim, ao assumir a construção de unidades habitacionais, o Estado cria condições para assegurar a valorização capitalista investindo na produção e distribuição das moradias, garantindo também a manutenção de um certo controle econômico, além de utilizar a produção da habitação como um instrumento voltado para eliminar as crises cíclicas da economia¹².

De acordo com as proposições da geógrafa Vera Lúcia Alves França (1999, p. 105), com essa atividade o Estado obtém meios para atingir

¹² TOPALOV, Christian.(1979) *A Análise do ciclo de Reprodução Capitalista, marxismo e Urbanismo Capitalista*. Org. Reginaldo Forti, São Paulo: Ed. Ciências Humanas.

diversos objetivos, destacando-se aqueles ligados à manutenção de grupos no poder, ou ainda beneficiar grupos hegemônicos que ampliam cada vez mais a sua força.

Então, o Estado configura-se como agente importantíssimo no processo de expansão urbana de Aracaju, estabelecendo em primeiro lugar, a partir da compra de terrenos, a valorização da terra e a orientação da ação do mercado imobiliário no sentido de transformar o valor de troca da nova área de expansão. Posteriormente, através de financiamento de projetos específicos para a realização dos núcleos residenciais destinados a moradias de baixa renda, atua ideologicamente na produção do espaço urbano, oferecendo possibilidades de resolver os problemas emergenciais junto à sociedade, mas visando também, contemplar seus próprios interesses políticos e financeiros.

Em muitos casos de construção dos conjuntos habitacionais na periferia de forma descontínua com a malha urbana, torna-se clara a ação dos especuladores imobiliários na formação de novos espaços comercializáveis entre os conjuntos habitacionais, Aracaju e as cidades vizinhas. A partir da implantação de loteamentos e outras formas de comercialização da terra urbanizada engendram-se transformações no valor de uso dessa terra e, conseqüentemente, no aumento do valor de uso e troca da terra, beneficiando os demais agentes 're-produtores' do espaço urbano, como incorporadores, proprietários fundiários e principalmente construtores.

Portanto, os grupos que chegam num primeiro momento às áreas de expansão urbana não são os moradores (inquilinos – assalariados e carentes por moradias), mas o Estado e o mercado imobiliário. Estes reservam os melhores terrenos, à medida que o Estado instala, via construtoras privadas, a nova infra-estrutura que servirá de suporte rentável para dinamizar a ação especuladora e segregativa que os agentes, revestidos de cumplicidade política, produz em nome da ação estatal. Em outras palavras, a renda da terra sempre foi auferida pelo mercado imobiliário do espaço urbano em detrimento da maioria da população que realmente necessita da terra para morar.

Esta ação de agente reproduzidor do espaço urbano de Aracaju confere ao órgão estatal e, conseqüentemente, aos governos, papel

fundamental na dinamização da indústria da construção civil no Estado e de propulsor dos processos migratórios que se intensificaram nas décadas de 70, 80 e 90.

Uma mostra desse dinamismo reflete-se na “ampliação do número de empresas de construção civil, que passa de 18 empresas locais na década de 70 para 174 no início da década de 90”¹³ muitas delas constituídas por capitais regionais e estrangeiros. O quadro de pessoal empregado na atividade construtora e, principalmente, o consumo de cimento na cidade também evidencia esse período de “explosão construtora” fomentado pela ação estatal, pese as crises cíclicas da economia brasileira.

Dessa forma, o aumento da população urbana de Aracaju também se relaciona com o conjunto de ações promovidas pela COHAB/SE, responsável pela construção dos conjuntos habitacionais para as populações de baixa renda, que inicialmente começa em 1968 com pequenos conjuntos unifamiliares atrelado ao sistema financeiro da habitação e tem sua ampliação do número de construções visando resolver o crescente déficit habitacional a partir de 1979, quando se inicia a fase de construção dos grandes conjuntos habitacionais, fato que marca o período de pré – metropolização de Aracaju (quadro 2).

¹³ Secretaria de Estado e Planejamento e Instituto de Economia e Pesquisas de Sergipe, 1992.

Quadro 2

Aracaju – Produção de Habitações Populares/ COHAB-SE – 1968 -1979

| Número | Conjunto | Ano | Unidades Construídas |
|--------|-----------------------------|------|-------------------------|
| 01 | Castelo Branco I | 1968 | 380 |
| 02 | Castelo Branco II e III | 1969 | 428 |
| 03 | Gentil Tavares da Mota | 1969 | 78 |
| 04 | Lourival Baptista | 1970 | 353 |
| 05 | Médici I | 1971 | 434 |
| 06 | Costa e Silva | 1972 | 324 |
| 07 | José Ramos de Moraes | 1972 | 72 |
| 08 | Sesquicentenário I | 1973 | 58 |
| 09 | Almirante Tamandaré | 1974 | 89 |
| 10 | Duque de Caxias | 1974 | 118 |
| 11 | Jardim Esperança | 1974 | 144 |
| 12 | Jessé Pinto Freire I | 1974 | 82 |
| 13 | José Steremberg | 1974 | 20 |
| 14 | Médici II | 1974 | 477 |
| 15 | Santos Dumont | 1974 | 58 |
| 16 | Sesquicentenário II | 1974 | 10 |
| 17 | Tiradentes | 1974 | 249 |
| 18 | D. Pedro I | 1975 | 481 |
| 19 | Jessé Pinto Freire II e III | 1977 | 132 |
| 20 | Loteamento Lenio | 1977 | 13 |
| 21 | Princesa Izabel | 1977 | 60 |
| 22 | Senador Leite Neto | 1977 | 425 |
| 23 | Assis Chateaubriand I | 1978 | 861 |
| 24 | Assis Chateaubriand II | 1979 | 1.272 |
| | Total | | 6.618 |

Fonte: Assessoria de Desenvolvimento Estratégico, CEHOP/ SE, 2003.

Quadro 3
Aracaju – Produção de Habitações Populares/ COHAB-SE – 1980 -2002

| Nº | Conjunto | Ano | Unidades Construídas | | |
|----|------------------------------|------|----------------------|--------------|---------------|
| | | | Casas | Aptos. | Total |
| 25 | Ipes I | 1980 | 101 | - | 101 |
| 26 | Santa Tereza | 1980 | 554 | - | 554 |
| 27 | Alcebíades Vilas Boas | 1981 | - | 48 | 48 |
| 28 | João Paulo II | 1981 | 125 | - | 125 |
| 29 | Gov. Augusto Franco | 1982 | 3.374 | 1.136 | 4.510 |
| 30 | Gov. José R. Leite | 1982 | - | 224 | 224 |
| 31 | Parque dos Artistas | 1982 | - | 112 | 112 |
| 32 | João Andrade Garcez | 1983 | - | 112 | 112 |
| 33 | Médici III | 1984 | - | 112 | 112 |
| 34 | Bugio III | 1987 | 130 | - | 130 |
| 35 | Jornalista Orlando Dantas | 1987 | 3.160 | 496 | 3.656 |
| 36 | Vale do Cotinguiba | 1987 | - | 240 | 240 |
| 37 | Vale do Japarutuba | 1987 | - | 144 | 144 |
| 38 | Cerâmica II A e B | 1989 | - | 144 | 144 |
| 39 | Mar Azul | 1989 | - | 400 | 400 |
| 40 | Cerâmica III | 1990 | 102 | - | 102 |
| 41 | Santa Lucia | 1993 | 610 | 128 | 738 |
| 42 | Padre Pedro I, II, III e IV. | 1999 | 2.223 | - | 2.223 |
| 43 | Terra Dura I | 2000 | 15 | - | 15 |
| 44 | Terra Dura II (mutirão) | 2001 | 100 | - | 100 |
| 45 | Terra Dura II (mutirão II) | 2002 | 171 | - | 171 |
| | Total | | 10.665 | 3.296 | 13.961 |

Fonte: Assessoria de Desenvolvimento Estratégico, CEHOP/ SE, 2003.

A partir da década de 80, a COHAB/SE começa a atuar também nas operações de estocagem de terras nos municípios de Aracaju, São Cristóvão, Nossa Senhora do Socorro e Barra dos Coqueiros como forma de garantir a ampliação do processo de construção de casas populares, beneficiando agentes imobiliários, proprietários fundiários e incorporadores imobiliários no sentido de manter o controle econômico e espacial da área metropolitana. Nesse momento, os planejamentos de ocupação do solo intra-urbano de Aracaju passam por processos de ampliação e diversificação, quando são inaugurados os maiores núcleos habitacionais compostos por unidades unifamiliares e plurifamiliares (quadro 3).

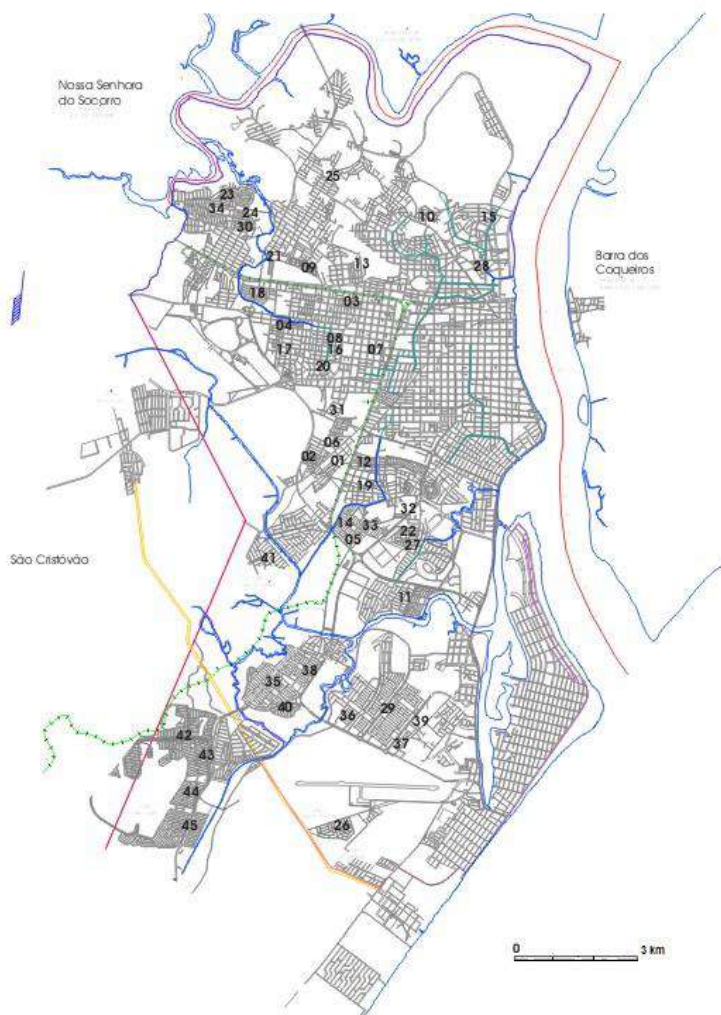
Assim, ao observarmos o ritmo das construções de habitações populares efetuadas sob a responsabilidade da COHAB/SE, podemos entender que o sistema de financiamento direto marca profundamente a configuração urbana de Aracaju, quando até 1986 - ano de extinção do BNH - já tinham sido geradas e distribuídas 60,9% das moradias de cunho social produzidas na capital. Esses números integram um total de 20.579 unidades destinadas à população de baixa renda (figura 2), que somadas às 5.956 unidades produzidas para a classe média pela INOCOOP/BASE em outros 20 conjuntos situados imediatamente próximos às áreas que foram primeiramente beneficiadas pela infra-estrutura urbana governamental, demonstra a gigantesca e emaranhada cartografia habitacional do município de Aracaju nos últimos anos.

De qualquer maneira, estas construções contribuíram para o alargamento da periferia em várias direções, ultrapassando os limites territoriais da capital e alojando-se na área rural dos municípios vizinhos¹⁴, o que, segundo Campos (1998), não é algo particular e associado unicamente ao crescimento metropolitano, mas originado pela im-

¹⁴ Neuz Maria Góis Ribeiro discute até 1985 as transformações do espaço urbano de Aracaju levando-se em consideração o número de licenças, construções e tentando criar uma tipologia do uso do solo Aracajuano.

Figura 2

ARACAJU
LOCALIZAÇÃO DOS CONJUNTOS HABITACIONAIS -
1968/ 2002



Fonte: Prefeitura de Aracaju/Suplan; Gov. Do Estado/ Cehop/ 2003.
Elaboração: Antonio Carlos Campos

plementação de planejamentos equivocados e/ ou estratégias específicas do mercado imobiliário que provocam o surgimento de grandes vazios encravados na malha urbana esperando a crescente valorização frente ao desenvolvimento da cidade.

No caso de Aracaju, levando-se em consideração a exigüidade do município e a edição das leis 2.371/82 e 2.578/85 que cria a região metropolitana de interesse especial do Estado, a marcha dos conjuntos habitacionais expande-se principalmente para os municípios de Nossa Senhora do Socorro, ao norte, com 17.494 unidades; São Cristóvão, a oeste, com 4.317 unidades e Barra dos Coqueiros, a leste, que apresenta 916 unidades habitacionais construídas e entregues a população. Portanto, ao mesmo tempo em que a COHAB/SE e o INOCOOP/BASE inscrevem na espacialidade de Aracaju aproximadamente 25% dos domicílios existentes no município, os impactos das construções de casas populares na área metropolitana transformam social, econômica, política e culturalmente as comunidades pré-existentes tanto no que diz respeito à explosão demográfica nesses municípios, quanto ao surgimento de tipologias urbanas desarticuladas em relação aos estilos de vida da população local, que passam a viver em estruturas urbanas mantendo hábitos rurais.

A prática de construção de grandes estruturas habitacionais na região metropolitana expõe a fragilidade dos municípios perante a imposição do Estado¹⁵ que, dissociado de planejamentos para a geração de empregos e renda, engendrou elementos novos na problemática social, modificando o desenho urbano e confinando a população na periferia em verdadeiros bolsões de pobreza, intensificando o problema das invasões e ocupações irregulares.

¹⁵ No trabalho publicado em 1998, o autor do presente texto já discutia as conseqüências da implantação de conjuntos habitacionais fora dos limites político-administrativos da capital e expunha os flagrantes problemas enfrentados pelos prefeitos locais, quanto à dotação de infra-estrutura básica, emprego, coleta de lixo, escolas, creches, entre outros serviços nesses conjuntos que até então estavam dissociados das sedes municipais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em uma primeira análise, as políticas urbanas destinadas a resolver o problema do déficit de moradias em Sergipe, particularmente em Aracaju, colocam em xeque o papel do Estado no processo de produção do espaço que, além de responsabilizar-se pelo fluxo migratório de Aracaju e sua periferia imediata, atua como agente imobiliário e não como mediador dos conflitos urbanos decorrentes de sua própria ação política.

Entretanto, verifica-se um grande descompasso entre a política habitacional e o ritmo de crescimento da economia urbana e infraestrutura de Aracaju, não somente em termos de abastecimento de água, esgotos, escolas, mas no que diz respeito às atividades produtivas, ou seja, na geração de empregos. Diante desse fato, pode-se afirmar que os programas de construção de habitações promovidos pelo poder público estadual esbarram num grande equívoco e, ao contrário do que se planejou, fomentou e ainda fomenta o aparecimento e/ou ampliação das favelas, que já em 2002 contabilizam 72 dentro dos limites territoriais de Aracaju.

Neste mesmo sentido, avaliamos que a especulação imobiliária e a própria política habitacional contribuíram para ampliação dos contraditórios fluxos e refluxos intra-urbanos, quando obriga famílias inteiras a adotarem como recurso de acesso à moradia, a ocupação irregular do solo urbano, geralmente em áreas de proteção ambiental. Assim, repete-se o processo histórico de ocupação do sítio planejado, com a classe pobre e os menos favorecidos, ocupando, primordialmente, os baixios alagadiços e as áreas de mangue.

De forma geral, o déficit habitacional continua existindo como resultado do modelo econômico concentrador e excludente que, alimentando-se da desigualdade social, da disparidade de renda, dos baixos salários, do desemprego ou subemprego, desloca a população de baixa renda para as áreas periféricas das cidades e impõe a sub-moradia às famílias de baixa renda como recurso último para atender às suas necessidades básicas.

BIBLIOGRAFIA

- AZEVEDO, Sergio de. (1988) *Vinte e dois anos de política de habitação popular (1964/ 1986): criação, trajetória e extinção do BNH*. In.: Revista de Administração Pública. Rio de Janeiro, v. 22, n°. 4.
- BONDUKI, N. (1999) *Origens da habitação social no Brasil*. São Paulo: Estação Liberdade.
- CAMPOS, Antonio Carlos, (1998) *Espaço intra-urbano: autonomia – Dependência – Espaço de Divergências*. São Cristóvão: CEAV/ UFS (Cadernos de Cultura do Estudante).
- CAPEL, Horacio. (1974) *Agentes y estrategias en la producción del espacio urbano español*, *Revista de Geografía*, vol. VII, n° 1-2, Universidad de Barcelona, p. 19-56. (A)
- CARDOSO, A.L. (1999) *Municipalização da política habitacional. Uma avaliação da experiência brasileira recente*. Rio de Janeiro: IPPUR/ UFRJ.
- DINIZ, José A. F. (1987) *O subsistema urbano-regional de Aracaju*, SUDENE, Recife.
- ENGELS, Friedrich. (1986) *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. São Paulo: Editora Global, (original de 1845).
- FRANÇA, Vera Lúcia Alves. (1999) *Aracaju: Estado e Metropolização*. São Cristóvão: Editora UFS.
- HALL, Peter. (1995) *Cidades do Amanhã: uma historia intelectual do planejamento e projeto urbanos no século XX*. São Paulo: Editora Perspectiva, (original 1988)
- LEFEBVRE, Henri. (1968) *A vida cotidiana no mundo moderno*. Lisboa: Ulisseia.
- MACHADO, Ewerton Vieira. (1990) *Aracaju: Paisagens & Fetiches – abordagens acerca do processo de seu crescimento urbano recente*. Aracaju: (Dissertação de Mestrado).
- MELO, Marcus André B. C. (1988) *Classe, burocracia e intermediação de interesses na formação da política de Habitação*. In: ESPAÇO & DEBATES, n°. 24, Ano VIII., São Paulo: NERU.

PORTO, Fernando F. (1991) *A cidade de Aracaju – 1855 – 1865. Ensaio de evolução urbana*, FUNDESC, Aracaju, 2ª edição, 1991. (1ª edição de 1945).

RIBEIRO, L. C. Q. (1997) *Dos cortiços aos condomínios fechados – as formas de produção da moradia na cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

RIBEIRO, Neuza Maria Góis.(1989) *Transformações do Espaço urbano: o Caso de Aracaju*. Recife, Massangana.

SOUZA, Ângela Gordilho de.(2000) *Limites do Habitar: segregação e exclusão na configuração urbana contemporânea de Salvador e perspectivas no final do século XX*. Salvador: Edufba.

TELES, E. S. R., (1978) *A primazia de Aracaju*, Cadernos Sergipanos de Geografia. (Monografia de Especialização Latu Sensu em Geografia Aplicada ao Planejamento, Universidade Federal de Sergipe).

VILLAÇA, Flávio.(1986) *O que todo cidadão precisa saber sobre habitação*. São Paulo: Global.

A MULHER SERGIPANA NA 2ª GUERRA MUNDIAL

MARIA JÉSIA VIEIRA¹
WILMA REZENDE LIMA²
MARIA CLAUDIA TAVARES DE MATTOS³
RITA MARIA VIANA RÊGO⁴

O Departamento de Enfermagem e Nutrição da Universidade Federal de Sergipe – DEN / UFS tem como principal linha de pesquisa a “Reconstituição histórica da Enfermagem em Sergipe”, contando atualmente com o envolvimento de 13 professores pesquisadores e 55 alunos.

Os estudos iniciaram-se em 1993, com 03 projetos de pesquisa tendo sido apresentados seus resultados em 1997, quando da comemoração dos 20 anos do curso de Enfermagem da UFS.

Destes trabalhos resultaram alguns outros projetos, entre os quais o projeto “Histórias de vida na Enfermagem em Sergipe”, concebido durante a pesquisa documental para os três primeiros trabalhos, a partir da constatação de nomes que fizeram esta história, e que constavam

¹ Professora adjunta do Departamento de Enfermagem da UFS. Coordenadora do Grupo de pesquisa: Estudos teóricos, práticos, históricos e culturais em Saúde. (mjvieira@infonet.com.br)

² Professora assistente do Departamento de Enfermagem e Nutrição. Coordenadora do Núcleo de Pós-Graduação em Enfermagem.

³ Professora assistente do Departamento de Enfermagem e Nutrição da Universidade Federal de Sergipe.

⁴ Professora assistente do Departamento de Enfermagem da Universidade Federal de Sergipe.

tanto das atas da Associação Brasileira de Enfermagem – ABEn / Sergipe, quanto de relatórios arquivados na Biblioteca Pública Epifânio Dórea, em Aracaju, livros de História de Sergipe, e jornais arquivados no Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe.

Assim entendeu-se que o resgate destas histórias de vida contribuiria para enriquecer o acervo de documentos sobre a História da Enfermagem em Sergipe, bem como entender, sob a perspectiva dos cidadãos comuns, os fatos que constituem esta mesma história.

Foi, então elaborada uma lista de nomes por ordem cronológica de registro nos documentos, e iniciou-se a busca das fontes documentais e orais que pudessem contribuir para este resgate.

Entre os nomes listados, aparecem os de 03 sergipanas que se filiaram ao corpo de voluntárias do serviço de Enfermagem do Exército Brasileiro para servirem na Segunda Guerra Mundial.

Não foi difícil chegar às fontes documentais, já que havia um trabalho anterior, que as registrava, mas foram necessárias várias tentativas de chegar às fontes orais, tentando-se, através de catálogos telefônicos, contactar com supostos familiares, (por dedução de sobrenome e de local de nascimento). Mas o que resultou de maior contribuição foi a solicitação de informações à 19ª Circunscrição de Serviço Militar e à Associação dos Ex-Combatentes de Sergipe a partir das quais foram localizados familiares de Joana Simões Araújo (que também tem um irmão ex-combatente), e através destes chegou-se às outras duas: Lenalda Campos Duboc e Isabel Novais Feitosa.

Para este resgate foram visitados diversas instituições, pessoas, inclusive, e principalmente, duas das personagens, com entrevistas gravadas e transcritas, fornecimento de cópias de fotografias, tomada de fotografias atuais e filmagem.

Todas as informações foram autorizadas para uso ou publicação, de acordo com o que preceitua a resolução 196/96 do Conselho Nacional de Ética em Pesquisa do Ministério da Saúde.

HISTÓRIAS QUE SE APROXIMAM

Dia 1º de setembro de 1939: “Começou a Guerra”, anunciavam as manchetes dos jornais. Hitler invadira a Polônia. O Brasil chamava seus reservistas, preparava sua defesa, procurava armar-se, tudo isso, em princípio, sem comprometer-se. No entanto, em 28 de janeiro de 1942, o Brasil rompia relações diplomáticas com o Eixo (Alemanha, Itália e Japão). O Brasil entrava na Guerra, e a Alemanha respondia torpedeando navios mercantes brasileiros. Em junho de 1943, abria-se o voluntariado, com o objetivo inicial de formar-se uma força expedicionária de 100.000 homens. A mulher brasileira colaborava nos preparativos para a guerra através do Serviço Feminino da Defesa Passiva Civil Anti-Aérea, das enfermeiras da Cruz Vermelha, das Socorristas, das Samaritanas e das senhoras da Escola Técnica Social.

Quando houve o torpedeamento aos navios brasileiros na costa sergipana, abriu-se aqui o curso de “auxiliar de enfermagem” para a guerra através da Cruz Vermelha, e com isto a possibilidade de participação das mulheres. Cinco sergipanas candidaram-se ao curso, mas no momento da seleção por aptidão física, apenas 03 foram aceitas para incorporação ao corpo feminino do Exército brasileiro. Seguiram para Salvador para um treinamento e a seguir foram convocadas. Já no Exército, fizeram um treinamento específico de enfermagem aérea para transporte de feridos. O treinamento era muito duro, inclusive com aulas de natação em alto mar, o que, segundo as entrevistadas, desafiavam sua coragem. Antes de seguirem para o “front” passaram uma semana em Miami para novo treinamento, retornando para a base de Natal, daí sim diretamente para a Itália.

IDENTIFICANDO OS PERSONAGENS

Isabel Novais Feitosa é natural de Propriá, Sergipe, e desde criança identificou-se com o cuidado aos doentes, e segundo ela sentindo-se “o máximo ao levar uma xícara de chá para uma doente”,

embora sua família rejeitasse a idéia, incentivando-a a ingressar numa congregação religiosa .

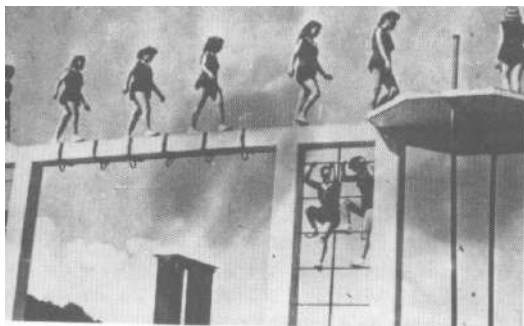
Por sugestão de um primo, foi fazer estágio de 03 meses como voluntária no Hospital Cirurgia, em Aracaju, permanecendo, entretanto, por um ano, e só encerrando-o por exigência de sua mãe. Era ainda voluntária da Legião Brasileira de Assistência – LBA, e quando anunciou-se a Segunda Guerra, enviou uma carta para a Cruz Vermelha Internacional em 26 de dezembro de 1941, colocando-se à disposição para servir como enfermeira nos hospitais de guerra.

Preparou-se com o grupo de voluntárias, com vários cursos e treinamentos, o que possibilitou o desempenho de seus trabalhos de cuidar dos soldados feridos.

Após a guerra continuou lutando pelos direitos da mulher, juntamente com suas colegas, até conseguirem o direito de reincorporação ao Exército brasileiro, promoção dentro da hierarquia militar, voltando a trabalhar nos hospitais da corporação.

Fez cursos de museologia e jornalismo e organizou o Museu da Imagem e do Som da FEB, do qual era diretora quando da realização das entrevistas.

Estas foram concedidas pela mesma, seja em sua residência ou nas dependências do museu, mostrando todo o acervo deste, cedendo cópias de fotografias, enriquecendo, assim as informações prestadas.



(Fig. 1 Isabel com as colegas do curso de Emergência para Enfermeiras de Reserva do Exército, em Salvador).

Joana Simões Araújo (Jane ou Joaquinha) é natural de Riachão do Dantas, em Sergipe, e aos 12 anos, quando faleceu sua mãe, e após recuperar-se de uma febre tifóide, foi enviada para São Paulo, onde estudou no Colégio Mackenzie, através de bolsa de estudos conseguida por um grupo protestante de sua cidade. Durante sua permanência nesta cidade, fez um curso de auxiliar de Enfermagem. Neste mesmo colégio conheceu Lenalda Lima Campos, conterrânea da qual se tornou amiga e com a qual dividiria, também, suas lutas e aventuras no cenário da guerra.

Voltando a Sergipe, por conveniência familiar, alistou-se entre as voluntárias ao corpo de Enfermagem do Exército Brasileiro, participando dos treinamentos, cuidando dos feridos na guerra, e ao final desta continuou lutando por seu espaço e direitos.

Cinquenta anos depois, Joaquinha representava a mulher brasileira nas comemorações do cinquentenário de Guerra na Itália.

Joana morreu de diverticulose tendo direito a honras militares, com salvas de tiro, sendo considerada heroína, pois Joana morreu como tenente, mas com prêmios de guerra.

As informações sobre a mesma Joana foram coletadas por sua família e colegas de luta.



(fig. 2 - foto Jane e Lenalda na Itália)

Lenalda Lima Campos (Lenalda Campos Duboc) é natural de Capela – SE e, em 1940, aos dezoito anos, foi trabalhar no Palácio Serigy, na época o Departamento de Saúde do Estado, no Serviço de profilaxia da lepra.

Em seguida, por influência de um tio, que residia em São Paulo, foi estudar no Colégio Mackenzie, onde conheceu a conterrânea Joana Simões Araújo, sua futura companheira nos serviços de Enfermagem da Guerra.

Os jornais da época e informações de familiares atribuem que a decisão de prestar serviço na guerra germinou quando ocorreu os torpedamentos dos navios sergipanos na foz do Rio Real, informação mais tarde confirmada pela própria Lenalda em entrevista de viva voz. Ela cuidou dos náufragos naquela ocasião. Tinha 22 anos.

Por ocasião da guerra fez treinamento para “Enfermeira do ar”, transportando os feridos da Itália para o Brasil, em viagens que duravam aproximadamente 12 horas, em condições adversas. E ainda, após chegada ao Rio de Janeiro, e de Natal, ou para onde houvesse dos, para em seguida retornar à Itá



(fig. 3 – Lenalda transportando os doentes no avião da Itália para o Brasil)

4. A LUTA COMUM

A identificação prévia com o cuidar, os ideais apregoados pelo Estado Novo sobre a participação das mulheres nos destinos da “mãe pátria”, e ainda o avanço dos movimentos feministas, fez aflorar nestas jovens o desejo de participação no cuidados dos feridos de guerra.

A atuação destas mulheres no Exército foi marcada por muita luta contra preconceitos, tanto por parte da corporação hegemonicamente masculina, quanto por parte das enfermeiras norte-americanas que tinham cargos hierárquicos maiores, sendo necessário que o exército brasileiros as promovesse de patente, para equipará-las àquelas, e assim diminuir os conflitos. Enfrentaram também a sociedade sergipana que difamava as estudantes de Enfermagem voluntárias de Guerra, por achar inadmissível uma mulher trabalhar num ambiente predominantemente masculino.

Partiram de Natal a Dakar na África e de lá a Nápoles na Itália.

Uma delas, Isabel, não revelou à família que havia recebido a convocação de embarque para a guerra, e utilizou-se do endereço de uma amiga, no Rio de Janeiro, para onde enviava suas correspondências que de lá eram postadas para a família que desta forma acreditava que a mesma estivesse fazendo um curso naquela cidade.

Contam as entrevistadas que o serviço de guerra era, conforme se imagina, tenso e cansativo, e a cada 05 dias de trabalho havia 01 folga e meia, na qual as mesmas eram estimuladas a ir passear, e assim descontraírem-se longe dos “Hospitais de Sangue”. *“Eram muitos feridos de todos os tipos: queimados, intestinos abertos e mutilados. Isso gerava um trauma, mesmo que a gente se controlasse, era acima do que um ser humano podia agüentar...”* (FEITOSA, 2001).

Existia uma rotina diária muito perfeita, segundo o modelo norte-americano, conforme relato das mesmas, que, mesmo se estas falassem pouco o inglês, conseguiam comunicar-se sem dificuldades com os outros membros da equipe, realizando com eficiência os cuidados de enfermagem: banho no leito, verificação de pulso e temperatura, curativos, alimentação, registro de sinais vitais e evolução dos pacientes.

Do lado de cá, falavam os jornais, as enfermeiras e a Enfermagem povoavam o imaginário cultural com imagens de heroínas, anjos, mães, dando um lugar especial à mulher na cultura e na sociedade da época.

Malgrado o sofrimento e os horrores da guerra, nossas 03 personagens voltaram ao país de origem para iniciarem uma nova luta. Queriam continuar assistindo os doentes, já que se haviam identificado de forma tão intensa.

A Guerra acabou. Os pracinhas estavam voltando. Nas ruas do Rio de Janeiro, o desfile da vitória. O Brasil festejava a paz. As mulheres guerreiras, entretanto, recebiam apenas um “saudações, muito obrigado e sejam felizes. Vocês foram heroínas” (DUBOC, 2001). Houve uma rejeição muito grande quando da tentativa que as mesmas fizeram de continuarem ligadas ao Exército. Não se admitia, inclusive, uma oficial do Exército pedir licença para ter filhos.

A partir daí se iniciou uma outra luta em defesa dos interesses dos ex-combatentes e seus familiares através de sua participação em sindicatos, presença constante em congressos chegando Joana a ser a primeira mulher a ir a Brasília para defender os direitos dos ex-combatentes. Lutava-se por seu espaço, contra a discriminação e a injustiça.

Aprenderam a lutar durante a guerra e lutaram até que, pela Lei nº 1.147 do dia 25 de junho de 1950, foram convocadas ao posto de 2º Tenente, passando a fazer parte das fileiras de glorioso Exército.

A partir daí foram convocadas a trabalhar nos Hospitais militares até a aposentadoria que se deu por volta de 1975.

Voltaram também a estudar, e Isabel faz os cursos de museologia e jornalismo, criando o museu da Imagem e do Som da FEB do qual foi diretora e ao qual dedicava o seu tempo. O museu possui um acervo histórico muito rico com gravações de depoimentos de generais, pracinhas; discos e mais de 6800 fotografias da Segunda Guerra Mundial.

Elaborou, também projeto de criação de um Memorial do Brasil na Segunda Guerra unindo as associações, a defesa do litoral, a ação e os naufragos.

Durante as entrevistas, principalmente as realizadas com Isabel no Museu da Imagem e do som da FEB, foram mostradas muitas fotografias, objetos como maleta de urgência, marmitas, medalhas, folhas de anotações de sinais vitais dos pacientes, e fornecidas cópias de fotografias pessoais.

“Bem, essas são as minhas relíquias, as coisas que eu usei na guerra e que hoje parece um sonho” (FEITOSA, 2001).

“Agora se você me perguntasse se faria tudo isso outra vez, respondo-lhe que sim e com o mesmo entusiasmo da época” (FEITOSA, 2001).

A cada dado coletado para a elaboração dessa pesquisa, foi possível conhecer a trajetória de mulheres notáveis que desafiaram os conceitos e preconceitos do seu tempo, acreditando na possibilidade de desempenhar um importante papel na área da enfermagem e contribuir para firmar o espaço da mulher na sociedade.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir de tudo isso, também pudemos conhecer não só a história pessoal das personagens, mas também entender o contexto social e da saúde da época, e conhecer o lado humano destas profissionais que se dedicaram a cuidar daqueles que nas horas difíceis puderam contar com sua mão amiga e com serviços profissionais competentes.

As histórias nos indicam, ainda o processo de identificação dos jovens com a profissão, os valores da época, as dificuldades e preconceitos enfrentados e o desafio de acreditar e tornar possível o sonho.

Os fatos contribuem, não só para o entendimento da história, mas contribuem no processo de formação e no entendimento dos valores culturais.

Foi gratificante, também, resgatar a história viva que as novas gerações desconheciam, e engajar alunos de graduação neste processo de construção cultural.

A aprendizagem se deu também em relação à metodologia de coleta de dados através de história de vida e da análise de conteúdo destas histórias com a utilização também de documentos e fotografias.

A partir daí, esta história com seus determinantes e conseqüentes passa a ser parte do acervo cultural não só dos que fazem parte do projeto, mas também de todos os que puderem se utilizar deste acervo para conhecimento, aprendizagem e reflexão sobre valores, traços culturais e atitudes contextualizadas no tempo e no espaço.

ENTREVISTAS

DUBOC, Lenalda Campos. Entrevistas concedidas a Rita Maria Viana Rego e Maria Jésia Vieira. Rio de Janeiro / Aracaju, 2001. (02 fitas K7, fotos). Projeto Histórias de vida na Enfermagem em Sergipe.

FEITOSA, Isabel Novais. Entrevistas concedidas a Wilma Rezende Lima. Rio de Janeiro, 16 a 19 de março de 2001. (02 fitas K7, 01 fita VHS, fotos). Projeto Histórias de vida na Enfermagem em Sergipe.

BIBLIOGRAFIA

A CRUZADA. O Brasil em Guerra. Aracaju, 30 de agosto de 1942.

AGÊNCIA GLOBO. O Globo Expedicionário. O Brasil na II Guerra Mundial. Rio de Janeiro, 1942 (várias edições).

CAMERINO, Olímpia de Araújo. *A mulher Brasileira na Segunda Guerra Mundial*. 8 ed., Rio de Janeiro: Capemi, 1983.

CAMPELO, Ruy Leal. Um capitão de infantaria na FEB. *Revista do Clube Militar*, agosto/2000.

CANSANÇÃO, Elza. *E foi assim que a cobra fumou*. 4a ed. Rio de Janeiro: Marques – Saraiva, 1987.

CYTRYNOWICZ, R. 'A serviço da pátria: a mobilização das enfermeiras no Brasil durante a Segunda Guerra Mundial'. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, v. 7, n.1, p. 73-91, mar.-jun. 2000.

[http : // www.cm.ufsc.br/~feb/enfermeiras.htm](http://www.cm.ufsc.br/~feb/enfermeiras.htm), Data de acesso : 24/03/2001

[http : www.geocities.com/zonearmy/wardes.htm](http://www.geocities.com/zonearmy/wardes.htm), Data de acesso : 24/03/2001

DIÁRIO CARIOCA, Jogo Bruto contra os Nazistas. Rio de Janeiro, 19 de outubro de 1944.

ESPÍNDOLA, Leonan. Enfermeiras do Brasil. *Jornal das Moças*. Ano XXXI- Rio de Janeiro, 8 de junho de 1944, n. 1512

FOLHA DA MANHÃ. Enfermeiras de Guerra. Aracaju, 21 de maio de 1944, n. 779.

JORNAL DE SERGIPE. Poema: Guerra. Aracaju, 31 de dezembro de 1944 – Ano XXV.

JORNAL DE SERGIPE. Primeiras Aero – Enfermeiras do Brasil. As primeiras enfermeiras do Brasil a voar chegam aqui. Aracaju, 10/01/1945.

JORNAL DE SERGIPE. O General Mascarenhas de Moraes agradece aos oficiais brasileiros os Serviços Prestados ao Brasil. Aracaju, 12/06/1945

JORNAL DE SERGIPE. Sergipe saberá receber seus bravos expedicionários. Aracaju, Sábado, 01/07/1945, Ano XXV, N.º 11153.

JORNAL DE SERGIPE. Os Democratas sergipanos saúdam em Lenalda Campos o heroísmo e a abnegação da mulher conterrânea na luta pela democracia, contra o nazi-nipo-fascino. Aracaju, Sábado, 08/08/1945 – Ano XXVI, N.º 11175.

LIMA, Wilma Rezende et alii. *A trajetória de vida de uma enfermeira sergipana que participou da segunda guerra mundial*. Aracaju: Universidade Federal de Sergipe, 2000. (impresso).

MATTOS, Maria Claudia Tavares de et alii. *De Riachão para o mundo: história de vida de Joana Simões Araújo*. Aracaju: Universidade Federal de Sergipe, 2000. (impresso).

NUNES, Roberto. *Notas sobre a viagem do primeiro escalão de FEB para a Itália*. out./dez. 1983 (relatório).

O GLOBO. Medalha Mascarenhas. Rio de Janeiro, ano 50, 17 de Julho de 1975.

PAZZINATO, Alceu Luiz & DENISE, Maria Helena. *História Moderna e Contemporânea*, 4. ed. S. Paulo: Ática, 1993, p. 265-277.

REGO, Rita Maria Viana et alii. Lenalda – “*Enfermeira do ar*”: ternura e garra em favor da vida. Aracaju: Universidade Federal de Sergipe, 2000. (impresso).

SANTOS, Lindete Amorim. *Evolução histórica da Enfermagem em Sergipe*. Aracaju, 1997. *Conferência realizada na UFS em 12.05.1997*. Semana comemorativa dos 20 anos do curso de Enfermagem da UFS.

SANTOS, Lindete Amorim; VIEIRA, Maria Jésia; SANTOS, Maria Cláudia Tavares de Mattos. *Reconstituição histórica da Enfermagem em Sergipe*. Aracaju, Universidade Federal de Sergipe, 1998. (impresso).

VIEIRA, Maria Jésia. *Histórias de vida na Enfermagem em Sergipe*. Aracaju: Universidade Federal de Sergipe, 1999. (projeto de pesquisa).

VALADARES, Altamira Pereira. *Álbum Biográfico das Febianas Centro de Documentação Histórica do Brasil. Pesquisa da II Grande Guerra Mundial*. Rio de Janeiro, 1976

WYNNE, J. Pires et alii. *História de Sergipe: 1930-1972*. Rio de Janeiro: Pongetti, 1973.

METODOLOGIA E ESTILO EM JOSÉ CALASANS

MARCELO SANTOS*

Faz parte do ofício do historiador informar, construir e reconstituir² mundos, compreender as causas e o curso dos acontecimentos relativos à vida dos homens do passado. Para isso, ele precisa pesquisar e expor o resultado do seu trabalho³. Esta operação é reveladora do estilo deste profissional.

Pretendemos provocar uma discussão sobre o estilo profissional do historiador José Calasans (1915-2001)⁴, principalmente no que se refere à questão da pesquisa a partir da análise do artigo “O ensino

*Licenciado em História pela UFS. (marsanjes@uol.com.br)

² “... reconstituir mundos é uma das tarefas essenciais do historiador”. Cf: DARNTON, Robert.1989. *Boemia literária e revolução*. São Paulo: Companhia das Letras, p. 4.

³ A exposição dos resultados da pesquisa é uma das tarefas do ofício do historiador. Cf: MARROU, I. 1975. *Do conhecimento histórico*. São Paulo: Martins Fontes, p. 247.

⁴ José Calasans Brandão nasceu na cidade de Aracaju. Fez seu curso ginasial no colégio Atheneu Pedro II e se formou em Direito em 1937 na Faculdade de Direito da Bahia. Entre 1938 a 1947 lecionou nos principais estabelecimentos de ensino da capital sergipana. Ingressou no Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe em 1938. Foi admitido na Universidade Federal da Bahia em 1950 para lecionar História do Brasil. Atuou em diversas instituições de ensino e de pesquisa. Produziu uma obra vastíssima no campo da história regional, principalmente sobre Canudos. Há um trabalho de fôlego sobre Calasans no que se refere a temática sobre Canudos. Trata-se da Dissertação de Mestrado do pesquisador Jairo Carvalho intitulado “José Calasans: a história social reconstruída”. UFBA.2004.

público em Aracaju (1830-1871)”⁵ publicado na Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe em 1951. Mais que lembrar a posição singular desse pesquisador no reino de “Clio”, almejamos destacar uma questão importante da sua prática: o método de pesquisa.

A abordagem tomará duas direções. Na primeira, evidenciaremos os passos do autor concernentes à construção do seu objeto de estudo e às suas fontes de pesquisa. Em seguida, discutiremos características da sua narrativa. Logo, investigaremos aspectos metodológicos e sintéticos do escritor.

Entretanto, antes de iniciarmos o nosso percurso, faz-se necessário esclarecermos os limites e as perspectivas do referido empreendimento.⁶

Aprender o estilo de um historiador é definir as diferenças, as aproximações, e principalmente, a sua singularidade em relação à posição e aos procedimentos de trabalho dos seus pares no campo do conhecimento histórico; é compreender a sua subjetividade e a cultura de uma época.

Tal tarefa, além do contato com variados tipos de fontes, exige conhecimentos historiográfico, teórico e metodológicos mais elaborados no sentido de evitarmos anacronismos e considerações precipitadas. Sendo assim, as generalizações evidenciadas neste escrito podem ser atribuídas ao fato de se tratar dos primeiros contatos com o objeto

⁵ Este trabalho é definido pelo historiador Jorge Carvalho como sendo “o primeiro estudo de História da Educação em Sergipe do qual se pode afirmar que tinha um compromisso com os métodos {é o que pretendemos explicitar} da História e que buscou entender o processo efetivamente vivido”. Cf: NASCIMENTO, Jorge Carvalho. 2003. *Historiografia Educacional Sergipana: Uma Crítica aos Estudos de História da Educação*. São Cristóvão: FAP-SE, p. 48.

⁶ Obviamente que esta afirmação pretende funcionar mais como um recurso de estruturação do texto que limitar o alcance das múltiplas interpretações que ele pode ser objeto, pois no limite, não só pelo caráter provisório deste escrito e da sua intenção, compactuamos com a idéia que “apreendido pela leitura, o texto não tem de modo algum – ou ao menos totalmente – o sentido que lhe atribui seu autor; seu editor ou seus comentadores. Toda história da leitura supõe, em seu princípio, esta liberdade do leitor que desloca e subverte aquilo que o livro lhe pretende impor.” Cf: CHARTIER, Roger. 1999. *A aventura do livro: do leitor ao navegador*. São Paulo: UNESP, p.77.

estudado. Portanto, numa nova incursão ao tema, acreditamos ser acertado abarcarmos um maior número de obras do autor e situá-lo num contexto intelectual e social mais delimitado. Conseqüentemente, restringimos a nossa análise a uma face do estilo do historiador.

Segundo Peter Gay, o estilo de um pesquisador do passado pode ser dividido em literário, emocional e profissional. O literário contém ingredientes importantes do relato histórico, tais como o manejo das frases, o uso de recursos retóricos e a escolha de episódios. No emocional, destacam-se elementos como os adjetivos preferidos e os momentos de tensão ou de repouso das orações. O estilo profissional revela a metodologia do autor. A escolha de técnicas e hábitos de pesquisa, além do contato com as fontes, fazem parte deste estilo.⁷

Elegemos examinar o estilo profissional, ou seja, a metodologia de José Calasans no artigo citado porque nele parece estar claramente explícita tal questão. Assim procedendo, podemos conjecturar, ainda que de forma provisória, rupturas e continuidades neste campo do conhecimento histórico.

Ao justificarmos no campo acadêmico atual a realização de uma pesquisa histórica, devemos levar em consideração a importância social e científica do objeto a ser estudado. Logo, a atualidade, a viabilidade, a originalidade, a contribuição à comunidade científica e à sociedade, são elementos decisórios na empreitada do pesquisador contemporâneo.

Os aspectos acima citados estão presentes no texto de José Calasans publicado em 1951. Logo nas primeiras páginas, ele justifica e define seu objeto. Dessa forma, aponta a relevância social, a aproximação da comemoração do centenário da transferência da capital da Província de Sergipe da cidade de São Cristóvão para Aracaju e a importância científica que é o preenchimento de uma lacuna sobre a temática na

⁷ GAY, Peter. 1990. *O estilo na História*: Gibbon, Ranke, Macaulay, Burckhardt. Trad. Denise Batmann. São Paulo: Cia das Letras, p. 17-31.

História de Sergipe⁸. Estas foram as suas motivações ao “estudar as origens do ensino público em Aracaju entre 1831 a 1871”⁹. Este é o objetivo do seu empreendimento. O autor responde, com precisão, duas das principais indagações que regem a pesquisa histórica nos dias atuais: o que pesquisar? Por que pesquisar?

É provável que se tratasse de um tema original e de interesse para a comunidade daquela época.¹⁰ Isto pode ser constatado quando o autor destacou: “... haverá na futura História de Aracaju, um capítulo dedicado à educação”. Ele afirma mais adiante que o referido projeto se insere em uma “... meritória campanha em favor das letras históricas de Sergipe d’el Rei”. Por fim, no desenvolvimento da sua narrativa, observa que a falta de material escolar é um dos “aspectos tristes do problema educacional. Ontem e também hoje”.

A afirmativa feita no início do parágrafo acima deve ser ponderada por dois motivos. Deduzimos com o olhar de homens do presente, dentro de um contexto profissional e social específicos, do qual somos agentes e estamos submetidos às regras sociais vigentes. Além disso, procedemos confiando no relato exclusivo do autor. Isso significa dizer que os critérios científicos e sociais para se estabelecer a relevância de um objeto de estudo variam no tempo e no espaço. Somente poderemos responder, de forma adequada, em futuras investiga-

⁸ Parece-nos que Calasans tenta cumprir uma imposição já determinada desde a época moderna sobre o papel das “inovações” no campo do conhecimento. Segundo Peter Burke, ao analisar a história do conhecimento na Europa moderna, “a inovação intelectual, mais que a transmissão da tradição, é considerada uma das principais funções das instituições de educação superior e, assim, espera-se que os candidatos aos graus mais elevados façam ‘contribuições ao conhecimento’”. Ver: BURKE, Peter. 2003. *Uma História Social do Conhecimento: de Gutenberg a Diderot*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, p. 105.

⁹ Por nos referirmos diversas vezes ao texto ora analisado, optamos, a partir deste ponto, em utilizar a “fala” do autor sem as anotações das páginas. Portanto, as citações textuais com estas características foram retiradas do artigo “O ensino público em Aracaju (1830-1871)”.

¹⁰ Este escrito de José Calasans pode ser considerado como fundador de um modo diferenciado de se refletir sobre a História da Educação em Sergipe. A este respeito ver: NASCIMENTO, Jorge Carvalho. Op. cit., p. 23.

ções se o interesse pela pesquisa sobre assuntos relativos à educação era pertinente para a sociedade em meados do século XX.

No campo do conhecimento histórico, como talvez no das demais ciências sociais, é possível que a seleção e a justificativa de um objeto de pesquisa apresentem pistas reveladoras do estilo de um historiador que ultrapassem a tênue fronteira estabelecida pela importância social e científica do estudo.

Nada mais oportuno para suscitar uma reflexão sobre as nossas escolhas, neste caso, do objeto de estudo, lembrarmos de algumas palavras do sociólogo francês Pierre Bourdieu quando salienta que “... as ações mais santas – a ascese ou o devotamento mais extremos – poderão ser sempre (e historicamente o foram, por certas formas extremas de rigorismo) de ter sido inspiradas pela busca do lucro simbólico de santidade ou de celebridade etc” (2001a;150). Portanto, é possível que na seleção de uma temática, outros interesses “surdos”, “implícitos”, além da relevância social e científica, possam aflorar com toda força no trabalho do historiador e garantir-lhe a entrada e/ou a consagração, ou exclusão no campo de saber específico.

Nesse processo não raro interferem os gostos pessoais e a posição ocupada pelo pesquisador no “reino de Clió”, além das suas “relações” com seus pares (alguns deles considerados “especialistas” em determinados temas), sua concepção de história, entre outros aspectos.

O nosso escritor foi afetado pelos fatores acima citados ao escolher seu objeto de pesquisa e expor os resultados? O modo de proceder do nosso autor aproxima-se, identifica-se ou distancia-se dos seus contemporâneos?

Podemos conjecturar de forma positiva algumas dessas indagações, pois na perspectiva de Roger Chartier “... quem quer que seja, não pode subtrair-se as determinações que regulam as maneiras de pensar e de agir dos seus contemporâneos” (1990; 40).

José Calasans era membro do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (IHGS). Por esse motivo, não podemos deixar de assinalar algumas características da agremiação na qual o autor contribuiu com sua presença e a produção de escritos.

Seguindo o percurso traçado pelo historiador sergipano Itamar Freitas, podemos afirmar que os traços marcantes da produção intelectual presentes nos trabalhos publicados na Revista do Instituto foram, dentre outros, os seguintes: os escritores que explicitaram a sua metodologia de trabalho, inserem-se José Calasans e Epifânio Dória; pode-se perceber o uso de notas de pé-de-página e os recuos para citação nos textos publicados; existe a predominância do uso do documento escrito de caráter oficial, e a Revista do IHGS pode ser vista como uma estratégia de formar, apresentar e legitimar grupos de intelectuais (2002; 11-63).

Os escritos sobre a temática da educação não estiveram ausentes nos discursos, depoimentos, artigos, monografias e resenhas produzidos pelos intelectuais do IHGS. Outrossim, no conjunto da produção do Instituto, o artigo de Calasans ocupa um espaço importante.¹¹

Assim como os pioneiros do Instituto, o nosso autor também se preocupou com a temática da educação ao eleger como objeto de estudo o ensino público em Aracaju. Por conseguinte, se aqueles se restringiram ao tema da “instrução pública”, este apontou a necessidade de se estudar questões como o surgimento e o desenvolvimento das instituições escolares de Aracaju, “grandes nomes de educadores aracajuanos. Ensino público e de iniciativa particular. Educação e Cultura. Movimentos estudantis e experiências pedagógicas. Prédios e aparelhos escolares”.

A preocupação metodológica explícita no artigo parece ser um traço distintivo de Calasans em relação à maioria dos seus pares. No entanto, não dispensou a troca de conhecimentos com os intelectuais do Instituto¹².

¹¹ A este respeito, consultar: NASCIMENTO, Jorge Carvalho, FREITAS, Itamar. 2002. A Temática da Educação na Revista do IHGS. *Gazeta de Sergipe*, Aju, 19 jan.

¹² Os encontros pessoais são importantes para a troca de conhecimento entre os intelectuais. Sabemos que, atualmente, trata-se de um dos procedimentos legítimos no campo da pesquisa. Na Europa moderna, por exemplo, estes contatos, ocasionalmente, ultrapassavam as diferenças religiosas. Cf: Burk .Op.cit.p.54

José Calasans fez referências aos estudos e observações feitas por membros do IHGS em notas de pé-de-páginas e no corpo do texto. No artigo, por exemplo, ao narrar a mudança do projeto inicial da construção do futuro colégio Ateneu por uma cadeia pública, no governo de Salvador Correia de Sá, Calasans afirmou: “Havia, como bem lembra Epifanio Dória, mais candidatos à prisão”.

Outra evidência da aproximação de Calasans com intelectuais da sua época pode ser constatada quando chamou a atenção dos leitores para a necessidade da elaboração de trabalhos sobre a história de Aracaju. Sentenciou: “Os exemplos de Fernando Porto e Mário Cabral devem ser imitados”. Estas aproximações com os estudiosos da época nos lembra a necessidade da revisão de literatura nos projetos de pesquisas históricas na atualidade.

Após a escolha e justificativa do objeto de estudo, José Calasans fez o recorte temporal e espacial delimitando o quadro em que pretendia retratar um aspecto do passado da cidade de Aracaju, conforme definiu: “Começo por tentar fixar, para melhor sistematização, os limites das diversas fases por que tem passado o ensino público em Aracaju”.

Os atos administrativos, as leis e os decretos governamentais parecem definir os recortes temporais do objeto estudado por José Calasans. Ele afirmou: “julgo lógico admitir, preliminarmente, que as fases devem ser estabelecidas encarando-se uma ou mais realizações oriundas do poder público de indiscutível influência no desenvolvimento educacional da cidade”.

Sua história subdivide-se em seis fases: a primeira, inicia-se em 1830 com a solicitação dos habitantes do povoado Santo Antônio do Aracaju de uma cadeira de primeiras letras e termina em 1855 com a elevação deste povoado à categoria de capital da província; a segunda fase começa em 1855, com a mudança da capital, e finda em 1871 quando se tem notícia do funcionamento do colégio Ateneu Sergipense. O autor não se dedicou às outras fases da história da educação de Aracaju, pois deixou a pesquisa incompleta devido ao fato de ter ido morar na cidade de Salvador. As fases seguintes compreendem os períodos: 1871-1911, 1911-1926 e 1926-1935.

Chegamos ao segundo momento da nossa discussão. Como pesquisar? Responde o nosso autor a esta indagação?

Na elaboração da síntese histórica, dois elementos são fundamentais: as fontes e o engenho do historiador. Só podemos imaginar e escrever sobre a vida dos homens do passado se nos deixaram algum vestígio. Por outro lado, é a partir da concepção teórico-metodológica do pesquisador que os testemunhos de outrora são buscados, selecionados, criticados, interpretados e inseridos num relato histórico.

As resoluções, regulamentos, boletim, notícia de jornal, versinho e solicitações de material escolar formam o lastro empírico com os quais José Calasans dá forma aos “fios” que comporão a sua “teia”.

Na feitura da pesquisa histórica atual, os historiadores reconhecem a variedade de fontes que podem ser utilizadas no seu trabalho. As paisagens, estátuas, cartas de amor, ofícios, fotografias, filmes, sangue, relatos de viajantes, telhas, anedotas, em suma, seguindo o historiador Marc Bloch, “tudo o quanto o homem diz ou escreve, tudo o quanto fabrica, tudo em que toca, pode e deve informar a seu respeito” (1977; 61) integra, potencialmente, a galeria das fontes históricas. Constituem-se as matérias primas do pesquisador. Neste item, em 1951, Calasans não se contenta com os costumeiros documentos públicos utilizados quase que exclusivamente pelos seus pares. Insere no seu relato, um versinho popular e uma notícia de jornal.

José Calasans não se esquivava em colocar suas fontes de informação no banco dos réus, ou seja, faz a crítica dos testemunhos, ora fazendo uso do confronto de fontes no corpo do texto, ora utilizando notas de pé-de-página. Isso pode ser constatado através de diversas passagens. Ao confrontar as fontes que informam sobre o estado precário do material escolar, a propósito, afirma: “Os relatórios e documentos da época falam, com insistência, na absoluta carência de material escolar”.

Em outro momento, o professor José Gonçalves Barroso, ao ser convocado pelo poder público, alega dificuldade em conseguir residência para se transferir da cidade de São Cristóvão para Aracaju. O pesquisador, consultando um outro testemunho sentencia: “Sua alegação era verdadeira”.

A preocupação com a crítica e a interpretação das fontes está presente logo no início do artigo, pois acredita que os estudos sobre a evolução de Aracaju devem ser feitos com “carinho e critério científico” e com “pesquisas demoradas, sérias, divulgação e interpretação de documentos...”.

Destacamos, até o momento, alguns ingredientes contidos no artigo de José Calasans: a escolha do objeto de estudo, a tipologia e a crítica das fontes. É necessário fazermos algumas consideramos sobre seu método expositivo.

Faz parte do ofício do historiador expor o resultado de sua pesquisa. José Calasans não foge deste destino ao afirmar que “pretendia então escrever sobre o assunto uma monografia, chegando mesmo a publicar no ‘Sergipe-Jornal’, os primeiros capítulos do trabalho”.

É evidente que o modo dos escritores se expressarem é condicionado pelo estilo de cada época. No entanto, mesmo que seja através de um folheto, artigo, memória, ensaio, resenha ou monografia, um bom relato histórico, conforme orientações de Guilherme Bauer, deve apresentar as seguintes características: oferecer uma idéia de conjunto de uma época, de uma personalidade, de um povo; evitar a prolixidade; despertar a atenção do leitor; adequar a linguagem ao objeto; ser claro, organizado e possuir vivacidade¹³.

Podemos caracterizar o artigo de José Calasans enquanto uma narrativa peculiar à escrita tradicional da história, visto que observamos a sucessão temporal dos eventos. Os agentes históricos são inseridos no relato seguindo um tempo linear. Neste aspecto, o autor tem um estilo metódico, esquemático: escolheu o objeto, selecionou as fontes, determinou o marco e, por fim, distribuiu a matéria.

Na sua pena, ou melhor, no seu estilo de escrever, os agentes históricos ou seus atos têm determinadas características: o ato de Inácio Barbosa ao transferir a capital de São Cristóvão para Aracaju foi “acer-

¹³ BAUER, Guilherme. 1957. *Introducion al estudio de la historia*. Barcelona: Bosch.

tado e corajoso”; o diretor da Instrução Pública Manuel Luiz Azevedo é um “espírito empreendedor”, é um “entusiasta da educação”; o professor Inácio Valadão “era um homem doente. Doente e inquieto. Um desajustado, possivelmente”.

Ao traçar as trajetórias de vida dos primeiros professores, José Calasans nos proporciona um panorama da Aracaju de outrora. Na referida empreitada, fornece-nos algumas lições sobre o método da pesquisa histórica e nos suscita a refletir sobre o estilo profissional do historiador em dar vida ao passado.

No que diz respeito ao ponto principal do seu artigo, “O ensino público em Aracaju”, além de nos fornecer uma aula de metodologia e apontar diversas possibilidades de se abordar a história da educação pública de Aracaju, pinta um quadro que, em alguns aspectos, até a atualidade, permanece quase inalterado: falta de material escolar; prédios sem boa estrutura; evasão escolar e má remuneração dos profissionais da educação.

BIBLIOGRAFIA

- BAUER, Guillermo. 1957. *Introducion al estudio de la historia*. Barcelona: Bosch.
- BLOCH, Marc. 1977. A observação histórica. *Introdução a história*. 4ª ed. Lisboa: Europa/América, p. 47-72.
- BOURDIEU, Pierre. 2001. *Razões práticas*. 3ª ed. São Paulo: Papirus.
- _____. *A Economia das Trocas Simbólicas*. 2001. São Paulo: Perspectiva. 5ª ed.
- BURKE, Peter. 2003. *Uma História Social do Conhecimento: de Gutenberg a Diderot*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.
- CALASANS, José. 1949-1951. O ensino público em Aracaju (1831-1870). *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*. Aracaju, v. 15, n. 20, p. 96-123.
- CARVALHO, Jairo. 2004. *José Calsans: a história social reconstruída*. UFBA. (Dissertação de Mestrado).
- CHARTIER, Roger. 1990. *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: DIFEL.
- _____. 1999. *A aventura do livro: do leitor ao navegador*. São Paulo: UNESP.
- DARNTON, Robert. 1989. *Boemia literária e revolução*. São Paulo: Companhia das Letras, p. 4.
- FREITAS, Itamar. 2002. *A escrita da História na “Casa de Sergipe” (1913/1999)*. São Cristóvão: Editora UFS, p.11-63.
- GAY, Peter. 1990. *O estilo na História: Gibbon, Ranke, Macaulay, Burckhardt*. Trad. Denise Batmann. São Paulo: Cia das Letras.
- LE GOFF, Jacques. 1996. *História e memória*. 4 ed. São Paulo: Ed. da Unicamp.
- MARROU, I. 1975. *Do conhecimento histórico*. São Paulo: Martins Fontes.
- NASCIMENTO, Jorge Carvalho. 2003. *Historiografia Educacional Sergipana: Uma Crítica aos Estudos de História da Educação*. São Cristóvão: FAP-SE.

_____. FREITAS, Itamar. 2002. *A Temática da Educação na Revista do IHGS. Gazeta de Sergipe*, Aju, 19 jan.

JOSÉ BONIFÁCIO
FORTES NETO

WAGNER RIBEIRO*

Em 11 de novembro de 2004, após quase cinco anos de invalidez, faleceu José Bonifácio Fortes Neto, uma das grandes expressões da inteligência sergipana. Era sócio do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, tendo presidido a entidade de 1967 a 1969.

Filho de Arício Guimarães Fortes e Saudalina Guimarães Fortes, nasceu em Aracaju, a 26 de abril de 1926. Casou-se em 21 de junho de 1952 com Marinalva de Azevedo Menezes Fortes, com quem teve seis filhos: Arício, Marcel, André, Roseana (falecida aos 9 meses), Bonifácio Filho e Ana Cecília.

Estudou no Jardim de Infância Maynard Gomes, com a Professora Cecília Maia, no Colégio Tobias Barreto e no Ateneu, vindo a bacharelar-se pela Faculdade de Direito da Bahia, em 1950.

Já aos dez anos, editava um pequeno jornal datilografado – “O radical” –, vindo a atuar, desde 1941, intensamente na imprensa como redator, colunista, repórter e colaborador dos jornais “O Nordeste”, “Folha da Manhã”, “Correio de Aracaju”, “Sergipe Jornal”, “Diário de

* Poeta, sócio do IHGS e membro da ASL.

Sergipe”, “A Cruzada”, “Gazeta Socialista” (depois Gazeta de Sergipe). Foi correspondente em Aracaju do “Diário da Bahia” (1942-1944), fundador e um dos diretores da “Voz do Estudante”, órgão do Grêmio Cultural Clodomir Silva”, do Colégio Estadual de Sergipe. Publicou em jornais e revistas crônicas e reportagens esportivas, crítica cinematográfica e literária, matéria de cunho político, ensaios de História.

Mediante concurso público de suficiência, licenciou-se, em 1948, em História do Brasil, 2º Ciclo, classificando-se em primeiro lugar. Atuou como Promotor Público substituto em Gararu (1949) e Neópolis (1949-1951).

Classificado em primeiro lugar em concurso para Promotor Público (1951), foi lotado na Comarca de Itaporanga d’ Ajuda (1951-1953), passando a exercer a magistratura como Juiz de Direito da Comarca de S. Cristóvão (1953-1963), por concurso realizado em 1953, no qual obteve a 2ª colocação. Aprovado em concurso para Juiz do Trabalho, presidiu a Junta de Conciliação e Julgamento de Estância, que veio a ser transferida para a Capital, passando a constituir a 2ª Junta de Conciliação e Julgamento de Aracaju (1969), em cuja presidência se aposentou em 1979. No período de abril de 1979 a agosto de 1980, foi Procurador Geral do Estado de Sergipe. Exerceu também a advocacia, tendo composto os Conselhos Seccional-SE e Federal da OAB.

Teve destacada participação em instituições culturais, entre as quais o Conselho Estadual de Cultura, a Sociedade de Cultura Artística de Sergipe e a Academia Sergipana de Letras, na qual se empossou em 1978, ocupando a Cadeira n. 19. Marcante, também, foi sua atuação nos esportes, tendo integrado diversas instituições.

Na área do magistério, lecionou História do Brasil no Colégio Tobias Barreto (1947 e 1952-1953), na Escola Normal (1948, e 1952-1954) e no Colégio Jackson de Figueiredo (1952-1953). Foi professor fundador da Cadeira de Estética da Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe, disciplina que lecionou em 1953, e de Geografia Humana, no período de 1953-1968; e de História do Brasil, na mesma Faculdade; de “ Noções de Direito” na Escola de Serviço Social de Sergipe (1953-1961),

onde lecionou, ainda “Direito do Menor” (1956-1961); Direito Constitucional (1957-1964), Direito Administrativo (1960-1991), Direito Internacional Público, Direito do Trabalho, Direito Processual do Trabalho, Direito e Legislação Social, Prática Forense, Direito Sindical, Direito da Eletricidade e da Mineração, na Faculdade de Direito, depois Departamento de Direito da UFS. Credenciado pelo Conselho Federal de Educação para lecionar, em curso de pós-graduação, Direito Administrativo, D. Constitucional e Direito Processual. Foi professor em diversos cursos sobre matéria jurídica, examinador em diversos concursos públicos realizados pela UFS, pelo Estado de Sergipe, pela Justiça Federal. Na UFS, integrou o Conselho Universitário, o Conselho do Ensino e da Pesquisa, Conselho Departamental, Colegiado de curso, foi chefe do Departamento de Direito, Diretor do Centro de Ciências Sociais Aplicadas, presidiu inquéritos, participou de comissões administrativas, seminários e congressos como palestrante, conferencista, debatedor. Sua eficiente e brilhante atuação na Universidade fê-lo merecedor de condecoração e de homenagens prestadas por diversas turmas.

Entusiasta da 7ª Arte (foi, inclusive, um dos fundadores e Diretor do primeiro cine-club de Aracaju, em 1952) publicou, em 1953, “Noções de Cinema”.

Em 1955, por ocasião das comemorações da mudança da Capital, viria à luz o seu “Evolução da Paisagem Humana da Cidade de Aracaju”. E, no mesmo ano, “O governo Inácio Barbosa”.

Produziu três biografias sucintas – “Felisbello Freire – o homem público, o escritor e o constitucionalista”; “Gumersindo Bessa e o Direito Público”; e “General Calasans, primeiro Presidente constitucional de Sergipe” –, de consulta obrigatória.

Em 1962, publicou “Histórico das atividades Salineira e Saladeiril no Brasil”, primeira parte de um estudo (não concluído) que seria intitulado “Relações do sal com a pecuária no Brasil”.

Na Revista Brasileira de Estudos Políticos, da Universidade de Minas Gerais, publicou: “Contribuição à História Política de Sergipe – 1933-1958”(1960); Sergipe: democracia de poucos” (1962); e “Sergipe, democracia de raros” (1968).

Colaborou em jornais e revistas especializadas, deixando importantes estudos sobre Direito Constitucional, Administrativo, do Trabalho, Processual do Trabalho, entre os quais: *Delegação Legislativa; O poder Regulamentar; O Poder Nacional; Fraude no Direito do Trabalho; o Direito do Trabalho e as Constituições; Relação de Emprego do profissional liberal; Os servidores públicos e o Direito do Trabalho; A sucessão de empresa; O ato de autoridade e o Direito do Trabalho; A reforma do Poder Judiciário; Aposentadoria, Direito Adquirido; Os cursos jurídicos e a realidade nacional.*

Ainda é de remarcar sua constante e brilhante atuação em congressos, seminários, cursos, simpósios jurídicos em Sergipe e em outros Estados, atuando como conferencista, palestrante, debatedor e professor.

Como poeta, publicou o livro “Poemas do meu caminho” (1988), além de poemas em jornais e revistas.

O seu último livro foi “Zeppelin”(1998), composto de crônicas, contos e reportagens.

Os dados bibliográficos aqui trazidos resumidamente, em face do pouco espaço de que dispomos nesta publicação, já seriam bastantes para confirmar o asserto de que José Bonifácio Fortes Neto é uma das maiores expressões do nosso meio cultural, a demandar um laborioso biógrafo.

São poucos os sergipanos que, como ele, tenham atuado, tão intensa e brilhantemente, em tantas searas. Jornalista, jurista, professor, geógrafo, historiador, cientista político, sociólogo, poeta, contista, crítico literário e cinematográfico, esportista, magistrado, conferencista. Deixou, além dos livros e trabalhos mencionados, grande número de escritos espalhados em jornais. É de buscar, também, recolher sentenças e pareceres, em que demonstrou profundo conhecimento do Direito e assentou, muita vez, entendimentos pioneiros; e registros de sua atuação em diversas entidades, inclusive na Universidade Federal de Sergipe.

Segundo Silvério Fontes e Ibarê Dantas, é “original”, “duradoura”, “significativa” sua contribuição, na seara da Ciência Política. Re-

portam-se ambos aos três estudos referidos publicados na Revista Brasileira de Estudos Políticos, da Universidade de Minas Gerais. Dantas é, aliás, autor de “Bonifácio Fortes – pioneiro da ciência política em Sergipe”, estudo publicado na Revista da Academia Sergipana de Letras. Mas é de justiça lembrar a excelência da sua produção no campo jurídico, principalmente no que tange ao Direito Público.

Juntavam-se às suas qualidades intelectuais grande sensibilidade social (que lhe traria alguns constrangimentos), nobreza de caráter e uma conduta retilínea. Um sergipano digno de admiração e louvor.

RELATÓRIO APRESENTADO
PELA PROFESSORA MARIA
THÉTIS NUNES, presidente do
Instituto Histórico e Geográfico de
Sergipe, ao transmitir o cargo ao
prof. José Ibarê Costa Dantas
eleito para o biênio 2004/2005,
em 14/01/2004

MARIA THÉTIS NUNES

Em 1972, por insistência dos colegas amigos José Silvério Leite Fontes e Emanuel Franco, assumíamos a presidência do IHGS, que vivia grande crise existencial. Renunciara à presidência o Dr. Benjamin Carvalho, e o Vice-presidente, Dr. José Garcez Dórea, que o substituíra, repentinamente falecera. O Sr. Ephifânio Dórea, o suporte da instituição pelo amor e dedicação a ela dados desde os primórdios da fundação, avançado em anos, encontrava-se doente, falecendo em 1976 aos 92 anos de idade.

O Instituto Histórico lembrava minha juventude assistindo em seu auditório às comemorações cívicas, concertos famosos da SCAS, formaturas. Era sua sócia desde que ingressara no magistério, afastada, porém, pelos nove anos passados fora de Sergipe. Levaram os que nos convidaram para a presidência a visitá-lo. O ambiente encontrado, porém, nos chocaria bastante, e era, realmente, impressionante: telas de renomados pintores espalhados pelo chão, sem molduras, livros desarrumados na biblioteca, jornais e documentos amontoados. A primeira reação tida ante o que presenciávamos foi não assumir a presidência oferecida. Mas, as fortes lembranças guardadas fariam que procurássemos tentar saber o valioso patrimônio, recebendo o estímulo do artista Jenner Augusto, no momento visitando Aracaju, e que dedi-

cava ao Instituto grande apreço, freqüentando-o desde a juventude em contato com suas telas e livros. Prontificou-se a providenciar a restauração do acervo artístico na Bahia, entrando em contato com os especialistas Rescala e Walter Góes de Carvalho, enviando-nos o orçamento. Conseguimos, do então governador Paulo Barreto, o auxílio financeiro para o pagamento aos restauradores, e do Reitor da UFS, Dr. Luiz Bispo, o transporte das telas. As péssimas condições em que se encontrava o edifício sensibilizaram o Governo José Rolemberg Leite, que providenciou as obras necessárias.

Entendemos ser o papel mais importante do Instituto Histórico possibilitar ao público, especialmente aos estudantes universitários e secundaristas, o acesso às suas valiosas Biblioteca, Hemeroteca que abrange coleções de jornais sergipanos do Império aos nossos dias, o Arquivo, possuidor de numerosos documentos indispensáveis ao estudo da História de Sergipe, a Pinacoteca integrada por retratos de presidentes, professores ilustres, destacados políticos sergipanos pintados por artistas de renome, e importantes obras da pintura brasileira, especialmente dos impressionistas doadas pelo artista Galdino Guttmann Bicho, destacando-se o auto-retrato de Victor Meirelles. Ainda o pequeno Museu com peças significativas da história sergipana, e a coleção de Numismática trazem interesse ao visitante.

Tornava-se, porém, imprescindível ao desempenho de sua finalidade primordial, contar o Instituto Histórico com funcionários conhecedores, sobretudo, da história e da geografia sergipana. Trabalhavam nele, então, apenas uma pessoa responsável pelo setor burocrático recebendo uma pequena gratificação, e outra que cuidava da limpeza e conservação do prédio. O problema exposto ao Governador Augusto Franco foi por ele resolvido, colocando à disposição do Instituto dois professores licenciados em História e um funcionário administrativo, que seria responsável pela limpeza e conservação do prédio.

O Auditório, que tanta contribuição dera à vida cultural sergipana, encontrava-se em péssimo estado de conservação, impressionando o Governador João Alves, então em sua primeira administração, que atendeu ao nosso pedido de restauração.

A revista, datado seu primeiro número do ano da instalação do Instituto, não era publicada desde 1965 por falta de recursos na época, como justificava a sua Diretoria.

O piano, de marca famosa, elogiado pelos grandes pianistas que nela fizeram seus concertos patrocinados pela SCAS, estava em péssimo estado, necessitando suas teclas de restauração. Então não existia em Aracaju um único restaurador, no momento, às voltas com o concerto de outros pianos, esperando o do Instituto sua vez, que seria após o do Rádio Aperipê.

Estávamos no Rio de Janeiro, de férias, quando uma manhã fomos despertada pela funcionária do Instituto professora Celeste Maria noticiando a morte do restaurador, atropelado quando levava as peças do piano do Instituto para restaurar conforme combinara, ficando estas dispersas na rua, havendo várias desaparecidas, não sendo levadas pela família do morto. Apesar da tentativa do secretário José Silvério Leite Fontes, não foi, assim, possível a restauração do piano que tanto contribuía para o prestígio da vida artística sergipana.

Grandes têm sido os problemas financeiros enfrentados pela Diretoria do Instituto nestes trinta anos decorridos, e que se estão acentuando. Não dispondo de renda patrimonial, sobrevive da pequena anuidade dos sócios, sendo, porém, pequeno o número dos pagantes desde que desapareceu o cobrador que ia às residências receber a anuidade. A principal fonte de renda era o aluguel do auditório para cursos, concertos, reuniões cívicas e políticas, perdida, porém, com a construção de modernos auditórios com refrigeração, e o deslocamento da zona residencial da cidade para área distantes do centro onde se localiza o Instituto, o que levaria este a ser evitado, por motivo de segurança, a partir do anoitecer. Contava-se com pequenas verbas consignadas nos orçamentos da União e do Estado por deputados e senadores ante a solicitação da Diretoria, suspensas, porém, há 10 anos sob a alegação dos problemas financeiros da Nação. Este ano findo, recebemos R\$ 3.000,00 reais, doação da Deputada Maria Mendonça atendendo a pedido nosso, que também fora feito aos demais integrantes da Assembléia Legislativa.

Grande problema que castiga o Instituto é a falta de funcionários que atendam ao grande número dos que o buscam pra consultas e visitas, havendo meses que atinge a 400 pessoas, situação surgida desde o falecimento da professora Benemerita Vilela e o afastamento do professor Pedro dos Santos para exercer as funções de magistério, decorrente da legislação em vigor determinando que, ao se afastar da sala de aula, o professor perderia a gratificação de regência de classe que compensa do pequeno salário recebido. O funcionário administrativo Sr. Gustavo Paulo Bomfim, há um ano aposentado, continua a trabalhar pela dedicação que tem ao Instituto, sem que se consiga dos poderes públicos um pequeno cargo comissionado, apesar do empenho que temos feito e das promessas recebidas. É a sua presença que possibilita o funcionamento da Instituição. No momento, só contamos em um turno com a funcionária administrativa Ângela Nickaulis Correa Silva posta à disposição pelo Estado, e a estagiária Ana Maria Pinto dos Santos Neta, cedida pela UFS.

Torna-se urgente a reforma exigida pelo prédio externa e interna, para a qual temos apelado, para os poderes públicos e particular, sem resultado, apesar do apoio da imprensa. Externamento para a pintura da fachada buscamos a Norcon, respondendo esta que faria contanto que o Instituto fornecesse as tintas... Apesar do abatimento que a empresa receberia sobre o imposto de renda ao auxiliar entidades culturais, não se tem conseguido sensibilizar a iniciativa particular sergipana. Contamos com a firma Paes Mendonça, através do conhecimento que temos com o Sr. João Paes Mendonça, na colocação de grades metálicas que se tornavam indispensáveis à segurança do prédio. Encaminhamos ao Governador do Estado o pedido para as obras internas, sendo enviados pela Cehop técnicos que elaboraram o orçamento calculado em 143.446.80 reais. Até o momento, somente promessas feitas pelo prefeito, pelo Governador quando os encontramos, uma vez que não conseguimos uma audiência ou suas prometidas visitas ao Instituto em companhia dos Secretários de Cultura e Educação. Encaminhamos o pedido da reforma, também, a Petrobras, que enviou um técnico para conhecer as obras solicitadas, sem responder até o mo-

mento. O Secretário da Cultura, Sr. José Carlos Teixeira, amigo do Instituto e preocupado com os seus problemas, não conseguiu até então os recursos necessários às reformas que se tornam indispensáveis.

A Pinacoteca está exigindo a restauração de alguns quadros, destacando-se as quatro grandes telas de personagens da vida sergipana, da autoria dos destacados pintores Jordão de Oliveira e Florival Santos. O orçamento feito pelo restaurador Walter Góes de Carvalho, encaminhando há dois anos ao Ministério de Cultura por intermédio da Dra. Ester Berthotetti, não obteve resposta até a data presente, como também não teria atenção do Governo do Estado.

Apesar da ausência de pessoal administrativo, dentro das possibilidades existentes, graças ao empenho da funcionária Ângela Nickaulis, foi reorganizada a Biblioteca, pois encontravam-se os seus livros fora das prateleiras, resultado do pedido do Departamento de História da UFS para que, como estágio, os seus alunos fizessem uma moderna catalogação, tendo ficado apenas o estágio na desarrumação dos livros.

Foram selecionados livros referentes à cultura sergipana e dos autores sergipanos formando a Secção Sergipana, que tem sido de grande utilidade aos pesquisadores. Os numerosos documentos relativos ao passado histórico sergipano, que se encontravam dispersos, sob a orientação do Secretário-Geral Dr. Luiz Fernando Ribeiro Soutelo foram catalogados, constituindo o Arquivo da Instituição, muito pesquisado. Também os jornais que estavam amontoados foram relacionados pelo Sr. Gustavo Bomfim, empacotados por semestre e beneditinamente, muito por ele restaurados. Conseguimos o encadernamento de várias coleções, destacando-se a cooperação da Gazeta de Sergipe. O grande número de fotos, importantes para o estudo do passado sergipano, que se encontravam dispersos e difíceis de localização, foram catalogados pelo Historiador Jackson da Silva Lima, e estão à disposição dos interessados.

Durante a nossa presidência, foram publicados seis números da Revista, estando pronto, desde o ano de 2002, o número 33, edição comemorativa aos 90 anos da Instituição, à espera dos recursos prometidos pelo Banese para a publicação. Lamentavelmente, no início

do mês de dezembro, esse Banco, em correspondência informava que, por motivo financeiro, não era possível dispor de recursos para a publicação solicitada. O Secretário de Cultura, Sr. José Carlos Teixeira, prometeu empenhar-se para conseguir recursos, buscando solucionar o problema, estando os originais já entregues à gráfica.

Ao instituto foram doados pela família do padre Aurélio Vasconcelos de Almeida, falecido em 1999, os originais do seu livro, em três volumes. *Esboço Biográfico de Inácio Barbosa*, escrito para comemorar o centenário da fundação de Aracaju em 1955, e que, apesar das tentativas feitas, o autor não conseguira a publicação. O nosso entendimento com o então prefeito de Aracaju, Dr. João Gama, levou a FUNCAJU a assumir a responsabilidade da sua publicação, sendo o primeiro volume publicado em 2000, um dos últimos atos desse prefeito. Em 17 de março de 2002, o prefeito Marcelo Déda entregava ao público o segundo volume, estando o terceiro já pronto esperando a data de 17 de março de 2004 para o lançamento como deseja o prefeito. Os documentos de Pe. Aurélio Vasconcelos, juntamente com os originais do livro, foram catalogado pelo Secretário Geral Luiz Fernando Ribeiro Soutelo. Registramos a doação feita pelo sócio e ex-membro da Diretoria do Instituto Histórico, Dr. Fernando Figueiredo Porto, de 2100 volumes, abrangendo livros valiosos, especialmente sobre a história, a formação econômica, social e literatura brasileira, e de documentos importantes para o estudo da história sergipana.

Tem sido positiva para o Instituto a articulação com a UFS, resultando no envio de estagiário do curso de História.

Como representante do IHGS, sempre participamos das reuniões anuais do IHGB, relatando sua atenção na vida cultural sergipana e apresentando trabalhos nossos, geralmente sobre destacados nomes da cultura sergipana. Em 2002, comparecemos à reunião dos Institutos em Goiânia. Estas viagens foram feitas as nossas custas antes a situação financeira do IHGS. O vice-presidente, professor José Ibarê Costa Dantas, tem representado à instituição nas reuniões ocorridas nos Estados nordestinos, também assumindo a responsabilidade dos gastos.

A atual situação financeira do IHGS encontra-se em documento anexo a este Relatório.

Enfrentando as dificuldades e obstáculos encontrados, procuramos continuar o trabalho dos que, desde os idos de 1912, têm contribuído para a preservação da memória sergipana, buscando estimular o estudo do seu passado, franqueando o seu rico acervo do Instituto Histórico aos pesquisadores, professores, alunos e todos os estudiosos da vida cultural de Sergipe.

Repetindo o historiador José Calazans, que por muitos anos participou da Diretoria do Instituto, afirmamos: “jamais suas portas estiveram fechadas a quem quer que fosse. Ao lado dos intelectuais também os pintores, os artistas em geral, os colecionadores, os políticos, sempre ali tiveram guarida”.

Após 32 anos de presidência, ao transpor ao 80 anos de vida, entendemos ter chegado o momento de encurrular a luta pela sobrevivência do Instituto Histórico, transmitindo o comando a um sócio identificado com os seus problemas e a história de Sergipe. Cremos ser Professor José Ibarê Costa Dantas, no momento, a pessoa indicada. Em 1993, o convencemos a assumir a vice-presidência com o afastamento do Dr. Fernando Figueiredo Porto, por motivo de enfermidade, companheiro desde os primórdios da presidência. Conhecendo o professor Ibarê como aluno do curso de História, depois, colega da UFS, e seu interesse pelas pesquisas históricas, como atestam os bons livros publicados, especialmente sobre o Tenentismo, a seriedade e o senso de responsabilidade que o marcam, acreditamos ser ele a pessoa indicada para nos substituir. Cremos ter chegado esse momento. Como dialética, acreditamos na necessidade da renovação dos seus dirigentes identificados com as transformações da memória sergipana.

Ao longo desta caminhada de 32 anos, contamos com a colaboração de muitos, sem a qual não teria sido possível enfrentar os grandes problemas surgidos. Alguns deles já levados pela morte, outros afastados por enfermidade como o Dr. Fernando Porto e José Silvério Leite Fontes. Compaartilhando conosco estão Luiz Fernando Soutelo e Emanuel Franco, os professores Pedrinho dos Santos, Maria da Gló-

ria Santana de Almeida e Gerson Villas-Boas, o jornalista e historiador Luiz Antonio Barreto, aos quais deixamos o nosso abraço amigo de agradecimento.

Agradecemos a decisão dos funcionários, especialmente o Sr. Gustavo Paulo Bomfim, que fez do Instituto o sentido de sua vida, e cremos sem receber qualquer gratificação. A Ângela Nickaulis Correia Silva pela dedicação e competência, como bibliotecária, na conservação da Biblioteca embora percebendo insignificante salário. Igualmente, ressaltamos a cooperação da estagiária da UFS Ana Maria dos Santos Neta e a professora Nadja Oliveira Ribeiro.

Como presidente de Honra, o belo título que nos está sendo conferido, estaremos à disposição da nova diretoria quando se fizer necessária. O Instituto Histórico está entre os sonhos que marcaram a minha vida, fazendo-nos compreender que lhe não foi vivida inutilmente.

Continuamos a sonhar, lembrando Borges, o grande nome das letras argentinas contemporâneas:

“Quando os sonhos nos abandonarem
Estaremos mortos”

Maria Thetis Nunes
Presidente do Instituto Histórico
e Geográfico de Sergipe
Aracaju/SE, 31 de dezembro de 2003

DISCURSO NA
SOLENIZAÇÃO
DE POSSE EM
16.01.2004

JOSÉ IBARÊ COSTA DANTAS

Assumo a presidência do IHGS com a consciência de que estou diante de grandes desafios. Primeiro, por substituir a veneranda professora Maria Thétis Nunes, nossa presidente de honra, uma das maiores expressões da cultura sergipana, pela sua obra de historiadora e de educadora, bem como pela dignidade e competência com que desempenhou suas atividades profissionais. Nas três décadas que estive à frente desta Instituição, sempre revelou dedicação, espírito público, marcando a história do Instituto.

Desde quando ela me chamou para candidatar-me à vice-presidência, há quatro anos, pude acompanhar de perto seu zelo pela Casa de Sergipe, lutando sempre com grandes dificuldades, diante da indiferença dos poderes públicos.

Recordo-me quando lhe perguntei quais seriam minhas atribuições, respondeu-me que apenas substituir-lhe em suas ausências. E realmente, os estatutos que ainda estão em vigor reservam ao vice apenas esse papel.

Apesar disso, procurei ajudá-la. Junto com a estagiária Vanessa, classificamos a documentação que a família do Padre Aurélio doou ao Instituto. Elaborei projeto para digitalização da parte dos nossos jornais que estão exigindo maiores cuidados. Solicitei ao prefeito Marcelo Déda

a sua interveniência junto à presidência da Petrobras e, graças ao seu empenho e à sua sensibilidade bem como a do ex-senador Eduardo Dutra, os recursos estão em processo de liberação.

É verdade que na condição de vice nem sempre consegui realizar meus intentos. Resistências demoradas e disfarçadas por parte do Secretário Geral dificultaram iniciativas renovadoras. Percebendo que os estatutos estavam obsoletos, com a ajuda de amigos apresentei projeto de reforma que passou três anos para ser discutido. Apesar de aprovado em setembro pela Assembléia Geral, ainda não foi registrado.

Ademais, participei dos encontros anuais dos institutos do Nordeste em Maceió, Natal, Recife e Salvador, e testemunhei entristecido a defasagem entre a situação de nossa Casa em relação às mencionadas. Não apenas na estrutura física, mas também no funcionamento. Consciente desse quadro, num momento em que nossa presidente mais de uma vez confessava-se cansada, passei a sentir a necessidade de renovação de sua Diretoria. Insisti com alguns colegas para candidatarem-se à presidência, prometendo meu apoio. Ninguém se dispôs. Resolvi enfrentá-la, não obstante os desafios que a administração impõe. Pois, além de substituir um ícone da sociedade sergipana, há também a responsabilidade de dirigir um dos órgãos mais importantes do patrimônio cultural de Sergipe.

Criado em 1912, o IHGS, durante algumas décadas foi a principal casa de cultura do Estado, galvanizando parte da intelectualidade, recolhendo documentos e produzindo saber. Com o afastamento do abnegado Epifânio Dória, seu secretário perpétuo, e a criação das universidades, conforme já registrei em outro momento, o IHGS perdeu a centralidade e a vivência de outrora.

Contudo, é engano pensar que a função dos Institutos passou. Basta olhar para os congêneres do Nordeste para ver como continuam vigilantes, ativos e operosos, cumprindo valioso papel sócio-cultural.

Em Sergipe, não obstante as adversidades, o IHGS permanece como uma das mais importantes instituições culturais do nosso meio. Nenhuma universidade local possui o acervo documental do seu porte. É aqui que a maior parte dos estudantes vem colher elementos

para seus trabalhos. Com a criação de novos cursos superiores, a procura tem-se intensificado.

Nossa pinacoteca, segundo o artista plástico Walter Góis, é das mais importantes da nossa capital. Enfim, aqui está guardada valiosíssima parte de nossa memória documental, inclusive cerca de 90 títulos de jornais, somando mais de 1.000 volumes, formando a segunda maior hemeroteca de Sergipe. Apenas a coleção da Biblioteca Epifânio Dórea a supera.

O mais importante, no entanto, é a utilidade pública dessa instituição. Localizado na zona central da cidade, o Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe é visitado diariamente por uma média de trinta pessoas, de variados níveis de instrução. Numa terra tão carente de bibliotecas como a nossa, o Instituto, como entidade da sociedade civil, desempenha um papel sócio-cultural inestimável.

O terceiro e maior desafio é assumir a presidência de uma instituição com tantos problemas e poucos recursos, pois, não dispõe de meios próprios de sobrevivência. O que arrecada da contribuição dos sócios mal cobre as despesas básicas de água, luz e faxina periódica. Na era da informática, não dispõe de telefone. Seu prédio sofreu reforma há onze anos. A degradação de sua estrutura física está à vista e dispensa palavras. Basta observar as janelas apodrecidas, os rebocos deteriorados, a pintura desbotada e o forro totalmente comprometido.

A biblioteca permanece sem classificação e com seu espaço todo ocupado. Os quadros estão guardados em local inapropriado e vários deles carentes de restauração. Os cupins continuam como ameaça permanente. Os originais da revista estão prontos há dois anos necessitando de publicação. A situação dos poucos funcionários está necessitando de regularização.

Os problemas mais elementares de sua administração como suas obrigações com a Receita Federal, a Caixa Econômica, tudo está para ser regularizado.

Este é o Instituto que recebo para reformar. Não vim aqui com projeto de poder ou de gozar de notoriedade. Fui bancário, professor, mas dediquei minha vida, sobretudo, à pesquisa e a pensar a história

de nosso povo sem me sensibilizar com aplausos fugazes de conveniência. Enfrentar essa administração significa um custo pessoal que jamais cogitei. Ocorre que creio na importância do IHGS para a cultura de Sergipe. E cultura para mim não é ornamento, mas o que existe de mais específico, marcante e fundamental na vida de uma sociedade. Estou aqui porque me convenci da responsabilidade moral de contribuir para melhorar a situação da Casa de Sergipe.

Vou tentar operar essa contribuição sem mágicas e sem mistérios. De início, tentarei aproveitar as experiências alheias. Como os Institutos de Alagoas, Pernambuco, Bahia, Paraíba e Rio Grande do Norte estão fazendo. Todos têm problemas, mas eles formaram equipes dedicadas e responsáveis, conseguiram sensibilizar os governantes, passaram a contar com recursos regulares para manutenção e estabeleceram parcerias com o empresariado. Esses são nossos exemplos, e a nossa esperança está no quadro que formamos. Isoladamente, embora tenha duas mãos e o sentimento do mundo, como disse Drummond, por mais determinado que me manifeste, pouco poderei fazer. Minha grande confiança está no trabalho associado da equipe qualificada que aceitou meu convite para ser parceira desta empreitada desprovida de compensações pecuniárias.

Ao meu lado foram eleitos, no dia 19 de dezembro último, nomes expressivos da intelectualidade sergipana. Para vice-presidente a doutora Terezinha Alves de Oliva, professora aposentada, historiadora reconhecida pela sua competência e seriedade. Além de substituir-me ocasionalmente irá coordenar o trabalho das comissões permanentes que há mais de trinta anos não são eleitas como manda o Estatuto em vigor.

A mestra Lenalda Andrade Santos, nossa Secretária Geral, é professora aposentada da UFS e historiadora. Irá usar sua experiência para enfrentar as atividades administrativas ao lado da 1ª. Secretária, mestra Tereza Cristina Cerqueira da Graça, cientista social produtiva e dinâmica executiva. Reforçará o grupo o 2º. Secretário Rogério Freire Graça, jovem pesquisador dotado de grande espírito de colaboração.

Compõe a diretoria ainda o jornalista e pesquisador Luiz Antônio Barreto, intelectual de grande visibilidade no Estado. Além de desem-

penhar sua função de orar, esperamos contar com sua experiência de administrador para vencer os obstáculos que nos esperam.

Como 1º Tesoureiro, temos Ancelmo de Oliveira como grande parceiro. Mestre em administração e empresário realizador, provado em diversas funções públicas e em associação privadas, embora esteja ocupando a tesouraria da Confederação Nacional do Comércio, vai acumular os dois cargos, priorizando a Casa de Sergipe. O 2º Tesoureiro, o doutorando Saumínio da Silva Nascimento, não obstante ser o que possui menos disponibilidade de tempo para se fazer presente em nossa casa, nem por isso deixará de prestar grande contribuição aos nossos projetos para sua viabilização.

Além desses nomes, pretendemos incorporar o doutorando Itamar Freitas de Oliveira para gerir o Arquivo e a Biblioteca e a mestra Verônica Nunes para cuidar da Pinacoteca e do Museu. São dois profissionais de competência reconhecida que haverão de desempenhar suas incumbências com preparo técnico e profissionalismo.

Acrescente-se a esse quadro a colaboração de outras pessoas. Primeiramente de nossa presidente de honra. Embora cedendo sua função executiva, temos certeza que continuará disposta a nos ajudar com sua experiência e seu tirocínio. Fora de Sergipe, esperamos contar com os companheiros do Instituto Histórico Brasileiro e com as amigas e amigos dos Institutos do Nordeste, que muito me incentivaram a enfrentar essa tarefa.

Fora do âmbito institucional sou favorecido pelo apoio familiar, especialmente pela assistência de meus filhos e a sábia orientação de minha querida Beatriz, companheira solidária que há mais de quatro décadas orienta meus passos.

Respalado por tanta gente capaz, assumo a Presidência confiante que haveremos de proporcionar ao Instituto a atenção que ele está a merecer para melhor servir aos sergipanos.

Estou certo de que o êxito de nossa obra dependerá do nosso trabalho conjugado, da capacidade de construir em conjunto uma reforma que nossa instituição está necessitando, como, por exemplo: redefinir os espaços; repensar a utilização do auditório, levando em

consideração o contexto em que vivemos; explorar os recursos da computação e socializar nossas fontes históricas através de material digitalizado. Precisamos profissionalizar o atendimento como fazem todos os bons arquivos do mundo, inclusive os Institutos do Nordeste a fim de que possamos ampliar o controle sobre o material fornecido e obter registro sobre as pesquisas realizadas.

É urgente repensarmos nosso papel na sociedade sergipana.

Esperamos em Deus e em nossa equipe que, em 2005, quando deveremos sediar o VI Encontro dos Institutos do Nordeste, possamos mostrar aos nossos amigos nordestinos um quadro mais apresentável e um funcionamento mais eficiente. Mas, acima de tudo, o que nos motiva é a vontade de fazer da Casa de Sergipe um motivo de orgulho para os sergipanos.

Vivemos para servir ao público sem verbas e sem contribuição financeira dos poderes públicos. Essa situação precisa ser debatida e redefinida. A magnitude do nosso papel junto ao público não nos permite que vivamos como mendicantes, mesmo porque nem o Estado nem as universidades podem dispensar os serviços que prestamos sob pena de sacrificar a mocidade tão carente de instituições culturais dessa natureza. Afinal, há mais de noventa anos, produzimos saber com nossa revista; juntamos e preservamos o que existe de mais precioso em nossas tradições. E um povo sem documentação, sem memória e sem história está condenado ao atraso.

Esperamos então que os representantes dos poderes constituídos se incorporem a esse esforço em fazer desta Casa um ambiente de debate, pesquisa e repositório das mais nobres tradições de nosso povo.

UM ANO DE GESTÃO
EM 30.12.2004

JOSÉ IBARÊ COSTA DANTAS*

Ao assumirmos a presidência do IHGS, não ignorávamos que tínhamos pela frente uma enorme tarefa e grandes desafios. Àque-la altura, dispúnhamos de um punhado de idéias, a solidariedade de alguns companheiros dispostos a ajudar-nos a enfrentar os problemas existentes e algumas esperanças de melhorar o quadro da “Casa de Sergipe”.

Entre as questões básicas que nos preocupavam, estavam as fontes de recursos para **manutenção** do seu funcionamento. Embora os Institutos Históricos sejam considerados dos mais importantes e representativos órgãos culturais da sociedade civil, praticamente todos nasceram e desenvolveram-se dependendo do Estado. O de Sergipe não fugiu à regra. Criado nos salões do Tribunal de Relação, anos depois sua bonita sede foi erguida basicamente com recursos públicos.

Não obstante a existência do quadro de sócios mantenedores, seu funcionamento, até a década de 1960, foi sustentado por dotações orçamentárias municipais, estaduais e, sobretudo, federais. A partir de então, as contribuições públicas diminuíram, mas o Estado fornecia três funcionários e, em determinados momentos, promoveu reformas físicas, a última das quais ocorreu em 1992. Paulatinamente, o

* É presidente do IHGS

poder público foi-se eximindo da responsabilidade e apenas esporadicamente participava com alguma contribuição. O ano de 2003 foi considerado bom pela dotação de iniciativa da deputada Maria Mendonça de R\$ 3.000,00, enquanto a participação do Estado reduzia-se à cessão de uma funcionária de um turno.

Para enfrentar os problemas encontrados, decidimos reatar os vínculos com os órgãos públicos e empenhar-nos para envolver empresários com o destino da instituição. Mas, a perda da visibilidade, que o IHGS desfrutara no passado, continuava pesando.

Assim que assumimos, recorremos ao governo do Estado, solicitando uma contribuição para manutenção, três funcionários e a realização da reforma física do prédio. O governador João Alves despachou favoravelmente os dois primeiros itens, mas a execução se revelaria difícil. Mantivemos audiência com os secretários do Planejamento, da Casa Civil e da Cultura, quase sempre acompanhados por sócios da Comissão de Patrimônio, empenhados em melhorar a situação do IHGS, mas todos os contatos se revelaram insuficientes para o cumprimento do despacho governamental.

Solicitamos audiência ao chefe do executivo municipal, Marcelo Déda, que, além de atender nossos pleitos imediatos, posteriormente veio ao Instituto e, em solenidade, firmamos convênio. Como efeito desse ato, o IHGS recebia, entre outras ajudas sobre as quais falaremos adiante, um computador novo para seu uso ao tempo em que cedia uma saleta para a Fundação Municipal de Cultura Turismo e Esporte -FUNCAJU mediante o pagamento mensal de R\$ 400,00 (quatrocentos reais) para contribuir na manutenção. Mas, por questões burocráticas, a liberação dos pagamentos somente começou em setembro.

Buscando novas alternativas, enviamos carta circular aos inadimplentes, recorremos a grandes empresários, solicitando sua participação como sócios beneméritos mantenedores, mas não houve receptividade. Em meio a dificuldades para pagar as despesas de custeio, envolvendo água, luz, telefone e nosso funcionário contratado, apelamos para alguns amigos do IHGS que prestaram ajudas, subscri-

tas num “Livro de Ouro”, não deixando de ser uma situação constrangedora. E assim chegamos às comemorações dos 92 anos da instituição, quando, em entrevista, externamos as dificuldades em que vivíamos. Poucos dias depois, a senadora Maria do Carmo Nascimento Alves telefonou-nos recomendando fazer novo pedido ao governador. Ela, que, em início de fevereiro, já havia manifestado interesse em melhorar a situação do Instituto, intermediou convênio com o governo do Estado. Dessa forma, passamos a receber a contribuição mensal de R\$ 3.000,00 (três mil reais), sendo um mil destinado exclusivamente para material de consumo e dois mil para cobrir os serviços prestados por terceiros. Ficavam de fora as despesas com pessoal e a aquisição de qualquer equipamento. Apesar disso, tem sido uma contribuição que vem facilitando muito o funcionamento da Casa e o trabalho de organização que estamos empreendendo.

Em inícios de novembro, fomos à Assembléia Legislativa onde entregamos a todos os deputados um ofício circular, solicitando incluir o IHGS na verba que cada parlamentar dispõe para entidades sociais. Enviamos correspondência semelhante aos deputados federais da bancada sergipana em Brasília, solicitando contribuição para atender as necessidades do Instituto.

Ao tempo em que nos empenhávamos para garantir recursos que assegurassem o funcionamento do IHGS de forma efetiva, desde os primeiros dias da nova gestão, fomos empreendendo algumas **intervenções emergenciais**. As primeiras medidas administrativas mais visíveis ocorreram no terceiro andar do prédio, com a retirada do forro que ameaçava desabar e conserto de goteiras, portas e janelas. A partir do encontro com o prefeito Marcelo Déda, em fevereiro, a Empresa Municipal de Urbanismo -EMURB passou a recuperar parte do prédio, especialmente o terceiro andar: piso, forro e pintura, assim como foi restaurado o reboco de toda a escada e a pintura desse espaço.

Entre fins de abril e início de maio de 2004, visando deter as numerosas goteiras, providenciamos o retelhamento do auditório, substituindo vinte e duas dúzias de ripas e duas de caibros imprestáveis bem como cerca de quinhentas telhas. Em face de problemas na rede

elétrica afetada com acúmulo de água na caixa de distribuição externa, autorizamos os consertos, bem como a revisão e substituição de parte da fiação e disjuntores.

Posteriormente, ainda às nossas expensas, consertamos a sala da Pinacoteca e o salão de leitura que, no recesso de fins de dezembro/2004, foi pintado e teve seu piso melhorado com seladora e verniz. Como a sala de exposições continuava com umidade, providenciamos conserto do reboco externo e a mudança da calha de zinco do oitão leste do prédio por cano plástico.

Tudo isso foi realizado com a preocupação de evitar a descapitalização do pequeno fundo de poupança. Basta saber que encontramos em 31.12.2003 um saldo na ordem de R\$ 12.124,00 e, em 31.12.2004, ainda dispúnhamos de R\$ 11.307,80.

Apesar dos apertos e dificuldades que atravessamos até o mês de setembro, empenhamo-nos em restituir ao IHGS o papel que lhe cabe na sociedade, começando pela **normalização institucional**, envolvendo aí a Reforma do Estatuto e regularização dos papéis.

Como o velho Estatuto estava defasado sob vários aspectos, na administração anterior apresentamos projeto de reformulação, mas nunca logramos êxito. Em 2004 voltamos a encaminhar um texto, adaptado às exigências do novo Código Civil, e a Assembléia Geral discutiu, emendou-o e aprovou-o em 18.02.2004. Pouco depois, atualizamos o símbolo do Instituto, graças ao trabalho do artista plástico Bené Santana, e a prefeitura financiou a impressão de 200 exemplares das normas. Além do Estatuto, regularizamos a documentação da referida instituição, inclusive sua situação junto a órgãos federais, entre os quais a Receita, assumindo multas por omissões nos últimos quatro anos. Providenciamos também o devido registro em cartório. Mais tarde, requeremos à Câmara Municipal de Aracaju o reconhecimento de instituição de Utilidade Pública, sendo aprovado pelo plenário e sancionado pelo prefeito Marcelo Déda. Da mesma forma, requeremos à Assembléia Legislativa a revalidação do Certificado de Utilidade Pública, que também foi aprovado pelos parlamentares e enviado ao governador para sanção.

As reuniões da diretoria passaram a ser realizadas quinzenalmente e, embora a situação precária do auditório continue limitando nossas atividades, procuramos promover alguns eventos. Recebemos por cerca de 24 horas os restos mortais do artista sergipano Artur Bispo do Rosário em sua passagem para Japarutuba. Comemoramos os 184 anos da emancipação política de Sergipe com a publicação de artigo e solenidade, onde estiveram presentes autoridades representativas dos diversos poderes. Celebramos os 92 anos de fundação do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe com o plantio de uma árvore e a inauguração da Reserva Técnica para acondicionar melhor nossos quadros. Entregamos títulos de Sócio Honorário aos professores José Bonifácio Fortes Neto e José Silvério Leite Fontes pelo muito que fizeram ao IHGS e à cultura sergipana, bem como o diploma de Sócio Benemérito ao professor Fernando Figueiredo Porto e ao desembargador aposentado João Fontes de Faria, pelas importantes doações à Casa de Sergipe.

Abrimos as portas do IHGS para lançamentos de livros. O professor Antonio Carlos Santos, organizador de *Variações Filosóficas Entre a Ética e a Política*, autografou-o ao lado de colegas do Departamento de Filosofia da UFS, e Acrísio Torres lançou em Sergipe *A Toga e o Crime*. Com o incentivo da Diretoria do IHGS, utilizamos também o espaço desse sodalício para promover sessão de autógrafo do nosso livro, *História da República em Sergipe (1889/2000)*, celebrando os 30 anos do lançamento de *O Tenentismo em Sergipe*, ocorrido nos salões do Instituto em 1974.

A Revista do IHGS, que estava com os originais digitalizados e diagramados há cerca de um ano, graças ao apoio da Secretaria de Estado da Cultura, e particularmente do empenho do seu titular José Carlos Teixeira, foi enfim publicada e lançada em meados de março, assim como o terceiro volume da biografia escrita pelo padre Aurélio Vasconcelos sobre Inácio Barbosa, sob os auspícios da FUNCAJU.

Enquanto isso, algumas funções da diretoria que estavam desativadas, foram retomadas. O professor Ancelmo de Oliveira pas-

sou a registrar criteriosamente toda a contabilidade do IHGS, prestando contas mensalmente de todas as operações financeiras, exigindo muitas obrigações. Com a contratação do contador, em outubro/2004, Ancelmo Oliveira passou a supervisionar todas as operações, secundado por Saumíneo da Silva Nascimento.

A professora Terezinha Alves de Oliva, Vice-Presidente, encarregou-se da formação e organização das Comissões Permanentes, entre as quais a de Admissão de Sócios bem como Imprensa e Divulgação que publicou edital e recolheu o material desta Revista. Embora tenha assumido a direção do Museu do Homem Sergipano, ligado à UFS, continuou contribuindo com o IHGS.

Como o jovem professor Rogério Freire Graça, Segundo Secretário, não conseguiu compatibilizar suas atividades docentes com às exigências do Instituto, solicitou demissão e foi substituído por José Rivadálvio Lima, que se integrou ao processo de reformas do Instituto e seu relacionamento com a Assembléia Legislativa.

Regularizamos a situação dos associados. Como o Novo Código Civil exige número determinado de sócios, o quadro do IHGS ficou estabelecido em 120. Embora o corpo fixado pelos demais Institutos seja bem menor, inclusive os do Nordeste, onde geralmente o quadro é inferior a 60 membros, entre nós ainda houve discordância de alguns que pleiteavam um número maior.

Coube à Secretária Geral, professora Lenalda Andrade Santos, proceder a regularização. Encontrando registradas mais de trezentas pessoas, várias das quais já falecidas, tornou-se necessário identificar nome por nome, bem como enviar correspondência aos inadimplentes, consultando se pretendiam permanecer associado. Foi um trabalho demorado e espinhoso. Ao final, sobraram pouco mais de cem pessoas, dando margem ao ingresso de novos associados.

Em termos de **quadro de pessoal**, recebemos a administração com uma funcionária cedida pelo Estado por um turno, um aposentado em situação irregular há vários meses, e uma estagiária cedida pela UFS. De início, contratamos o aposentado, que trabalhava sem salário fixo, e passamos a assumir os custos trabalhistas de seus serviços.

A partir da referida audiência com o prefeito, recebemos três estagiários da prefeitura, todos universitários na área da História, e pouco depois a UFS nos disponibilizou mais dois estagiários.

Em 10 de setembro, acompanhado do associado e membro da Comissão de Patrimônio, Luiz Eduardo Magalhães, fomos recebidos em audiência pelo Secretário de Educação Gilmar Mendes, quando solicitamos três funcionários, um dos quais de serviços gerais. Menos de quinze dias depois, o pessoal começou a chegar, facilitando a execução dos trabalhos. Estimulados por esse reforço funcional, ampliamos o horário de atendimento de um turno para dois e mais aos sábados de 9 horas às 12 horas. Tivemos que devolver dois dos funcionários cedidos pela Secretaria de Educação por falta de adaptação, mas, mesmo assim, continuamos a atender aos consulentes nos horários ampliados, de forma que, de fevereiro a dezembro de 2004, nada menos de 897 pesquisadores foram cadastrados, realizando 4.350 consultas.

Visando melhorar a **infra-estrutura de funcionamento** do IHGS, mandamos instalar um telefone e recorremos a algumas instituições. Como efeito, o SESC patrocinou a mencionada instalação de uma Reserva Técnica. Recebemos valiosas estantes doadas por dois sócios membros da comissão de Finanças e Patrimônio, Luiz Eduardo Magalhães e João Gomes Barreto, o que diminuiu consideravelmente o déficit de espaço para alocar o material bibliográfico e documental que não para de crescer.

Além do aumento diário de impressos, veio enriquecer a biblioteca as doações de mais de 1.000 volumes de livros e revistas do sócio correspondente, o desembargador aposentado João Fontes Faria, que, em outra oportunidade, já havia confiado ao Instituto retratos de familiares pintados por Jordão de Oliveira e de Cañizares. Além disso, outras instituições também colaboraram: o Banese nos doou três computadores usados; o Banco do Brasil, armários; e o Tribunal de Justiça, seis birôs.

Com melhor infra-estrutura, mudamos **a rotina de atendimento**. A identificação das fontes de pesquisas ficou facilitada com os catá-

logos à disposição dos leitores e os registros no computador. Os consulentes passaram a usar máscaras e luvas quando se propõem a manusear materiais frágeis.

Embora a grande reforma do prédio não fosse possível, houve intervenções importantes nos acervos artístico, documental e bibliográfico, estimulado pela reforma do Estatuto, que criou duas novas diretorias. Uma para gerir o Museu e a Pinacoteca, e outra para administrar a Biblioteca e o Arquivo.

Para a dirigir o **Museu e a Pinacoteca** foi escolhida a conceituada museóloga e professora Verônica Maria Menezes Nunes, que contou, de forma alternada, com cinco bolsistas. Com o auxílio desses jovens, retirou os quadros das paredes úmidas, realizou a higienização dos objetos, removendo sujidades e etiquetas colocadas em áreas inadequadas, substituiu vidros que se achavam quebrados, pesquisou a origem dos bens e inventariou todo o acervo da Pinacoteca. Durante esse inventário, foi identificado um desenho de Horácio Hora sem referência nos instrumentos de pesquisas do IHGS. Em fins de 2004, a equipe estava trabalhando para a elaboração de catálogo com os dados básicos de cada obra.

A sala da Pinacoteca recebeu tratamento especial. Após os serviços na sala de exposição, o terceiro andar foi dividido em duas partes: uma Reserva Técnica instalada com o patrocínio do SESC, e uma sala para trabalhos de pesquisa com o suporte de um computador.

O acervo da Pinacoteca foi organizado e dividido em quatro coleções: IHGS, Galdino Bicho, Demóstenes Rafael Gomes e Desembargador João Fontes de Faria.

O ambiente da sala de exposição, além dos consertos de reboco e pintura, foi preparado com trilhos de alumínio e, por ocasião do Dia da Cultura, 05 de novembro, promoveu-se a reabertura da Pinacoteca Jordão de Oliveira com a exposição intitulada *Retrato, um Gênero do IHGS*. Envolvendo exemplares de diversas coleções que constituem o acervo do Instituto, a exposição incluía dezoito obras de autores sergipanos e nacionais, tais como Horácio Hora, Quintino Marques, Victor Meireles, Cañizares, Galdino Guttman Bicho, Jordão de Oliveira, Jenner

Augusto, Álvaro Santos, J. Inácio e Élio Moreira, retratando políticos, intelectuais, inclusive artistas, e representações de família. Entre os meses de novembro e dezembro/2004, a exposição recebeu a visita de 109 pessoas, inclusive visitantes de outros Estados e de outras nacionalidades.

Em seu primeiro ano de gestão, a Pinacoteca recebeu por doação um quadro de Leonardo Alencar e restaurou uma moldura de um dos retratos de Manuel Francisco Fernandes de Barros.

Como fruto do trabalho de catalogação do Museu Galdino Bicho, o estagiário Mário André Trindade Dantas apresentou comunicação sobre os fósseis da megafauna do IHGS.

A **biblioteca** está passando por uma das maiores mudanças de sua história, graças às ações do professor Itamar Freitas. Eleito pela Diretoria do IHGS para gerir a Biblioteca e o Arquivo, com a seriedade, competência e capacidade de trabalho que lhe são familiares, não obstante estivesse preparando sua tese de doutorado, nem por isso deixou de comparecer diariamente todas as tardes para planejar, comandar e realizar uma grande reorganização do acervo bibliográfico e documental no ano de 2004.

Retirou das prateleiras cerca de quarenta mil exemplares, envolvendo livros e revistas, que sofreram previamente ações de limpeza e foram redistribuídos, dentro de um grande processo de rearrumação. A posição das estantes que impedia a circulação de ar foi alterada para facilitar a ventilação. Essa reestruturação vem sendo possível em face das referidas doações de várias estantes de aço, algumas com 3,50 metros de altura, acrescentando cerca de 180 metros de prateleiras.

Ademais, concluiu o inventário da Sessão Sergipana e passou a registrar no computador os livros do acervo geral. Num esforço sem precedentes no IHGS, em menos de um ano, dez mil volumes já se encontravam inventariados e com a sua respectiva etiqueta de identificação.

Essa reforma da biblioteca tem sido um trabalho árduo, mas avança graças ao planejamento do referido professor e a colaboração inestimável dos estagiários cedidos pela Prefeitura de Aracaju e pela UFS. No início de dezembro, vieram somar-se a esse pessoal, três estudantes

da área de Letras da Universidade Tiradentes - UNIT, assistidos pela professora Christianne de Menezes Gally, passando a inventariar o acervo de línguas e literatura. A boa vontade, a dedicação com que todos esses jovens universitários têm atuado no IHGS são elementos essenciais em sua nova fase.

Obra de grande importância para a preservação de memória de Sergipe foi a **digitalização dos jornais**. Diante da aprovação do nosso projeto pela Petrobras, graças ao empenho do prefeito de Aracaju, Marcelo Déda, e à decisão de José Eduardo Dutra, firmamos convênio com aquela grande empresa para digitalização dos jornais, no valor de R\$ 111.496,00 (cem e onze mil e quatrocentos e noventa e seis reais).

Na contratação da empresa para efetuar o trabalho houve um problema. O acerto, que vinha sendo tentado com uma empresa de Maceió para realizar os serviços, foi-se revelando inviável. Recebemos informações que colocavam em dúvida a capacidade de realização do projeto por parte da referida firma, e nos deslocamos àquela cidade acompanhados de Itamar Freitas e José Ibarê Júnior.

Ali, ouvimos vários membros do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas -IHGAL e procuramos ver *in loco* as instalações de duas empresas. Após análises e reflexões, terminamos optando pela G-San Comércio Representações e Serviços Ltda, ao preço de R\$ 0,44 (quarenta e quatro centavos) por imagem de jornal, exatamente a metade do exigido pela outra firma com quem vínhamos negociando há bastante tempo.

Firmado o contrato logo após a nossa posse, conseguimos um aditivo junto à Petrobras, ampliando o prazo de encerramento para dezembro e mensalmente fomos recebendo os CDs até 20 dezembro de 2004, quando foi concluído o serviço. Ao final, foram digitalizados cerca de quinhentos volumes de jornais de Sergipe dos séculos XIX e sobretudo do XX, resultando em 253.399 imagens gravadas e arquivadas em 373 CDs.

Todavia, nem tudo conseguimos realizar. Falta a parte mais onerosa da reforma física do prédio, envolvendo o telhado, o forro do auditório, as cadeiras, construção de dois sanitários, retirada de boa

parte do reboco do oitão do lado oriental, substituição de várias janelas parcialmente apodrecidas, construção de rampa na entrada para deficientes físicos e pintura da parte interna e externa. Além disso, para equacionar, ao menos temporariamente o problema da falta de acomodações do nosso acervo, estamos propondo a divisão do segundo andar em duas partes. A primeira, composta do auditório reduzido para 200 cadeiras e, a segunda, comportando duas divisórias de acrílico, onde serão acomodadas exposições temporárias do Museu e da Pinacoteca.

Visando a essa reforma, a EMURB fez um primeiro levantamento e o arquiteto Rui Carvalho de Almeida elaborou o projeto arquitetônico. Encaminhamos a documentação a duas instituições de grande porte, mas o ano de 2004 terminou sem nenhuma decisão favorável.

Enfim, não fizemos tudo que gostaríamos. Mas, com o apoio de algumas autoridades e o trabalho de equipe, envolvendo a diretoria, associados, funcionários, estagiários e voluntários, podemos dizer que nos empenhamos para fazer do IHGS uma instituição a altura de sua importância cultural no cenário sergipano.